



NA TESSITURA DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

NA FACULDADE DE

SERVIÇO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Edivânia Francisca de Melo
Manuella Aragao Pinheiro

Maria Virgínia Borges Amaral
Reivan Marinho de Souza

ORG.

EDITORA
phillos.
ACADEMY



Com esta obra a Faculdade de Serviço Social recupera um conjunto de atividades no campo da pesquisa científica e da extensão que vêm se efetivando ao longo de muitos anos de trabalho e dedicação e que se expressam seja através de publicações com diferentes temas sobre a profissão e sobre os fundamentos ontológicos e históricos da sociabilidade burguesa em seus distintos aspectos, com importantes resultados para a formação profissional nos níveis da graduação e da pós-graduação lato sensu e stricto sensu; seja mediante ações extensionistas e dos núcleos temáticos, num claro e essencial envolvimento da universidade com a sociedade alagoana. Com esta publicação o leitor terá acesso à trajetória da FSSO, refletida num vivo e autêntico movimento proporcionado por seus alunos, professores e assistentes sociais, entre outros técnicos que dão o suporte necessário ao bom andamento das atividades acadêmicas. Muito me honrou o convite para produzir estas poucas linhas.

Norma Alcântara



EDITORA
phillos.
ACADEMY



**Na Tessitura da Pesquisa e da Extensão
na Faculdade de Serviço Social/
Universidade Federal de Alagoas**

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2020 Editora PHILLOS ACADEMY
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO
www.phillosacademy.com
phillosacademy@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528

MELO, Edivânia Francisca de; PINHEIRO, Manuella Aragão; AMARAL, Maria Virgínia Borges; SOUZA, Reivan Marinho de (org.). **Na Tessitura da Pesquisa e da Extensão na Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Alagoas**. Goiânia: Phillos Academy, 2023. 373 p.

ISBN Digital: 978-65-6022-005-8
ISBN Físico: 978-65-6022-004-1

Disponível em: <http://www.phillosacademy.com>

1. Serviço Social. 3. Teoria Crítica. 4. Pesquisa.
5. Capitalismo. I. Título.

CDD: 360

Índices para catálogo sistemático:
Serviço Social 360

Edivânia Francisca de Melo
Manuella Aragão Pinheiro
Maria Virgínia Borges Amaral
Reivan Marinho de Souza
(Org.)

**Na Tessitura da Pesquisa e da Extensão
na Faculdade de Serviço Social/
Universidade Federal de Alagoas**

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

Dr. Sebastião Hugo Brandão Lima

Instituto Federal de Alagoas | IFAL (Brasil)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	19
PARTE I	
A PESQUISA	35
O legado da pesquisa científica no Serviço Social em processos formativos.....	36
<i>Edivânia Melo</i>	
<i>Manuella Aragão Pinheiro</i>	
<i>Reivan Marinbo de Souza</i>	
A pesquisa em linhas não apenas “retas”: Trabalho e Serviço Social - TRASSO e análise do discurso - GrAD	55
<i>Maria Virgínia Borges Amaral</i>	
Notas sobre uma necessária pesquisa teórica de longa duração	73
<i>Maria Cristina Soares Paniago</i>	
<i>Sergio Lessa</i>	
Grupo de pesquisa sobre reprodução social: Atividades e produção de conhecimentos	82
<i>Edlene Pimentel</i>	
<i>Gilmaisa Macedo da Costa</i>	
Trajatória acadêmica do Grupo de Pesquisa “Cultura, Identidade e Movimentos Sociais”: Um breve relato do período 1997/2020	100
<i>José Nascimento de França</i>	
<i>Elaine Nunes Fernandes</i>	
<i>Franqueline Terto dos Santos</i>	
A construção coletiva da memória social do GEPSoJUR/ UFAL/CNPQ em sua trajetória de promoção de defesa de Direitos Humanos	115
<i>Jediane Freitas da Silva</i>	
<i>Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro</i>	
<i>Marli de Araújo Santos</i>	
<i>Tatiana Boia Magalhães</i>	
DJUSS: trajetória e elos entre Direitos Humanos e Serviço Social	130
<i>Maria Adriana Torres</i>	

Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente:
Objeto, Trajetória, Temas e Publicações149
Adriano Nascimento
Clarissa Maranhão Raposo
Elaine Nunes Fernandes
Fabiana Rechembach

Um espectro do feminismo ronda a Faculdade de Serviço Social
da Ufal: Histórias e memórias do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo.....166
Andréa Pacheco de Mesquita
Gildete Ferreira da Silva
Laura Juliana dos Santos Cassiano

Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da
Sociedade: trajetória e resultado184
Evelyn Ferreira Santana Silva
Janne Alves Rocha
Margarida Maria Silva dos Santos
Maria Betania Buarque Lins Costa

PARTE II

A PESQUISA E A EXTENSÃO.....200

História e memórias nos 21 anos do Grupo de Pesquisa Serviço
Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais201
Heline Caroline Eloí Moura
Maria Alcina Terto Lins
Rosa Lúcia Prêdes Trindade

Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social
e Movimentos Sociais: desafios da produção de conhecimento em
articulação com as lutas sociais.....220
Maria Valéria Costa Correia
Clara Morgana Silva
Pâmela Karoline Alves
Viviane Medeiros dos Santos

O Serviço Social nas trilhas do Direito Humano à alimentação
adequada: Trajetória e perspectivas do Grupo de Extensão e
Pesquisa Serviço SocialSegurança Alimentar e Nutricional –
GEPSSAN na Universidade Federal de Alagoas241
Wanda Griep Hirai
Thayná da Silva Felix
Luanna Caetano de Azevedo Silva

Paula Karoliny Vicente de Oliveira
Raquel de Melo Silva
Sílvia Pereira Silva Bomfim
Alan Cardoso Marques dos Santos

Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e
Direitos Humanos - Diverge257
Elvira Simões Barretto

PET Conexões de Saberes Serviço Social: Espaço de formação
profissional, lutas e afetos269
Andréa Pacheco de Mesquita
Josimeire de Omena Leite
Juan Douglas Silva de Sá

Serviço Social e PRO/PETSaúde:
experiências extensionistas e formação no ciclo 2010-2012.....288
Telma Cristiane Sasso de Lima

PARTE III

OS NÚCLEOS TEMÁTICOS.....306

E assim, se passaram 32 anos! Núcleo Temático Mulher e
Cidadania: Gênero na UFAL desde o século passado307
Nadia Regina Loureiro de Barros Lima
Maria Aparecida Batista de Oliveira
Elvira Simões Barretto

Núcleo Temático da Criança e Adolescente: Três décadas de lutas,
resistências e desafios ante a desproteção social de crianças,
adolescentes e jovens.....326
Márcia Iara Costa da Silva
Mariluce de Macedo Veras

Laryssa Danielly Silva Fernandes
Anna Emanuely Oliveira Laurindo
Ana Izabelle Lourenço de Souza
Jenifer Bezerra da Silva

Núcleo Temático de Assistência Social - NUTAS: Trajetória e
contribuição à política de assistência social em Alagoas.....346
Janne Alves Rocha

Maria Betania Buarque Lins Costa
Maria Lúcia dos Santos Moreira da Silva

DADOS SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....363

PREFÁCIO

“O óbvio é a vida que ferve em redor. O óbvio são as possibilidades, mesmo quando tudo em redor parece impossível. Resistir é quase um vício”.

José Eduardo Agualusa (2018)

Iniciar com uma frase de Agualusa (2018), extraída da obra “O paraíso e outros infernos”, é uma estratégia para expressar minha alegria e honra em prefaciá-lo o presente livro, que sintetiza o reconhecimento tanto nacional quanto internacional da Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL) para a área de Serviço Social e também para a ciência brasileira como um todo. Ou, parafraseando Agualusa (2018), as páginas da obra que ora se apresenta trazem o óbvio das inúmeras possibilidades construídas com luta, persistência e esforço coletivo, em momentos em que, muitas vezes, tudo ao redor parecia impossível.

Assim, este livro, sob o título “Na tessitura da pesquisa e da extensão na Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Alagoas”, aborda um tema essencial não só para a área de Serviço Social, mas também para o debate sobre a ciência, a extensão e a universidade e seu compromisso Ético e Político com seus processos e resultados. Assim, esse prefácio faz uma reflexão sobre o binômio Pesquisa e Extensão sob o contexto de crise e de ataques às universidades e à Pesquisa no Brasil. E, precisamente nesse momento, Agualusa (2018) nos recorda que resistir é parte de nossas atividades político-pedagógicas. E resistência é item essencial à estrutura argumentativa dos/as autores/as.

Começamos com a Pesquisa e a produção de conhecimento. A Pesquisa financiada pela empresa 3M, há 5 anos, tem explorado elementos sobre o que o mundo pensa a respeito da ciência. Os resultados são publicados anualmente no documento intitulado Índice do Estado da Ciência – SOSI (do inglês, *State of Science Index*) (SOSI, 2022). Em 2022, 95% dos/as entrevistados/as brasileiros/as afirmaram que a Ciência é importante para a vida cotidiana; e 92% gostariam de ouvir mais sobre o trabalho de cientistas (SOSI, 2022). Entretanto, se olharmos para os resultados das eleições presidenciais no Brasil, é impossível não verificar a contradição desse resultado: 49% dos/as brasileiros/as depositaram seus votos em um

candidato negacionista, o que representa um movimento que se espalha mundialmente. Ou seja, a difusão científica constitui estratégia que precisa se aproximar da população brasileira e mundial, mas de formas acessíveis às pessoas com diferentes níveis instrucionais. Juntamente com as estratégias comunicacionais, é mister lembrarmos-nos de que vivemos em um tempo em que somos expostos a uma quantidade excessiva de informações (independentemente de sua acurácia).

Vemos no Brasil – e no mundo – a proliferação de falsas informações, o que invariavelmente tem consequências na vida concreta de cada um de nós. O negacionismo – “emprego de argumentos retóricos para dar a aparência de debate legítimo onde não há nenhum [...] tem o objetivo final de rejeitar uma proposição sobre a qual exista um consenso científico” (HOOFNAGLE; HOOFNAGLE, 2007, n.p). Neste sentido, negacionismo e *fake news* desafiam a todos/as nós a desenvolver formas de comunicação que explorem diferentes tipos de veículos e mídias sociais.

A Wellcome Global Monitor (2019) é um importante estudo sobre como as pessoas, ao redor do mundo, pensam sobre ciência. Um levantamento realizado em 2018 (e publicado somente em 2019), verificou que, no caso dos brasileiros, 73% desconfiavam da ciência. Mas o relatório enfatizava que tal problema é mundial. A “[...] desconexão entre a sociedade e os benefícios da ciência é especialmente prevalente na América Central e do Sul; em 12 dos 19 países nessas regiões, pelo menos uma em cada cinco pessoas, ou 20%, são classificadas como ‘céticos’” (WELLCOME GLOBAL MONITOR, 2019, n.p). Especificamente no tocante ao caso brasileiro, o relatório destaca a correlação existente entre percepção em relação à ciência e crenças religiosas. Ou seja, a ciência e sua forma explicativa dos fenômenos se opõe às convicções religiosas dos/as entrevistados/as.

Recentemente, a Wellcome Global Monitor (2021) publicou novo relatório que explorava o modo como a pandemia de Covid-19 afetou a vida e a crença na ciência. Em termos mundiais, 43% das pessoas entrevistadas afirmaram que suas vidas foram muito afetadas pela pandemia e que depositavam muita confiança nos cientistas de seu país. No caso do Brasil, 43% acreditavam que o governo baseava suas decisões em opiniões e em conhecimento de cientistas.

Parafrazeando Galileu Galilei, “*ppur se muove*” (“e, no entanto, se move”), a ciência questiona, duvida, busca explicar os fenômenos com os quais se depara. Isto é, contribui para avanços incontestes. Mas também, a “produção de conhecimentos pragmáticos acompanha a tendência da sociedade capitalista, com a socialização da produção e privatização de seus resultados” (MARI, 2006, p. 225).

A expectativa de vida no Brasil e no mundo é resultado de vários fatores, dentre eles, a cobertura vacinal e o acesso a ações e a serviços de saúde, como parte das conquistas alcançadas por meio da criação de um Sistema Único de Saúde (SUS). Desde sua criação, o SUS sofreu com o subfinanciamento e, após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC95), padece também com o desfinanciamento (MENDES; CARNUT, 2020). Ou, nos dizeres de Nelson Santos (2018, p. 1735): “Não é sonho: a resiliência e os avanços do SUS [...] atestam, ainda que setorial e parcialmente, que podem ser mais um testemunho do processo civilizatório”. Ou, ainda, como nos lembrou Aguilusa (2018): **“O óbvio são as possibilidades, mesmo quando tudo em redor parece impossível”**.

Mas a contraface se faz presente também em números: a queda da cobertura vacinal de nossas crianças no país. Vacina é vida. Podemos dizer que, junto com a vacina, temos um movimento antivacina que se espalha. As taxas de imunização de crianças contra 17 doenças – dentre elas, o sarampo – atingiram em 2017 os níveis mais baixos em muitos anos (ZORZETTO, 2018). Em 2021, a cobertura vacinal da população veio despencando: menos de 59% dos cidadãos foram imunizados (em 2020, o índice era de 67% e, em 2019, de 73%), sendo que o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde é de 95%.

Com isso, perdemos inúmeras vidas. Tal processo escancara um outro aspecto: o retrocesso histórico nas taxas de imunização vem acontecendo sob um cenário de taxas crescentes de desnutrição aguda grave. Uma criança desnutrida já tem a sua imunidade enfraquecida, isso aliado a não vacinação pode significar que doenças comuns da infância rapidamente se tornam letais para ela.

No Brasil, a desnutrição em crianças de 0 a 19 anos cresceu, entre os anos de 2015 e 2021, afetando de forma mais grave os meninos negros. Em

2019, essa taxa subiu para 5,6%, atingindo 5,3% em 2021. E, em 2022, foram registradas **144.881** pessoas com risco de desnutrição no país (BRASIL, 2022).

Assim, o avanço do conhecimento permite que haja o incremento da produção de alimentos por um lado, mas, por outro, ainda convivemos com o crescimento da extrema pobreza e da fome no país. Iasi (2021, n.p) chama a atenção para “[...] a profundidade da crise e as características de nossa formação histórico-social” e como estas atuam de maneira a dar sustentação ao projeto da direita no país. E, desde o início do governo Bolsonaro, em 2019, a ciência foi duramente atacada, seja com cortes orçamentários, seja com o negacionismo.

Ou, como dito por Hallal (2021, n.p):

[...] a resposta trágica do Brasil à COVID-19 tem um preço. A população brasileira representa 2,7% da população mundial. Se o Brasil também representasse 2,7% das mortes por COVID-19 (isto é, tivesse uma performance no enfrentamento da COVID-19 igual a média mundial), 56.311 pessoas teriam morrido. [...] perdemos quase 4 vezes mais vidas. Esses números expressam um quadro de desigualdade presentes no Brasil e no mundo.

Logo, esse quadro de desigualdade requer problematização. Melo, Pinheiro e Souza (2023, pg. 49) destacam:

Entender os fundamentos da questão social, como resultante da contradição entre capital e trabalho, expressa num conjunto de desigualdades sociais (pobreza, desemprego, violência, precarização das condições de trabalho, e o não usufruto dos bens, equipamentos e serviços coletivos produzidos pelos trabalhadores), tornou-se uma exigência tanto na formação, quanto no exercício profissional, pois os profissionais se defrontam com as expressões da questão social no cotidiano de suas ações. E, com isso, a profissão constrói a ruptura com o conservadorismo. Este foi, e ainda é, o caminho a ser fortalecido pela profissão – o domínio teórico-metodológico, político e ideológico para a apreensão crítica da realidade contemporânea em crise, que revela os interesses e projetos de classes distintos.

A palavra “desigualdade” aparece 36 vezes no presente livro. E tal recorrência é estratégica e necessária. A produção de conhecimento na área de Serviço Social traz como objetos de estudos um conjunto expres-

sões de demandas sociais vinculadas ao pauperismo que, no contexto latino-americano, atinge a diversa classe trabalhadora, sobretudo suas frações mais expostas.

Pimentel e Costa (2023, pg. 89) advertem: “[...] em vez de superar a desigualdade social, a expansão econômica mundial resultou na mundialização da pobreza, ou pelo menos de sua percepção como um problema humano geral”.

E ainda, Mesquita, Silva e Cassiano (2023, pg. 173) apontam as dimensões presentes no debate sobre desigualdade, dentre estas, as de gênero que “[...] são estruturantes das relações sociais brasileiras”.

O presente livro retrata, portanto, muitos e profícuos “[...] anos de um percurso marcado por um protagonismo em face dos avanços e retrocessos que pontuaram a processualidade histórica da proteção social em Alagoas” (SILVA *et al.*, 2023, pg. 323).

Esse protagonismo atravessa ações articuladas e indissociáveis entre pesquisa e extensão. E esta obra nos recorda que as “[...] universidade brasileira vêm sofrendo os impactos trazidos pelo projeto neoliberal, dada a subordinação da educação às demandas de acumulação de capital” (FRANÇA; FERNANDES; SANTOS, 2023, pg.97). E, neste sentido, os ataques às universidades comprometem profundamente as pesquisas e extensão. No Brasil, 80 % das pesquisas estão vinculadas a programas de pós-graduação, contudo, os recursos para o financiamento, por parte do Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia, têm sofrido desfinanciamento ano após ano.

E esse debate, tão necessário, não é fácil. Pois

Não é fácil dedicar-se a pesquisar o mundo real, sua base social, e aceitar o desafio de – por mais que se acerte nos objetivos, no método, na teoria crítico-social, na identificação da transformação radical que o estudo científico da realidade social impõe – não se ter respostas imediatas para a superação das contradições, das desigualdades e das desumanidades reproduzidas continuamente pelo sistema do capital (LESSA; PANIAGO, 2023, pg. 73).

Ou ainda, parafraseando Hearn (1982), não é fácil ser radical. E ser radical é ir à raiz. Neste sentido, a presente obra nos brinda com uma ar-

guta e cuidadosa reflexão sobre um caminho trilhado por grupos de pesquisa que remontam a uma trajetória de luta em defesa de uma universidade pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade. E que oferecem uma educação crítica, que permita a suas/seus alunas/os uma inserção qualificada em seus respectivos espaços profissionais.

Portanto, o livro “Na tessitura da pesquisa e da extensão na Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Alagoas” é uma leitura essencial para refletirmos e adensarmos o conhecimento, quer na área de Serviço Social, quer para as grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

Boa leitura!

Maria Lúcia T. Garcia
Vitória/ES, novembro de 2022.

Referências

AGUALUSA, J. E. **O paraíso e outros infernos**. Lisboa: Quetzal Editores, 2018.

BRASIL. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)**. 2022. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FRANÇA, J. N.; FERNANDES, E. N.; SANTOS, F. T. Trajetória acadêmica do grupo de pesquisa “Cultura, identidade e movimentos sociais”: um breve relato do período 1997/2020. *In: MELLO, E. et al. A pesquisa e a extensão na Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL)* (no prelo).

HALLAL, P. C. SOS Brazil: science under attack. **The Lancet**, v. 397, n. 10.272, p. 373-374, 2021. Disponível em: [www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00141-0/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00141-0/fulltext). Acesso em: 06 jan. 2023.

HEARN, J. Radical Social Work Contradictions, Limitations and Political Possibilities. **Critical Social Policy**, v. 2, n. 4, p. 19-34, jun. 1982.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/026101838200200404>. Acesso em: 06 jan. 2023.

HOOFNAGLE, M.; HOOFNAGLE, C. What is denialism. **Science Blog**. 30 abr. 2007. Disponível em: <https://scienceblogs.com/denialism>. Acesso em: 06 jan. 2023.

IASI, M. O 31 de março de Jair Bolsonaro. **Blog Boitempo**. 13 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/13/o-31-de-marco-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 06 jan. 2023.

LESSA, S.; PANIAGO, M. C. S. Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa: Notas sobre uma necessária pesquisa teórica de longa duração. *In*: MELLO, E. *et al.* **A pesquisa e a extensão na Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL)** (no prelo).

MARI, C. L. de. “Sociedade do Conhecimento” e Educação Superior na década de 1990: o Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de *Midas*. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30369886.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MELO, E.; PINHEIRO, M. A.; SOUZA, R. M. O legado da pesquisa científica no Serviço Social em processos formativos. *In*: MELLO, E. *et al.* **A pesquisa e a extensão na Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL)** (no prelo).

MENDES, A.; CARNUT, L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **SER Social**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020. DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.25260. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em: 16 jun. 2021.

MESQUITA, A. P. de; SILVA, G. F. da; CASSIANO, L. J. S. Um espectro do feminismo ronda a Faculdade de Serviço Social da UFAL: histórias e memórias do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo. *In*: MELLO, E. *et al.* **A pesquisa e a extensão na Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL)** (no prelo).

PIMENTEL, E.; COSTA, G. M. da. Grupo de Pesquisa sobre reprodução social: atividades e produção de conhecimentos. *In: MELLO, E. et al. A pesquisa e a extensão na Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL) (no prelo).*

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 6, p. 1729-1736, 2018. Disponível em: www.scielo.br/j/csc/a/sNh7sDYDdyQwvKVgLqY-ZvpB/?lang=pt#. Acesso em: nov. 2022.

SILVA, M. I. C. *et al.* Núcleo temático da criança e adolescente: três décadas de lutas, resistências e desafios ante a desproteção social de crianças, adolescentes e jovens. *In: MELLO, E. et al. A pesquisa e a extensão na Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL) (no prelo).*

SOSI - State of Science Index. **¿Qué piensa Latinoamérica sobre la ciencia?**. 03 maio 2022. Disponível em: <https://curiosidad.3m.com/blog/sosi-2022-que-piensa-latinoamerica-sobre-la-ciencia>. Acesso em: 06 jan. 2023.

WELLCOME GLOBAL MONITOR. **How does the world feel about science and health?** Gallup Institute, 2019. Disponível em: <https://wellcome.org/reports/wellcome-global-monitor/2018>. Acesso em: 06 jan. 2023.

WELLCOME GLOBAL MONITOR. **Wellcome Global Monitor 2020: Covid-19**. 29 nov. 2021. Disponível em: <https://wellcome.org/reports/wellcome-global-monitor-covid-19/2020>. Acesso em: 06 jan. 2023.

ZORZETTO, R. As razões da queda na vacinação. **Pesquisa Fapesp**. Boletim. Edição 270, ago. 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/08/17/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

APRESENTAÇÃO

A crise estrutural do capital, que afeta mundialmente a sociabilidade capitalista desde 1970, impacta nos processos de produção material e de reprodução social, provocando alterações significativas na formação e nas demandas postas ao exercício profissional dos/as assistentes sociais. O corte de recursos orçamentários do governo federal destinados às políticas públicas do Estado brasileiro, a retração e a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, a precarização das condições de trabalho agravadas com os processos de terceirização e a flexibilização, o aumento da informalidade, dos índices de desemprego e a exploração intensa de trabalhadores/as atingem direta e severamente usuários e usuárias das políticas sociais, atendidos diuturnamente pelos assistentes sociais.

Mais recentemente, com a pandemia do Covid-19¹, que assolou o mundo, esses reflexos foram aprofundados e impactaram, sobretudo, as populações mais pobres. No Brasil, parte considerável da população não tem acesso às políticas públicas de qualidade, a exemplo do acesso desigual e precário ao Sistema Único de Saúde, apesar de ser público. Como também não possui acesso a condições para o confinamento e a higiene adequada, estando assim mais suscetível à proliferação e à contaminação (CFESS, 2020). O ato de lavar as mãos e a proteção de um teto não são iguais para todos/as, especialmente num país onde parte considerável dos segmentos populares vive com menos de um salário mínimo e milhões estão desempregados/as ou subempregados/as.

Refletir sobre a diversidade dessas expressões da “questão social” e da crise do capital na realidade brasileira conjuntural e estruturalmente é uma função histórica da Universidade na sociedade, a qual também foi afetada, como instituição pública, pelos cortes orçamentários massivos do governo federal para a política de educação, nos últimos quatro anos. A despeito dessa dificuldade objetiva, a Universidade brasileira continuou a

¹Doença que se manifesta nos seres humanos após a infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2 (vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus”.

manter sua função precípua em termos do exercício do ensino, da pesquisa e das práticas de extensão, produzindo conhecimentos que refletem sobre a realidade social e fortalecem a Ciência no país.

Assim como a história da sociedade é complexa e dinâmica, com o curso de Serviço Social não seria diferente. Ao longo dos seus cinquenta anos de existência na Universidade Federal de Alagoas, completados em 2022, conseguiu desenvolver uma diversidade de experiências nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão que contribuíram significativamente para a formação profissional em nível de graduação e de pós-graduação, munido por uma perspectiva crítica de análise da sociabilidade capitalista. Neste momento de celebração dos seus cinquenta anos, reflete-se e se resgata, nesta Coletânea, o legado da Pesquisa e da Extensão no Departamento e na Faculdade de Serviço Social. Em particular, registra-se a história dos Grupos de Pesquisa, da Extensão, dos Núcleos Temáticos e dos Programas Tutoriais. Nesta apresentação, realiza-se uma breve síntese da processualidade da experiência da extensão e da pesquisa para demonstrar o quanto foram fundamentais para a estruturação da Faculdade de Serviço Social na Ufal.

Tendo sua origem na Ufal em 1972, o curso de Serviço Social priorizou inicialmente a dimensão do ensino na formação profissional, haja vista as exigências técnicas para a sua estruturação acadêmica. Mas, logo em seguida os/as professores/as passaram a desenvolver experiências extensionistas, as quais demonstraram sua relação e compromisso com as demandas de segmentos populares na sociedade alagoana. O legado histórico extensionista do Serviço Social em Alagoas, herdado das práticas experimentadas na Escola Pe. Anchieta², durante parte do período de vigência da ditadura militar no Brasil, foi marcado pelo compromisso profissional crítico, com o envolvimento de professores/as e estudantes nas diversas lutas em defesa da reforma agrária, da Universidade pública e gratuita, e da liberdade de organização política de trabalhadores/as rurais e

² Parte deste legado histórico extensionista, experimentado por docentes e discentes no curso de Serviço Social, está registrado no artigo de BARRETTO, Elvira S. “O lugar da extensão universitária nos 60 anos do Serviço Social em Alagoas”. In: AMARAL, Maria Virgínia B.; SOUZA, Reivan M. de. (orgs.). 60 Anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional.

urbanos/as. Legado este marcado pela articulação teórica e política à perspectiva marxista do Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil, às ações de setores progressistas da Igreja Católica e de Desenvolvimento de Comunidade/DC.

Na Ufal, entre os anos de 1970 e 1980, esse legado influenciou as experiências de extensão desenvolvidas por docentes do então Departamento de Serviço Social, com destaque para, inicialmente, a vivência da Profa. Margarida Santos, quando passa a coordenar o Programa Crutac – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária em Alagoas, programa de âmbito nacional, que contou com a participação do curso de Serviço Social e de outros cursos da Ufal. Ainda em 1980, destaca-se a experiência de extensão e estágio com Associações de Moradores de Bairros e Centro Social Urbano em Maceió. Nos idos de 1995, a Profa. Margarida Santos assume a Pró-Reitoria de Extensão – Proex e abre espaços da Ufal aos movimentos do campo que lutavam em defesa da reforma agrária. Com isso, abriga o Movimento Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra. Ressalta-se também o importante trabalho de extensão de docentes do curso de Serviço Social da Ufal na hidroelétrica do Xingó, nos estados de Alagoas e Sergipe.

Neste percurso histórico da extensão, ainda nos anos de 1990, há a importante formação dos Núcleos Temáticos de Extensão, vinculados inicialmente à estrutura central da Ufal, depois à Faculdade de Serviço Social, em 2006, os quais desenvolveram ações de extensão e de pesquisa de caráter educativo e político em defesa dos direitos sociais à assistência social; à saúde pública; aos direitos da criança e do adolescente; aos direitos da mulher e de gênero. Os Núcleos foram assim denominados: Núcleo Temático de Assistência Social – Nutas; Núcleo Temático da Criança e do Adolescente – NTCA; Núcleo Temático Mulher e Cidadania – NTMC e Núcleo de Saúde Pública – Nusp. Este último, embora criado por assistentes sociais, passou a fazer parte da Faculdade de Medicina, continuando com a participação de docentes e assistentes sociais da Ufal. Atualmente, é o único Núcleo em atividade. Esses núcleos foram coordenados por professores da FSSO e assistentes sociais³.

³ O Núcleo Temático de Assistência Social – NUTAS contou com as professoras Terezinha Falcão Freire, Jane Alves, Margarida Santos, Maria Betânia Buarque e a assistente social Maria Lúcia Santos; o Núcleo Temático da Criança e do Adolescente

Nos anos 2000, os Núcleos de Extensão continuam atuantes e outras ações de extensão passam a ser realizadas, a saber, os projetos de apoio aos indígenas, quilombolas e às lutas em defesa da reforma agrária. A continuidade das práticas extensionistas, de 2008 em diante, desenvolve-se com a criação dos Programas Tutoriais de Extensão como o PET Saúde, o PET Conexão de Saberes, o PET GraduaSUS e, mais recentemente, o PET saúde/Ufal interprofissionalidades. Todos estes envolvem estudantes de graduação em diversas ações, fundamentais para a sua formação. O PETSSO Conexão de Saberes se mantém até os dias atuais, e passou pela coordenação de três docentes da FSSO. Os docentes da Unidade vêm desenvolvendo Projetos de Extensão, aprovados em editais da Pró-Reitoria de Extensão – Proex/Ufal, e também participam em projetos de fluxo contínuo. Convém salientar a experiência dos/as docentes e estudantes de graduação e de pós-graduação com a realização de várias edições do evento Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária – Jura na Ufal, que congrega diversos cursos e debates em torno das lutas em defesa da reforma agrária, da agroecologia e da garantia da segurança alimentar.

Desde 2019, com a aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, as Ações Curriculares de Extensão – ACEs estão sendo curricularizadas. Elas realizam, com um número significativo de estudantes da graduação, atividades nas escolas públicas de Maceió, no assentamento Tereza de Benguela do Movimento dos Sem-Teto, no trabalho com assistentes sociais na Política de Educação, e em diversos espaços sócio-ocupacionais. Destaca-se, durante a pandemia do Covid-19, a experiência do Projeto de Extensão que prestou assessoria aos/as assistentes sociais das políticas de saúde e de assistência social no município de Maceió, articulado ao Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cress-AL). Essa rica experiência extensionista também está registrada em artigos científicos.

– NTCA foi composto pelas professoras Cláudia Malta, Mariluce Veras e Marcia Iara Costa; o Núcleo Temático Mulher e Cidadania contou com as professoras Elvira Simões, Nádia Regina/ICS e Maria Aparecida/ICHICA; e o Núcleo de Saúde Pública – Nusp, com as professoras Valéria Correia e Margarete Pereira. Este último, embora tivesse sido criado por uma assistente social, passou a fazer parte da Faculdade de Medicina, continuando com a participação de docentes e assistentes sociais da Ufal.

Quanto à vivência da Pesquisa no antigo Departamento de Serviço Social, hoje Faculdade, esta possui um marco no final dos anos de 1970, quando cinco docentes organizaram, pioneiramente, seus projetos de pesquisa para cursar o Mestrado em Universidades da cidade do Rio de Janeiro, influenciadas pelas mudanças da Universidade brasileira, pela necessidade de qualificação e aproximação ao marxismo para viabilizar o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social/1982 na Ufal. É neste momento de avanço do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e em Alagoas que, nos idos de 1980, e principalmente em 1990, o despertar para a pesquisa se amplia com a qualificação de docentes em nível de mestrado, de três turmas de intercâmbio com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e de dois docentes em nível de Doutorado no PPG/Letras e Linguística/Ufal, bem como no programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFRJ. Nos anos 2000, continua a qualificação em nível de doutorado de doze docentes do então Departamento e, agora, Faculdade de Serviço Social/Ufal (2006) no PPGSS/UFPE, e de duas docentes na Universidade de Barcelona/ Espanha.⁴ Em 2013, deu-se a qualificação de três docentes da FSSO e de duas docentes do curso de Serviço Social Unidade Educacional Palmeira/Ufal pelo Programa Doutorado Interinstitucional Dinter/Capes entre os PPGSS da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Uerj e da Universidade Federal de Alagoas/Ufal.

A rica diversidade dos temas das pesquisas de docentes em suas dissertações e teses de doutorado é marcada pela análise crítica dos fenômenos sociais da realidade alagoana e brasileira, articulando-se, em certa medida, às experiências de extensão e pesquisa nos núcleos temáticos. Em agosto de 2000, foi fundado o primeiro grupo de pesquisa, denominado “Núcleo de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais”, estruturado em duas linhas de pesquisa: Mercado de Trabalho do Serviço Social e Trabalho e Serviço Social.

⁴ A síntese do registro destas informações está no artigo de AMARAL, Maria Virgínia B.; ALCÂNTARA, Norma e SOUZA, Reivan M. de. “Pós-Graduação em Serviço Social na UFAL: história, desafios e perspectivas”. In: AMARAL, Maria Virgínia B.; SOUZA, Reivan M. de. (orgs.). 60 Anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional.

A pesquisa como um dos pilares da formação acadêmica na Universidade brasileira e, em particular, na FSSO, se fortalece desde os anos 2000, com a submissão de Projetos de Iniciação Científica de docentes para concorrer ao Programa Pibic/Ufal, CNPq e Fapeal, a fim de introduzir discentes de graduação no universo da pesquisa, os quais mais tarde cursaram a pós-graduação *stricto sensu* no PPGSS/Ufal. Vários se tornaram docentes da FSSO-Ufal e de outras instituições no estado de Alagoas.

É no período de 2004 a 2007 que se consolida a pesquisa com a formação dos demais Grupos de Pesquisa e dos Grupos de Pesquisa e de Extensão no então Departamento de Serviço Social, impulsionados pela aprovação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social – PPGSS, em 2004. De 2006 em diante, com a fundação da Faculdade de Serviço Social – FSSO e com a conclusão do curso de doutorado de docentes, são estruturados novos grupos de pesquisa vinculados ao PPGSS/Ufal e outros à Unidade Acadêmica, correspondendo na atualidade a doze grupos de pesquisa na FSSO⁵.

⁵ Atualmente, a Faculdade de Serviço Social tem 12 Grupos de Pesquisa, a saber: 1. O Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais tem como líderes as professoras Maria Alcina Terto Lins e Rosa Lúcia Prêdes Trindade; 2. O Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente tem os professores Adriano Nascimento Silva e Elaine Nunes Fernandes como líderes; 3. O Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social – Trasso é liderado pela professora Maria Virgínia Borges Amaral; 4. O Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social – GPSRS está sob a liderança das professoras Edlene Pimentel Santos e Maria Norma Alcântara B. de Holanda; 5. O Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle e Movimentos Sociais é liderado pelos professores Maria Valéria Costa Correia e Aruã Lima; 6. O Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade é liderado pela professora Margarida Maria S. dos Santos; 7. O Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão de Políticas Públicas e Segurança Alimentar e Nutricional – GEPSSAN é liderado pela professora Wanda Griep Hirai; 8. O Grupo de Pesquisa Redes, Questões Geracionais e Políticas Públicas acha-se sob a liderança da professora Márcia Iara Costa do Rego; 9. O Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos – Diverge está sob a liderança da professora Elvira Simões Barretto; 10. O Grupo de Pesquisa Frida Kahlo – Estudos de Gênero, Feminismo e Serviço Social tem como líder a professora Andrea Pacheco de Mesquita; 11. O Grupo de Estudo e Pesquisa em Direito, Justiça e Sociedade é liderado pela professora Maria Adriana da Silva Torres; 12. O Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa está sob a liderança dos professores Maria Cristina Soares Paniago e Sérgio Afrânio Lessa.

As pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas institucionalmente pelos grupos vinculados a Projetos Universais de Pesquisa – CNPq, às experiências do Programa Procad e do Procad Casadinho – Capes, articulados aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS de outras Universidades como UFPE, UFRJ, PUC/SP, UFSC, e também à experiência de pesquisa do Projeto GraduaSUS, integrando outros cursos de graduação na Ufal. Diversos grupos também realizaram pesquisas, eventos nacionais e internacionais, financiados por meio de editais públicos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas/Fapeal, envolvendo discentes dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. O início do curso de Doutorado do PPGSS-Ufal, em 2017, possibilitou ampliar as pesquisas de discentes e docentes no PPGSS, agora em nível de excelência acadêmica, fortalecendo também a experiência da internacionalização.

Destaque-se, nesta rica trajetória da pesquisa iniciada no Departamento e continuada na Faculdade de Serviço Social, o diálogo com diversas áreas de conhecimento, em específico das áreas das humanidades e das ciências sociais aplicadas e, principalmente, a consolidação da produção de conhecimentos científicos, com a publicação das dissertações, teses de doutorado, de livros, de artigos em coletâneas e periódicos na área de Serviço Social e afins. Além disso, a continuidade da formação dos/as docentes em cursos de Pós-Doutoramento mais recentemente, a participação de docentes na executiva nacional e na regional Nordeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, bem como a inserção na composição de Grupos de Trabalho e Pesquisa/GTPs da ABEPSS também propiciaram o fortalecimento das pesquisas e do intercâmbio com outras Universidades no país e no exterior. O vínculo de docentes do PPGSS-Ufal como bolsistas de produtividade – CNPq vem contribuindo para esse fortalecimento.

Afora toda a contribuição dos/as docentes no tripé ensino, pesquisa e extensão destaca-se ainda a experiência vivenciada no âmbito da gestão central da Universidade Federal de Alagoas. Além da professora Margarida Santos, a frente da PROEX, conforme já mencionado, as professoras Ana Maria Ávila Mendonça (2000-2003) e a Professora Maria Valéria Costa Correia (2003-2005) ocuparam o cargo de Pró-Reitoras na Pró-Reitoria

Estudantil - PROEST. Valéria Correia, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2020, ocupou o cargo de Reitora da UFAL, sendo a primeira assistente social eleita democraticamente para esse cargo no Brasil.

A coletânea *Na tessitura da pesquisa e da extensão na Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Alagoas*, que ora apresentamos, expressa o momento comemorativo dos cinquenta anos do Curso de Serviço Social em Alagoas, conforme destacado anteriormente. Ela é organizada por representante da Direção da Faculdade de Serviço Social, da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Coordenação de Graduação em Serviço Social e da Coordenação de Extensão; recupera e registra as valiosas histórias, experiências, construções e fortalecimento da pesquisa, da extensão e dos núcleos temáticos que constituíram e constituem a memória viva da Faculdade de Serviço Social.

A primeira parte, intitulada “A Pesquisa”, é composta por dez artigos elaborados pelos membros dos grupos de Pesquisa da Faculdade de Serviço Social. O primeiro artigo, **“O LEGADO DA PESQUISA CIENTÍFICA NO SERVIÇO SOCIAL EM PROCESSOS FORMATIVOS”**, descreve, de forma breve e sucinta, o desenvolvimento da pesquisa na formação dos assistentes sociais brasileiros. O texto apresenta como a pesquisa e a produção científica no Serviço Social, desde sua origem como profissão até os dias atuais, foram importantes, seja como reforços no embate ao conservadorismo, seja como facilitadores da aproximação ao marxismo, contribuições estas que repercutiram de forma decisiva na formação profissional dos assistentes sociais.

O segundo artigo, **“A PESQUISA EM LINHAS NÃO APENAS “RETAS”: Trabalho e Serviço Social – Trasso e Análise do Discurso – GrAD”**, resgata a história desses dois grupos de pesquisa, esclarecendo a relação entre Trabalho, Serviço Social e Análise do Discurso. A autora enfatiza que o objeto de estudo que norteia as atividades do grupo é “a sociedade contemporânea e suas múltiplas expressões, sobretudo no trabalho”. Registra a importante contribuição do grupo no processo de formação de alunos (de graduação e de pós-graduação) formados não apenas em Serviço Social, mas também em “Administração de Empresas, em Arquitetura, em Enfermagem, em Psicologia, em Relações Públicas, em Jornalismo, em Direito, em Letras, em Filosofia”.

O terceiro artigo, **“NOTAS SOBRE UMA NECESSÁRIA PESQUISA TEÓRICA DE LONGA DURAÇÃO”**, expõe a importância da investigação do mundo presente a partir das elaborações teóricas de Marx, Engels, Lukács e Mészáros. A apropriação da produção teórica deixada por esses teóricos demanda rigor e precisão no estudo de suas diversas obras, o que exige, segundo os autores do artigo, “seguir passo a passo o raciocínio do texto, sua articulação e seu conteúdo”. É por considerar a leitura imanente do texto fundamental para alcançar tal objetivo que os membros desse grupo de pesquisa se preocupam em difundir essa forma de estudo em suas investigações sobre a essência da sociedade regida pelo capital e as possibilidades de sua superação.

O quarto artigo desta coletânea, intitulado **“GRUPO DE PESQUISA SOBRE REPRODUÇÃO SOCIAL: atividades e produção de conhecimentos”**, enfoca a trajetória do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (GPSRS), criado em 2007, a partir do surgimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. O artigo apresenta o corpo docente que integra e coordena as atividades do grupo e menciona a importante participação dos alunos, da graduação e da pós-graduação, que vão entrando, mas também saindo do grupo, conforme seu interesse pelos estudos e temas discutidos. O artigo cita as atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, desde o seu surgimento: seminários internos, estudos bibliográficos, realização de eventos locais, seminário internacional, participação dos membros do grupo em eventos externos e internos à Ufal, participação do grupo em Colóquio Internacional, publicação de livros e artigos, entre outras atividades que contaram com a participação de docentes e discentes do GPSRS e que contribuem para estimular a produção do conhecimento.

O quinto artigo, **“TRAJETÓRIA ACADÊMICA DO GRUPO DE PESQUISA CULTURA, IDENTIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: um breve relato do período 1997/2020”**, explicita a trajetória particular desse grupo de pesquisa que realiza uma rica conexão entre pesquisa, ensino e extensão. O grupo foi criado em 1997 e vem desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão em diferentes espaços, como assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, comunidades indígenas, e de diferentes formas: por meio da realização de projetos de pesquisa e de extensão, financiados

por agências de Fomento à Pesquisa e Extensão (Fapeal, CNPQ, Ministério do Desenvolvimento Social, Proex etc.). Neste artigo, os autores reúnem informações importantes sobre os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelos alunos desde os anos 2000 e mencionam os títulos das produções científicas, dos cursos e das assessorias realizadas. Apesar de citar a rotatividade da participação dos membros do grupo de pesquisa, aspecto identificado também nos outros grupos, os autores reconhecem a contribuição dos estudos e das diversas atividades tanto para os alunos de graduação como para os vários profissionais que, já formados, têm a possibilidade de continuar seu processo de formação e de participar das diversas atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelo grupo.

O sexto artigo, **“A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MEMÓRIA SOCIAL DO GEPsoJUR/UFAL/CNPQ EM SUA TRAJETÓRIA DE PROMOÇÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS”**, destaca a importância de se resgatar “a memória social dos grupos de pesquisa” da FSSO, o que possibilita “repensar de modo crítico as ações que, no decurso histórico, foram e/ou são relevantes ao processo de formação profissional”. O Gepsojur foi criado em 2003 e atendeu à necessidade da FSSO de disseminar os estudos sociojurídicos entre alunos e docentes. A realização de atividades interdisciplinares, a participação de estudantes, professores e pesquisadores de outros cursos, da Ufal e fora dela, a prestação de assessoria de Educação em Direitos Humanos, a realização de cursos, o desenvolvimento de projetos, pesquisas e eventos que abordam temas relacionados ao sociojurídico são algumas das ações desenvolvidas pelo Gepsojur que, entre outras, defende “uma proposta de Direitos Humanos pela via da Educação”.

O sétimo artigo da primeira parte desta Coletânea, cujo tema é **“DJUSS: trajetória e elos entre Direitos Humanos e Serviço Social”**, apresenta sua trajetória enquanto resultado de estudos e experiências de pesquisas anteriores vivenciadas por seus membros tanto no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho, Reprodução Social e Políticas Sociais (Gest), criado em 2010 e que funcionava na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, *Campus* Arapiraca, quanto, a partir de 2016, com a mudança desse grupo para a Faculdade de Serviço Social, *Campus* A.C. Simões, no Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Direito (Tradi). A

nova nomenclatura do grupo, que passou a denominar-se Grupo de Estudo e Pesquisa em Direito, Justiça e Sociedade – DJUSS, teve como motivação “as inquietações suscitadas na supervisão de estágio obrigatório [as quais] levaram à percepção de que estudos e pesquisas precisariam contemplar as temáticas dos direitos humanos e do Serviço Social no campo sociojurídico”. Reunindo professores, profissionais e estudantes de graduação e de pós-graduação, o DJUSS possui como objetivo “contribuir com a formação acadêmica crítica e propositiva, mediante o estudo sobre os direitos, a justiça e as relações societárias, no âmbito da América Latina e, particularmente, do Brasil”.

O oitavo artigo, intitulado “**O GRUPO DE PESQUISA EM ESTADO, DIREITO E CAPITALISMO DEPENDENTE: Objeto, Trajetória, Temas e Publicações**”, realiza, na primeira parte, uma síntese sobre a Teoria Marxista da Dependência (TMD), destacando os principais teóricos e pesquisadores que vêm contribuindo para realizar um resgate crítico dessa teoria. O Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente foi criado em 2014 e, a partir de suas três linhas de pesquisa, “Estado, democracia e capitalismo dependente”, “Capitalismo Dependente, Superexploração e Questão Social” e “Capitalismo dependente, Questão Agrária e Movimentos Sociais”, reúne alunos e pesquisadores, inclusive de outras áreas e instituições de ensino, para realizar um estudo crítico da Teoria Marxista da Dependência. A partir de 2019, com a entrada de novos membros, o grupo tem ampliado suas atividades e realizado, além das pesquisas e produções teóricas dos participantes do grupo, seminários nacionais e internacionais, publicação de coletâneas e livros, “mostras de cinema latino-americano, traduções de textos inéditos dos autores da TMD, pesquisas de iniciação científica, minicursos e disciplinas eletivas na graduação e na pós-graduação”.

O nono artigo, “**UM ESPECTRO DO FEMINISMO RONDA A FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAL: histórias e memórias do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo**”, sistematiza de forma sucinta a discussão sobre as categorias “mulher”, “gênero” e “patriarcado”, resgatando a trajetória histórica desse debate e apresentando os teóricos e pesquisadores que realizam uma abordagem crítica de tais categorias. O artigo também apresenta o debate de Gênero no Serviço Social e oferta uma

breve síntese sobre a introdução e o desenvolvimento dessa discussão no Curso de graduação em Serviço Social da FSSO. As autoras do artigo apresentam a relação, desenvolvida pelo grupo, entre ensino, pesquisa e extensão, mencionando os diversos projetos de extensão que, ao ultrapassarem os “muros da universidade”, levam a discussão de gênero para as escolas públicas. Além desses projetos, o grupo efetua diversas atividades: assessoria aos movimentos sociais, realização de capacitações aos grupos feministas, “de mulheres negras, indígenas, ciganas, trabalhadoras”, realização de seminários, criação de comitê, elaboração de livros, artigos etc. Para as autoras, “o Grupo Frida Kahlo trabalhou o ensino para além das salas de aulas, trazendo os movimentos para dentro da universidade e levando as/os estudantes para os movimentos, para conhecer as lutas, realizar pesquisas, fazer e realizar cursos, palestras, oficinas – compreendendo que o processo de aprendizagem não pode ser individualizado, ele é coletivo”.

O último artigo da primeira parte desta coletânea, cujo título é **“GRUPO DE PESQUISA POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS ORGANIZATIVOS DA SOCIEDADE: trajetória e resultado”**, expõe as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade, criado em 2012 e que possui a particularidade de não estar vinculado ao Programa de Pós-Graduação da FSSO. Segundo as autoras do artigo, o grupo é formado por estudantes, professores e técnicos da Ufal e de outras instituições, realiza atividades de pesquisa e de extensão e possui quatro linhas de pesquisa, a saber: “Estado e Gestão da Política de Assistência Social”, “Fundamentos da Política de Educação e Gestão Democrática da Escola Pública”, “Processos Sociais Organizativos das Classes Populares” e “Serviço Social e Movimentos Sociais”. As autoras do artigo apresentam os objetivos de cada uma dessas linhas de pesquisa e mencionam os pesquisadores envolvidos nelas, além de explicar como é realizada a seleção anual de novos membros/alunos. Apresentam também as demais atividades desenvolvidas pelos membros do grupo: realização de projetos de iniciação científica (título, orientadores e alunos), organização de fóruns, seminários e palestras, organização de coletâneas de artigos e realização de projetos de pesquisa.

A segunda parte, A Pesquisa e a Extensão, apresenta seis artigos. O primeiro intitula-se **“HISTÓRIA E MEMÓRIAS NOS 21 ANOS DO**

GRUPO DE PESQUISA SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO, PROFISSÃO E POLÍTICAS SOCIAIS”, de autoria de Heline Caroline Eloi Moura, Maria Alcina Terto Lins e Rosa Lúcia Prêdes Trindade. “Apresenta uma síntese da história do grupo de pesquisa e extensão Serviço Social, trabalho, profissão e políticas sociais”, oferecendo um rico, detalhado e importante “registro histórico dos projetos e ações desenvolvidas por este coletivo”. Finaliza com uma importante constatação: “em tempos tão cruéis, agravados pela crise sanitária e societária, a força dos efetivos vínculos cultuados nesse grupo têm sido um grande diferencial que nos aproxima e mantém o grupo vivo, mesmo após quase dois anos sem encontros presenciais”.

O segundo artigo, de autoria de Maria Valéria Costa Correia, Clara Morgana Silva, Pâmela Karoline Alves e Viviane Medeiros dos Santos, intitulado **“GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO POLÍTICAS PÚBLICAS, CONTROLE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: desafios da produção de conhecimento em articulação com as lutas sociais”**, revela “as pesquisas, as produções acadêmicas mais importantes, os projetos de extensão desenvolvidos e as disciplinas relacionadas diretamente às linhas de pesquisa do GPOP ministradas pelos seus integrantes”, reafirmando a sempre necessária articulação entre “ensino, pesquisa e extensão na Ufal, na perspectiva da filosofia da práxis”, especialmente “no momento histórico que atravessamos, de fortalecimento da extrema direita e do neofascismo no Brasil”.

A seguir, o texto **“O SERVIÇO SOCIAL NAS TRILHAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: trajetória e perspectivas do GEPSSAN na Universidade Federal de Alagoas”**, de autoria de Wanda Griep Hirai, Thayná da Silva Felix, Luanna Caetano de Azevedo Silva, Paula Karoliny Vicente de Oliveira, Raquel de Melo Silva, Sílvia Pereira Silva Bomfim e Alan Cardoso Marques dos Santos, “objetiva apresentar como os estudos e as atividades desenvolvidas ao longo de quase uma década têm contribuído na formação de seus membros no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, tripé basilar que acolhe o estudante quando chega à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas”. O Grupo destaca ainda mais o contexto pandêmico que trouxe o aumento da fome como uma de suas mais devastadoras con-

sequências. “O GEPSSAN é a concretude que abriga, em seu interior, espaços destinados à discussão de algo que é inerente à nossa sobrevivência no planeta: a alimentação. Alimento é vida, saúde e vitalidade. Alimento é condição para pensar, andar e produzir”.

O quarto artigo, denominado “**GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO GÊNERO, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS – DIVERGE**”, de autoria de Elvira Simões Barretto, nos brinda com a oportunidade de conhecer “algumas iniciativas acadêmico-científicas voltadas para a promoção e a consolidação de uma cultura que valorize a diversidade étnico-racial, a equidade de gênero, a diversidade sexual visando à superação de opressões racistas, de gênero e de classe social”. O texto evidencia que as atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas/imbricadas ao Diverge/FSSO/CNPq “trazem consigo contribuições importantes para o enfrentamento das opressões de gênero, classe, sexualidade e étnico-racial, nos âmbitos do ensino-graduação e pós-graduação; da pesquisa e da extensão”.

Na sequência, há o artigo intitulado “**PET CONEXÕES DE SABERES SERVIÇO SOCIAL: Espaço de Formação Profissional, Lutas e Afetos**”, de autoria de Andréa Pacheco de Mesquita, Josimeire de Omena Leite e Juan Douglas Silva de Sá. O artigo convida o/a leitora a conhecer a história do Programa de Educação Tutorial e sua relevância na Educação Superior Pública, além de expor as experiências do PET-SSO. Os autores afirmam “que, em seus 11 anos de existência, o referido grupo PET vem contribuindo com o processo de formação profissional crítica de graduandas/os em Serviço Social, efetivando a proposta do programa, na modalidade Conexões de Saberes, no tocante ao estímulo à ampla formação, à autonomia pedagógica, ao melhor contato com a comunidade acadêmica e externa, além da perspectiva cidadã, a partir da prática da indissociabilidade da tríade universitária”.

Encerrando a segunda parte, tem-se o artigo “**SERVIÇO SOCIAL E PRO/PETSAÚDE: experiências extensionistas e formação no ciclo 2010-2012**”, de autoria da Telma Cristiane Sasso de Lima, que expõe a “experiência do grupo tutorial de Serviço Social no PETSaúde e de sua relação com o convênio Prosaúde II, avaliando a experiência extensionista vivida, entaves e descontinuidades”. A autora considera que o PRO/PETSaúde configura-se

como uma das políticas dos Ministérios da Saúde e da Educação “afeitas à formação em prol de um perfil profissional crítico, socialmente referenciado para prevenção e atenção à saúde”.

A terceira e última parte da coletânea está dedicada aos núcleos temáticos. O primeiro artigo, de autoria de Nadia Regina Loureiro de Barros Lima, Maria Aparecida Batista de Oliveira e Elvira Simões Barretto, intitula-se **“E ASSIM SE PASSARAM 32 ANOS! NÚCLEO TEMÁTICO MULHER E CIDADANIA: gênero na Ufal desde o século passado”** e apresenta a história do Núcleo, seus projetos, realizações e perspectivas. Destaca a relevância do Núcleo quando “sai dos muros da Universidade, promove ações para a organização das mulheres das comunidades, atua junto à sociedade civil organizada e contribui efetivamente para o fortalecimento dos movimentos sociais das mulheres em Alagoas”.

O segundo artigo, intitulado **“NÚCLEO TEMÁTICO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – NTCA: três décadas de lutas, resistências e desafios ante a desproteção social de crianças, adolescentes e jovens”**, expõe em “largos traços a história do Núcleo temático da Criança e do Adolescente da Faculdade de Serviço Social” e explicita as principais tendências da pesquisa e da extensão ao longo dos seus 33 anos de existência, destacando seu espaço na produção de conhecimento e de articulação entre a Universidade e a sociedade. O artigo é assinado por Márcia Iara Costa da Silva, Mariluce de Macedo Veras, Laryssa Danielly Silva Fernandes, Anna Emanuely Oliveira Laurindo, Ana Izabelle Lourenço de Souza e Jenifer Bezerra da Silva.

Fechando a coletânea, o artigo **“NÚCLEO TEMÁTICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – NUTAS: trajetória e contribuição à Política de Assistência Social em Alagoas”**, assinado por Janne Alves Rocha, Maria Betania Buarque Lins Costa e Maria Lúcia dos Santos Moreira da Silva, oferece uma rica e primorosa retrospectiva da trajetória do Nutas, ressaltando “as ações de ensino, de pesquisa e de extensão, sempre tendo em vista o desenvolvimento dos discentes da FSSO e de cursos afins, dos profissionais vinculados ao trabalho no campo das políticas públicas, com ênfase na Assistência Social e das populações e organizações comunitárias que requisitarem sua colaboração”.

Sem dúvidas, estamos diante de uma publicação imprescindível para o conhecimento da história da formação e consolidação da pesquisa e da extensão na Faculdade de Serviço Social, apontando perspectivas para a continuidade dessa história que perpassa a formação e o exercício profissional. Convidamos todos e todas a conhecer essa produção construída por muitas mãos. Os artigos que formam esta coletânea constituem uma mostra da importância da pesquisa no Serviço Social e resgatam a trajetória e o desenvolvimento das suas pesquisas particulares, apresentando suas trajetórias, o que coincide com a trajetória de professores/as e alunos/as no processo de transformação em pesquisadores/as e difusores/as do conhecimento científico e da pesquisa na Faculdade de Serviço Social.

Para além do resgate da trajetória histórica dos grupos de pesquisa e extensão, os/as autores/as apresentam debates importantes que realizam em seus grupos, evidenciando suas linhas de pesquisa e socializando suas contribuições na realização de diferentes atividades que, como veremos, ultrapassam “os muros da universidade”. Os/as leitores desta coletânea poderão compreender a relevância dos grupos de pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social e perceber que os registros socializados pelos/as autores/as descrevem as trajetórias de diversos estudantes e profissionais que podem não ter permanecido na universidade, mas puderam participar, durante sua permanência na Ufal e/ou nos grupos de pesquisa e extensão, desse rico processo de formação profissional.

As Organizadoras

Parte I

A Pesquisa

O legado da pesquisa científica no Serviço Social em processos formativos

Edivânia Melo
Manuella Aragão Pinheiro
Reivan Marinho de Souza

Introdução

O modo como o Serviço Social, ao longo de sua história, procura apreender a realidade não se constitui de forma linear. As diferentes perspectivas teórico-metodológicas não são apropriadas historicamente por meio de uma decisão arbitrária do pesquisador e profissional, mas refletem o movimento, a dinâmica da própria sociedade. Procurar desvendar ou obscurecer o mundo – base da investigação e da prática – é uma possibilidade social que se constitui na relação dinâmica entre a profissão e a sociedade, referenciada pela apropriação de conhecimento de matrizes teórico-metodológicas distintas, a saber: a matriz positivista (racionalidade formal abstrata) e a matriz histórico-crítica (racionalidade crítico-dialética). Em outros termos, “privilegiar a historicidade do Serviço Social supõe apreendê-lo no seu movimento de vir-a-ser cotidiano, em seu permanente processo de transformação ante as mudanças históricas, e mediante o protagonismo dos ‘trabajadores sociales’” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 30).

O Serviço Social como profissão tem um legado histórico, com influências do pensamento conservador e da perspectiva histórico-crítica. Portanto, refletir acerca do significado, da importância da pesquisa e da produção do conhecimento na formação profissional requer retomar momentos históricos fundamentais, os quais contribuem para entender os saltos qualitativos conquistados, bem como os desafios a serem enfrentados.

No presente artigo, é abordado, ainda que sucinta e inicialmente, o legado da pesquisa em processos formativos de assistentes sociais no Brasil, tendo como referência as bases teórico-metodológicas da profissão em seu processo de institucionalização, no Movimento de Reconceitualização e na Renovação Profissional, de modo a destacar as diferentes aproximações

teóricas e o salto qualitativo alcançado na pesquisa e na produção científica com a assimilação do marxismo.

A dimensão da pesquisa no contexto da institucionalização do Serviço Social no Brasil até 1960

A longa história profissional do Serviço Social no Brasil, desde suas origens até os anos de 1960, é marcada de modo particular no que se refere à vivência em pesquisa e em extensão, haja vista a prioridade da dimensão técnica-operativa, bem como do imperativo das requisições instrumentais e do fazer à formação profissional no Brasil, conforme expressado nas bases teórico-metodológicas apropriadas pelo Serviço Social. Neste sentido, a influência do confessionalismo europeu e do tradicionalismo estadunidense, reconhecidamente conservadores, demarcou o caráter restritivo da pesquisa e da produção de conhecimentos, uma vez que reduzia o saber à dimensão técnico-operativa, à sistematização de pesquisas empiricistas, à prevalência de instrumentos técnicos e às reflexões norteadas por fundamentos positivistas.

Logo, a influência europeia na formação profissional do Serviço Social no Brasil apresentava uma base mais doutrinária do que científica. Os critérios ético-morais da filosofia tomista determinaram o modo de apreender a realidade, ou seja, a partir de um julgamento valorativo dos fenômenos sociais. O Serviço Social, em suas origens, analisava a sociedade permeado por critérios ético-abstratos, por uma apreensão moral, subjetiva da “questão social”, em detrimento de uma análise mais objetiva.⁶ A questão técnica fica subordinada aos princípios filosóficos, de maneira a não se constituir ainda uma formação profissional mais definida, na qual

⁶ Em outros termos, conforme afirma Jeannine Verdès-Leroux: “o projeto da assistência social nascente não é, pois, o de ‘ajudar’ operários em dificuldade - este é um vocabulário moderno -, mas o de *educar a classe operária*, isto é, fornecer-lhes regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, ensinar-lhe a racionalidade; ‘discipliná-la’ nos seus trajés, nos lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. Trata-se, pois, de impor, como se fosse universal, um sistema único de representações e comportamentos - o da classe dominante -, desqualificando, ao mesmo tempo, o modo de vida da classe dominada.” (VERDÈS-LE-ROUX, 1986, p. 15, grifo da autora).

os pressupostos científicos fossem norteadores dessa formação. É assim que, no início do processo de formação profissional, pode-se perceber:

Tanto no aspecto científico como no técnico, uma extrema carência de objetividade e coerência. Abarcam (especialmente no aspecto científico) uma infinidade de assuntos - através de noções gerais - díspares entre si. As próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia específica. As próprias técnicas não possuem teorização que as possa sustentar. A formação técnica remete essencialmente à prática. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985, p. 230)

Contudo, essa complexa configuração da base teórica da profissão se intensifica e ganha novos contornos em meados da década de 1940. É quando, com o processo de modernização das relações sociais na fase de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, o Serviço Social se institucionaliza como profissão interventiva, já com um aparato técnico mais bem definido. Segundo a tese de José Paulo Netto (1992):

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica [...]. A emergência profissional é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio. (PAULO NETTO, 1992, p. 69-70)

A institucionalização do Serviço Social no Brasil demonstra a validade desta tese supracitada, pois é precisamente a partir das transformações na organização capitalista em 1940 que a profissão se inscreve na divisão sociotécnica do trabalho, legitimando-se, por meio do desempenho de funções específicas, na esfera das políticas públicas, vinculada, portanto, ao aparato estatal. Sob esse contexto, o Serviço Social se caracteriza como disciplina de intervenção na realidade a fim de responder às manifestações da questão social.

Nesse processo de institucionalização, fez-se necessário a presença de um profissional mais qualificado e eficiente, no intuito de enfrentar a problemática social nas instituições assistenciais. Para tal, foram apropriados pela profissão os referenciais teóricos funcionalistas da produção

norte-americana.⁷ Nesse momento, entretanto, o Serviço Social ainda não havia rompido com os pressupostos ético-abstratos do doutrinário cristão; ao contrário, subordinava-se às ideias funcionalistas norte-americanas. A apreensão metodológica da realidade, orientada por esse referencial, é diretamente compatível com a racionalidade capitalista. Assim, o Serviço Social, sob esse contexto, entendia a sociedade enquanto um todo orgânico, equilibrado, e os problemas sociais como disfunções passíveis de serem reajustadas por meio de um processo de mudanças. A ordem social, segundo tal perspectiva, tem que ser mantida por meio de um processo de regulação e de controle das relações sociais, a fim de atender às necessidades da reprodução capitalista.

Esses fundamentos tradicionais, baseados na teoria funcionalista, analisam a realidade a partir da expressão objetiva dos fenômenos sociais, imbuídos da ideia de adaptação do indivíduo ao meio, à sociedade na qual se encontra inserido. Constitui-se como uma metodologia tradicional que visa à operacionalidade dos métodos de “caso” e “grupo” do Serviço Social de enfoque tradicional, no controle de situações sociais-problema, resultantes de disfunções individuais e sociais. Consoante Paulo Netto (1981):

Por Serviço Social de enfoque “tradicional”, deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa, burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina. Evidentemente há um nexos essencial entre ambos [Serviço Social clássico e Serviço Social tradicional]: parametra-os uma ética liberal-burguesa

⁷ De acordo com Wilbert Moore, frequentemente se atribui a Emile Durkheim a “criação do funcionalismo”, que se origina na obra clássica “De la division du travail social”. Nessa obra, segundo Moore, Durkheim demonstra o postulado de “um estado primitivo de coesão social, baseado na semelhança, e não nas diferenças interdependentes.” Acrescenta Moore que a perspectiva funcionalista está expressa na sociologia contemporânea, estando consolidada na produção teórica: de Talcott Parsons, que desenvolve uma tipologia de sociedade a partir de uma concepção evolucionária; de Kingsley Davis, com sua “Teoria funcional da estratificação”; e na de Robert Merton, com a proposta de formalização do funcionalismo. Morre destaca ainda que a ideia central da perspectiva funcionalista é de que “os agregados sociais humanos [ou sistemas sociais] envolvem unidades diferenciadas que são interdependentes”. Contudo, expõe que o postulado básico da teoria funcionalista, originário de Durkheim, é o princípio de integração social: “o de que partes analiticamente distinguíveis de qualquer sociedade ou cultura devem ser adequadas ao resto do sistema” (MOORE, 1980, p. 421-439).

e sua teleologia consiste numa correção - numa ótica claramente funcionalista - de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis sobre o substrato de uma concepção idealista ou mecanicista da dinâmica social sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável. (PAULO NETTO, 1981, p. 60-61)

A necessidade imperativa de responder às mazelas da questão social, em face do processo de reprodução das classes, impôs ao Serviço Social – quando da institucionalização profissional – a construção de um aparato técnico. Assim, sob essa perspectiva técnico-operativa, a questão da pesquisa e da investigação no Serviço Social foi orientada para realizar a caracterização da realidade, marcada pela exigência da delimitação de procedimentos operativos, a fim de responder às exigências da realidade imediata. Logo, o domínio da técnica e dos instrumentos passou a ser uma das prerrogativas metodológicas básicas da profissão para atender aos novos padrões de racionalização da assistência. A qualidade e a eficiência na operacionalidade de seus objetivos, funções e instrumentos técnicos tornam-se o parâmetro da pesquisa, da produção de conhecimentos e da intervenção profissional. Assim, a constatação da importância da pesquisa na formação e na prática constitui um avanço técnico e científico da época, contudo, correspondia às exigências instrumentais daquelas referências e práticas tradicionais. Sob o contexto dessas práticas, a pesquisa adquire significado porque, naquele momento, era preciso responder aos problemas sociais.

A dimensão da pesquisa vai se estruturando na formação profissional em Serviço Social à medida que as requisições da realidade demandam uma formação técnica qualificada. Predomina a pesquisa moderna da ciência social aplicada, baseada no método científico, referenciada nos fundamentos positivistas e funcionalistas, que requeria planejamento sistemático por meio da delimitação de cronogramas e etapas, tais como definição e verificação de hipóteses, elaboração de instrumentos, definição de amostras, realização de levantamento de dados, sistematização dos dados empíricos, resultando em uma síntese, a qual é considerada conhecimento científico, teoria.

A nosso ver, a caracterização da realidade é um momento necessário no processo investigativo. Revela o fenômeno em sua dimensão primeira; no entanto, essa caracterização, essa sistematização dos dados empíricos não se confundem com a teoria, expressa uma formulação inicial. Esta

elaboração teórica se estrutura, desse modo, enquanto um modelo que recupera a realidade em sua forma imediata, empírica. É preciso, então, dar continuidade ao processo de conhecimento da realidade e, assim, chegar a abstrações mais gerais, as quais podem revelar a complexidade da totalidade social; tal movimento de investigação pressupõe parâmetros teóricos histórico-críticos distintos das referências positivistas de análise.

A concepção metodológica que orienta a pesquisa de cunho tradicional não se propõe a capturar as conexões essenciais que constituem o ser social burguês, mas apenas os aspectos exteriores, factuais, que podem ser formalmente manipuláveis a depender do objeto em análise. Isso porque tais perspectivas são orientadas por uma racionalidade formal-abstrata, de traço eminentemente gnosiológico, que tem suas origens na tradição kantiana – só é possível apreender as sensações que o objeto nos possibilita, e não o objeto em si –, no empirismo clássico – só é possível capturar o objeto sob sua forma singular, a partir da experiência científica –, e/ou na influência hegeliana – o objeto é produto de uma construção subjetiva, não corresponde ao ser em si, logo, a subjetividade se confunde com a objetividade, na medida em que processa seu autoconhecimento. Em outros termos, o substrato teórico da perspectiva tradicional do Serviço Social baseada na racionalidade formal-abstrata, no processo de conhecimento, atribui ao objeto real uma legalidade que é própria de uma operação lógico-formal, ou seja, a razão organiza e sistematiza os dados empíricos a partir do movimento do pensamento. O sujeito, sob essa perspectiva metodológica, constrói modelos teóricos capazes de propiciar a compreensão do objeto em sua forma universal ou singular, porém, não possibilita a captura do objeto real em sua forma particular. Essa herança conservadora dificulta e restringe o avanço da pesquisa científica, expressando os limites em termos da captura das determinações sócio-históricas da sociedade e também da própria profissão.

Ainda que com diversas variações e assimilações teóricas referenciadas em teorias das Ciências Sociais, essa apreensão predominou no modo de fazer pesquisa na formação profissional até a vigência do Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil, ou seja, até os anos de 1960, conforme supraexposto.

A Pesquisa no Movimento de Reconceituação e na Renovação Profissional no Brasil

O Serviço Social latino-americano, premido pelas alterações ocorridas no desenvolvimento capitalista nos anos de 1960 e também pelo avanço de processos revolucionários na América Latina e em Cuba, em oposição à hegemonia estadunidense no continente latino-americano, realiza o Movimento de Reconceituação e constrói a crítica ao tradicionalismo, de modo a dimensionar a pesquisa científica, a formação acadêmica e a perspectiva histórico-crítica como estratégias para enfrentar os limites da herança conservadora.

É por meio do processo de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, em meados de 1960, que se descortina, de forma plural, o debate em torno da crítica aos fundamentos teórico-metodológicos que subsidiaram tanto a pesquisa, quanto a produção de conhecimentos e o exercício profissional, desde suas origens. Esse processo é tributário das transformações na América Latina, resultantes da expansão monopolista, sob o contexto do regime militar, da instauração do Estado autoritário/autocrático, quando então, os assistentes sociais ensaiaram as primeiras críticas à herança tradicional – às influências tomista, funcionalista, presentes nas proposições teórico-metodológicas estadunidenses.

O Movimento de Reconceituação, conforme salienta Yamamoto (1992):

Perfilou-se, desde o seu nascedouro como um movimento de denúncia, autocrítica e de questionamentos societários, que tinha como contra-face um processo coletivo de busca de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade, a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos. (IAMAMOTO, 1992, p. 8)

O Movimento de Reconceituação⁸ aglutinou parte da categoria profissional em torno da crítica à herança tradicional, desenvolvendo-se de

⁸ Convém salientar, historicamente, que este movimento origina-se “no I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, em 1965, em Porto Alegre (RS), presidido por Seno Cornely, na busca de um ‘Serviço Social latino-americano’. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo estadunidense, num contexto político cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana (1959), das lutas estudantis

forma heterogênea e convivendo, nos diversos países da América Latina, com perspectivas teóricas distintas (SOUZA, 2008, p. 200). De modo similar, Faleiros ressalta que

Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e reforma com outras de transformação da ordem social vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação. (FALEIROS, 1987, p. 51)

De modo mais amplo, Iamamoto e Santos (2021) argumentam que:

O Movimento de Reconceituação expressa [...] um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais, [...]. Como já salientado, *a unidade daquele movimento assentava-se na busca de um Serviço Social latino-americano*; na recusa da importação de teorias e métodos alheios a nossa história, na formação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciavam-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços e a debilidade teórica no universo profissional. Os/ As assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos de trabalhadores e “marginalizados” na região. (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 45, grifos das autoras)

A crítica ao tradicionalismo profissional, conforme exposto pelos autores supracitados, no contexto da Reconceituação, dá-se de forma diversa, teórica e metodologicamente, com a aproximação ao referencial

de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e da Teologia da Libertação. Os seminários subsequentes foram em Montevideu, Uruguai (1966), presidido por Herman Kruse; em General Rocca, Argentina (1967), presidido por Natálio Kisnerman; em Concepción, Chile (1969), presidido por Luís Aranedá; em Cochabamba, Bolívia (1970), presidido por Edy Sanches; em 1971 e novamente em Porto Alegre, Brasil (1972), sob a presidência de Costela; em Lima (1976) (CORNELLY, 2003, p. 53). Tais iniciativas ameaçam a hegemonia das lideranças e organismos do Serviço Social em suas bases políticas, teóricas e organizativas em vários países – aqui também evidenciados – e, simultaneamente, soldam bases coletivas para a resistência na luta contra-hegemônica na construção de um Serviço Social latino-americano”. (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 44-45).

marxista e às Ciências Sociais. Verifica-se, na América Latina, o avanço do investimento em pesquisa, com a formação de Centros de Investigação e de documentação que buscam refletir sobre a realidade profissional, de forma a aglutinar a produção científica de pesquisadores da área de Serviço Social. Tem-se como referência, nesse processo, a criação do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social - CELATS* (1974-1984), centro este que inaugura a pesquisa em Serviço Social latino-americano e o torna campo de conhecimento. Convém destacar que

A direção social assumida pelo CELATS inscreve a análise do Serviço Social na história, no âmbito das relações entre as classes – *voltado para o conjunto dos segmentos dos trabalhadores e para suas lutas – e destas com o Estado, mediatizadas majoritariamente pelas políticas sociais públicas*, o que representa uma efetiva inovação analítica naquele momento. Abre-se uma pauta de pesquisa que se torna *clássica* no Serviço Social latino-americano, mantendo sua relevância e atualidade. (BRAVO; IAMAMOTO; RAICHELLIS, 2021, p. 220, grifo das autoras)

É precisamente na pesquisa atual sobre a história do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, sob a coordenação de Marilda Vilela Iamamoto e de Cláudia Mônica Santos, com o engajamento das autoras supracitadas anteriormente, que se expõe e se problematiza a importância do CELATS, instituição que reuniu um conjunto de pesquisadores e intelectuais experientes das Ciências Sociais e do Serviço Social na América Latina, com vistas tanto a produzir uma “consciência crítica sobre a problemática estrutural e conjuntural da América Latina como continente subdesenvolvido e dependente na divisão internacional do trabalho” (BRAVO; IAMAMOTO; RAICHELLIS, 2021, p. 222), quanto a fomentar “novas funções de natureza investigativa” (BRAVO; IAMAMOTO; RAICHELLIS, 2021, p. 222), as quais requeriam a qualificação de profissionais latino-americanos e caribenhos.

Segundo estas autoras,

O CELATS foi criado em 1974 como organismo acadêmico da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALATS), com autonomia técnico-política e aporte financeiro e logístico da (...) Fundação Konrad Adenauer [alemã], tendo seus estatutos aprovados em 1975. Ele incorpora o espírito do Movimento

de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, procede à crítica teórica e política de seus dilemas e a supera, preservando as suas conquistas. Assim, se ele é tributário das principais bandeiras daquele movimento, estas são submetidas à crítica teórica e política rigorosa na perspectiva de sua superação, abrindo um novo e inédito período do Serviço Social latino-americano. Busca-se conferir estatuto científico, acadêmico e intelectual a essa área profissional alimentada pelo empiricismo pragmatista de base positivista e destinada a desempenhar tarefas executivas na divisão social e técnica do trabalho. (BRAVO; IAMAMOTO; RAICHELLIS, 2021, p. 222, grifo das autoras)

Neste sentido, as autoras salientam que a Reconceituação, além de fomentar a apreensão crítica da realidade da América Latina como continente dependente, atribuiu ao Serviço Social novas funções na esfera investigativa, as quais requererão a organização de políticas estratégicas do CELATS a partir de três grandes eixos, quais sejam:

investigação, capacitação continuada e comunicação, em um contexto de crescente politização do meio profissional latino-americano – tributária dos conflitos e lutas sociais à época, na América Latina – em seus embates com o assistencialismo, o conservadorismo e o desenvolvimentismo na perspectiva de construção do que, à época se denominou “Serviço Social crítico”. (BRAVO; IAMAMOTO; RAICHELLIS, 2021, p. 222-223, grifo das autoras)

A trajetória do Movimento de Reconceituação na América Latina, conforme a pesquisa citada por Iamamoto (2021, p. 44), expressa-se na experiência do CELATS/ALAETS, na criação de centros de documentação, na organização de grandes seminários, na publicação de revistas – dentre as quais, a *Acción Crítica* – e na constituição do “Serviço Social crítico”, de maneira a demonstrar a busca de seus idealizadores em fomentar a pesquisa e a produção científica do Serviço Social acerca da realidade latino-americana, a fim de desvendar as contradições produzidas pelo desenvolvimento capitalista neste continente.

Isso se dá de forma abrangente a partir do questionamento no tocante à herança conservadora, ao assistencialismo, ao desenvolvimentismo, ao pan-americanismo, ao papel da Ciência e do ensino na universidade, à relação entre desenvolvimento e modernização, à relação entre imperialismo e dependência, aos países centrais, aos fundamentos teórico-

metodológicos e técnico-operativos, à organização política e à direção social da profissão. Isto se deu ainda que as práticas militantes do marxismo vulgar – caracterizadas pelas concepções messiânicas de compromisso profissional com a transformação da ordem burguesa – insistissem em dar a tônica de uma das tendências do Movimento de Reconceituação, com a recusa da inserção de assistentes sociais em espaços institucionais, expressando, assim, um equívoco de análise da inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, bem como de sua função social na sociedade. Contudo, o avanço profissional teórico, político foi conquistado coletivamente, inclusive com a construção de crítica àqueles enviesamentos políticos⁹, conforme expõem as referidas autoras em pesquisa realizada sobre o Movimento de Reconceituação na América Latina.

É precisamente na continuidade da trilha histórico-crítica, inaugurada no Movimento de Reconceituação, que se constitui a Renovação Profissional¹⁰ no Brasil, ocorrida nos anos de 1980 em diante, e as condições teórico-metodológicas para poder se avançar com a pesquisa no Serviço Social brasileiro. Na Renovação são sinalizados avanços que inauguram o pluralismo teórico-metodológico, político e ideológico, os quais superam o caráter monolítico restritivo do tradicionalismo em razão do recurso às diversas matrizes do pensamento social. Verificou-se, então, um debate teórico plural que,

⁹ Cumpre destacar que, à época, também se efetuou um diálogo teórico frágil com a tradição marxista, haja vista a incorporação dos manuais políticos do marxismo expresso nas obras de Mao Tsé-Tung, Politzer e de Marta Harnecker, que serviram para marcar um posicionamento político contrário às bases tradicionais. Ainda que eivado de enviesamentos políticos, essa assimilação contribuiu para constituir o compromisso político profissional com os movimentos da classe trabalhadora.

¹⁰ Segundo Paulo Netto (2007), o processo de Renovação Profissional do Serviço Social no Brasil origina-se durante a vigência da autocracia burguesa, constituído por três perspectivas distintas – a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura – que têm em comum a contraposição ao Serviço Social de enfoque tradicional. A perspectiva de intenção de ruptura, em particular, surge no âmbito da universidade, tendo sido conduzida por uma massa crítica de intelectuais que se aproximam do referencial teórico marxista para construir a análise crítica da sociabilidade capitalista e da profissão, a oposição à autocracia burguesa e a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. Sob esta perspectiva, a pesquisa científica é traço marcante da requisição teórica de aprofundamento do conhecimento sobre a realidade social.

ora centrava-se em uma perspectiva modernizadora, “que enfatizava o domínio técnico à aplicação de instrumentos enquanto mecanismos de regulação do exercício profissional, [e de modo contrário] postulava a necessidade de apropriação do método crítico-dialético, como possibilidade de apreender a realidade em suas determinações objetivas, [...]” (SOUZA, 2008, p. 201). Logo, ocorre nesse movimento o aprofundamento da interlocução com as Ciências Sociais e também com o marxismo, os quais proporcionaram ao Serviço Social a eliminação de sua condição de subalternidade intelectual, ou seja, a restrição da assimilação e da produção de conhecimentos às requisições instrumentais de sua dimensão interventiva.

Destaque-se que é com a estruturação da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* nas universidades, a fim de qualificar docentes e profissionais, e também com a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, em 1984, que se consolidou, com efeito, a dimensão investigativa na formação profissional, o que possibilitou avançar em termos de análise crítica, sólida sobre a realidade social e profissional.

Ademais, a promoção dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social -ENPESS, promovidos pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS e, posteriormente, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1998), fortaleceu o debate nacional a fim de incentivar pesquisas na formação e no exercício profissional, apoiar iniciativas nas universidades no que concerne à estruturação dos Programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, incentivar a constituição da representação de área nas agências de fomento à pesquisa (CAPES e CNPq), bem como apoiar a elaboração de periódicos na área. Neste sentido,

O avanço da formação profissional em nível de pós-graduação, desde os anos de 1980, evidencia-se na expressiva produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea, resultante da consolidação dos Programas de Pós-graduação, em que amadurecem as pesquisas em nível de Mestrado e de Doutorado, bem como a estruturação dos Grupos, Núcleos e Redes de Pesquisa nas Unidades de Formação Acadêmica/UFAL. (AMARAL; ALCÂN-TARA; SOUZA, 2017, p. 165)

Neste momento, ensaia-se então a maturidade teórica do Serviço Social, tornando-o área de conhecimento no Brasil, dimensão esta que resulta também da “ativa participação dos seus intelectuais na formação de uma massa crítica” (MOTA, 2013, p. 11), que não exclui a particularidade da profissão como ação prático-operativa, pois

[...] O processo constitutivo desta dimensão, todavia, obrigou os pensadores e pesquisadores da área a enfrentarem enormes desafios, dentre eles, o de afastar-se “teórica e metodologicamente” de uma concepção “aplicada” do conhecimento, cuja exigência de operatividade conteria grilhões que aprisionam a pesquisa à intervenção direta e imediata na realidade. Também os obrigou a enfrentar a resistência de alguns setores profissionais que tratam a relação entre conhecimento crítico e determinações da prática como um processo de complementaridade ou identidade, e não como uma unidade dialética e contraditória. Nesse sentido, reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento equivale a enfrentar o discurso que desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos e que a considera como uma “produção acadêmica descolada das necessidades da prática profissional”. (MOTA, 2013, p. 11)

Consoante Mota (2013), estas dimensões – Serviço Social como profissão e como área de conhecimento – articulam-se porque se referem à realidade concreta. No entanto, elas se distinguem, pois

enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, também ele referenciado por aquela produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e práticas sociais as mais diversas. Nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, senão a existência de patamares diferenciados da atuação social do Serviço Social. (MOTA, 2013, p. 11)

É, pois, precisamente no contexto da revisão da formação profissional no Brasil, sob a coordenação da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 1982, que são retomadas e aprofundadas as críticas à herança tradicional, em vista da necessidade de construir um novo projeto de formação profissional que fosse comprometido com os interesses da classe trabalhadora (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS

DE SERVIÇO SOCIAL, 1984).¹¹ Ao tecer crítica ao Serviço Social de enfoque tradicional, o momento de revisão não teve como se abster da discussão acerca de posições teóricas diferenciadas, inspiradas na tradição marxista. Esse debate foi orientado tanto para superar as simplificações¹² no tratamento das categorias de análise, quanto para contribuir e suplantar os reducionismos no trato das pesquisas restritas à delimitação de procedimentos técnico-operativos, herdadas da tradição positivista. A aproximação em relação às fontes originais da teoria social de Marx, ao pensamento de Gramsci e de Lukács consolida a pesquisa na área, culminando na estruturação de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), os quais qualificarão a investigação sobre uma diversidade de temas que carecem de estudos aprofundados para poder responder aos dilemas do mundo contemporâneo. As temáticas são as mais variadas, pois vão desde a análise do Estado, de políticas sociais, de movimentos sociais, do poder local, da realidade institucional, dos direitos sociais, das condições de reprodução da classe trabalhadora até aos fundamentos que explicitam a profissão e incidem sobre os objetos profissionais.

A consolidação da aproximação em relação ao marxismo – nos anos de 1980, 1990, 2000 até o momento atual – é resultante das conquistas da pesquisa e da produção científica alcançadas nos processos de Reconceitualização e de Renovação Profissional, os quais podem ser considerados como o vetor decisivo para que se aprofundar a análise do acirramento das contradições iminentes do capital, de modo a ensejar respostas qualificadas que descortinem, que desvendem o mundo em crise na atualidade. Pode-se salientar que o aporte teórico-metodológico marxiano, de base ontológica, que fundamenta a incursão do Serviço Social brasileiro na investigação dos processos sociais, é:

[...] herdeir[o] da racionalidade crítico-dialética, [movimento em que] a razão realiza o processo de conhecimento, tomando como

¹¹ A reflexão acerca desse processo de Revisão Profissional, em 1982, encontra-se no documento sob título “Projeto de investigação: a formação do assistente social no Brasil. Determinantes históricos e perspectivas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 1984, p. 104-143).

¹² As simplificações no trato da questão metodológica se traduziam na redução do conceito de método à definição de procedimentos operativos.

ponto de partida os fenômenos sociais em sua manifestação empírica enquanto um todo caótico e desfigurado. A razão faz uso dos procedimentos sistematizadores e procura recuperar os aspectos gerais e singulares dos fenômenos para chegar ao concreto. Dando continuidade ao processo, a subjetividade inicia a reflexão que, via intuição e razão, opera uma representação dos fenômenos, do todo, chegando a uma determinação mais precisa – as abstrações simples. A partir dessas abstrações simples, porém mais determinadas, essa subjetividade realiza o movimento em sentido contrário, indo das abstrações mais gerais e determinantes até alcançar o concreto, um complexo de relações numerosas, a síntese do processo de conhecimento. Esse processo revela o movimento dinâmico da razão em busca de apresar o real, uma possibilidade concreta de superação da imediatez dos fenômenos singulares. (SOUZA, 2008, p. 204-205)

Assim, a apreensão desse modo de conhecer histórica e criticamente o ser social sob uma perspectiva de totalidade, na pesquisa e na produção científica, só se tornou possível em razão da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, aproximando-se das fontes originais marxianas, as quais possibilitaram – e ainda possibilitam – metodologicamente a análise da sociedade, “a reconstrução do objeto que se revela sob a forma de concreto pensado, o alcance das complexas determinações que constituem o ser social” (SOUZA, 2008, p. 205).

O investimento científico do Serviço Social brasileiro não só foi como ainda é necessário para poder superar uma perspectiva metodológica de base gnosiológica, herdeira da racionalidade lógico formal-abstrata, que procede à operação científica a partir da confusa relação entre “o ponto de partida do conhecimento (procedimentos sistematizadores) com o ponto de chegada (a elaboração teórica), não superando, desse modo, os limites empíricos dos fenômenos” (SOUZA, 2008, p. 204).

Ana Elizabete Mota, de modo similar, enfatiza que a produção de conhecimento crítico sobre a realidade supõe “na trilha assertiva de Marx sob a imposição da crítica radical para desvelar os fetiches da sociedade do capital *‘porquanto toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem’*” (MOTA, 2013, p. 9, grifo da autora). Neste sentido, os desafios da construção de mediações intelectivas que expliquem a complexidade da reprodução do sistema do capital e também da sociedade que o

reproduz se transformaram no exercício teórico-metodológico da pesquisa contínua e exigente do Serviço Social em face das agruras referentes às condições precárias de subordinação do trabalho geradas pelas profundas transformações operadas pelo capitalismo, manifestas nas diversas expressões da questão social. Cumpre salientar que

Essas referências teórico-metodológicas marxianas, embora não estejam diretamente vinculadas à preocupação com o processo orgânico que leva o homem à produção do conhecimento, apontam para uma questão que nos parece central nesse método materialista e histórico – a matéria, o mundo com as suas diferentes representações nem sempre são dependentes da vontade do homem, muito embora sejam fatores condicionantes do conhecimento, tanto do construído no seu fazer cotidiano quanto do decorrente da prática científica. É por isso que nem sempre o homem produz o conhecimento que deseja e precisa enquanto sujeito coletivo. Assim sendo, o conhecimento resultante do ato criador do homem constitui-se de força que movimenta a própria criação e a transformação das suas necessidades em sentidos paralelos e opostos. Expliquemos, a partir das relações sociais capitalistas, como é no caso do Brasil: enquanto alguns setores da sociedade se beneficiam do conhecimento para o refinamento e aumento da satisfação das suas necessidades sociais, existem alguns segmentos dessa mesma sociedade que, nesse mesmo momento, têm a satisfação de suas necessidades, até mesmo biológicas, diminuída. Esses últimos padecem, muitas vezes, em decorrência da não socialização dos produtos de conhecimentos científicos e tecnológicos elaborados e utilizados pelo homem no seu fazer-se histórico. (SETUBAL, 1995, p. 29-30)

Assim, conforme mencionado anteriormente, podemos afirmar que o Serviço Social brasileiro transitou na formação e na prática profissional, das bases confessionais, funcionalistas, estrutural-funcionalistas ao movimento de ruptura e resistência ao conservadorismo, por meio da aproximação ao marxismo. Sua história é marcada pela vinculação a um projeto conservador e a um projeto crítico – o Projeto Ético Político, expressando, portanto, o confronto de interesses por parte de classes distintas, as quais estão presentes na sociedade brasileira e que incidem sobre a profissão. Daí o elemento que vem distinguir o Serviço Social de outras profissões: incorporar, no final dos anos 1980, um projeto crítico que nega a ordem social burguesa, que se compromete com a construção da emancipação humana, com vistas à conquista da liberdade plena pela classe trabalhadora, articulando-se ao projeto desta classe.

Considerações finais

Os avanços mais significativos do Serviço Social se deveram, sobretudo, à aproximação à teoria social de Marx, cujos frutos se verificam na pesquisa e na produção do conhecimento na universidade, nos espaços sócio-ocupacionais e na sua inserção efetiva nas lutas sociais, o que revelou uma face até então incipiente ou não assumida pelo Serviço Social até os anos 1970, qual seja, o investimento em pesquisa científica, a qual demandará de docentes, profissionais e discentes apreender/desvendar os determinantes históricos materiais da sociedade burguesa, da profissão, das condições de trabalho e de reprodução do trabalhador assalariado, da função do Estado e da política social nesta sociedade, sustentados nos fundamentos da crítica da economia política. Se houve salto ontológico na profissão, este foi, a nosso ver, o principal, haja vista que seus desdobramentos qualitativos se fazem presentes até os dias atuais. A criação de programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, em 1972, bem como a sua expansão, nos idos de 1990 até os dias atuais, revelam a diversidade de temas e a profundidade teórico-metodológica das investigações realizadas acerca da realidade social e da profissão, via mediações de análises que convergem para além da caracterização dos fenômenos sociais.

Por fim, convém ressaltar que este avanço da pesquisa possibilitou ao Serviço Social desvendar sua gênese e institucionalização no capitalismo monopolista, no final do século XIX, bem como apreender seu significado sócio-histórico que se constitui para responder às expressões da questão social na sociedade burguesa. Entender os fundamentos da questão social – como resultante da contradição entre capital e trabalho, expressa em um conjunto de desigualdades sociais (pobreza, desemprego, violência, precarização das condições de trabalho e o não usufruto dos bens, equipamentos e serviços coletivos produzidos pelos trabalhadores) – tornou-se uma exigência tanto na formação, quanto no exercício profissional, pois os profissionais, no cotidiano de suas ações, defrontam-se com as expressões da questão social. E, com isso, a profissão constrói a ruptura com o conservadorismo. Este foi e ainda é o caminho a ser fortalecido pela profissão – o domínio teórico-metodológico, político e ideológico

para a apreensão crítica da realidade contemporânea em crise, que revela os interesses e projetos de classes distintos.

Referências

AMARAL, M. V. B; ALCÂNTARA, N.; SOUZA, R. M. de. Pós-Graduação em Serviço Social na UFAL: história, desafios e perspectivas. *In*: AMARAL, M. V. B; SOUZA, R. M. de (orgs.). **60 anos do Serviço Social em Alagoas: marcos e marcas históricas da formação profissional**. Maceió: EdUFAL, 2017. p. 161-186.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS. Projeto de investigação: a formação do assistente social no Brasil. Determinantes históricos e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano V, n. 14, p. 104-143, 1984.

BRAVO, M. I.; IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R. A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. *In*: IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.). **A História pelo Averso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 219-244.

FALEIROS, V. de P. Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 8, n° 24, p. 49-69, ago. 1987.

IAMAMOTO, M. V. **O debate contemporâneo na Reconceituação do Serviço Social**: ampliação e aprofundamento do marxismo. Rio de Janeiro: 1992. (mimeo).

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1985.

IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. Introdução. *In*: IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. (orgs.). **A História pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 25-67.

MOORE, W. O funcionalismo. *In*: BOTTOMORE, T.; NISBERT, R. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 421-439.

MOTA, A. E. Prefácio. *In*: ALCÂNTARA, M. N.; PIMENTEL, E.; SOUZA, R. M. (orgs.). **Em defesa do pensamento crítico: relações sociais, trabalho e política**. Maceió: EdUFAL, 2013. p. 15-20.

PAULO NETTO, J. A crítica conservadora à Reconceptualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano II, n. 5, p. 59-76, 1981.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2007.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, R. M. de. Metodologia e Serviço Social: alguns elementos para o debate. *In*: COSTA, G. M. da; SOUZA, R. M. de (orgs.). **Curso de Serviço Social 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana**. Maceió: EdUFAL, 2008. p. 185-212.

VERDÈS-LEROUX, J. V. **Trabalhador social: prática, hábito, ethos, formas de intervenção**. Tradução René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.

A pesquisa em linhas não apenas “retas”: Trabalho e Serviço Social - TRASSO e análise do discurso - GrAD

Maria Virgínia Borges Amaral

Da motivação para fazer história

O título deste artigo expressa o movimento que levou os grupos de pesquisa a se encontrarem a partir dos temas que lhes deram origem: TRASSO – Trabalho e Serviço Social – e GrAD – Análise do Discurso, além da experiência investigativa que permite o intercâmbio com a RE-TAS – Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social. Todas as linhas que bordam a história dos grupos revelam que, entre idas e vindas, avanços e recuos, caminhos permitidos por muitas curvas, pôde-se chegar a resultados sólidos que se deixam admirar e que inspiram ações em diferentes lugares do pensamento e da prática. Assim, faz-se história.

Fazer história requer conhecimento. Fazer história é o processo que leva o homem a se apropriar da sua própria história, ou da “sua própria natureza”, para apoderar-se da existência da vida no mundo que habita, no sentido que nos inspira Debord (1997, p. 87)¹³: “A apropriação pelo homem da sua própria natureza é também a sua apropriação do desenrolar do universo”. Esse é o passo primordial do homem para se reconhecer como produto da sua própria história. Ao elevar a sua consciência em relação ao “acontecimento primeiro” – a “transformação da natureza em homem” –, tal acontecimento pode ser compreendido pelo homem para si e para os outros, os sujeitos em sociedade, dotando-se de elementos de saber significativos para dar voz à mudez do objeto a partir da própria história [do objeto]. Assim, entendendo o feitiço do processo histórico, o homem se torna sabedor da sua capacidade de fazer escolhas e de identificar a parte que lhe cabe nos caminhos possíveis de serem percorridos para a tessitura da história, motivado para escutá-la e dela falar.

¹³Debord (19987, p. 87) remete à noção de história natural que só tem sentido no “processo de uma história humana”. Diz ele, referindo-se a Marx: “A própria história é uma parcela do real da história natural, da transformação da natureza em homem”.

A pesquisa é uma das motivações, se não a fundamental, para que da história se possa dizer algo significativo no mundo do qual somos a parte dotada de consciência. Ela nos dá o privilégio do olhar, da escuta e da fala, evocando um potencial de liberdade necessária à construção de uma sociedade diferente desta que nos ensurdece sob o comando da ideologia da classe dominante no capitalismo¹⁴.

Este texto discorre sobre momentos expressivos da pesquisa na experiência de formação profissional e de vida, o que nos permitiu que hoje pudéssemos refletir e compreender a força do sujeito ao acessar e produzir conhecimento na sociabilidade, sobretudo essa forma capitalista que molda a satisfação das necessidades dos indivíduos. Quando, em 1996, conheci a Análise do Discurso de Michel Pêcheux, compreendi que não era o objeto de análise que precisava ser mudado, mas o método da análise. Como diz Tourraine (2009), ao questionar os meios que nos são impostos pelas convicções positivistas para formularmos e interpretarmos os movimentos da sociedade, fomos conduzidos por dois princípios: “A busca racional pelo interesse ou pelo prazer, e o cumprimento das funções necessárias e indispensáveis para a vida social, para a sobrevivência e para a evolução”. O autor conclui que nenhum desses princípios ou “finalidades”, como diz, “faz intervir o menor elemento de construção do indivíduo por si mesmo como ser livre e responsável. (TOURRAINE, 2009, p. 13).

Compreendemos que apenas com o conhecimento podemos galgar degraus de liberdade, e a pesquisa é o meio pelo qual podemos conhecer o mundo de forma a compreendê-lo e transformá-lo. O que temos feito desde então é analisar o objeto no mundo, apreendendo-o pelo pensamento para estudá-lo sob a orientação de uma teoria que permite aproximações de suas expressões, sobretudo de suas expressões discursivas. Evidentemente, esse procedimento de análise é desenvolvido na Análise do Discurso a partir da teoria materialista do discurso, cunhada por Michel Pêcheux no final da década de 1960, na França, e desenvolvida ao longo de seus projetos de estudo para elucidar o conceito de “processos discursivos”. Tal conceito integra-se

¹⁴ “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

a um campo de elementos científicos necessários à interpretação da realidade por meio de sua expressão particular: o discurso.

A tarefa da Análise do Discurso, como uma disciplina, conforme entende Courtine (2006, p. 380), é “elaborar uma concepção do discurso que fizesse dele um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial para quem desejava, ao mesmo tempo, compreender a sociedade e operar sua transformação”. O projeto originário da Análise do Discurso, embora transformado ao longo da história, fazendo emergir uma diversidade de proposições metodológicas, não perdeu o compromisso de identificar a relação indissociável da ideologia com a prática social. Neste ínterim, avança a tendência de eleger-se “discursos políticos” como objeto de análise, em virtude do poder que exerce na sociedade.

Contudo, pudemos ir além no que concerne à compreensão da natureza política do discurso, que não o reduz ao “discurso político”. Na concepção lukácsiana, a “política” é “um complexo da práxis”; “é uma esfera de vida da sociedade” que ganha sua concretude mediada pela linguagem, um complexo dentro do “complexo de complexos” – a sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 249). Nesse sentido, entende-se o discurso como uma expressão da linguagem, reconhecida por Lukács (2013, p. 502) como “órgão primordial de apropriação do mundo”. Assim, não é difícil perceber o discurso como uma particularidade que põe em movimento a política enquanto esfera da vida, assim como todos os complexos da sociedade. Todo esse movimento do discurso está em conexão com a ideologia, dado que nele se estabelece o encontro da língua com a história e, portanto, com a própria ideologia.

Não existe ideologia sem discurso. A ideologia encontra no discurso o seu momento de concreção, a sua materialidade. No discurso, e por meio dele, a ideologia se realiza como *função social*, dado o seu caráter operativo e universal, assim como diz Lukács (2013, p. 465): “A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”. Por isso seria impossível haver ideologia sem discurso, uma vez que esse é a concretude dessa “elaboração ideal” referida por Lukács. Disso decorre a condição de o discurso só po-

der ser analisado e compreendido na sociedade com todos os seus complexos, cujo “sentido é socialmente construído pelo homem e para o homem, para si e para seus semelhantes”, como afirmado por Lukács, (2013, p. 133), referindo-se às “forças da vida social”, um complexo de problemas que define como “o sentido da vida”.

Dito isto, é possível entender que o caminho da pesquisa no campo da Análise do Discurso é tarefa árdua, mas profícua. Nesse campo de saber, tem-se o compromisso de ir além do entendimento de conceitos pré-definidos e aparentemente incontestáveis. Nessa linha de pensamento, propõe-se ultrapassar os limites de uma programática de tendências teóricas e metodológicas que se pretendem únicas e verdadeiras e, extrapolando a natureza pragmática da língua, reconhecer na palavra a sua natureza histórica e ideológica, atentando para o poder de sedução e dominação por ela exercida nas relações societárias. Dessa forma, entramos no universo da pesquisa, que permite a interlocução entre diferentes campos de saber e autoriza um debate que se enriquece com a diversidade e com a divergência das posições teóricas que nele se encontram (e se desencontram).

No campo do materialismo histórico, dialogando com Marx e com vertentes marxistas, ocorre o encontro do Serviço Social com a Análise do Discurso. Aqui, fazem-se encontros possíveis, aqui se pode ler, ouvir e falar sobre a realidade, tomando-se o mesmo objeto para análise; aqui se estabelecem, também, aproximações e distanciamentos entre posturas teóricas. Tais distinções ou aproximações se dão sob a orientação metodológica de natureza histórica, visto que, nessa perspectiva, concebe-se a dinâmica do objeto e das categorias teórico-metodológicas que torna possível a mediação sujeito/objeto. Considerar essa dinâmica é fundamental no processo de investigação, pois, como diz Netto (s/d, p. 24), “as categorias não são eternas, são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que tem nas distintas formas de organização da produção”. Ainda conforme Netto, essa perspectiva de investigação exige a fidelidade do pesquisador ao objeto, lembrando a postura de Marx diante dele: “E para operar esta reprodução, ele tratou de ser *fiel ao objeto*: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador.” (s/d, p. 25).

Pêcheux (1988, pp. 253-254), por sua vez, ao se referir aos estudos materialistas do discurso, reconhece as dificuldades que neles podem ser encontradas: “Quem trabalha nesse front de luta teórica e ideológica sabe algo a respeito”. Para nós, esse foi e continua a ser o principal desafio em nossas experiências de pesquisa: contribuir para que os estudos da realidade social – o que interessa sobremaneira ao Serviço Social – permitisse a revisão de métodos que ensurdecem e emudecem o sujeito pesquisador, muitas vezes levados a retroceder para reformulações metodológicas sem se afastar das bases filosóficas que as constituíram. Contudo, é preciso lembrar que o sujeito no processo de investigação “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que haja entre elas” (MARX, 1988, p. 16). Isso é possível à luz do materialismo histórico. Os estudos materialistas do discurso evocam o “núcleo vital” da crítica possibilitada pelo método numa acepção marxiana que, como explica Netto, “implica [...] uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (s/d., p. 25).

Notadamente, esses princípios teóricos-metodológicos são orientadores das pesquisas desenvolvidas nos grupos sobre os quais discorreremos a seguir.

Formar profissionais e fazer história: um tributo à pesquisa

Em 1998, quando ainda em processo de elaboração da tese de doutorado em Linguística – Análise do Discurso, concluída em 1999¹⁵, recebi em minha casa duas estudantes da graduação em Serviço Social que me fizeram um “convite” divisor de águas: anunciava-se o nascimento de um Grupo de Pesquisa pioneiro no curso de Serviço Social na UFAL¹⁶. Maria Santos Brasil e Luciângela Lima E. de Oliveira me “convidaram” para ser sua orientadora de Iniciação Científica. Traziam, além das informações institucionais, todo o procedimento necessário para submeter um projeto

¹⁵ Tese esta que deu origem ao livro “Discurso e Relações de Trabalho”, publicado pela EDUFAL – UFAL (1ª edição em 2005, 2ª edição em 2016).

¹⁶ Mais tarde, em 2000, este iria se somar ao grupo de pesquisa sobre mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas, coordenado pela Professora Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

de pesquisa ao programa de PIBIC da UFAL e se mostraram interessadas no assunto que eu estudava no doutorado: *O discurso da Qualidade Total propagado pelo SEBRAE e as mudanças nas relações de trabalho nas micro e pequenas empresas*. Fizemos dois planos de trabalho: 1 – A implementação de Programas de Qualidade Total em empresas de Maceió, que ficou sob a responsabilidade da Maria Brasil; 2 – O ponto de vista dos empresários sobre os Programas de Qualidade Total em empresas de Maceió, a ser desenvolvido por Elisângela. Os dois foram aprovados e as duas receberam bolsa de Iniciação Científica por um ano. Assim estava dado o passo para a formação do primeiro grupo de pesquisa na Faculdade de Serviço Social, à época Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alagoas.

O poder transformador da pesquisa é uma realidade. Na área das ciências humanas, a pesquisa pode contribuir com a sistematização de um conhecimento que favoreça alguma clareza acerca do jogo combinado e contraditório que caracteriza a luta social para a reprodução da vida em sociedade. Pode incentivar muitas pessoas a seguirem esse caminho e a participarem do debate sobre o passado, o presente e o futuro da espécie humana, assim como de todos os seres vivos deste planeta. Não é uma pretensão absurda, é uma possibilidade que se pode realizar quando a pesquisa é orientada pelo prisma da crítica e do compromisso ético para além dos princípios e valores difundidos pelo capitalismo.

Nessa linha de raciocínio e prática acadêmica, muitos estudantes de graduação em serviço social começaram sua trajetória de pesquisadores sob a nossa orientação no grupo que apresentamos aqui, seja como participantes do programa de Iniciação Científica, com ou sem bolsa, seja como concluintes de graduação em processo de elaboração de trabalho de conclusão de curso, seja como estudantes de pós-graduação, dando continuidade à sua formação em programas de mestrado e de doutorado.

No início dos anos 2000, o grupo direcionou suas ações para a institucionalização. Juntaram-se a ele o Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Serviço Social, que viria a ser conhecido pela sua sigla – TRASSO, e o Grupo de Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do Serviço Social em Alagoas, integrando o Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. O cadastro do grupo foi feito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, desde

2002 sob a nossa liderança – Maria Virgínia Borges Amaral e Rosa Lúcia Prêdes Trindade. Assim, o TRASSO cresceu em parceria com o Grupo Mercado de Trabalho e, em 2006, adicionou experiências com o Grupo de Estudo em Análise do Discurso – GrAD, também registrado na Plataforma do CNPq. Os estudos sobre o discurso, o trabalho e o Serviço Social deram origem aos grupos de pesquisa no final da década de 1990 e construíram uma trajetória de crescimento intelectual e formativo de muitos pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação.

Alguns anos depois de conviverem, dividindo o espaço físico e o mesmo grupo na Plataforma do CNPq, os dois grupos passaram a ter estrutura própria, mas sempre mantiveram a organização e a realização de eventos conjuntos. O TRASSO passou a formar uma linha de pesquisa no GrAD, que até então contava com apenas uma – Análise do Discurso –, inserida no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGLL/UFAL. Assim, o GrAD passou a integrar os dois programas, o de Serviço Social e o de Linguística e Literatura, com a participação de professores e discentes pesquisadores das duas áreas de formação.

É importante dizer que os fundamentos teórico-metodológicos orientadores das pesquisas do GrAD foram os permissores da conexão filosófica entre as linhas que o constitui – Trabalho e Serviço Social e Análise do Discurso. O grupo realiza pesquisas conduzidas pela convicção de que a análise de discursos é orientada por princípios relacionais entre a subjetividade e a objetividade no funcionamento discursivo. É numa perspectiva de historicidade que se analisa as materialidades discursivas, em um processo de contraposição teórica e metodológica aos paradigmas que sustentam o objeto como determinante dos sentidos e dos que afirmam ser o sujeito o senhor absoluto do seu dizer. Com esta perspectiva, a Análise do Discurso resgata o estatuto do materialismo histórico: aponta para uma leitura das formas textuais que materializam os discursos como expressão da vida dos homens em sociedade.

As pesquisas do GrAD partem das orientações metodológicas introduzidas por Michel Pêcheux, aproximando ou distanciando referenciais teóricos para que se possa conduzir procedimentos de análise à luz da teoria social marxista. Essa postura investigativa se deve ao reconhecimento

de que todo conhecimento da realidade é produzido no confronto de diferenças teóricas. A AD é um campo de debate que permite ao analista do discurso estabelecer uma relação crítica com o conjunto dos saberes discursivos de diferentes áreas de saber, estabelecendo-se a interlocução de diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, problematizando realizações da linguagem em suas variadas expressões.

Com essa perspectiva discursiva, tornou-se possível o encontro entre pesquisadores da Análise do Discurso e do Serviço Social por meio de estudos e eventos que estimulam o debate e a produção do conhecimento. A seguir, falaremos sobre o TRASSO e a sua trajetória na Faculdade de Serviço Social e, particularmente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social desde a sua fundação em 2004, visto que esse texto atende, excepcionalmente, ao objetivo comemorativo dos 50 anos do curso de Serviço Social integrado a Universidade Federal de Alagoas, desde a década de 1970¹⁷.

O Serviço Social no TRASSO

O debate profissional que se instalou nos principais fóruns do Serviço Social a partir da segunda metade do séc. XX, atualizando-se permanentemente ao longo da primeira década do séc. XXI, tem concentrado atenção ao *Projeto ético-político do Serviço Social*. Esse projeto profissional vem se afirmando na sociedade brasileira, ganhando solidez e respeitabilidade diante de outras profissões, das instituições públicas e privadas e, sobretudo, dos usuários das políticas públicas em constante luta pela garantia dos direitos sociais.

É histórica a luta do Serviço Social para ocupar o seu espaço nas agências de formação e de fomento à pesquisa que prezem pela qualidade de profissionais capazes de compreender e responder às transformações societárias – econômicas, históricas e culturais – e às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera. Ao mesmo tempo,

¹⁷ A história da formação em Serviço Social em Alagoas começa na Escola Padre Anchieta na década de 1950 (1957 a 1972). O livro “60 anos do Serviço Social em Alagoas, marcos e marcas históricas da formação profissional”, organizado por Maria Virgínia Borges Amaral e Reivan Marinho de Souza, conta bem essa história. (AMARAL E SOUZA, 2017).

é preciso conhecer e explicitar as relações mais amplas do projeto profissional do Serviço Social com os projetos societários, assim como as particularidades das perspectivas que se desenvolvem e se configuram no interior da profissão, fortalecendo ou enfraquecendo determinadas direções políticas e ideológicas.

Nessa linha de pensamento, o TRASSO estimula a realização de estudos que contribuam para o debate do Serviço Social enquanto profissão regulada juridicamente que supõe uma formação teórica e técnico-interventiva. Nesse espaço de pesquisa, problematiza-se e analisa-se o lugar do Serviço Social na sociedade, particularmente no campo do trabalho. Estudam-se os processos de trabalho em empresas e na agroindústria, identificando-se os desafios e as possibilidades do Serviço Social nesse lugar onde o trabalho, como processo para a reprodução e constituição dos indivíduos em sociedade, realiza-se com todas as particularidades determinadas pelo capital. A discussão sobre o trabalho na sociedade capitalista nesse grupo intenta contribuir com a formação de profissionais críticos e comprometidos com os interesses das classes trabalhadoras e dos setores subalternos.

O TRASSO realiza a disseminação do conhecimento através das plataformas digitais, como o *YouTube*, o *WhatsApp*, por meio de publicações em artigos, capítulos e livros, além de promover a apresentação de trabalhos em eventos científicos, divulgando as atividades e a produção dos pesquisadores (alunos da graduação, estudantes de Iniciação Científica, alunos da pós-graduação, professores e profissionais). Contempla pesquisas com temáticas atuais que expressam a realidade social, a atuação do Serviço Social e as configurações do trabalho na sociedade contemporânea.

Para que o grupo chegasse aos dias atuais e pudesse contar sua história de produção e formação de profissionais, registraram-se algumas dificuldades além das inúmeras vitórias. É interessante o relato de uma das fundadoras do grupo, Adielma Lima do Nascimento (2021), hoje professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Unidade Palmeira dos Índios. Por ocasião do evento *História e memórias nos 21 anos do grupo Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais*, realizado em 23, 27 e 30 de agosto de 2021 para comemorar os 21 anos do grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais (anteriormente denominado Grupo de Pesquisa Mercado de Trabalho do Serviço

Social em Alagoas, com o qual o TRASSO iniciou sua história em 2000), disse Adielma:

Na fase de seleção para bolsistas, que envolveu prova escrita, entrevista e análise do histórico, foram selecionadas duas bolsistas [...]. As bolsas de Iniciação Científica eram o único recurso financeiro do projeto de pesquisa naquele momento, de 2000 a meados de 2001. Os desafios para a realização da pesquisa científica foram diversos; a falta de estrutura física e de equipamentos adequados para o bom desempenho dos trabalhos dificultaram as ações. Não possuíamos nenhuma sala própria, mobiliada e/ou adequada para desenvolver e participar das atividades do grupo de pesquisa. Não tínhamos recursos para compra de livros, utilizávamos os da Biblioteca Central da UFAL, por muitas vezes a professora/orientadora comprava os livros com recursos próprios e os emprestava para que pudéssemos realizar a pesquisa bibliográfica. Para a digitalização de planos de trabalho, relatórios semestrais e final da pesquisa e outras ações, utilizávamos os computadores do laboratório de informática do próprio curso, porque naquele momento a pesquisa não contava com recursos para a compra de equipamentos. Todavia, foi graças a esses desafios e aos diálogos com a orientadora, com outros pesquisadores e com algumas assistentes sociais que a pesquisa científica entrou nas nossas vidas acadêmicas e passou a ser uma presença muito importante na nossa experiência como pesquisadoras e na nossa formação profissional.

Que a pesquisa precisa de apoio institucional e financeiro é fato; vê-se bem como é difícil, e até impossível, realizá-la com recursos do próprio pesquisador. A estrutura física para o funcionamento das atividades do grupo de pesquisa foi adaptada em uma sala do CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, onde estava integrado o Departamento de Serviço Social, hoje Faculdade de Serviço Social. Em 2003, o grupo contou com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Alagoas – FAPAL, participando do edital de apoio a pesquisas lançado por esse órgão com o projeto “O discurso da qualidade de vida no trabalho”. Esse é o projeto que marca a fundação institucional do grupo, por ser reconhecido, aprovado e contemplado com recursos financeiros do Estado de Alagoas.

O mesmo espaço físico foi compartilhado com o grupo de pesquisa que estudava o Mercado de Trabalho do Serviço Social em Alagoas. Lembra Adielma (2001) que “os dois grupos passaram a dividir o mesmo espaço, a acompanharem os diálogos, as angústias e as vitórias de cada aluna

ou aluno, e a troca de conhecimentos enriqueceu a todas e todos”. A experiência que a citada professora relata é uma mostra da importância da pesquisa na formação de pessoas para exercerem suas profissões, mas sobretudo para compreenderem a vida em sociedade, para conhecerem o mundo. Assim ela disse:

Posso afirmar que, por meio da participação no grupo de pesquisa, meus acertos e os das minhas companheiras – não tenho dúvidas – foram maiores do que os erros, nesses 21 anos de existência do grupo e de alguns anos de vida profissional. A oportunidade de ir e conhecer novos espaços, de mapear empresas com programas de qualidade de vida, de poder conversar com assistentes sociais atuando na área de Recursos Humanos, de realizar parcerias com outras instituições, como a Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH seccional Alagoas, com a qual organizamos e participamos de alguns eventos, tais como o “Seminário sobre Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial”, o “I ENCANTARH – Encontro Alagoano de Gestão de Pessoas”; da organização e participação coletiva dos dois grupos do “I Seminário de Pesquisadores em Serviço Social da UFAL”; da participação em eventos nacionais, como a nossa participação na 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC 2002, realizada na Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO.

Vê-se, por este relato, que a pesquisa abre novas perspectivas, permite ao indivíduo em formação que se tenha claro o projeto que poderá ser desenvolvido ao longo da trajetória profissional e pessoal que percorrerá.

Para que da pesquisa se possa dizer da história do grupo

O propósito de promover estudos, discussões e firmar parcerias com outros grupos que tratam sobre o trabalho no Brasil leva em conta a inserção do Serviço Social em outras áreas profissionais e de conhecimento, como a de Análise do Discurso. Cabe ressaltar que as iniciativas de investigação sobre o discurso, o trabalho e o Serviço Social se devem ao acirramento de algumas expressões das relações de trabalho no processo de reprodução da força de trabalho, especificamente ao fato de a sociedade contemporânea se constituir em cenários de conflitos de interesse do capital e do trabalho. Os campos discursivos (Serviço Social, trabalho e direitos sociais), que constituem o universo das pesquisas do grupo, compreendem

dimensões diferentes, mas interligadas na mesma problemática, a dos direitos do trabalhador, daí o sentido de interfaces no objeto de estudo.

No ano de 2007, teve início o projeto intitulado *Direitos sociais, responsabilidade social e o Serviço Social no campo do trabalho*. Por meio do referido, recebemos uma bolsa de produtividade – PQ/CNPQ-2007-2010, renovada a cada três anos, quando se pode participar de novas chamadas, com novo projeto ou ampliação do que está em andamento, para essa modalidade de apoio à pesquisa dado pelo CNPq. Desde então, as pesquisas que desenvolvemos contemplam a Análise do Discurso para que se possa conhecer os objetos de estudo. Sobre os direitos do trabalhador à assistência social, focalizou-se o Serviço Social como uma prática que atua diretamente na área das políticas sociais em atenção aos trabalhadores. Nesse percurso, analisou-se o sentido de responsabilidade social na prática empresarial, verificando-se a relação entre esses programas e as políticas de assistência ao trabalhador. Foi desse estudo que surgiu a necessidade de se conhecer a realidade do trabalho da assistente social no setor sucroalcooleiro de Alagoas, o que só foi possível porque, em 2008, o grupo recebeu o apoio financeiro do CNPq, após participar da seleção pública de projetos de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas: Edital CNPq nº03/2008. Além disso, contou com o apoio da Universidade Federal de Alagoas, que concedeu transporte para as viagens ao interior do Estado, durante a fase de execução do projeto.

Esta pesquisa abrangeu municípios de Alagoas, identificando-se as usinas e destilarias, bem como os programas de atenção aos trabalhadores que são desenvolvidos por essas empresas, especificamente os chamados “Responsabilidade Social”. Foram verificadas as indústrias sucroalcooleiras que, à época, tinham assistente social em seu quadro de profissionais, procedendo-se os primeiros contatos com os profissionais para uma primeira aproximação dessa realidade. Registrou-se uma intensa produção bibliográfica e técnica, bem como a conclusão de diversos trabalhos em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

No mesmo ano de 2008, o TRASSO realizou um seminário sobre as Transformações Societárias no Mundo do Trabalho e o Serviço Social, com o objetivo de levar a equipe de pesquisadores e interessados a conhecer e debater questões relativas à realidade social brasileira, especificando-

se a realidade do Estado de Alagoas. Desse seminário decorreu o *I Encontro de Serviço Social de usinas de Alagoas*, em 2009. Das doze usinas que tinham assistentes sociais, seis foram representadas, comparecendo ao encontro não apenas o profissional em Serviço Social, mas, também, profissionais em Pedagogia e em Psicologia que atuam junto ao Serviço Social no setor de Recursos Humanos de algumas usinas. O público do referido encontro foi constituído por professores, profissionais, alunos do curso de graduação em Serviço Social e alunos pesquisadores deste projeto.

A recepção do encontro pelos profissionais e pelos estudantes foi tamanha que impulsionou a realização do *II Encontro de assistentes sociais do setor sucroalcooleiro de Alagoas: socializar conhecimento para enfrentar desafios*, em março de 2010. Nesse encontro, realizou-se uma oficina com o objetivo de apresentar e discutir os resultados da pesquisa sobre o Serviço Social no setor sucroalcooleiro de Alagoas com os profissionais do setor. O *III Encontro de assistentes sociais do setor sucroenergético de Alagoas*, sob o tema “Direitos Sociais Previdenciários ao alcance do assistente social”, aconteceu em junho de 2011. Contou com a participação do Professor Doutor José Ricardo Caetano Costa, da Universidade de Caxias do Sul – RS. O encontro foi ampliado para os estudantes e os profissionais interessados no assunto dos direitos previdenciários

Evidencia-se que a experiência de investigação e os estudos realizados contribuíram para que o TRASSO passasse a integrar a Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social – RETAS – desde a sua fundação em 2006. A parceria do TRASSO com o GrAD também o levou à realização de intercâmbios com o Grupo de Pesquisa Mulheres em Discurso, coordenado pela Professora Doutora Mônica Zoppi-Fontana, da UNICAMP – SP, em 2013. Preserva a participação em eventos de pesquisa para troca de experiências entre grupos da UFAL, da UNICAMP – SP e de outras universidades do país, a exemplo da Universidade Federal de São Carlos – UFSC, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Membros do grupo são convidados como palestrantes, debatedores ou organizadores de simpósios.

O desenvolvimento de tais atividades também levou o TRASSO, durante o período de 2012 a 2016, a participar do Projeto Integrado de

Pesquisa PROCAD/Casadinho: *Espaços sócio-ocupacionais e tendências do mercado de trabalho do Serviço Social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil*. Essa foi uma proposta de cooperação e intercâmbio acadêmico para fortalecer a articulação entre o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e os PPGSS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

É interessante registrar a participação do grupo TRASSO na comissão organizadora das cinco edições (2011 a 2021) do Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social e das duas edições (2017 e 2021) do mesmo colóquio em nível internacional. Em 2017, os eventos foram realizados simultaneamente, no período de 02 a 04 de outubro de 2017, durante a Bienal, em Maceió, e foram organizados pelos Grupos de Pesquisa Trabalho e Serviço Social e Mercado de Trabalho do Assistente Social, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFAL. Esta edição dos colóquios possibilitou a troca de conhecimentos sobre o trabalho do/a assistente social no Brasil, na Espanha, na Costa Rica, na Argentina e no Uruguai. Potencializou a pesquisa na área de Serviço Social, tanto na graduação quanto na pós-graduação; expandiu o conhecimento da sociedade acerca do trabalho do/a assistente social; permitiu que esse/a profissional pudesse apropriar-se dos resultados das pesquisas para conhecer o cotidiano da profissão nas instituições. Em 2021, esses eventos ocorreram, concomitantemente, de forma remota, devido à situação pandêmica que acirrou o distanciamento social, permitindo apenas encontros *online* até o mês de outubro deste ano.

Essa modalidade de encontros remotos por meio de plataformas digitais foi a forma de manter os grupos de pesquisa em atividade desde o início da pandemia da COVID-19, quando de seu reconhecimento como tal pela Organização Mundial de Saúde – OMS – em março de 2020. O trabalho remoto se estendeu para todas as atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e assim foram realizadas as reuniões dos grupos, as qualificações e defesas de seus trabalhos de conclusão, bem como a participação em eventos com apresentações de trabalhos dos discentes e palestras dos coordenadores-líderes dos grupos. É interessante registrar a realização da

*live*¹⁸ “Trabalho e saúde no contexto da pandemia do novo coronavírus”, com a participação, na condição de palestrantes, da profa. Edivânia Ângela de Souza Lourenço, da UNESP, Franca- SP, da profa. Claudia Maria França Mazzei Nogueira - UNIFESP, do prof. Júlio Cesar Schweickardt, LAHPSA – ILMD/Fiocruz – Amazonas e do prof. Gladson Rosas Hauradou, discente de doutorado no TRASSO/PPGSS-UFAL, na condição de moderador. O evento foi transmitido pelo *YouTube* – Kritica Caboca (<https://youtube.be/udJN2ExQ8aW>) e pelo *Facebook*: Grosas Hauradou, às 15 horas do dia 5 de junho de 2020. Tanto o GrAD, grupo registrado na plataforma dos grupos de pesquisa do CNPq, quanto o TRASSO, a ele incorporado, possuem páginas no *Instagram*, por onde divulgam suas produções. São elas: gptrasso e grad.ufal.

Do que foi aqui exposto, tem-se claro que muito se fez, apesar das dificuldades dos últimos anos decorrentes da situação pandêmica, mas sobretudo, dos problemas por ela agravados como o desmonte das políticas de educação e de saúde por parte do governo do presidente Bolsonaro (2018–2022), por meio dos cortes orçamentários e pela desvalorização da ciência nos discursos negacionistas de políticos brasileiros, o que acirra a desinformação da população e cria a cultura da antivacina, a qual é, necessariamente, a cultura da anti-ciência.

Tem-se claro, também, que a ciência é, notadamente, a responsável pela qualidade de vida neste planeta. Das revoluções técnico-científicas que marcam a história da sociedade resultaram inovações na pesquisa; ampliou-se o conhecimento em diversas áreas do saber e da ação. Apesar de todas as dificuldades encontradas, os pesquisadores continuaram produzindo conhecimento para o benefício da vida em sociedade. Vê-se que, a despeito do discurso anticientífico em voga e dos percalços produzidos por situações extremas, como a pandemia que ora se vive, continua-se a produzir ciência a partir de pesquisas, cujos resultados são publicados em forma de artigos, de apresentação em eventos de palestras etc. É nessa linha, também, que continuam as atividades dos nossos grupos de pesquisa.

¹⁸ Uma modalidade de evento muito difundida durante o primeiro ano da pandemia que depois deu vez à *web* conferências, aos seminários à distância e outros tipos de encontros por meio de plataformas digitais.

Para continuar fazendo história...

Por fim, convém concluir que a jornada continua; que é da pesquisa que se pode dizer da história não só do grupo, mas também da sociedade. O objeto de pesquisa no TRASSO e no GrAD é um só – a sociedade contemporânea e suas múltiplas expressões, sobretudo no trabalho. Por ser o objeto multifacetado, é permitido e necessário que seja analisado em um processo investigativo que parta de dimensões constitutivas de sua particularidade. Por isso, são muitos os pesquisadores que tiveram sua formação no TRASSO/GrAD, pesquisadores com formação básica em Serviço Social, em Administração de Empresas, em Arquitetura, em Enfermagem, em Psicologia, em Relações Públicas, em Jornalismo, em Direito, em Letras, em Filosofia.

Os estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Serviço Social – TRASSO, interagindo com o arsenal teórico-metodológico da Análise do Discurso (Grupo de Estudos em Análise do Discurso – GrAD), demonstraram que o olhar do analista, a partir do referencial de uma teoria crítica, pode desvelar questões aparentemente incontestas que desafiam o Serviço Social no seu cotidiano e a prática profissional de outras áreas. Os momentos de reflexão sobre o processo de crescimento do grupo e a continuidade dos estudos são sumamente importantes, o que significa dizer que todo o material produzido como resultado das pesquisas está sujeito à permanente análise e serve de base para uma série de estudos que é apresentada à comunidade acadêmica e à sociedade em geral em oportunos momentos, por meio de eventos e publicações.

Até este ano de 2021, concluíram suas pesquisas nos grupos unidos (TRASSO e GrAD): 43 discentes de Iniciação Científica, 43 de graduação, 35 de mestrado e 11 de doutorado. Neste ano, participam do grupo: discentes em processo de formação em Serviço Social, sendo 3 de graduação e 5 de pós-graduação *stricto sensu* (1 em mestrado e 4 em doutorado); em formação na linha de Análise do Discurso, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, são 2 em mestrado e 4 em doutorado sob a nossa orientação, além dos discentes orientados pelo Prof. Dr. Sóstenes Ericson da Silva, com quem compartilhamos a liderança do GrAD e a

quem dirigimos imensa gratidão e reconhecimento pelo trabalho que realiza no grupo desde a época em que era um discente-pesquisador, hoje um reconhecido professor-pesquisador.

Cabe, ainda, agradecer à Faculdade de Serviço Social e ao seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFAL por este momento especial que me foi outorgado para escrever este texto e com ele sistematizar e refletir essa prática tão engrandecida pela relação do Serviço Social com a Análise do Discurso, por meio da pesquisa e da produção de conhecimento. Os agradecimentos são extensivos a todas e a todos os participantes dos grupos – TRASSO e GrAD –, hoje compartilhando experiências de produção conhecimento. Muito do que se fez não está registrado neste espaço de comunicação, mas certamente na memória de todas as pessoas que viveram e das que ainda hoje vivem momentos de crescimento profissional e pessoal durante as atividades dos grupos.

Referências

AMARAL, Maria Virgínia Borges Amaral e SOUZA, Reivan Marinho (orgs.). **60 anos do Serviço Social em Alagoas, marcos e marcas históricas da formação profissional**. Maceió: Edufal, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político, derivas da fala pública**. São Carlos: Clara Luz. 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

TOURRAINE, Alain. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis, RJ: Vozes 2009.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**, vol. II. São Paulo: Boitempo. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**, livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo:

Boitempo Editorial, 2007.

NASCIMENTO, Adielma Lima. Mesa-redonda de abertura do evento **História e memórias nos 21 anos do grupo Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais**, do PPGSS/UFAL, realizado via plataforma do YouTube em 23, 27 e 30 de agosto de 2021. Maceió- Alagoas, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social ou introdução ao método de Marx**. s/d <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50rj5w8gl69h4a2o122w.pdf>. p. 26. Consulta feita em setembro de 2021.

PÊCHEUX, Michel. 1988. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Editora da Unicamp.

Notas sobre uma necessária pesquisa teórica de longa duração

Maria Cristina Soares Paniago
Sergio Lessa

O que nos move

Há um certo consenso no Serviço Social de que o processo de conhecimento é historicamente determinado. Contudo, ao tratarmos dos projetos de pesquisa, esta determinação do momento histórico sobre a pesquisa raramente é levada em consideração. Trata-se o objeto da pesquisa, tal como a metodologia, como se fossem isentos a esta determinação: ou brotam da vivência pessoal do pesquisador, ou brotam da – sempre uma categoria conservadora – “questão social” contemporânea ou, mesmo, da preferência pessoal (ideológica, política ou afetiva) do pesquisador. A “justificativa” que acompanha a determinação do objeto raramente extrapola esses horizontes. O *Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa* se propõe a tomar esta questão – a determinação social do pensamento, numa expressão tornada clássica por José Paulo Netto – como central. Isto, tanto na escolha dos objetos de investigação quanto na determinação dos procedimentos metodológicos.

Sendo mais do que breve e indo ao centro da questão: há momentos da história em que a humanidade realiza a síntese do seu passado e se eleva a um nível superior de sociabilidade. São momentos em que o gênero humano supera a si próprio e se eleva a uma sociabilidade superior, tanto do ponto de vista do trabalho, da produção, quanto dos complexos ideológicos mais elevados, como a filosofia e a arte. Pensemos a decadência da Grécia e, séculos depois, a decadência do Império Romano. No primeiro, tivemos Platão e Aristóteles; no segundo, Agostinho e o início da elaboração do que viria a ser, séculos depois, Tomás de Aquino e a concepção feudal de mundo. Ainda o Renascimento, cujos ecos se estendem até o século XVII na Inglaterra e na Holanda. Depois, a passagem do século XVIII ao XIX, com os grandes da Economia Política, o idealismo alemão

(Kant a Hegel) e, já no final deste período, os jovens Engels e Marx dão seus primeiros passos.

Há, contudo, períodos da história em que sínteses dessa ordem não são possíveis. Em todos os casos, porque não se fazem ainda objetivamente presentes na reprodução social as tendências futuras que superarão a sociabilidade existente por uma outra, superior no sentido de mais social, mais sociabilizada. Em todos os casos, porque as tendências universais se consubstanciam como reprodução da sociabilidade já consolidada ou, como no caso atual, o nosso, como destruição da humanidade – sem que, contudo, o novo se coloque objetivamente no horizonte, como uma possibilidade efetivamente presente. Pensemos o que foram as muitas décadas depois de Tomás de Aquino, na Idade Média; ou a Inglaterra após a Revolução Gloriosa; ou a segunda metade do século XIX. Nesses períodos, não faltaram pensadores inteligentes e capazes, nem faltaram criatividade e boas ideias. O que faltou foi a possibilidade de a humanidade sintetizar seu passado numa superação de seu presente. Sem esta síntese histórica, a síntese no pensamento também fica inviabilizada.

De 1970 para cá, vivemos o período contrarrevolucionário mais profundo e extenso de toda a história da humanidade. Nunca, desde que o fenômeno da revolução se fez presente, a humanidade conheceu tantos e tantos anos sem uma grande e significativa revolução. Some-se a isso que vivemos o período histórico mais prolongado em que a manutenção das relações de produção predominantes impõe um desenvolvimento social marcado pelas crises e, portanto, pela impossibilidade do desenvolvimento das forças produtivas (no sentido preciso desta categoria, isto é, a capacidade humana de fazer sua própria história). Tudo isso faz com que as necessidades desumanas de uma sociedade crescentemente alienada tenham um impacto direto sobre a vida de todos os indivíduos e, com todas as mediações, sobre os objetos e as metodologias de pesquisa. Desde o fim da Revolução Industrial (1830) até hoje, há mais anos de crise do que de desenvolvimento econômico. Com a crise estrutural que se instala na metade da década de 1970, este efeito apenas tem se aprofundado.

Lukács sintetiza esta situação em um ensaio, “A decadência ideológica da burguesia”: a incapacidade crescente de a concepção de mundo burguesa desenvolver um conhecimento que vá para além da manipulação

técnica do mundo, tendo em vista a lucratividade do capital. O desenvolvimento do positivismo, do neopositivismo, do idealismo (quase sempre relacionado a um neokantismo) e do irracionalismo são apenas expressões desta determinação universal do nosso presente, impossibilitando que tiremos do desenvolvimento científico as suas consequências ideológicas mais profundas e importantes. Na academia, também no Serviço Social, é crescente a influência de concepções que apontam que o conhecimento a ser buscado é aquele peculiar do “estudo de caso”. Sendo breve: fixar a investigação na esfera da particularidade, justamente aquela em que os fundamentos universais das alienações predominantes são mais facilmente veláveis, ficam mais facilmente disfarçados – e o campo para o reformismo e o conservadorismo lança profunda raízes. Ao lado dessa tendência mais geral, também o fortalecimento do individualismo na produção teórica ganha espaço: na medida em que a superação coletiva do capital (a única real alternativa à crise) não se faz presente no cotidiano, a possibilidade que aparenta ser real é aquela individual. Cada um por si e Deus contra todos! Neste contexto ideológico, cada vez mais o objeto e o método da pesquisa são uma escolha pessoal: busca-se uma elaboração teórica pessoal que mostre o brilho individual do pesquisador.

Nosso Grupo de Pesquisa trabalha com um horizonte em todo distinto. Sabemos que não é este o momento de uma obra pessoal que sintetize o passado em uma nova concepção de mundo. Não que não haja necessidade – a crise presente sublinha esta necessidade –, mas é uma necessidade que ainda não encontra a possibilidade de sua realização na objetividade atual. Em sendo assim, qual a possibilidade aberta ao desenvolvimento teórico, ao avanço do conhecimento? Uma vez mais, sendo mais do que breve: pensar o presente a partir dos pensadores que, no último momento de síntese, revelaram a essência do nosso mundo atual. Marx e Engels, mas também Lukács e Mészáros são, em nossas pesquisas, os marcos fundamentais. A partir deles, temos procurado investigar a essência do capitalismo contemporâneo e as possibilidades e necessidades de uma revolução que supere a propriedade privada, o Estado e a família monogâmica. Esses são nossos objetos.

Nossa metodologia tem como central a necessidade de se apropriar do que esses pensadores de fato elaboraram, do conteúdo preciso de seus

escritos, da articulação de suas categorias. Esta apropriação, com tal rigor e precisão, impõe a necessidade de seguir passo a passo o raciocínio do texto, sua articulação e seu conteúdo. Para tal objetivo, é fundamental a leitura imanente. Não há outra metodologia que proporcione uma apropriação do texto mais aprofundada e precisa.

Esse é o horizonte mais geral que dirige nosso Grupo de Pesquisa.

Como temos feito

A pesquisa no espaço acadêmico, nas ciências em geral, e nas ciências sociais em particular, tem se norteado cada vez mais pela imposição institucional à produção, avaliada pela quantidade dos produtos que gera, em detrimento da qualidade científica que poderia ser obtida caso houvesse o respeito à necessidade de se reconhecer a natureza das contradições que têm pautado a reprodução da sociedade sob o domínio da lógica alienada e mercantil do capital.

Não é um processo recente, mas nos tempos atuais tem-se aprofundado essa tendência de forma avassaladora sobre a área das ciências humanas, onde, ainda assim, se pode encontrar uma rara resistência investigativa com foco nas causas, mirando o longo prazo, e no exame do desenvolvimento das relações produtivas e reprodutivas dominantes. Há uma enorme força motriz contrária ao estímulo e ao desenvolvimento da pesquisa científica que desça às raízes dos problemas sociais, os quais minam persistentemente o progresso produtivo e destrutivo que caracteriza a ordem do capital.

O mito que relacionava a educação expansiva “a todos” à prosperidade no capitalismo tem sido continuamente desmascarado, pois o que se tem constatado é que um povo trabalhador mais “instruído” não deixa de ser um povo trabalhador mais pobre, em relação à riqueza que gera crescentemente. Conhecimento, educação e cultura são subsumidos às necessidades utilitárias do mercado de trabalho, cada vez mais reduzido, tecnicista e instrumental, ou valorizados quando associados ao impulsionamento de uma maior capacidade e diversidade de consumo de bens supérfluos e perdulários pela massa de trabalhadores. Objetivos esses louvados pela acumulação do capital.

A pesquisa científica, destinada a um público mais seletivo no sistema de educação formal superior no país, não poderia manter-se imune a essa

estratégia contábil e estatística, visando ao aumento dos índices nacionais de escolarização adequadamente administrados para elevar o lugar do Brasil na escala internacional dos países que disputam os investimentos internacionais e as vantagens nas trocas mercantis globais. Ao mesmo tempo, estimula a subordinação crescente da pesquisa aos interesses do mercado para alimentar um desenvolvimento tecnológico associado diretamente aos interesses acumulativos das grandes empresas privadas ou estatais, favorecendo, com o financiamento privado, pesquisadores e instituições de pesquisa carentes de aportes financeiros públicos.

Esse cenário e essas determinações que conformam o espaço da pesquisa científico-social, internamente à formação acadêmica na educação superior e externamente orientado preferencialmente ao mercado na geração de produtos, direcionam a formação de pesquisadores adaptáveis ao processo privatizante e mercantilizado da pesquisa científica no país, seja atendendo a demandas do Estado, seja do mercado. Modelam as subjetividades daqueles que entram, passam ou permanecem nas universidades públicas brasileiras.

Pesquisadores que não poderiam passar ilesos pelo turbilhão de medidas rebaixadoras da exigência científica, das estratégias e dos planos de caráter tecnicista sob a orientação dos órgãos gestores nacionais desde a formação profissional inicial, pois desfocadas quanto às bases estruturais dos problemas histórico-sociais que incidem sobre a maioria da população, tratando-os como situações naturais, parciais e conjunturais, alheios à vinculação estreita que possuem com a essência da crise estrutural do sistema do capital nos dois últimos séculos.

Não é fácil dedicar-se a pesquisar o mundo real, sua base social, e aceitar o desafio de – por mais que se acerte nos objetivos, no método, na teoria crítico-social, na identificação da transformação radical que o estudo científico da realidade social impõe – não se ter respostas imediatas para a superação das contradições, das desigualdades e das desumanidades reproduzidas continuamente pelo sistema do capital.

Em momentos anteriores, quando políticas sociais buscavam atender às necessidades imediatas das massas de trabalhadores, elas puderam apenas atenuar temporariamente as carências sociais mais básicas. Hoje, nem sequer se consegue impedir o aprofundamento dos danos sociais que

destinam camadas crescentes de trabalhadores a uma existência desumana e barbarizante da vida social.

A ansiedade em vincular a pesquisa científica a uma intervenção (resultados) direta nos problemas sociais, mediada por políticas sociais, nos torna vulneráveis às tendências restritivas impostas pela pesquisa de natureza tecnicista e mercantil, distanciando-nos da produção de uma ciência que forneça o conhecimento e uma crítica radicais que possam favorecer um enfrentamento eficaz e decisivo com o sistema do capital e sua autorreprodução destrutiva, elemento indissociável da crise estrutural que vivemos.

Sem dúvida, a realidade pode ser estudada sob distintos domínios teóricos objetivos, mas, a nosso ver, não basta mirar as parcialidades revoltantes dessa realidade social sob o domínio do capital. Ou mesmo, contentar-se com os efêmeros efeitos sociais que a pesquisa possa visar, associando-a às políticas sociais de curta duração e de baixo impacto social.

Trilhar outro caminho encontra enormes obstáculos para a reprodução e a sobrevivência de um Grupo de Pesquisa, no qual transitam pesquisadores – estudantes e professores – que se dispõem a conviver continuamente com a impotência de uma contribuição científica que conteste as determinações causais da ordem alienante e destrutiva do capital, e se depara inegavelmente, dada a determinação histórica e social do pensamento, com a incapacidade de produzir algum efeito concreto para a alteração imediata e radical da realidade social.

Desse modo, deve-se evitar que a medida dos resultados, visando à alteração imediata da realidade social, não seja a fonte do estímulo ou do desestímulo às escolhas de objetos de pesquisa. Ao priorizarmos a análise imanente em investigações ontológico-históricas mediante uma visão de totalidade e sob o impacto das determinações histórico-sociais do conhecimento, como optamos por fazer no Grupo de Pesquisa, podemos reconhecer os limites postos à pesquisa no estágio atual do capitalismo. Alcançar apenas a superfície dos problemas não tem demonstrado maior êxito ou impacto na história das transformações sociais e na superação da desumanidade e da destrutividade crescentes da ordem social dominante.

O que significa também dizer que não é de menor importância reconhecer, sob uma perspectiva histórica, a contribuição que a produção de um conhecimento científico-crítico possa legar ao futuro, bem como o objetivo

de fortalecer a classe trabalhadora para o enfrentamento inevitável dos desafios estruturais do capital, a fim de que possa alcançar sua plena emancipação.

Os descaminhos e os desacertos da ciência que pretende revolucionar o estado de coisas impostos pelo capital à vida social e natural, que acaba por restringir seu campo de investigação à aparência das coisas, nega sua própria função social e o critério de totalidade para o reconhecimento do mundo objetivo exterior, alheio aos desejos do sujeito que o examina.

Acertar o caminho de pesquisa que legue algum acúmulo de estudos e que nos auxilie a compreender o que é necessário superar, diante das imposições restritivas do presente, no sentido da construção de um futuro de igualdade real entre os seres humanos, em nada reduz a urgência de realizarmos uma pesquisa que, ainda que não encontre as condições históricas necessárias para impulsionar grandes mudanças estruturais com a ação ativa das massas, tem um papel histórico a cumprir.

Recuperar o legado dos pensadores orientados pela necessidade de conhecer a essência do mundo para transformar a história dos homens, a partir da inadmissibilidade de qualquer tipo de subordinação e exploração entre iguais, é um dos principais requisitos para reorientarmos a inserção da pesquisa científica no seio dos desafios postos pelo capital à existência social num intercâmbio humanamente construtivo com a natureza, invertendo aquele executado destrutivamente pelo capital.

Adotar, como já mencionado, a leitura imanente de Marx e Engels, Lukács e Mészáros foi a escolha feita pelo *Grupo de Pesquisa Lukács, Mészáros e os fundamentos da sociabilidade burguesa*, como um método adequado para armazenar coletivamente a contribuição de pesquisa daqueles que adotaram esses desafios históricos como prioridade na pesquisa científica, cuja intenção é fazer sua produção transbordar os limites acadêmicos, propagando por meio de publicações os resultados dos estudos realizados, fazendo com que cheguem às classes potencialmente contestadoras da ordem do capital.

Outro objetivo é provocar na formação de pesquisadores, desde os primeiros níveis, o desassossego e o comprometimento científico em satisfazer a curiosidade, originalmente espontânea, com respeito à sociedade, e aos efeitos a ela impostos pela crise estrutural do capital, inserida na história da luta de classes. Cumpre orientá-los na direção de estudos que per-

sigam as causas dos problemas estruturais, com a utilização da leitura imanente como meio preferencial de acesso ao conhecimento ontológico-histórico de autores seminais como Marx e Engels, Lukács e Mészáros.

A escolha pessoal originalmente realizada pelos primeiros professores-pesquisadores, fundadores do Grupo de Pesquisa, definiu tais pensadores como objeto de uma pesquisa de longa duração, a ocupar a vida produtiva, dentro ou fora da universidade, de forma contínua e progressiva.

As escolhas dos participantes da pesquisa não são garantia de sucesso na realização de tais propósitos. As subjetividades participantes desses processos de formação interagem com essas demandas históricas e acadêmicas, e podem alargar ou estreitar o acesso e/ou a permanência no Grupo de Pesquisa. A trajetória dos participantes desde o início do Grupo de Pesquisa, em 2007, foi influenciada, determinando seu passageiro tempo de permanência, por: apresentarem aptidões presentes, ou que quisessem desenvolver, próprias a uma atividade de pesquisa; projetos profissionais pessoais que resultaram em um envolvimento passageiro; mudança de orientação teórica; distanciamento do método de pesquisa e das rigorosas exigências da leitura imanente; e por fim, pela falta de empatia pessoal e/ou acadêmico-científica com a atuação dos professores-pesquisadores que mantêm o núcleo estruturante do Grupo de Pesquisa.

Pudemos verificar com o tempo que o formato e os objetivos do Grupo de Pesquisa se consolidaram com um número reduzido de participantes persistentes e resolutos, que foram sendo substituídos através dos anos por novos ingressantes na graduação e pós-graduação na UFAL. Os pesquisadores comumente definem seu tema de interesses pessoais a desenvolver na pesquisa, baseados na crítica da economia política (Marx), na ontologia do ser social (Lukács) e na atualização da crítica de Marx (em tempos de crise estrutural), à necessidade de uma teoria da transição ao socialismo, buscada por Mészáros. Os objetos gerais de cada pesquisa se desenvolvem a partir desses pensadores clássicos, bem como demandam novas exigências bibliográficas no curso da investigação, processo em que o objeto assume a prioridade diante do sujeito que o investiga, expandindo, então, a análise a outras contribuições teóricas específicas.

O que o Grupo de Pesquisa pode oferecer é produto de um longo processo de amadurecimento dos estudos sobre Marx e Engels, Lukács e

Mészáros, enfrentando a luta teórica, de um lado, contra o liberalismo e suas variantes e a decadência ideológica da burguesia, e, por outro, combatendo o marxismo debilitado pelo reformismo em geral e pelas propostas do “socialismo num só país”, de ascendência soviética e seus congêneres, sendo esse o escopo de sua específica contribuição.

Isso nos tem levado a divulgar esses pensadores para além das fronteiras do Estado de Alagoas e do Brasil. Desde os anos 2010, tem havido uma contínua interlocução internacional com cursos realizados em Cursos de Serviço Social, muitas vezes extensivos a movimentos sociais, na Argentina, no Uruguai, na Costa Rica e na Colômbia. O interesse mútuo em manter e ampliar essas relações internacionais proporcionou a realização de um curso de formação sobre o pensamento de Lukács, em 2019, na sede da UFAL (Maceió), ao recebermos pesquisadores (professores e estudantes) de alguns países da América Latina.

O que podemos concluir é que, a despeito das adversidades e das dificuldades continuamente enfrentadas para realizarmos plenamente os objetivos propostos pelo Grupo de Pesquisa, dentro e fora do espaço acadêmico, a produção até aqui acumulada, em seus diversos níveis de maturidade intelectual e científica, tem proporcionado uma incontestável presença, e uma expansão significativa, do pensamento crítico e contestador com base nos estudos de Marx e Engels, Lukács e Mészáros, resgatando-lhe o teor revolucionário e impulsionador na direção da construção de uma alternativa com uma “alma social” radicalmente inovadora e igualitária para a humanidade.

Seguimos fazendo...

Grupo de pesquisa sobre reprodução social: Atividades e produção de conhecimentos

Edlene Pimentel
Gilmaisa Macedo da Costa

Introdução

A criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas – Ufal, precedida por cursos de especialização e seguida pelos Cursos de Mestrado e de Doutorado em Serviço Social, teve como consequência o surgimento de Grupos de Pesquisa com o fim de conhecer e aprofundar conhecimentos na área social e do próprio Serviço Social com vistas a qualificar os professores e os alunos no âmbito do ensino, da pesquisa e do conhecimento na formação profissional e social. Entre eles encontra-se o Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social – GPSRS –, criado em 2007 e sediado na Ufal, tendo como área predominante a de Ciências Sociais Aplicadas e a subárea Serviço Social, registrado no Centro Nacional de Pesquisa – CNPQ.

O GPSRS é composto pelos professores doutores vinculados ao Curso de Serviço Social desta Universidade Angélica Bezerra, Artur Bispo dos Santos Neto, Edlene Pimentel Santos, Gilmaisa Macedo da Costa, Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda, Mariana Alves de Andrade, Milena Santos e Reivan Marinho de Souza, além dos colaboradores estrangeiros Manuel Waldemar Mallardi e Sergio Daniel Gianna, professores doutores universidades argentinas. Cada pesquisador está associado a uma das três linhas de pesquisa do Grupo, que são: Fundamentos da Sociabilidade Humana; Questão Social e Serviço Social; Reprodução Social e Processos de Trabalho. Em seu desenvolvimento, vem associando alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS às atividades de pesquisa, na condição de estudantes-pesquisadores mediante um movimento de entrada e de saída do referido Grupo de Pesquisa, conforme sua vinculação aos Cursos da Ufal ou de outras universidades e áreas afins.

Inicialmente, o Grupo de Pesquisa foi coordenado pela Prof.^a Dr.^a Gilmaisa Macedo da Costa, na condição de líder do Grupo, tendo como vice-líder a Prof.^a Dr.^a Edlene Pimentel Santos. A partir de 2020, a Prof.^a Dr.^a Edlene Pimentel Santos assumiu a coordenação do Grupo de Pesquisa, tendo como vice-líder a Prof.^a Dr.^a Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda. No desenvolvimento de suas atividades, o GPSRS vem realizando um longo processo que possibilita a participação de professores e alunos em eventos locais e nacionais, mantendo intercâmbio internacional com a Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires – sede em Tandil, Argentina, com a Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina, com o Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa – Portugal e com a Associação Internacional de Greves e Conflitos Sociais, mediante a colaboração da Prof.^a Dr.^a Raquel Carneira Varela.

As atividades desenvolvidas pelo GPSRS consistem em publicações nacionais e internacionais realizadas pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa, atividades internas do mesmo Grupo, participação em Encontros, Congressos ou Conferências em outras universidades. Há, também, a participação de alunos em Encontros, Congressos e Cursos, apresentação de dissertações de mestrado e de doutorado configuradas em realizações internas e externas, apresentação de resultados de pesquisa em eventos científicos nacionais, internacionais e locais por membros do grupo.

A seguir, expõem-se os eventos e as atividades realizadas, referentes à pesquisa bibliográfica e de campo. Seguem algumas reflexões em torno dos resultados das pesquisas realizadas.

Eventos e Atividades Desenvolvidas pelo GPSRS

O início das ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa teve por base a programação de atividades referentes à definição de um tema central para a realização de seminários internos ao Grupo envolvendo professores e alunos pesquisadores. Foi escolhido para tal o tema da Reprodução Social, tendo por referência a categoria A Reprodução, conforme pensada na Ontologia de György Lukács. Concluída essa primeira investigação com exposições, estudos e debates entre os professores, seguiu-se a leitura, o fichamento e a apresentação de alunos e professores em seminários internos sobre a pesquisa bibliográfica acerca de aspectos históricos que

configuraram a constituição do pensamento moderno. O estudo dos textos visou à qualificação de professores e alunos em matéria referente à formação do pensamento moderno e ao preparo para a produção de textos e futuras exposições em eventos.

A realização do processo ocorreu mediante um Seminário Interno do Grupo com Exposição sobre os temas: “Os Fundamentos do Ser Social em Lukács” – Prof.^a Gilmaisa Macedo e Prof.^a Maria Norma Alcântara; “Controle nas formas de Reprodução Capitalista” – Prof.^a Reivan Marinho; e “O Processo de Trabalho” (Cap. V e XVI de *O capital* em Marx) – Prof.^a Edlene Pimentel e Prof.^a Gilmaisa Macedo da Costa. Houve ainda a apresentação dos resultados parciais das pesquisas bibliográficas realizadas pelos alunos (as) sob a orientação dos professores pesquisadores, a apresentação de dissertações defendidas pelos alunos e a apresentação de textos publicados por representantes do Grupo.

Outro tema em estudo foi “A trajetória intelectual de Marx através de textos”, mediante leitura, discussão e exposições no interior do Grupo, acerca da produção de Marx entre 1842 e 1875, sobre o caminho e a análise do referido pensador até chegar a *O capital*.

No processo, iniciaram-se também estudos bibliográficos sobre o desenvolvimento do Brasil contemporâneo, através de pensadores renomados, a respeito das origens da autocracia burguesa, seu Estado, sua formação, evolução política e história econômica. Os resultados dos estudos foram apresentados pelos alunos (as) Tatiana Lyra, Pollyana Alves, Amanda Viana, Aryany Farias e Valderi Teles. Tal como antes, outros membros do Grupo apresentaram teses e realizaram a exposição de um livro de autoria do Professor Artur Bispo.

Considerando adequado o estudo do acervo básico da pesquisa bibliográfica, o Grupo elaborou uma nova proposta referente a estudos particulares em termos de pesquisa de campo em Alagoas. Estudos precedidos pela investigação de obras sobre a história e a realidade alagoana, apresentados por alunos (as) como Roseane Duarte, Luana Cavalcante, Tatiana Lyra, Laura Bezerra e Clarisse Maria da Conceição. Na sequência, teve início a elaboração do projeto de pesquisa intitulado “Expressões da Questão Social em Alagoas: uma pesquisa documental e de campo”, efetivado com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa em Alagoas – Fapeal.

No decorrer do processo, o GPSRS realizou eventos locais, bem como possibilitou a participação de membros pesquisadores em outros eventos locais, nacionais e internacionais. Em eventos realizados em Macaíó, foram promovidas Palestras, Colóquios e Conferências com professores brasileiros e estrangeiros sobre temas diversos, a exemplo de Economia Solidária, Capital e Estado, Produção de Conhecimentos, Estética, Serviço Social Argentino, que envolveu a Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Cândido Gomes de Menezes (UFF), o Prof. Dr. Edmilson Carvalho (Ucsal), a Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Paniago (Ufal) e os argentinos, Prof. Dr. Miguel Vedda (UBA), Manuel Mallardi (Unicen-Tandil) e Sérgio Daniel Gianna (UNLP).

Promoveu, ainda, com o apoio da Fapeal, o I Seminário Internacional sobre Trabalho e Reprodução Social: Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais, envolvendo palestrantes nacionais e estrangeiros. Foram convidados Dr. Miguel Vedda – UBA/Argentina; Dra. Raquel Varela – UNL/Portugal, Dr. Sergio Afrânio Lessa Filho – Ufal/Brasil, Dra. Maria Cristina Paniago – Ufal, Dr. Ivo Tonet – Ufal, Dra. Belmira Magalhães – Ufal, Dra. Gilmaisa Macedo da Costa – Ufal, Dra. Edna Bertoldo – Ufal, Dr. José Menezes Gomes – Ufal, Dra. Mariana Andrade – UPE, Dr. Vitor Sartori – UFMG, Dr. Artur Bispo – Ufal e Dr. Nildo Ouriques – UFSC. Aberto ao público de universidades, o evento contou com um número considerável de participantes, com apresentação de trabalhos acadêmicos publicados em CD-ROM. Deste evento resultou a coletânea intitulada “Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais”, organizada por Gilmaisa M Costa, Edlene Pimentel, Norma Alcântara e Reivan Souza, publicada pela Edufal em 2017.

A participação em eventos externos e internos à Ufal se deu por parte dos professores pesquisadores e alunos do Grupo, a exemplo da I Semana dos Estudantes de Serviço Social (Sesso), do Congresso Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas e do XII Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (Enpess), da Semana Universitária da Expressão Popular, mediante a realização de palestras sobre temas pesquisados, como Crise Estrutural, Questão Social, Política, Reprodução Social, Direitos, Serviço Social, Alienação, Ideologia, envolvendo a realidade recente do Brasil e do mundo. Os professores proferiram cursos com vistas

à atualização dos debates em temas significativos para a formação profissional, a exemplo das professoras Gilmaisa Macedo da Costa com o Curso Metodologia nas Ciências Sociais: Ontologia e método na pesquisa, na Universidade Federal da Bahia/UFBA e na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, e da Prof.^a Edlene Pimentel, sobre Questão Social, na Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, em Campina Grande.

No âmbito internacional, registra-se a participação do Grupo de Pesquisa no Coloquio Internacional “Teoría Crítica y marxismo occidental” – El Pensamiento Tardío de György Lukács, na Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, com apoio da *Revista Herramienta*. Proferiram palestras as Prof.^{as} Dr.^{as} Gilmaisa Macedo da Costa (Exposición La Teoría de la Subjetividad na Ontología de Lukács); Maria Norma Alcântara B. de Holanda (Exposición Política y Alienación); Edlene Pimentel (FSSO/Ufal/Brasil): (Mészáros y los límites absolutos del capital: la destrucción y devastación del medio ambiente), Reivan Marinho de Souza: (Control y división del trabajo en Lukács e Marx); e as alunas pesquisadoras Marcela Carnaúba Pimentel (Medios de comunicación de masas como vehículos de alienación: carácter ideológico de la alienación en Lukács) e Tainah Nataly dos Santos (Individuo y reproducción social).

Ocorreu a participação no Simpósio sobre Teoría Social y Trabajo Social Contemporáneo – El pensamiento de Lukács frente a los desafíos del capitalismo tardío, em Tandil, XIV y XV de Septiembre de 2012. Participação como convidadas – Dra. Gilmaisa Macedo da Costa (FSSO/Ufal/Brasil) na Conferência: Trabajo, ser social y sociabilidad en el capitalismo actual. Mesa de Ponencias: Lukács y sus aportes a la teoría social del siglo XX – Norma Alcântara: Vida cotidiana e conhecimento científico (FSSO/Ufal/Brasil). Mesa-redonda: Cuestión social: fundamentos y tendencias contemporáneas – Dra. Edlene Pimentel: Las bases ontológicas de la cuestión social (FSSO/Ufal/Brasil) – Dra. Norma Alcântara: *La relación cuestión social e alienación* (FSSO/Ufal/Brasil) – Dr. Manuel Mallardi: La cuestión social y el lenguaje cotidiano (Unicen).

O GPSRS esteve presente na III *International Conference Strikes & Social Conflicts. Ombined historical approaches to conflict* Barcelona, June 16-19

2015. Participaram como expositoras do evento na Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha, as Prof.^{as} Dr.^{as} Edlene Pimentel, Maria, Norma Alcântara Brandão de Holanda e Gilmaisa Macedo da Costa.

No decorrer das ações do GPSRS, os pesquisadores tiveram artigos publicados em espanhol na obra “Cuestión social, políticas públicas y trabajo social: tendencias en Argentina y Brasil desde una perspectiva comparada”. Gilmaisa Macedo da Costa e Edlene Pimentel; compilado por Ana María Martín e Adriana Rossi. – Universidad Nacional de Mar del Plata, 2016. ISBN 978-987-544-722-6. Junto ao Grupo de *Investigación sobre Fundamentos, Formación y Trabajo. Facultad de Ciencias de la Salud y Servicio Social*. Universidad Nacional de Mar del Plata. Publicaram ainda na obra *Cuestión social y políticas sociales: crítica a sus fundamentos y expresiones contemporâneas*; compilado por Eduardo Gambandé, 2019. ISBN 978-987-86-0111-3.

Na sequência dos acontecimentos, publicações tiveram lugar na forma de livros, como “O Social em Perspectiva” – Maceió Edufal – ISBN 978-85-7177-767-5. Org. Gilmaisa M Costa e Reivan Souza. 2013; e *Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais*. Orgs. Gilmaisa Macedo da Costa, Edlene Pimentel, Norma Alcântara e Reivan Souza, também publicado pela Edufal.

Em data comemorativa dos 15 anos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Ufal, em 2019, representantes do GPSRS apresentaram os resultados da pesquisa sobre as expressões da Questão Social em Alagoas. Em dezembro de 2020 foi publicado o livro “Expressões da Questão Social em Alagoas: Estudos de aspectos sociais, históricos e econômicos”.¹⁹ Org. Gilmaisa Macedo da Costa, Edlene Pimentel. ISBN 978-65-5624-004-6. Edufal, Maceió AL. Publicaram no livro: Tatiana Lyra, Valderi Teles, Fernando Bizerra, Reivan Souza, Gilmaisa Macedo, Edlene Pimentel, Norma Alcântara, Luana Cavalcante, Laura Lima, Pollyanna Alves, Amanda Vianna, Fernanda Rocha, Glaucya dos Santos, Edivania Maria da Silva e Roseane Duarte.

A partir de 2020, a proposição para atividades do GPSRS foi inicialmente destinada à realização de um estudo sistemático por todo o Grupo

¹⁹ Para uma análise mais aprofundada sobre os dados da pesquisa, ver o livro acima referido.

sobre a obra “Prolegômenos e Para uma Ontologia do Ser Social de György Lukács”. Ed. Coletivo Veredas 2018, ISBN 978-85-92836-30-6. Em face da atual situação do país, os estudos de cada parte da obra foram realizados individualmente em casa pelos membros do Grupo, para posterior discussão em encontros, utilizando-se dos instrumentos adequados atualmente. Seguindo o procedimento já utilizado anteriormente, os professores apresentaram seus programas particulares, que constaram da programação geral do grupo de pesquisa, reunindo, na sequência, o Grupo, em exposições e análises dos temas estudados. Para tal, foram utilizados os meios computacionais na interação entre pesquisadores.

Sob a coordenação do professor Artur Bispo realizou-se o I Seminário Internacional “Crises” e a atualidade do pensamento crítico na América Latina, nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2019, contando com cinco mesas temáticas e um minicurso sobre Introdução ao pensamento de Hegel. Houve ainda o I Colóquio Internacional sobre o Bicentenário de Friedrich Engels, nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2020.

Os eventos foram realizados em articulação com o curso de Filosofia da Ufal e contaram com participação em palestras dos Prof.s Drs Vitor Sartori/UFG, Pablo Bonavena/UBA, Artur Bispo/Ufal, Diego Souza/Ufal, Jair Antunes/Unicentro e Vladimir Luís da Silva/Unifesp.

A realização de todas as atividades do GPSRS tornou-se possível ao longo do tempo mediante o esforço e a dedicação dos professores e alunos interessados no conhecimento e na efetivação de atividades de pesquisa. Contribuiu para o processo de aprendizagem de alunos de iniciação científica, mestrandos e doutorandos, melhorando a qualificação pessoal e profissional.

A seguir, uma síntese dos resultados de pesquisa decorrentes das ações do GPSRS.

Síntese de resultados de pesquisa ao longo do desenvolvimento das ações do GPSRS

A reflexão inicial que se apresentou para o processo de investigação do GPSRS emergiu a partir de uma interrogação central: de que se trata quando falamos de Reprodução Social? Em que campo do conhecimento nos encontramos? A investigação primeira do tema nos indicou a aborda-

gem filosófica, tendo por fundamentos questões do Ser Social referenciadas na história, mas igualmente uma abordagem filosófica objetiva que expressasse o ser como efetivamente é, ou seja, a coisa como a coisa é, na busca de um conhecimento real do ser humano e seu desenvolvimento social, possibilitando a apreensão de aspectos universais, particulares e singulares do ser enquanto ser. Tomamos por referência original a Ontologia do pensador húngaro György Lukács, na perspectiva de apreender as categorias essenciais do ser social e seu desenvolvimento. Para isso, investigamos “Para a Ontologia do Ser Social”, obra da maturidade de György Lukács. Trata-se de uma ontologia materialista de caráter objetivo que não pode ser confundida com qualquer ontologia precedente fundamentada em perspectiva idealista.

A Reprodução, segundo a apreensão ontológica de György Lukács, apresenta a configuração bem precisa de uma categoria do ser social. Categoria no sentido de forma e modo de ser, determinação da existência no sentido marxiano, ou seja, como algo efetivamente existente no real, que não pode ser confundido com um simples conceito. Nela se articulam a dimensão subjetiva e objetiva na existência do ser humano-social. O Ser Social tem origem no trabalho, ele é o seu fundamento essencial; todo fenômeno da sociabilidade humana pressupõe o trabalho, daí a necessidade de sua abstração. Mas é na reprodução que se configura o processo de evolução humano-social derivado do próprio trabalho. O trabalho somente se explicita como categoria do ser social ao revelar sua verdadeira existência em um complexo que se movimenta, reproduzindo-se processualmente. Esse mover-se produtivamente é o processo de reprodução social.

O trabalho, enquanto compósito de teleologia e causalidade, é um ato no qual se verifica a ação de uma consciência sobre algo objetivamente material. Um ato conscientemente, visto que tem em si a possibilidade de produzir, desde o início, para além do necessário à reprodução daquele que executa tal atividade. Daí resulta que, pelo fato de permitir que desde sua origem o ser humano produza mais do que o suficiente à sua existência, sempre remete para além de si próprio. Nisso reside o caráter de base fundante do ser social. Ao produzir algo novo pelo trabalho, necessariamente o ser humano produz novas relações sociais, uma nova situação histórica, novos sujeitos, novas habilidades e novas necessidades. Produz uma nova situação

histórica e novos indivíduos que convivem socialmente de forma nova, diferentemente de outros animais. Essa nova convivência é a sociedade, e esse produzir para além de si mesmo, próprio do trabalho, é o processo de reprodução social. Este resulta numa evolução contínua em direção a novos patamares de sociabilidade, implicando o processo histórico.

A reprodução social possui peculiaridades ontológicas. Certamente a reprodução biológica de um ser vivo implica mudanças significativas nos seres mediante modificações radicais do ambiente. Constitui um constante repor o mesmo, ou um mero tornar-se outro no complexo da vida. Na reprodução do ser social, as mudanças são de caráter interno e externo. As modificações externas retroagem sobre os indivíduos produtores porque na reprodução social imperam leis distintas da natureza orgânica determinadas pelo trabalho.

No curso de milênios ocorreram mudanças nos instrumentos e processos de trabalho na exploração da natureza, sempre baseadas no potencial que tem o trabalho de ir além da reprodução do trabalhador, criando fenômenos extraordinários como a base objetiva da escravidão, superando a simples alternativa de matar ou adotar o inimigo feito prisioneiro. Várias etapas na organização social e no desenvolvimento do trabalho levaram ao capitalismo, no qual o valor de uso da força de trabalho se torna a base de todo o sistema. Segundo Lukács em sua Ontologia, o reino da liberdade no socialismo – a possibilidade de um tempo livre com sentido – repousa sobre esta peculiaridade fundamental do trabalho: produzir mais do que é necessário para a reprodução do trabalhador.

Foi também no curso dos acontecimentos que transformações nos processos de reprodução social implicaram mudanças quantitativas e qualitativas nos processos de trabalho decisivas à evolução da sociedade, como, por exemplo, a divisão do trabalho. Sua consequência via cooperação foi a criação da fala como um instrumento de fixação dos conhecimentos e para comunicar as múltiplas formas de relacionamento dos homens entre si.

A reprodução social analisada por Lukács é muito mais complexa do que o conteúdo aqui exposto. O que quisemos ressaltar foi a importância dessa categoria para o esclarecimento sobre o que se encontra na base do processo de evolução do ser social. A pesquisa bibliográfica do Grupo seguiu seu curso com novas investigações, conforme as necessidades que emergiram no decorrer do processo.

Tendo a Reprodução como base para o entendimento do desenvolvimento humano, seguimos com novos estudos de importantes temas para a apreensão da sociabilidade regida pelo capital sobre A formação do mundo contemporâneo, O liberalismo europeu e a Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx, além de produções do próprio Marx, de 1842 a 1875, com vistas a criar uma base científica sobre o pensamento no mundo moderno e contemporâneo a propósito dos temas do Estado e dos direitos em seus fundamentos essenciais e históricos.

Resultante do procedimento bibliográfico, a investigação sobre Política, Estado e Direitos Sociais revelou aspectos determinantes da essência do Estado e dos direitos a partir de diferentes perspectivas. Apreendido o seu caráter de classe no decorrer da história, em linhas gerais conclui-se que o Estado Moderno constituiu-se dialeticamente por uma interação recíproca necessária entre a complexa base material do capital e a superestrutura jurídica e política que dela emergiu.

Na atualidade, após uma expansão socioreprodutiva poderosa que alcançou dimensão global, a fase histórica do imperialismo moderno do sistema do capital foi substituída pelo imperialismo hegemônico dos Estados Unidos da América em direção a um Estado Global do Sistema do Capital, sem, contudo, resolver qualquer das contradições já existentes e deixando à margem países com amplas populações e com poderio razoável de produção. No entender de István Mészáros (2009), ante “o imperialismo hegemônico global dos Estados Unidos, com sua dominação militar crescente do planeta como um estado nacional agressivo, a fase presente de imperialismo é provavelmente a mais letal” e representa um risco à humanidade. As soluções encontradas via direitos sociais e alternativas de modelos estatais e socioeconômicos até a atualidade no combate à desigualdade não ofertaram soluções aos graves problemas enfrentados pela globalidade do sistema social dominante em termos humanos e de preservação da natureza, esta última muito afetada pelo industrialismo reinante.

A questão enfrentada atualmente com o fim da ascendência histórica do capital mediada pela conjunção entre fordismo e *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), conforme indicam intelectuais, é que o seu domínio assumiu um caráter universal, pois se estendeu aos lugares mais distantes e isolados do planeta, devido às determinações mais profundas do

atual modo de controle sociometabólico do capital, expressas na reestruturação produtiva. Isso resultou no agravamento do fenômeno do pauperismo de amplas massas populacionais, alcançando proporções de caráter mundial, por sua extensão em vários países. Na análise do IBGE, a desigualdade social brasileira apresenta um alto índice em termos da renda. Tais índices são relacionados aos comportamentos não cooperativos, à criminalidade e ao baixo crescimento econômico.

Assim, em vez de superar a desigualdade social, a expansão econômica mundial resultou na mundialização da pobreza, ou pelo menos de sua percepção como um problema humano geral. Configura-se uma situação em que organismos internacionais mostram preocupação com o pauperismo e propõem ações políticas para a sua redução. Entretanto, a avaliação dos resultados por parte de organizações diversas contra a pobreza é que as estratégias de crescimento conduzidas pelo Banco Mundial “nem sempre são suficientes para melhorar as oportunidades de trabalho e as condições de vida dos pobres” (Correspondente da IPS, 11/12/2006).

Em momento posterior, tornou-se necessário um maior aprofundamento da ontologia lukacsiana. O Grupo de pesquisa vem realizando um estudo sobre os “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social”, com a finalidade de melhor entender os fundamentos do Ser Social. Os “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social” são na verdade o último texto de György Lukács, o último revisado por ele após produzir sua ontologia. Prolegômeno é um termo literário que deriva do grego e significa “as coisas que são ditas antes”. Pode ser entendido como introdução ou prefácio. Trata-se de um estudo preparatório para se compreender um assunto. A finalidade de um prolegômeno é determinar quais os pressupostos básicos que determinam a conclusão de um estudo.

Entretanto, os Prolegômenos do Lukács foram escritos por último. A primeira versão em português da Ontologia é da Boitempo, publicada em 2013. A mais recente são os dois grandes volumes que contêm os “Prolegômenos” e “Para a Ontologia do Ser Social”, publicados em 2018 pelo Coletivo Veredas em versão bilíngue (alemão e português).

O estudo dos “Prolegômenos” foi importante porque neles há uma síntese profunda de Para a Ontologia do Ser Social, permitindo um co-

nhecimento sobre os fundamentos essenciais da própria Ontologia enquanto conhecimento filosófico das origens do homem e do conhecimento, do trabalho e seu desvelamento histórico a partir dos principais fundamentos do ser social, revelando elementos referentes à universalidade, à particularidade e à singularidade do ser como totalidade.

Seguindo o caminho da investigação da realidade em termos da particularidade histórica, reunimos reflexões sobre a formação econômica do Brasil compreendido como uma sociedade originária da expansão da Europa para a América em busca da exploração das terras nas quais já existiam etnias, os povos denominados indígenas. A posse da terra seguida pela produção da cana-de açúcar culminou numa moderna modalidade da escravidão de grupos humanos trazidos da África. Para tal, estudaram-se “A Evolução Política do Brasil” e “A Formação do Brasil Contemporâneo”, obras de Caio Prado Júnior. A primeira obra de Caio Prado Júnior é também a primeira análise marxista e materialista da história nacional. Curto ensaio de síntese da História do Brasil (da Colônia até o fim do Império), apresenta uma nova visão do passado; temas novos são abordados e outros, já visitados, reaparecem. No livro, Caio Prado defende a inexistência do feudalismo no Brasil, pois considera que desde o início da colonização nossa estrutura econômica é capitalista, gestando dela ao longo dos séculos uma atual posição no capitalismo dependente. O autor efetua uma nova análise das rebeliões regenciais, considerando-as movimentos que tentaram romper a ordem colonial; movimentos do povo que intentam melhorar as condições de vida e ocupar um espaço na nacionalidade (estruturas produtivas e sociais), diferentemente da historiografia oficial veiculada até então Caio Prado Júnior vê tais movimentos como relativamente organizados e nascidos da vontade popular. Considera a Independência brasileira não como “emancipação”, mas como “libertação” surgida de um “arranjo político” entre as classes dominantes do Brasil e Portugal. Ou seja, preservaram-se as instituições de mando e a ordem colonial; o povo mantém-se à parte da política nacional. O livro coloca, pela primeira vez, o “povo” na História do Brasil como participante ativo.

A segunda obra é um texto interpretativo da formação econômica nacional, desde o período colonial até os anos trinta do século XX. Trata-

se de um relato simples e didático. No que se refere à agricultura e à mineração, seu texto é um reaproveitamento de um terço de Formação do Brasil Contemporâneo. O estudo foi decisivo para o conhecimento da realidade brasileira em seus aspectos fundamentais, em matéria da economia, da política e das dimensões culturais. Segue-se a este o estudo da obra de Antônio Carlos Mazzeo, “Estado e burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa”, que retrata analiticamente as origens mais recentes do regime autocrático nacional.

A investigação sobre a peculiaridade alagoana foi realizada através das obras de Fabiano M. Machado e Matheus Carlos de O. Lima, Cícero Péricles de Carvalho, Fernando José de Lira e Ivo dos Santos Farias. A análise e o debate dos textos realizaram-se entre março e maio de 2017, sendo relevantes para o conhecimento da realidade e para subsidiar a pesquisa, com abordagens sobre a história e a realidade social de Alagoas. O estudo permitiu a apreensão da trajetória do Estado e da Sociedade, bem como o entendimento da situação da crise atual, das condições de classe resultantes do processo manifesto na condição de privilégios e de pobreza de parcelas dos trabalhadores. Culminou com a apresentação dos resultados de pesquisa pelos alunos componentes do Grupo, revelando sua capacidade de análise e entendimento de questões importantes para a elaboração e a realização da pesquisa de campo, publicados em “Expressões da Questão Social em Alagoas: estudos de aspectos sociais, históricos e econômicos”, manifestos na desigualdade social, contradições de classe e desemprego, cuja síntese geral está apresentada aqui.

A problemática do desemprego em Alagoas é evidenciada na pesquisa bibliográfica e documental realizada, publicada em 2020, reunindo um conjunto de informações sobre o que denominamos de Expressões da Questão Social em Alagoas. As entrevistas, correspondentes à pesquisa de campo, feitas com representantes das organizações de trabalhadores, tornam claro o conhecimento da situação do desemprego no Estado e de algumas causas imediatas explicitadas pelos entrevistados e seus representantes como uma decorrência da difícil situação das empresas. Sua origem é atribuída à crise vivenciada no país, com dificuldades no campo da organização de trabalhadores, que hoje têm de assumir atribuições anterior-

mente pertencentes à empresa ou ao Estado. O ponto de vista dos trabalhadores desempregados se vincula ao imediato de sua condição de desemprego e contém o relato de suas situações de vida.

A produção bibliográfica sobre o tema revela que houve alteração na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, com alternâncias entre o dinamismo e a estagnação resultante de uma crise. Verifica-se o aumento da desocupação e da deterioração das condições deste mercado de trabalho. A crise de caráter internacional ocorrida entre 2008 e 2014 requereu uma intervenção do Estado na economia mediante políticas públicas que contribuíram para a contenção do problema; entretanto, o período compreendido entre 2015 e 2016 vivenciou uma reversão neste processo, com a queda do PIB, resultando na diminuição do consumo das famílias e no aumento do desemprego formal, conforme registrado pelo IBGE. A desigualdade social brasileira apresenta um alto índice em termos da sua renda, mesmo em relação a outros países da América Latina, região na qual a desigualdade é a mais alta no mundo.

A visão dos trabalhadores sobre o desemprego e sobre as condições de vida das populações por ele atingidas revela que no âmbito das organizações dos trabalhadores entrevistados o entendimento mais presente é o de que o desemprego resulta da crise econômica que se abateu sobre o Brasil, e não somente sobre ele, pois tem caráter mundial, acompanhado do alto desenvolvimento tecnológico, que requisita a substituição de mão de obra operária urbana e do campo.

As relações de trabalho sofrem desgaste e se tornam conflitantes com a queda das condições de vida e de trabalho que assola as famílias. As políticas trabalhistas passam por reformulações; tais mudanças são vistas como uma ameaça ao sistema de proteção social anteriormente vigente. As dificuldades da relação entre as empresas e as representações dos trabalhadores se tornam maiores, e muitos só veem como saída a negociação, para manter os ganhos adquiridos e conter o fluxo do desemprego constante. Uma saída para a proteção do trabalho é visualizada na prestação da assistência aos trabalhadores das empresas e suas famílias, função anteriormente assumida pelo patronato e regulamentada pelas leis trabalhistas.

A visão dos trabalhadores desempregados – homens e mulheres – mostra a preocupação com a situação dos desempregados e suas famílias,

atribuindo o desemprego ora à falência das empresas, ora à inconsequência dos políticos no Brasil. As alternativas encontradas são trabalho informal, aceitar cargos inferiores ao que estavam ocupando antes, ou a busca do empreendedorismo mesmo em níveis mais simples.

Relatam pouca resistência dos trabalhadores às condições em que se encontram. Registram também o sofrimento do desempregado ante as baixas condições de sustentar a si e à sua família. Não reconhecem as ações dos sindicatos; dizem que seria importante sua ação, mas em linhas gerais asseveram que eles não defendem os trabalhadores, e sim o patronato; por isso a maioria dos entrevistados se diz não sindicalizada. Recorrem ao SINE para se cadastrar como pretendentes a um emprego ou para receberem o seguro-desemprego, visto como única saída, embora temporária, para a subsistência num curto período de tempo.

A situação constatada se relaciona com as condições de desigualdade no Estado de Alagoas. Passando por uma crise econômica que afeta todo o País, este Estado registrou aumento de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza (aqueles que sobrevivem com até R\$ 230 mensais). Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, atualmente há 594.021 alagoanos vivendo nessa situação. A Gazeta de Alagoas (3/7/2017) estima em torno de 600 mil pessoas a viver em pobreza extrema. A situação é mais grave porque, do total da população que vive abaixo da linha de pobreza em Alagoas, 393.075 – ou seja, mais da metade – sobrevivem com R\$ 85 ou menos durante o mês.

Os indicadores sociais da atualidade não indicam a reversão do quadro analisado. Ao contrário, há um evidente agravamento da pobreza, do desemprego e da resistência dos trabalhadores às condições econômicas e políticas do nosso país e do Estado em meio à situação da pandemia do coronavírus, Esta iniciou sua expansão a partir de 2019 e está a requerer uma nova pesquisa.

As reflexões feitas pelo Grupo revelam a importância da pesquisa para a apreensão do social, seja em nível teórico, seja em termos da prática de pesquisa de campo. Com ela resulta o estímulo à produção de conhecimento mediante a formação profissional e social.

Referências

- CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação Histórica de Alagoas*. 4. ed. Maceió, Edufal, 2017.
- CLAUDÍN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013.
- COSTA, Gilmaisa Macedo da; PIMENTEL, Edlene. **Expressão da Questão Social em Alagoas: estudos de aspectos sociais, históricos e econômicos**. Maceió, Edufal, 2020,
- FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- FARIAS, Ivo dos Santos. **Nossa casa é do Patrão: Dominação e resistência Operária no Núcleo Fabril de Fernão Velho – Maceió/AL**. 1. ed., Curitiba, Editora Appris, 2014.
- Indicadores Básicos de Alagoas**. – Ano 3, n. 3. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag, Maceió, 2017.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 24ª Reimpressão, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- _____. **História Econômica do Brasil**. 29. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. Tr. Álvaro Cabral. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- LIRA, Fernando José de. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**. Maceió, Edufal, 2007
- LUKÁCS. Georg. **Para a Ontologia do Ser Social**. Volume 14. Tradução: Sergio Lessa; Revisão: Mariana Andrade. Maceió, Coletivo Veredas, 2018.
- MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de Lima. **História Econômica de Alagoas: A Indústria Cloroquímica alagoana e a modernização da dependência**. Maceió, Edufal, 2016.

MANDEL, Ernest. **A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx**: de 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboço da crítica da economia política**. Tradução: Mario Duayer e Nélío Schneider. Boitempo: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. Glosas Críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In: **Revista Práxis Nº 5**. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____. **O Capital** – Crítica da economia política. Os Pensadores, Livro Primeiro, Tomos 1 e 2. Capítulos XXIII e XXIV. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

_____. **A Questão Judaica**: 1842-43. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

_____. **O dezoito de brumário de Luis Bonaparte**. Tradução: Nélío Schneider. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo, Editora Martin Claret, 2003.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo, Editora Martin Claret, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)** 1846. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Editora HUCITEC, São Paulo, 1991.

_____; _____. Crítica ao Programa de Gotha (1875). In: **OBRAS ESCOLHIDAS**. Volume 2. São Paulo, Editora Alfa-Omega, s/d.

MAZZEO, A C. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Ática, 1988.

MÉSZÁROS. István. **A reconstrução necessária da dialética histórica**. Palestrante: István Mészáros. Exposição na UFRJ em 12/9/2009. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE**, Coordenação de População e

Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016 146 p. – (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36).

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017 147p. – (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37).

SOBOUL, Albert. **A revolução Francesa**. Tr. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo, Editora Petrópolis, 2011.

_____. **Os Direitos Humanos na perspectiva de Marx e Engels – Emancipação Política e Emancipação Humana**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 2011.

Trajetória acadêmica do Grupo de Pesquisa “Cultura, Identidade e Movimentos Sociais”: Um breve relato do período 1997/2020

José Nascimento de França
Elaine Nunes Fernandes
Franqueline Terto dos Santos

A pesquisa e a extensão com os movimentos sociais

Nos últimos anos, a Universidade brasileira vem sofrendo os impactos trazidos pelo projeto neoliberal, dada a subordinação da educação às demandas de acumulação de capital. A mudança pretendida pelo Banco Mundial e imposta às instituições de ensino superior tem reverberado no diálogo com a população, que ocorre especialmente por via da pesquisa e da extensão. Não por acaso, é nessas áreas que se tem verificado uma maior quantidade de cortes de recursos desde que a educação superior passou a ser conduzida pela política neoliberal. No que diz respeito à extensão, essa situação tem sido sentida de forma ainda mais intensa, reforçando o caráter subalterno que as práticas extensionistas historicamente assumiram no interior da academia.

Os processos de privatização no ensino superior (tanto pelo aumento de oferta de cursos em instituições privadas quanto pelos mecanismos privatistas no interior das universidades públicas), que é uma das principais marcas da política educacional neoliberal, têm consequências e implicações que podem ser percebidas também na qualidade da formação profissional dos cursos de graduação em Serviço Social, quanto no perfil do profissional destinado ao mercado de trabalho (MARRO, 2014; IAMAMOTO, 2011).

Apesar deste cenário histórico da Educação brasileira, conforme expressa Iamamoto, somam-se esforços entre docentes, pesquisadores e estudantes do Serviço Social para fazer frente, de maneira crítica, à política universitária neoliberal, buscando defender uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, o que exige o fortalecimento da unidade entre ensino, pesquisa e extensão, segundo os interesses da coletividade (IAMAMOTO, 2011). É nesse sentido que a articulação entre o Serviço Social –

desde a Universidade – e os movimentos sociais representa uma importante estratégia tanto em termos políticos quanto pedagógicos.

O Serviço Social tem, desde a sua gênese, uma relevante trajetória partilhada com os movimentos sociais. Atuou num primeiro momento para combater os movimentos contestatórios dos trabalhadores, considerados naquele momento uma “ameaça” à harmonia social²⁰. A profissão sofreu, posteriormente, uma expressiva mudança na posição política²¹ que assumirá em relação a esses sujeitos coletivos, passando não somente a apoiar suas reivindicações e lutas, como a somar esforços para a construção de uma sociedade democrática e com justiça social.²²

A direção social assumida pela categoria profissional nas diretrizes curriculares apresenta, entre outros avanços, a inserção de disciplinas e/ou conteúdos programáticos sobre movimentos sociais e as demais organizações da classe trabalhadora no currículo acadêmico, além de reforçar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nos processos de formação.

O trabalho desenvolvido com os movimentos sociais e as demais organizações da classe trabalhadora contribuíram de forma decisiva para uma leitura qualificada da realidade efetiva dos sujeitos, resultando numa formação crítica dos futuros profissionais, uma vez que possibilitou ao estudante o contato mais direto com esses sujeitos coletivos, suas formas de vida e organização, bem como com suas demandas, especialmente no campo dos direitos sociais.

A pesquisa e a extensão desenvolvidas em áreas rurais, tais como assentamentos e acampamentos de reforma agrária, possibilitam ao estudante, futuro assistente social, o aprendizado que está ausente do tradicional espaço acadêmico institucional, conforme Marro esclarece:

Apesar das inúmeras dificuldades e contradições que se observam num assentamento sem-terra, é um cenário privilegiado para observar que as expressões da “questão social” e os seus sujeitos só

²⁰ É farta a bibliografia sobre essa questão. Destacam-se as valiosas contribuições de Martinelli (1997), Iamamoto (2007, 2011) e Netto (2009).

²¹ Referimo-nos ao Serviço Social brasileiro.

²² Posição expressa no Código de Ética de Assistentes Sociais, de 1993, na lei que regulamenta a profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social (1996).

aparecem passivos, despidos de conflitos coletivos e formatados para serem enquadrados nas inúmeras exigências individualizadas das políticas sociais pelo efeito de um árduo e cotidiano trabalho de disciplinamento social. Por isso, é também um cenário privilegiado para aprender o significado das lutas coletivas para a conquista dessas políticas sociais na perspectiva da ampliação da cidadania dos subalternos. (2014, p. 289-290).

Foi essa compreensão que motivou o Grupo Cultura, Identidade e Movimentos Sociais a desenvolver atividades acadêmicas, principalmente no âmbito da graduação, que tivessem relação com a experiência vivenciada por essas organizações da classe trabalhadora. A partir delas, estudantes podem apreender e refletir criticamente sobre as contradições e possibilidades na configuração e organização dos sujeitos coletivos que atuam socialmente na perspectiva política da “classe para si”, conforme será possível verificar na trajetória do grupo que passaremos sucintamente a relatar²³.

Apresentação do grupo de pesquisa

O Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Movimentos Sociais (GPCIMS) foi criado em 1997, tendo como objetivo constituir um espaço pedagógico de caráter complementar à formação profissional, proporcionando a realização de atividades fundamentalmente investigativas e articulando a unidade dialética entre teoria e prática, numa perspectiva crítico-científica engajada nas ações dos seus sujeitos de pesquisa.

As atividades do Grupo visam ao tripé ensino – pesquisa – extensão e efetivaram-se na trajetória e em experiências do grupo como elementos indissociáveis da formação acadêmica, em sintonia com as orientações das *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*, sendo este um dos princípios curriculares fundamentais da formação profissional (ABEPSS, 1996).

Desde o início liderado pelo professor Dr. José Nascimento de França, o GPCIMS desenvolveu diferentes atividades de pesquisa sob a sua orientação – abrangendo tanto a iniciação científica quanto a pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) –, principalmente de estudantes de Serviço

²³ Priorizaremos o trabalho desenvolvido com movimentos agrários e indígenas por terem sido, durante o tempo em que o grupo esteve em atividade, o foco das ações de pesquisa e extensão.

Social. Embora o Grupo seja vinculado ao Curso e à Faculdade de Serviço Social, uma de suas principais características, desde o seu surgimento, consiste no envolvimento direto também de estudantes de outras áreas do conhecimento – Psicologia, Administração, Ciências Sociais, Geografia, Direito e Filosofia – e de profissionais não vinculados à academia, sobretudo assistentes sociais.

Apesar de o GPCIMS indicar três áreas centrais de estudo – cultura, identidade e movimentos sociais –, os projetos desenvolvidos concentraram-se nos estudos dos movimentos sociais, particularmente os movimentos sociais ligados à luta pela terra, tais como os movimentos indígenas e os de “sem-terra”²⁴. Desde o início os estudos do grupo fundamentaram suas análises da realidade social na perspectiva histórico-crítica, vinculada à tradição marxista. Num momento posterior, mas ainda seguindo a tradição crítica, pautou-se pela corrente teórica do capitalismo burocrático e da semifeudalidade²⁵. Os estudos desenvolvidos pelo grupo buscaram aprofundar o entendimento da estrutura agrária em Alagoas.

No primeiro momento, as atividades de pesquisa e extensão tiveram como principal campo de atuação os assentamentos rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Alagoas – MST. Posteriormente, a atuação do grupo esteve voltada para territórios e movimentos indígenas alagoanos, especialmente das etnias Xokó e Wassu Cocal.

O trabalho com assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária

²⁴ Ao longo dos anos, o grupo de pesquisa também desenvolveu trabalhos esporádicos com populações urbanas, especialmente com associações de moradores e cooperativas. Para efeito de organização, dedicaremos atenção apenas aos projetos desenvolvidos com movimentos agrários e indígenas.

²⁵ O capitalismo burocrático está sendo entendido como um tipo de capitalismo atrasado, identificado nos países subdesenvolvidos que impulsiona o imperialismo, tendo suas relações de produção atadas à semifeudalidade. A semifeudalidade é entendida como elemento fundamental do capitalismo burocrático, expresso nas relações de produção provenientes do latifúndio com relações pré-capitalistas e semifeudais evidenciadas pelo trabalho semisservil e pela subserviência do camponês pobre e do trabalhador rural nas terras latifundiárias que viabilizam a concentração de terra.

A primeira experiência do Grupo que articulou as dimensões da pesquisa e da extensão veio a se concretizar a partir do projeto de iniciação científica intitulado “Estudo dos Aspectos Organizativos Internos e da Motivação dos Assentados para a Efetivação da Reforma Agrária no Assentamento Massangana – AL”, em 2002, desenvolvido por estudantes bolsistas do curso de Psicologia, e estudantes voluntários de Serviço Social e de Administração. A pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex/Ufal).

O projeto foi realizado junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na área do assentamento de Reforma Agrária Massangana, localizado no município de Maragogi, litoral norte de Alagoas. Naquele momento, o objetivo foi verificar a assimilação dos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em especial a proposta de construção da democracia, tendo como referência o Programa de Reforma Agrária defendido até então pelo Movimento. Além de relatórios de pesquisa e extensão, este projeto resultou, em 2009, na elaboração do livro “Projeto Democrático Socialista do MST: Alguns elementos linguístico-ideológicos”, de autoria do professor Dr. José Nascimento de França, coordenador do GPCIMS.

As atividades desenvolvidas pelo grupo no assentamento Massangana tiveram a duração de cerca de quatro anos. Nas várias etapas dos projetos desenvolvidos, foram abordados temas como: participação dos assentados na associação dos agricultores; produção e comercialização de produtos agrícolas; questão de gênero no relacionamento entre homens e mulheres da comunidade; a situação dos jovens; bloqueios no desenvolvimento social, econômico e organizacional do assentamento; aspectos sociais e econômicos no processo de desenvolvimento agrário de Alagoas; a concepção de democracia e socialismo dos assentados e das lideranças do assentamento.

Durante o tempo em que o grupo atuou nessa comunidade, cursos de extensão foram realizados em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão – Proex, tais como sobre o beneficiamento de fibra da bananeira, de cooperativismo e associativismo, entre outros. Nessas ocasiões, através da observação participante, os estudantes puderam capturar informações relevantes para as reflexões das pesquisas que estavam em curso.

O trabalho com comunidades indígenas

Além dos projetos desenvolvidos no assentamento Massangana, o GPCIMS conduziu ações investigativas e extensionistas nas comunidades indígenas Xokó (localizada na ilha de São Pedro, Porto da Folha, em Sergipe) e Wassu Cocal (em Joaquim Gomes – AL). Nessas comunidades foram investigados os fatores de inclusão e exclusão aos espaços sociais da região, além da implementação do projeto de Curso Pré-vestibular, em parceria com a Proex/Ufal.

Apesar de os alunos do Pré-vestibular não terem uma boa qualificação em termos de escolarização formal, os jovens da comunidade Xokó começaram a discutir e a se preparar melhor para ingressar na Universidade depois do projeto de extensão que o grupo desenvolveu. Nos vários contatos, palestras e aulas presenciais e virtuais, os membros do GPCIMS orientavam e estimulavam para que os jovens indígenas ocupassem a Universidade, com o objetivo de combater a influência nos setores de trabalho externos e de fortalecer a sua autonomia.

Essa experiência com o GPCIMS possibilitou ainda um intercâmbio internacional, em 2010, entre o Instituto de Ciências Sociais (ICS/Ufal) e a Universidade de Valência (Espanha), a partir do desenvolvimento de um estágio de observação de duas estudantes espanholas junto ao povo Xokó. Elas puderam interagir com os componentes do grupo e realizar atividades com os membros das comunidades indígenas que participaram das ações desenvolvidas pelos membros do GPCIMS.

Sobre esse estágio de observação, destacamos a avaliação de uma das estagiárias:

Nosso trabalho no grupo foi de observação e pesquisas para conhecê-lo e saber com que trabalham e conhecer a história, as tradições, as danças, as normas e os símbolos das tribos. Conviver com eles em nossas viagens, interatuar, participar de todas as atividades que se desenvolvem e criamos um vínculo após certo contato. Participamos de todas as reuniões e demos nossa opinião sobre qualquer aspecto. (ADELAIDE, 2010, p. 37).

Dessa experiência resultou a organização e a consequente publicação do livro “Histórias do Talento do Povo Xokó” (2019), que reúne poemas do

indígena Anísio Apolônio Lima Xokó, morador da comunidade onde o projeto foi desenvolvido. O volume foi lançado em 2019, pela editora Q Gráfica.

Organização e participação em eventos científicos²⁶

O GPCIMS teve um papel importante na organização e realização do II Seminário Internacional sobre o Capitalismo Burocrático, realizado em Maceió, em 2010. O evento contou com a contribuição do Prof. Dr. Vítor O. Martín Martín, da Universidade de La Laguna, Ilhas Canárias, Espanha, e da Prof.^a Dr.^a Nazira Correia Camely, da Universidade Federal do Acre (Ufac) e da Universidade Estadual Fluminense – (UFF/RJ), ambos membros do Grupo de Investigação sobre o Subdesenvolvimento e o Atraso Social (Gisas).

O III Seminário Internacional sobre Capitalismo Burocrático na Explicação do Subdesenvolvimento e Atraso Social: Brasil x Índia ocorreu em 2011 na UFPE – *Campus* Petrolina (2011). Foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Movimentos Sociais da Faculdade de Serviço Social/Ufal em parceria com o Grupo de Investigação sobre o Capitalismo Burocrático na Explicação do Subdesenvolvimento e do Atraso Social (Gisas).

A realização do IV Seminário Internacional sobre Capitalismo Burocrático na Explicação do Subdesenvolvimento e do Atraso Social: Brasil, Espanha e Índia ocorreu em 2012, de forma simultânea, em Recife e Maceió²⁷.

O V Seminário Internacional sobre Capitalismo Burocrático na Explicação do Subdesenvolvimento e do Atraso Social: Brasil, Espanha e Índia ocorreu em 2014, na cidade de Petrolina, estado de Pernambuco. Nesse evento, o grupo de pesquisa participou como parceiro da organização.

Além desses importantes eventos que se dedicaram a refletir sobre o capitalismo burocrático, o grupo de pesquisa participou como parceiro na realização de outros seminários e congressos importantes relacionados

²⁶ Destacamos apenas a organização dos eventos mais recentes.

²⁷ Em Recife (UFPE) o evento ocorreu de 24 a 29 de setembro de 2012; em Maceió (Ufal), no dia 28 de setembro de 2012.

à questão agrária, tais como a Jornada em Defesa da Reforma Agrária – Jura, realizada na Ufal em 2014 e 2016, e o I Seminário Nacional sobre Reforma Agrária e Agricultura familiar, ocorrido em 2016.

Projetos de pesquisa desenvolvidos

Ao longo dos anos em que esteve em atividade, o GPCIMS desenvolveu os seguintes projetos de pesquisa:

2001 – 2002

Título: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Reconstrução da Democracia: estudo de caso do assentamento Massangana, Maragogi/Alagoas”

Estudantes envolvidos (graduação): Franqueline Terto dos Santos, Charles Antônio Petuba, Elaine Nunes da Silva, Cássia de Castro Bezerra e Mauricecia Pereira de Arruda

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Bolsas e Auxílio à Pesquisa.

2003 – 2004

Título: “Estudo de Aspectos Organizativos Internos e da Motivação dos Assentamentos para a Efetivação da Reforma Agrária no Assentamento Massangana, Maragogi/Alagoas”

Estudantes envolvidos (graduação): Franqueline Terto dos Santos, Charles Antônio Petuba, Elaine Nunes da Silva, Cássia de Castro Bezerra e Mauricecia Pereira de Arruda

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Bolsas e Auxílio à Pesquisa.

2004 – 2005

Título: “Resgate das representações sociais sobre associativismo, cooperativismo e preservação ambiental dos parceiros do assentamento Massangana em Maragogi – Alagoas”

Estudantes envolvidos: Fabíola Pires da Gama, Claudeane França de Lima, Renata Guerda de Araújo Santos e Anna Júlia Giurizatto Medeiros

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Bolsas e Auxílio à Pesquisa.

2006 – 2007

Título: “Serviço Social em Alagoas: O Protagonismo da Escola de Serviço Social Padre Anchieta”

Estudantes envolvidos: Amanda Carvalho Nolasco e Lúcio Vasconcelos de Verçosa

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Bolsas e Auxílio à Pesquisa.

2008 – 2009

Título: Organização Política do Povo Xokó

Integrantes: José Roberto Santos e Aloísio Gomes Martins

Coordenação: José Nascimento de França

Financiador: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

2010 – 2011

Título: “Capitalismo Burocrático em Alagoas: alguns aspectos socioeconômicos”

Estudantes envolvidos: Mônica Silva de Lima, Rafael Arley Gomes da Silva Almeida, Thiago Peixoto de Almeida Cavalcante e Felipe Santos de Almeida

Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPQ

2011 – 2012

Título: “Semifeudalidade em Alagoas: origens e expressões atuais”

Estudantes envolvidos: Fernando Milton Silva de Mendonça e Mônica Silva de Lima

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal). Bolsas e Auxílio à Pesquisa.

2013 – 2014

Título: “Classes sociais no campo em Alagoas: uma análise das contradições fundamentais”

Estudantes envolvidos: Alessandro da Silva, Tyara Lopes Alves e Cristiano das Neves Bodart

Financiador: CNPQ/Fapeal

2017 – 2018

Título: “Classes sociais no campo em Alagoas: o caso dos cortadores de cana dos municípios de Joaquim Gomes”

Estudantes envolvidos: Alessandro da Silva e Tyara Lopes Alves

Financiador: CNPQ/Fapeal

Projetos de extensão universitária desenvolvidos

2002

Título: “Capacitação em Cooperativismo dos Trabalhadores Autônomos da Rua do Forno”

Estudantes envolvidos: Julyana R. Pereira, Monique S. Santos e Selma R. Silva

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal)

2007

Título: “Autogestão Cooperativista: estudo de caso da cooperativa de Fernão Velho – Cooferve, Maceió – AL”

Estudantes envolvidos: Guilherme Vieira Menezes (Graduação em Serviço Social/Ufal)

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal)

2010 – 2011

Título: “Povo Xokó: Elementos Históricos, Étnicos, Sociais, Econômicos e Ambientais”

Projeto de extensão realizado com o povo indígena Xokó, localizado na ilha de São Pedro, Porto da Folha, Sergipe

Esse projeto contou com a participação de nove alunos, sendo seis de graduação e três de especialização.

Principais produções científicas do grupo: relatórios, artigos, capítulos de livros e livros completos

Os resultados das investigações foram apresentados em eventos locais, nacionais e internacionais, abordando temas como: a questão social em Alagoas; classes sociais no campo; movimentos sociais e ações coletivas; semi-feudalidade em Alagoas; identidade e cultura indígenas; organização e mobilização comunitária; economia popular; cooperativismo e autogestão.

Resultaram também dos Projetos acima descritos, inúmeros relatórios de iniciação científica, de extensão, bem como monografias de graduação, especialização e dissertação de mestrado, os quais serão citados abaixo:

a) Relatórios de Pesquisa

FRANÇA, José Nascimento de; LIMA, M.S. INDICADORES SOCIO-ECONÔMICOS DE ALAGOAS E SUA RELAÇÃO COM O CAPITALISMO BUROCRÁTICO. 2011.

FRANÇA, José Nascimento de; ALMEIDA, F.S. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO CAPITALISMO BUROCRÁTICO EM ALAGOAS. 2011.

FRANÇA, José Nascimento de; SANTOS, Margarida Maria Silva dos; ROCHA, Janne Alves; NOLASCO, Amanda Carvalho; ASSUNÇÃO, Josefa Gilrene Barros de; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Serviço Social: o protagonismo da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, de Alagoas. 2008.

FRANÇA, José Nascimento de; MENEZES, Guilherme Vieira; NASCIMENTO, Mariani Maria Pacheco do; OLIVEIRA, Sônia; SILVA, José Henrique da; ANDRADE, Jarpa Aramis Ventura de. Autogestão Cooperativista: estudo de caso da Cooperativa de Fernão Velho. Cooferve, Maceió – AL. 2008.

FRANÇA, José Nascimento de; SILVA, Maria E. F.; SILVA, C.B.M.; PEREIRA, P.J. Xukuru-Palmeira: o oitavo grupo Xukuru-Kariri. 2007.

FRANÇA, José Nascimento de; MESSIAS, D.N.; EMERY, Y.T.; SILVA, S.H.B.; MENEZES, D.R.M.; SILVA, J.L.P. Diagnóstico Socioeconômico da Agricultura Familiar de Colônia Leopoldina. 2006.

FRANÇA, José Nascimento de; Medeiros, Anna Júlia Giurizzato; GAMA, Fabíola Pires da; SANTOS, Renata Guerda de Araújo; Lima, Claudeane França de. A Formação Cooperativista como Instrumento para suscitar a

transformação social: estudo de caso de jovens do assentamento Massangana. Maragogi, Alagoas. 2005.

b) Artigos completos publicados em anais de eventos e periódicos

FRANÇA, José Nascimento de. Massangana: avanços e obstáculos na conquista da reforma agrária em Alagoas. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, São Luís do Maranhão. Questão Social e Desenvolvimento no século XXI, 2007.

FRANÇA, José Nascimento de. Questão Agrária em Alagoas: alguns apontamentos. I Jornada Alagoana de Serviço Social, Maceió – AL, v. 1, p. 37-42, 2004.

FRANÇA, José Nascimento de; BEZERRA, C.C.; SILVA, E.; SANTOS, Franqueline Terto dos; SILVA, M.P. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a reconstrução da democracia: estudo de caso do assentamento Massangana. I Jornada Alagoana de Serviço Social, Maceió – AL, v. 1, p. 147-156, 2004.

FRANÇA, José Nascimento de. Alguns Elementos sobre a Proposta de Reconstrução Democrática Presentes no Programa de Reforma Agrária do MST. Revista do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Alagoas, Maceió – AL, v. 1, p. 7-11, 2002.

FRANÇA, José Nascimento de. A Democracia no Discurso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: elementos linguístico-ideológicos. In: II Congresso da ABRALIN (Curitiba), Fortaleza - CE, v. 1, p. 269-271, 2001.

FRANÇA, José Nascimento de; JÚNIOR. Configuração das relações das Associações de Moradores de Alagoas (Famoal). Maceió: Edufal, 2003 (Orientação na elaboração de um artigo).

FRANÇA, José Nascimento de. Configuração da Relação da Federação das Associações de Moradores de Alagoas (Famoal) com o Poder Local: a questão do controle social. 2003.

FRANÇA, José Nascimento de. Alguns Elementos sobre a Proposta de Reconstrução Democrática Presentes no Programa de Reforma Agrária do MST. 2002.

c) Artigos publicados em livros, livros publicados ou organizados

Dênis Klinger Carvalho Deolindo (Org.); André Maia Gomes Lages (Org.); Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa (Org.); José Carlos da Silva Lima (Org.); FRANÇA, José Nascimento de (Org.). **Agricultura familiar em Alagoas: alguns elementos**. Maceió: Edufal, 2011. 102p.

FRANÇA, José Nascimento de. **Projeto Democrático Socialista do MST**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2009. 264p.

FRANÇA, José Nascimento de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a Defesa dos Direitos Sociais. In: Amaral, Virgínia Borges & Trindade, Rosa L. Prêdes. (Org.). **Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2001, v. 1, p. 99-112.

d) Assessoria, consultoria e trabalhos técnicos

FRANÇA, José Nascimento de. COOPERAÇÃO AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO. 2012. (Curso de curta duração ministrado).

FRANÇA, José Nascimento de. Plano de Manejo da APA de Santa Rita e RESEC do Saco da Pedra em Marechal Deodoro – AL. 2001.

MARISCO, L.M.O.; NORMANDE, Taís Bentes; MARQUES, Regina Coeli Carneiro; ALENCAR, Ana Paula Acioli; FRANÇA, José Nascimento de. Plano Diretor Participativo dos Municípios de Flexeiras, Campestre, Jacuípe e Jundiá. 2009.

Albuquerque, Thiago Araújo de; CARVALHO, Letícia Marroquim; CAVALCANTE, Geraldo Lopes Vasconcelos; BRANDÃO, Raquel Vieira; FRANÇA, José Nascimento de. Retomada da aldeia Monte Alegre: o poder da Etnia Xucuru-Cariri em Palmeira dos Índios. 2008. (Vídeo).

FRANÇA, José Nascimento de; SILVA, C.B.M.; PEREIRA, P.J.; SILVA, Maria E.F.; SILVA, F.J.L. Estudo das Condições Socioeconômicas da Comunidade Xucuru-Palmeira. 2007.

FRANÇA, José Nascimento de. Semifeudalidade em Alagoas: latifúndio *versus* minifúndio. 2014.

FRANÇA, José Nascimento de; Carvalho. Curso de Economia Popular e Cooperativismo Autogestionário. 2007.

FRANÇA, José Nascimento de; Carvalho. Economia Popular e Autogestão. 2007.

FRANÇA, José Nascimento de. Oficina Movimentos Sociais e ONGs. 2004.

FRANÇA, José Nascimento de. Curso de Cooperativismo e Autogestão. 2002.

Considerações finais

As ações de resistência política nas Universidades têm garantido a presença e a articulação dos/com os movimentos sociais no seio das atividades acadêmicas, bem como nos cursos de Serviço Social. O espaço da “extensão” continua sendo estratégico neste sentido, desde que não se constitua como ação isolada das demais dimensões da formação profissional, a saber, o ensino e a pesquisa. Apesar da longa maré conservadora, a política brasileira de extensão universitária deu um importante passo nos últimos anos com a “curricularização da extensão”, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, em 2018.

Os grupos de pesquisa continuam sendo um importante espaço de formação profissional que qualifica a trajetória acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação. Neles se potencializam as possibilidades de desenvolvimento de ações que articulam, intencionalmente, ensino, pesquisa e extensão, contribuindo política e pedagogicamente com a qualificação da formação e de perfis de profissionais e pesquisadores que não se limitam a corresponder às demandas do mercado de trabalho.

A experiência do grupo Identidade, Cultura e Movimentos Sociais, apesar das adversidades e da rotatividade de participantes em sua trajetória – próprio da dinâmica acadêmica –, obteve êxito não só em relação aos estudantes de graduação, mas ao constituir-se atualmente como referência para os/as profissionais, no sentido da formação continuada associada às atividades de pesquisa e extensão.

Conforme expusemos neste artigo, o contexto contemporâneo da educação brasileira, profundamente marcado pelas políticas neoliberais e pelos diversos mecanismos de perseguição ideológica do atual momento,

tem desafiado docentes, pesquisadores e estudantes a fortalecer e criar estratégias na defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa defesa não deve ser realizada apenas pelos sujeitos universitários.

Nos limites das possibilidades históricas e da autonomia profissional, o tempo presente exige um compromisso cada vez maior com a função pública da Universidade e com a qualificação da formação acadêmica, a fim de evidenciar para o conjunto da sociedade a importância da Universidade na produção de conhecimento e seu potencial para atender aos mais prementes desafios da sociedade brasileira.

Referências

DOMENECH, Adelaida Lópes e FRANÇA, José Nascimento de (Orientador). **Relatório sobre a participação no Grupo de Pesquisa, Cultura, Identidade e Movimentos Sociais**. Documento mimeografado, FSSO/Ufal, Maceió – AL, 2010.

FRANÇA, José Nascimento de. **Projeto Democrático Socialista do MST: elementos linguísticos e Ideológicos**. Maceió: Edufal, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCOSIN, C; ABRAMIDES, M.C. Serviço Social e Movimentos Sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio-histórica brasileira. In: MELO, A.I.S.C; CARDOSO, I.C.C; FORTI, L.V. (org.). **Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias**. São Paulo: Navegando, 2020.

MARRO, K.I. O que a universidade pode aprender quando coloca os pés em um acampamento sem-terra? In: ABRAMIDES, M.B. DURIGUETO, M.L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo, Cortez, 2014.

XOKÓ, L.A.A. **Histórias do Talento Xokó**. Maceió: Q Gráfica, 2019.

A construção coletiva da memória social do GEPSO-JUR/UFAL/CNPQ em sua trajetória de promoção de defesa de Direitos Humanos

Jediane Freitas da Silva
Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro
Marli de Araújo Santos
Tatiana Boia Magalhães

Nota introdutória

O convite da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - FSSO por meio da Direção e Coordenação em conjunto com o PPGSS/Ufal para compor esta Coletânea que busca registrar o processo de construção dos Grupos de Pesquisa e Núcleos Temáticos configura-se em registro significativo na academia e sociedade.

Entendemos que o estímulo à construção da memória social dos Grupos de Pesquisa - GP que integram a FSSO permite repensar de modo crítico as ações que, no decurso histórico, foram e/ou são relevantes ao processo de formação profissional.

Em tempos difíceis de restrições no convívio social e profissional, devido ao longo período da Pandemia (COVID-19) mundial, a elaboração deste artigo ultrapassa a ação de resgate, pois, oportuniza "reunir", embora on-line, com nossos parceiros da referida jornada de trabalho investigativa e interventiva. Em termos afetivos, tod@s enfrentam@s o mesmo sentimento de perda por uma ou mais vidas de amig@s ou familiares, além de ficarmos perplexos frente ao número ainda alarmante de mortes por dia e perfazendo um total que ultrapassa meio milhão de brasileir@s.

Nesse contexto, em que a saúde fragilizada pela pandemia requer cuidados específicos, percebemos que há certa discrepância entre órgãos governamentais e ciência no tocante às medidas necessárias ao trato da questão, inclusive, por refutar ao segundo plano o fomento à pesquisa científica e, por conseguinte, à produção do conhecimento.

Há um despreparo inaceitável do governo (seja federal, estadual ou municipal) para lidar com os seguintes problemas: falta de leitos hospitalares; criação de hospitais provisórios de alto custo que fecham antes de

uma constatação real da liberação; etc. As áreas da medicina, biologia, bioquímica e outras convocaram seus profissionais para pesquisar formas de enfrentamento do vírus de modo a administrar o problema. Contudo, estamos vivenciando uma experiência trágica que deveria envolver outras profissões neste campo investigativo para atuação conjunta interdisciplinar, já que há sequelas nas áreas: econômica, cultural, política, social e, dentre outras, psicológicas.

Sem dúvida, vivemos num mundo em que nos deparamos com barreiras inimagináveis. Um mundo que exige um novo olhar, atento às instituições que enfrentam sérias ameaças, colocando em risco o próprio processo democrático do país que tem à frente um gestor de extrema direita.

A realidade global que se nos apresenta requer uma nova abordagem em seus vários aspectos: cultural, econômico, social, político e ético. Questões como cidadania, direitos, relações de gênero, religiosidade e diversidade sofreram mudanças e precisam, urgentemente, de estudos com parâmetros científicos capazes de fundamentar uma revisão teórica filosófica instituídos na realidade.

GEPSOJUR: caminho trilhado

Trata-se aqui de registrar um pouco da base que orientou eixos temáticos, vias de investigação, projetos, pesquisas e eventos sociojurídicos, materializando-se por meio das ações de DH observadas na vida social da sociedade contemporânea.

Nesses termos, o GEPSOJUR surge em 2003 na gestão da então reitora Ana Deyse, num momento em que o Departamento de Serviço Social expressa sua necessidade de instituir a concepção jurídica nas pesquisas. Trata-se do Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos Sociojurídicos - GEPSOJUR, criado na UFAL, validado pelo CNPq e registrado no banco de grupos de pesquisa.

Protagoniza a discussão acerca da importância da via forense no âmbito da profissão, trazendo à tona, o estudo dos direitos humanos/ sociais d@ cidadã@ que compõem a parcela mais vulnerável da população. Trata-se, portanto, de um grupo com muita receptividade pelos estudantes e pesquisadores de vários cursos (da UFAL e de outras instituições) que priori-

zou a interdisciplinaridade para atender às demandas diferenciadas. Nesse ínterim, além de seguir as normas estabelecidas pelo CNPq (composição de dois membros: líder + pesquisador) e mínimo de quatro alunos em projetos de iniciação científica, contou sempre com um número significativo de docentes e pesquisadores (profissionais e estudantes da UFAL e outras instituições), garantindo, assim, a disseminação dos estudos, o que facilita aproximações para compartilhar ideias e ações integradas de pesquisa. Este procedimento facilitou a conexão interinstitucional e interdisciplinar na condução de eventos científicos culturais, tanto para a investigação na coleta de dados quanto para a divulgação do material sistematizado através de TCC, relatórios, minicursos e outros eventos como: encontros, seminários, simpósios, congressos etc. Essa prática acadêmica contribui para a construção e revisão de políticas públicas ao envolver associações, escolas, conselhos articulados com jovens, idosos, sistema prisional, dentre outros.

A pesquisa científica *per se* é um caminho para descobertas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Através dela podemos identificar, com base teórico-metodológica, mudanças de comportamento que afetam o cotidiano da sociedade com inferências em tempo hábil sobre as possíveis consequências.

A leitura, análise e interpretação do resultado de uma pesquisa científica é capaz de contribuir para manter a estabilidade democrática, cuja complexidade dos desafios no contexto atual remete à busca de instrumental que permita evidenciar a ciência, tendo em vista uma sociedade mais humanitária.

Vale realçar que, em qualquer tipo de pesquisa, o rigor adotado nos procedimentos de coleta de dados deve ser subsidiado por uma concepção teórico-metodológica para efetivar a produção do conhecimento na sustentabilidade das demandas da sociedade.

O debate teórico no grupo perpassa o eixo dos direitos fundamentais na vida em sociedade, constituindo-se num terreno onde as contradições sociais afloram e se reproduzem incessantemente. Decorrem daí três vias de investigação: Políticas Sociais e Políticas Públicas Prisionais; Educação em Direitos Humanos & Segurança Pública; e Acessibilidade Sociojurídica-arquitetônica. Focaliza o processo de participação e a necessidade de relação entre

os sujeitos coletivos, operando a interface com as políticas públicas. Esta experiência de pesquisa e de extensão está propiciando uma significativa aliança entre a Universidade Federal de Alagoas e os órgãos do Judiciário e Penitenciário, num esforço conjunto de analisar outros mecanismos regulatórios, contribuindo igualmente na esfera pública.

O GEPSOJUR em sua trajetória impulsionou e promoveu grandes eventos acadêmicos, tendo como marco a responsabilidade em conduzir o Congresso Nacional de Segurança Pública - CONNASP contando com a participação de outros países da Europa e América do Sul, assegurando com o Judiciário e GR o espaço físico no bloco da Reitoria para implantação da Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública - @EDHESP, estreitando, ainda mais, os laços institucionais com profissionais e autoridades do âmbito nacional e internacional.

Conexão entre GEPSOJUR & @AEDHESP/UFAL

Abrimos este item para expressar a estratégia adotada naquele momento sociopolítico marcado por desigualdades no acesso aos próprios direitos fundamentais. Apostamos em pensar o GEPSOJUR enquanto espaço de luta por DH evidenciando a educação para instituir políticas públicas inclusivas e legitimação política da vida social.

Assim, nos propomos a discorrer sobre o processo histórico de implementação da Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública - @EDHESP na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, enquanto espaço de promoção da cidadania e da cultura de Direitos Humanos.

As atividades iniciaram no ano de 2008, quando a UFAL, através da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX / @EDHESP / GEPSOJUR, assumiu a coordenação estadual da REDHBRASIL. No mesmo ano, o GEPSOJUR foi responsável pela organização do Congresso Nacional de Segurança Pública - CONNASP.

A REDHBRASIL foi um programa nacional, que englobou 15 Estados da Federação, com o objetivo de contribuir para a construção coletiva de uma cultura de respeito aos direitos humanos. A coordenação nacional foi de responsabilidade da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX, Ministério da Educação e Cultura – MEC e Secretaria

Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH PR. Foi em meados do ano de 2009 que esta proposta se consolidou e começou a ganhar visibilidade no Estado de Alagoas, unindo forças com diversos segmentos sociais.

Partilhamos da concepção de que a Universidade possui uma dívida para com a sociedade em geral, no tocante à produção e disseminação do saber. Nesse sentido, o conhecimento científico, enquanto articulação de conhecimentos historicamente produzidos, através do tripé ensino-pesquisa-extensão, não pode se dissociar da conjuntura histórico-social. Nesses termos, LEHFELD (2000) assinala que a função da universidade é contribuir para a transformação da sociedade global, complementarmente com a função de pesquisa, de profissionalização, de extensão e prestação de serviços à comunidade. A extensão universitária atende à responsabilidade social, pois permite que a universidade ultrapasse seus próprios domínios para prestar serviços à população. Nesse sentido a universidade possui um débito social e deve trabalhar para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade. Nessa linha, entendemos a @EDHESP como um espaço ancorado no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que possibilitou importantes reflexões e debates sobre os Direitos Humanos e Diversidade no Estado de Alagoas.

A Educação em Direitos Humanos – EDH é produto das lutas sociais e, representa, portanto, uma conquista histórica da sociedade que teve como marco inicial a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH de 1948.

Marcos legais da EDH no âmbito das políticas públicas brasileiras

É uma ideia praticamente unânime entre os principais estudiosos da área de políticas públicas o fato de que a Constituição Federal de 1988 e o seu processo de construção trouxeram à tona o debate sobre a responsabilidade estatal com a execução de políticas sociais públicas universais que viabilizem os direitos humanos. Nesses termos, A CF de 1988 imprimiu novos desenhos legais e institucionais às políticas públicas brasileiras, pois, a partir desse marco temos a definição do atual modelo jurídico-normativo e político-administrativo que responsabiliza o Estado com a viabilização dos direitos humanos e a proteção social de seus cidadãos. Nesta linha de

pensamento, entendemos que a Constituição Federal de 1988 representa um marco inicial para a construção da política pública de EDH no Brasil (MAUÉS; WEYL, 2008). É importante frisar que a inscrição de direitos no plano normativo é resultado das lutas históricas dos movimentos sociais em torno de melhores condições de vida e de trabalho.

Partilhamos da concepção de que as políticas públicas sintetizam as formas sistematizadas sob as quais o Estado (e as classes dominantes) desenvolvem estratégias de enfrentamento à “questão social”. Nesse sentido, entendemos que as políticas públicas são permeadas pela luta de classes, pois decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora a que o Estado responde com antecipações estratégicas (NETTO, 2007, p. 33). A partir daí depreendemos que tais políticas são atravessadas por contradições, confrontos e conflitos. Essa concepção está pautada no pressuposto de que as políticas públicas representam um ganho histórico para as classes trabalhadoras, pois foi somente a partir da luta travada pelas referidas classes que o Estado passou a intervir na questão social, mediante a implementação de direitos sociais, que passaram a ser viabilizados por políticas sociais. A EDH, no âmbito das políticas públicas não está alheia a essas contradições que permeiam a sociedade.

No que concerne à regulamentação, a instituição do PNEDH confere respaldo jurídico-político ao processo de luta em torno da consolidação da política pública de EDH. Ressaltamos que outros documentos e práticas dos movimentos organizados na sociedade civil, a exemplo da LDB (1996), PNDH 1, 2 e 3, ONG’s, militantes de DH já sinalizavam, desde a década de 1980, a emergência da construção coletiva de uma cultura de DH.

O PNEDH encaminhou propostas e ações para efetivar a política de EDH. Dentre estas propostas, muitas já estão sendo desenvolvidas como: a promoção de cursos de formação de professores das diferentes áreas de ensino formal, de participantes de movimentos sociais e profissionais das áreas de justiça e segurança pública; a formação de comitês estaduais e municipais, bem como a elaboração dos respectivos planos de EDH em cada unidade federativa (VIOLA, 2010).

Apesar de todos os avanços, a efetivação da EDH no âmbito das políticas públicas ainda encontra inúmeros entraves, inclusive, no tocante às condições objetivas do país, que inserido num contexto sócio-histórico

e político-econômico mais amplo, combina, de maneira perversa, a garantia formal, com o desrespeito real dos DH da maioria dos cidadãos brasileiros. Um dos principais desafios para a concretização dos DH em nosso país decorre do legado histórico da violenta colonização e da escravização dos povos africanos, cujas marcas imprimiram traços de uma cultura extremamente autoritária que reforça um quadro de imensas desigualdades socioeconômicas (VIOLA, 2010) e revelam, de certo modo, como o poder público administra a coisa pública (o que se expressa em uma cultura patrimonialista) negando, dessa forma, a amplas parcelas da população brasileira a efetivação de direitos civis, políticos e sociais.

Percebemos que o principal entrave à consolidação da política de EDH se expressa, sobretudo, na forma como atualmente o Estado responde (ou deveria responder) às expressões da questão social, se desresponsabilizando pela execução de políticas sociais públicas, mediante o repasse da responsabilidade para as entidades da sociedade civil, ditas de interesse público. Esse cenário guarda relação estreita com a reorientação das formas de intervenção do Estado nas políticas sociais públicas que veio à tona com a crise estrutural capitalista. É importante entender que o Estado não é um árbitro que teria por função estabelecer o “bem comum” ou equilibrar interesses, mas, sobretudo, é atravessado pelas contradições e conflitos entre as classes sociais, guardando uma relação orgânica com a estrutura econômica da sociedade.

Outra ordem de dificuldades imposta para a efetivação da EDH reside na novidade da proposta, na timidez de sua abordagem (VIOLA, 2009). Por se tratar de um tema ainda recente na sociedade brasileira, amplos setores da sociedade desconhecem a importância da educação em/para os direitos humanos. Ademais, é amplamente disseminado pelo pensamento conservador, a ideia de que os DH são direitos de “bandidos”. Essa ideia precisa ser desmistificada e desconstruída, pois obscurece o sentido dos DH – enquanto um conjunto de direitos universais, independentemente se o sujeito transgrediu a lei ou não. A EDH tem um papel fundamental nesse processo.

No próximo item, examinaremos brevemente a Rede de Educação em Direitos Humanos no Estado de Alagoas e a sua contribuição para a formação da política pública de EDH neste Estado.

A REDH Brasil e a contribuição na luta pela consolidação da Educação em Direitos Humanos no âmbito das políticas públicas em Alagoas

O cenário sócio-histórico alagoano é marcado por uma cultura política do coronelismo que reforça, constantemente, as relações autoritárias e o desrespeito aos DH. Este fato pode ser observado nos relatórios de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), onde consta que Alagoas é o segundo Estado com a pior renda *per capita* do país e o que possui os maiores índices de analfabetismo, ao confrontar os baixos índices educacionais nas unidades da Federação. Nosso Estado tem o segundo pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Brasil (INEP, 2009). Tais indicadores sociais e educacionais justificam a necessidade de disseminação de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos.

A REDHBRASIL iniciou suas atividades no ano de 2008, com o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura de promoção dos DH no Brasil. A REDH é composta de 15 Estados da Federação, sob a coordenação nacional da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX, Ministério da Educação e Cultura – MEC, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDHPR. Ainda em 2008, a UFAL, através da Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública - @EDHESP, operacionalmente vinculada à Pró-Reitoria de Extensão assumiu a coordenação da REDHBRASIL no Estado de Alagoas.

Dentre as várias ações da REDHBRASIL na construção da cultura de EDH no Estado de Alagoas, destacamos a Capacitação de Educadores da Rede Básica de Ensino em EDH; a instituição, instalação e fortalecimento do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos; a Capacitação de Lideranças Comunitárias de Alagoas; e a instituição do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos. Todas as ações da @EDHESP, vinculada ao REDHBRASIL, contaram com o apoio institucional do Ministério da Educação e Cultura – MEC/SECAD e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDHPR.

A Capacitação de Educadores, que ocorreu em 2008/2009, teve como objetivo

a promoção de mudanças no sistema educacional de ensino no sentido de implementar uma cultura de Direitos Humanos nas escolas, por meio da capacitação de educadores, técnicos e gestores da rede básica de educação, lideranças comunitárias, profissionais das cinco áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, incluindo a área da saúde, junto a aos municípios. Trata-se de uma ação estratégica do eixo Educação Básica do PNEHDH, dentro das diretrizes do Plano Mundial de Educação (REDHBRASIL).

A Capacitação foi composta por 132 horas, destas, foram 60 horas presenciais, 24 práticas e 48 de orientação à distância.

A parte presencial correspondeu aos conteúdos que seguem no Quadro 01, divididos em quatro módulos, quais sejam: Fundamentos históricos e ético-filosóficos da Educação em Direitos Humanos, Fundamentos Políticos e Jurídicos da Educação em Direitos Humanos, Fundamentos Culturais da Educação em Direitos Humanos, Fundamentos Educativo-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos.

No Estado de Alagoas, o curso de capacitação em EDH do programa Rede de Educação em Direitos Humanos, que atingiu 461 cursistas, contribuiu para a possibilidade de um diálogo intercultural, bem como para o fomento de práticas de respeito à diversidade e aos direitos da pessoa humana. Dentre essas práticas, gostaríamos de realçar dois importantes momentos: a instituição do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, e a elaboração de planos de Ação em EDH pelos cursistas (RIBEIRO; FREITAS, 2009).

Vislumbrar-se a distribuição dos cursistas nos quatro municípios-pólo inseridos em regiões diversas do Estado de Alagoas. Nesse sentido, inferimos que a REDHBRASIL articulou diversos sujeitos sociais, na construção democrática de valores e práticas sociais que reforçam a cultura de EDH.

Os cursistas de Santana de Ipanema registraram várias propostas de ação, dentre estas, 03 (três) construídas durante o projeto, foram postas em prática e, ainda estão em andamento (RELATÓRIO PADRÃO – MEC/UFAL/AEDHESP/PROEX, 2009). Em Porto Calvo apresentaram propostas várias ações, dentre as quais, 04 (quatro) construídas durante o projeto EDH, foram colocadas em prática e, ainda, estão em andamento. Dentre essas propostas, pudemos identificar o protagonismo das ações afirmativas da diversidade nos espaços educativos.

O Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos foi instituído no dia 24 de abril de 2009, através de sessão pública que instaurou a audiência pública de EDH no Estado de Alagoas, na Assembleia Legislativa do Estado. A Audiência Pública contou com forte adesão popular, contemplando as cinco áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH. Dentre os presentes estiveram gestores estaduais e municipais, representantes do judiciário e legislativo, professores, estudantes e diversos movimentos sociais. Foi um marco histórico para nosso Estado, inclusive, por representar um importante momento de quebra de paradigmas e de luta pelo rompimento com uma cultura arraigada social e historicamente, que reforça o autoritarismo, conservadorismo e coronelismo para uma proposta de construção de uma cultura de respeito aos DH. A audiência foi um espaço democrático de diálogo entre o Estado e sociedade civil, com vistas à busca de soluções objetivas de efetivação da EDH, enquanto política pública, no Estado de Alagoas.

No ano de 2009, foi ministrado mais um curso de Capacitação em EDH para lideranças comunitárias de todo o Estado de Alagoas em parceria com a Federação das Associações de Moradores de Alagoas – FAMECAL. A capacitação seguiu o mesmo formato da Capacitação dos Educadores, considerando as particularidades dos cursistas, sendo, a parte presencial realizada no município de Maceió. O curso formou mais de 240 cursistas de todo o Estado.

No ano de 2010 foi instituída a Especialização em Educação em Direitos Humanos e Diversidade em parceria com MEC/SECADI/CAPES e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República SEDHPR. Essa proposta foi encabeçada pela @EDHESP com o objetivo de “possibilitar aos cursistas conhecimentos mais aprofundados, especificando conteúdos sobre os temas da diversidade e promoção de uma cultura de direitos humanos no processo de formação profissional e profissionalizante formal, informal e superior, para aplicação, elaboração e efetivação de políticas públicas na escola e na sociedade inclusiva”. (<http://www.ufal.edu.br/ae-dhESP/pos-graduacao/especializacao-edhdi>). Em 2011 também ocorreram mais duas capacitações de EDH, a produção de materiais didáticos acessíveis. Nesse sentido, no momento da instituição do CEEDH, foram firmadas parcerias entre as diversas instituições públicas e da sociedade civil, que atuam na

promoção dos DH (a exemplo das comissões, e núcleo de DH do Ministério Público Estadual e Federal; Polícia Militar; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Conselho Regional de Serviço Social – CRESS; Conselhos Estaduais e Municipais de DH e Segurança Pública; Secretaria Estadual de DH; Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; Defensorias Públicas: Estadual e Federal; Movimento Sem Terra; Federação das Associações de Moradores de Alagoas; dentre outros).

Nesse cenário neoliberal, permeado por contradições sociais, cada vez mais acentuadas, e violações dos DH decorrentes da forma como o Estado trata a questão social, é imprescindível a luta pela afirmação dos DH e a potencialização dos sujeitos de direito para o exercício da cidadania.

Nessa linha de raciocínio, registramos o pensamento de Gramsci (apud TOSI, 2002), para expressar o nosso olhar sobre todo este processo que concebe os direitos da pessoa como um terreno tático e estratégico para a luta política de transformação da sociedade. Nesse ínterim, entendemos como totalmente pertinente e necessária a luta pela consolidação da política pública de EDH no Estado de Alagoas, visto que,

[...] a educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da ‘briga’, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder (FREIRE, 2001, p. 99 apud VIOLA, 2010, p. 15).

Essa citação de Paulo Freire explicita, de certa forma, o nosso olhar sobre o processo educativo em DH. Tal como Freire enuncia nesta pequena passagem, pensamos que a Educação em / para os DH só pode ser concebida no sentido de mobilização crítica e potencialização dos sujeitos subalternizados para a luta em torno dos seus direitos e da efetiva transformação da sociedade. Nesse sentido, a prática educativa para os DH só pode ser concebida, enquanto tal, se for inserida em um plano maior de transformação societária, pois, já se evidenciou no atual estágio sócio-histórico, econômico e político do capitalismo, que este modelo de sociedade é incompatível com o respeito à dignidade humana. Entretanto, é válido esclarecer que o processo de EDH pode não superar a sociedade capitalista, mas se constitui num importante canal de articulação e mobilização

dos sujeitos para a luta em torno dos seus direitos, ancorado em uma perspectiva crítica, ética e politicamente comprometida com a mudança de atitudes, valores, hábitos e práticas sociais que conflua para o desrespeito à dignidade humana, com vistas à disseminação de um novo modo de vida, ou seja, de uma nova cultura.

Sabemos que, apesar de as conquistas históricas da sociedade representarem um grande avanço no campo dos direitos, existe uma enorme lacuna entre os direitos humanos no plano jurídico-normativo e sua concretização no campo do real-concreto. Portanto, entendemos que apesar dos retrocessos, no que tange à concretização dos direitos pela via das políticas públicas, cuja efetivação é de responsabilidade do Estado, não podemos estacionar no tempo e, simplesmente nos resignarmos, devemos, sim, cobrar do Estado que esses direitos sejam realmente efetivados. E a Universidade, enquanto espaço produtor e disseminador do saber, não pode ficar alheia a este processo, mas, deve contribuir, efetivamente, para a melhoria das condições de vida da população, no que tange ao acesso aos direitos humanos materializados pelas políticas públicas. Nesse sentido, o projeto contribuiu para a potencialização dos sujeitos para a luta em torno da construção da cultura de direitos humanos.

Reticências ...

A trajetória do GEPSOJURN que traz consigo a @EDHESP/EDHDI apresenta resultados que se consubstanciaram em compromisso e práticas que denotam competência da equipe de estudiosos (estudantes, técnicos administrativos, professores, pesquisadores e cidadãos/cidadãs) de diversas áreas do conhecimento em prol do processo de cidadania.

Referenciamos aqui o conjunto de forças humanas que abraçou uma proposta de Direitos Humanos pela via da Educação. Assume o papel de promotor e defensor do acesso aos direitos fundamentais que respondem por grande parte da qualidade de vida

Ao resgatar a história, é possível considerar que houve um crescimento profissional da equipe como um todo, pois o resultado das pesquisas provocou não só a construção, mas a desconstrução de conceitos, além de avançar na relação teórico-prática da acessibilidade dentro e fora da academia.

Podemos elencar alguns aspectos como o estabelecimento de diretrizes e prioridades para a política pública de EDH; a criação de condições para o reconhecimento do cidadão enquanto sujeito de direitos; bem como a geração de programas educativos que envolviam vários setores da sociedade civil organizada no intuito de construir uma nova consciência crítica. A materialização desse processo alavancou um número significativo de disseminadores aos problemas sociais e políticos, além de promover efetiva formação cidadã para o fortalecimento e consolidação da democracia no Estado.

Vale registrar, ainda, de modo bastante sucinto, que a trajetória do GESPSOJUR reforça, em suas ações a responsabilidade...

Significa dizer que desencadeou um *modus operandi* na forma investigativa de agir, ou seja, ao pesquisar, buscou respostas cuja análise e interpretação de dados, conduziram para novas ações. Instaurou espaços de discussão voltados para a construção de políticas sociais para assumir no contexto, de transformações as práticas de mediação no âmbito de EDH.

Significa, evidenciar formas divergentes de interlocução entre todos envolvidos no curso dessa história interlocução entre todos os envolvidos no curso dessa história de cunho jurídico, sociopolítico e científico-cultural, que se estendeu para além dos muros da universidade e indispensáveis para formar uma sociedade efetivamente democrática.

Referências

ARAÚJO, Ulisses F. A Construção da Cidadania e de Relações Democráticas no Cotidiano Escolar. In: Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. v.2. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BARROCO, Lúcia. A Historicidade dos Direitos Humanos.

BENEVIDES, Maria Victória. Educação em Direitos Humanos: De que se trata?. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>> acesso em: 27 mar. 2009.

BOBBIO, Noberto. A era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2004.

BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. 3 ed. São Paulo: autores associados, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. A escola como espaço de Emancipação dos Sujeitos in: Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. v.2 João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas. In Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. v.2 João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

CENCI, Simone Pellin; SANTINELLO, Jamile. O Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Formação Docente. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1628-8.pdf> acesso em 24 de fevereiro de 2021.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: Uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Getúlio; FREITAS, Jediane; RIBEIRO, Mara Rejane. Políticas públicas e direitos humanos: Sistematização de uma proposta democrática de Educação em Direitos Humanos nos Estados de Alagoas e Bahia. João Pessoa: V Seminário Internacional de Direitos Humano – UFPB, 2009.

DIAS, Adelaide Alves. A Escola como Espaço de Socialização da Cultura em Direitos Humanos In Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. v.2 João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

MAGALHÃES, Tatiana Boia. Democracia digital, mídia e educação em direitos humanos: um estudo dos novos meios de controle social no Brasil. Alagoas: FAMA, 2021.

Monteiro; TAVARES, Celma (orgs.). Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Mara Rejane. Et all. REDHBRASIL na construção de uma cultura de direitos humanos no Estado de Alagoas. Maceió: Congresso Acadêmico – UFAL, 2009.

RIBEIRO, Mara Rejane. Relatório Final da REDHBRASIL. Brasília:

MEC, 2009.

SACAVINO, Suzana. Formação de Educadores/as em/para os Direitos Humanos: um horizonte de sentido – uma maneira de fazer – uma forma de ser. In Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. v.2 João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

VIOLA, Sólton Eduardo Annes. Políticas de Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Aida.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em e para os Direitos Humanos: conquista e direito In Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. v.2 João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

DJUSS: trajetória e elos entre Direitos Humanos e Serviço Social

Maria Adriana Torres

Este artigo narra a trajetória construída no âmbito do estudo e da pesquisa para a formação humano-social em Serviço Social e áreas afins na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e demonstra o compromisso com as mediações para o desvelamento do real e da instrumentalização visando à captura das determinações históricas e suas processualidades constantes nas temáticas recepcionadas e constitutivas do Grupo de Estudo e Pesquisa em Direito, Justiça e Sociedade (DJUSS) da Faculdade de Serviço Social.

Para conhecer as relações sociais, exige-se a captura da historicidade dos processos sociais, suas particularidades e singularidades. Tendo isso em mente, aproximamo-nos da razão crítico-dialética que guiou o pensamento, a ação e a sistematização das atividades de estudo e pesquisa no âmbito da criação e desenvolvimento do grupo de estudo e pesquisa que lideramos no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. A seguir, faremos um breve relato sobre a gênese desse grupo e a sua evolução no decorrer dos seus 11 anos de existência na Ufal.

Com base num pensamento crítico-dialético para instrumentalizar a formação acadêmica de discentes, docentes e demais profissionais do Serviço Social e de áreas afins, o DJUSS recepciona as atividades realizadas pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho, Reprodução Social e Políticas Sociais (GEST), criado em 2010, na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, *Campus* Arapiraca, Universidade Federal de Alagoas (Ufal). O GEST representou o primeiro grupo institucionalizado pelo CNPQ no âmbito do curso de Serviço Social daquela Unidade Educacional. Em 2016, as linhas de pesquisa e seu nome foram alterados; com isso passou a denominar-se Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Direito (TRADI), abraçando as demandas colocadas para os estudos e pesquisas alinhados ao contexto da Faculdade de Serviço Social FSSO, *Campus* A. C. Simões, Maceió (AL), onde passou a funcionar.

Na FSSO, as inquietações suscitadas na supervisão de estágio obrigatório levaram à percepção de que estudos e pesquisas precisariam contemplar as temáticas dos direitos humanos e do Serviço Social no campo sociojurídico. O Grupo de Estudo e Pesquisa em Direito, Justiça e Sociedade (DJUSS)²⁸ representa a recepção de temáticas anteriormente constantes desde o surgimento do primeiro formato, e outras que foram incorporadas ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Essas atualizações, a nosso ver, definiram a identidade do grupo com base nas demandas institucionais e locais, em consonância com o senso inquieto e reflexivo dos seus integrantes, mantendo os elos com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social e do Código de Ética profissional em vigência.

Neste trabalho, a narrativa contemplará o surgimento e o desenvolvimento do estudo e da pesquisa, recuperando as principais atividades, projetos de iniciação científica e publicações, entre outras atividades. Não pretendemos esgotar todos os acontecimentos acadêmicos desenvolvidos pelo Grupo, mas tão somente sistematizar um pouco da sua historicidade, recuperando a sua memória e seu vínculo com o conhecimento do real para instrumentalizar seus integrantes e, de forma mais ampla, disseminar conhecimentos na comunidade acadêmica e na sociedade em geral, porque entendemos que qualquer processo de conhecimento deve ser social e coletivo.

Conhecimento e realidade: as bases para o estudo e a pesquisa

Procuramos alicerçar o conhecimento acadêmico e a realidade como elementos imbricados nas atividades de estudo e pesquisa, pois entendemos que o conhecimento é adquirido através de sua confrontação com a realidade”. A interação com a razão dialética inquieta o intelecto para captar as determinações do objeto, seu processo, suas contradições, seu movimento. Dessa forma, reiteramos que “o conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus

²⁸ Para mais informações, consultar:
dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6670641696945760.

objetos e visa à reconfiguração, no nível do pensamento, do seu movimento” (GUERRA, 2009, p. 706). Não à toa, nossos esforços em capturar a realidade, sem negar a relação entre aparência e essência, através de categorias analíticas, como Trabalho, Direito e Políticas Sociais, permaneceu no intento de contemplarmos o “concreto pensado”, sendo também uma “unidade do diverso” (MARX, 1983, p. 219). A captura da realidade como centro de atenção analítica para decifrar as diversas problemáticas, a exemplo das políticas sociais, das questões de gênero, dos direitos e das particularidades latino-americanas.

Nesse embalar do processo de estudo e pesquisa, conectamo-nos com o mundo ao tempo que também o deciframos e elaboramos uma análise crítica e propositiva de seus meandros que tecem a trama da sociedade e dos indivíduos. Nesses anos de estudo e pesquisa, descobrimos, confrontamos, atualizamos, negamos e afirmamos novas interpretações aos objetos do conhecimento, que se mostram partícipes da totalidade, considerando a multiplicidade de suas dimensões. Reiteramos que “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1986, p. 12).

Assim, consideramos as relações entre o velho e o novo, a arte dos contrários, a atividade humana como um processo totalizante. Para isso recorreremos à história a fim de compreender a relação entre o abstrato e concreto no tempo presente. Entendemos que a sistematização fundamentada de estudos e pesquisas representa o conjunto de argumentos escritos e expressos com base em fundamentos teórico-metodológicos que propiciam ampliar o intelecto para apreender os limites e as possibilidades das nossas atividades sistematizadas em sínteses. “A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta em uma situação dada. E é a estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade” (KONDER, 1983, p. 37).

Para ampliar o debate acadêmico e a produção científica com as candentes temáticas no lastro das problemáticas, especialmente as latino-americanas, tanto no âmbito da Universidade quanto no seio da sociedade,

o Serviço Social não se furta à reflexão e à formação de sujeitos comprometidos com os direitos do ser humano e sua emancipação. Nesse intento, a busca por decifrar o que é a América Latina mostrava-se como uma mediação para problematizar categorias teóricas, processualidade histórica, contradição e movimento e, assim, aproximar-se da leitura do real sem desconsiderar suas singularidades, particularidades e totalidade. Posto isso, reafirmamos a paradoxal luta pelos direitos humanos, porque há de se considerar que esses direitos estão envolvidos em um paradoxo, sendo a sua defesa imperativa para que se realizem concretamente.

De uma parte, a institucionalização democrática dos últimos trinta anos [...] possibilitou a consagração em inúmeros capítulos constitucionais e em inúmeros diplomas legais, de dispositivos asseguradores de direitos humanos. De outra parte, e simultaneamente, essa mesma institucionalização democrática, dada a sua baixíssima incidência na transformação reformista da ordem econômica social, torna-se um impeditivo para a efetivação dos dispositivos consagrados de direitos humanos. Numa palavra: também a luta por direitos humanos se trava em meio a contradição. (NETTO, 2009, p. 10).

O estatuto jurídico que ampara esses direitos humanos é frágil, uma vez que se encontra mediado por relações sociais que estruturalmente são contrárias à realização desses direitos. Há que se considerar que esses direitos são praticamente impossíveis de se realizar no âmbito do capitalismo. Todavia, isso não invalida os estudos e as pesquisas sobre o assunto, tampouco a luta por sua concretização no cotidiano, tolhido por insegurança social e desrespeito ao ser humano em sua integralidade. Prova disso é a violenta barbárie contra a classe trabalhadora, que viola a sua dignidade, ignora o ser social e desconsidera a herança colonial, particularmente mais aguçada em regiões de capitalismo dependente²⁹. São essas e outras questões que abordamos no leque de atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa, conforme se verá nos próximos itens.

²⁹ Sobre o capitalismo dependente, recuperamos o pensamento de Florestan Fernandes (2008) para entender as particularidades desse capitalismo em meio às relações e aos conflitos de classe.

Gênese e desenvolvimento do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Reprodução Social e Políticas Sociais (GEST)

O GEST constitui-se no primeiro grupo de pesquisa credenciado pelo CNPq do curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Na sua gênese em 2010, esse grupo era composto por quatro docentes e 15 discentes. Depois passou a ter oito docentes e 12 discentes. Como lócus de um curso recém-criado pelo projeto de interiorização da Universidade, abriam-se possibilidades de acesso ao conhecimento científico, proporcionando ao corpo docente e discente uma instância de estudos e pesquisas. A categoria trabalho ganhava representatividade para a análise das questões de gênero e das políticas sociais, com estudos que ultrapassavam os limites das explicações teóricas e reflexões para o extramuros da localidade em que se localizava o GEST, formado por três linhas de pesquisa: 1) **Trabalho e Gênero**; 2) **Trabalho e Reprodução Social**; e 3) **Trabalho e Saúde do Trabalhador**. Em 2012, houve a incorporação de mais duas linhas de pesquisa, a saber: 4) **América Latina: Trabalho, Direitos e Democracia** e 5) **Trabalho Infantil: causas e efeitos**.

No conjunto de atividades promovidas pelo GEST destaca-se a organização de alguns eventos acadêmicos: em 2010, a palestra sobre “A Ética na Pesquisa”; em 2011, o I Seminário de Estudos sobre a América Latina, quando foram discutidas as temáticas sobre gênero, políticas sociais e Serviço Social, entre outras; em 2013, a Conferência “As tarefas dos revolucionários, trabalho e classes sociais, hoje!”; em 2016, o II Seminário de Estudos sobre a América Latina, cujas temáticas versaram sobre: “Trabalho Infantil e Programas Sociais na América Latina”, “Capitalismo, Dependência e Trabalho na América Latina”, “Serviço Social e Produção do Conhecimento”, “Fundamentos ontológicos do Estado e sua positividade à reprodução do capital”, “O fenômeno do desemprego e as novas tendências das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil”, “A Educação no Brasil”, “Tráfico de pessoas e o trabalho infantil na América Latina”. Participaram do evento docentes e discentes de Serviço Social e de áreas afins e a comunidade local.

Além dos eventos acadêmicos, os Projetos³⁰ de Iniciação à Pesquisa Científica aprovados em editais da Propep/Ufal fazem parte do GEST, a saber:

Nos ciclos de 2011-2012 e 2012-2013 – **Projeto: “Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (Brasil/Costa Rica)”³¹** – o objeto de investigação são os países da América Latina que implantaram estratégias para a erradicação do trabalho infantil. Foram escolhidos para este estudo o Brasil e Costa Rica. Intenta-se realizar uma análise crítica que indique os elementos negativos e positivos relacionados às condicionalidades e resultados desses programas, em suas especificidades. A pesquisa se realizou mediante a leitura dos relatórios nacionais e internacionais, além da legislação social específica aos dois países (Brasil e Costa Rica). Todo o procedimento teórico-metodológico deu ênfase aos programas sociais do Brasil, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e de Costa Rica, aos Programas *Superémonos* e *Avancemos*. Obteve-se com essa pesquisa uma base de conhecimentos que possibilitou a análise crítica sobre esses programas dirigidos à infância pobre.

³⁰ Esses projetos contemplam a análise do trabalho infantil como um desdobramento das pesquisas realizadas para a tese de Doutorado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), concluída em 2009 e que se intitulou “Moral geracional e universal: sentidos do trabalho e dos direitos para os pequenos catadores de mariscos”, que resultou da confluência de dois campos de interesse: o trabalho infantil no contexto lagunar de Maceió/AL e a política social que se propõe a erradicá-lo, posteriormente publicada em livro: “Trabalho Infantil: Trabalho e Direitos”, 2011, pela Edufal/Ufal.

³¹ Esse projeto fez uma análise comparada sobre os programas sociais de dois países (Brasil e Costa Rica). A seleção desses dois países se deu por critérios tanto do conhecimento *in loco* dos dois países, quanto por esses dois países se destacarem entre os demais países latino-americanos na luta pela erradicação/redução do trabalho infantil. Em 2010, conhecemos *in loco* o Programa Interdisciplinar de Estudios y Acción Social de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia (Pridena), da Universidade de Costa Rica. Todavia, a escolha por investigar a política para erradicação do trabalho infantil na América Latina também se deve às tendências singulares apresentadas com a implantação desses programas sociais a partir da década de 1990, entre os quais o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Brasil e o Programa Avancemos de Costa Rica, considerados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como programas com objetivos dirigidos à erradicação/redução do trabalho infantil em seus territórios.

No ciclo 2011-2012 – **Projeto: “Trabalho infantil e a condição da mulher/mãe”** –, o objeto de investigação é o trabalho infantil e a condição da mulher/mãe como algo metabolicamente inseparável deste tipo de trabalho. O estudo dessa temática remeteu a análise a tempos longínquos de nossa história, para entender o trabalho infantil como uma refração da questão social, expresso pela degradação da vida da classe trabalhadora desde tenra infância. Tal prática é definida, contemporaneamente, como uma atividade economicamente ativa, ocasional ou regular, constitutiva de trabalho perigoso pela sua natureza e resultante em efeitos adversos no que tange à segurança, à saúde física ou mental e ao desenvolvimento moral das crianças e adolescentes. Assim, o trabalho infantil constitui uma questão nodal no mundo atual devido à sua causalidade estar diretamente relacionada ao pauperismo – vivenciado pelas famílias trabalhadoras desde tempos passados da nossa formação social – e à “ética positiva do trabalho”, que se torna mais imperativa em tempos de degradação humana e desemprego estrutural, constituindo-se em justificativa para o uso do trabalho infantil. Enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, na vida real de crianças e adolescentes do mundo, sobretudo daquelas que vivem em países periféricos como o Brasil, o trabalho infantil converte-se numa das mais acentuadas questões da contemporaneidade. A pesquisa evidenciou que o trabalho infantil complexificou-se e heterogeneizou-se. Tornou-se presente na cidade e no campo, com particularidades próprias em ambos os cenários, potencializadas pela condição da mulher/mãe na sociedade.

Nos ciclos 2013-2014 e 2014-2015 – **Projeto: “Os programas de transferência condicionada na América Latina e a questão do ‘labor’ na infância”** –, o objeto de pesquisa versou sobre seis programas de transferência de renda na América Latina, especificamente nestes países: Colômbia, Honduras, Chile, Equador, México e Brasil, procurando conhecer os impactos dos primeiros programas sociais para a redução do trabalho infantil. Os dados das pesquisas bibliográfica e documental possibilitaram um estudo crítico sobre as condicionalidades e intencionalidades desses programas que faziam, à época, parte de uma “nova” forma de políticas sociais dirigidas ao segmento infantojuvenil latino-americano, vi-

sando identificar as propostas desses programas e sua relação com a erradicação das piores formas de trabalho infantil. Foi possível, através desse projeto, ampliar a análise sobre os programas sociais e a realidade de cada um dos países pesquisados.

Nos ciclos 2015-2016 (Unidade Palmeira dos Índios) e 2016-2017 (Faculdade de Serviço Social, *Campus* A. C. Simões. Projeto – **“As expressões do trabalho infantil na América Latina”** – o estudo do trabalho infantil na América Latina remete às reflexões suscitadas nos projetos anteriores e evidencia que a América Latina era a região que ocupava, à época, o terceiro lugar quanto à exploração da mão de obra infantil; em primeiro lugar está a África Subsaariana, e em segundo lugar, a Ásia. Todavia, sabe-se que o trabalho infantil é um fenômeno global, com peculiaridades distintas e multidimensionais de um fenômeno social que atinge a infância pobre em situação de risco social, potencializado pela prática de trabalho informal, muitas vezes considerada invisível aos olhos da sociedade e dos órgãos estatais. Esta pesquisa estudou a complexa problemática da exploração do trabalho infantil, mediante um recorte específico que tem como objeto de pesquisa as expressões do trabalho infantil latino-americano, circunscritas na perspectiva da alienação e do estranhamento, que resulta de uma relação alheia do sujeito com o objeto por intermédio de práticas laborais realizadas por crianças sob condições vis, penosas e degradantes.

Após a transferência da líder do grupo de pesquisa para a Faculdade de Serviço Social (FSSO), *Campus* A. C. Simões, em 2016, o referido grupo passou a se denominar Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Direito (TRADI), com a atualização do nome do grupo, das linhas de pesquisa e a inclusão de novos integrantes. Houve a preocupação em adequar as linhas de pesquisa incorporando temáticas de interesse dos novos integrantes; ao mesmo tempo, manteve-se a identidade do grupo às questões dos direitos do gênero humano e as particularidades latino-americanas. O TRADI concentrava seus estudos e pesquisas no horizonte das categorias “trabalho” e “direitos”, instigando a análise dos meandros dos complexos sociais e o desvelamento dos “labirintos” para o aprofundamento do conhecimento da realidade concreta. As linhas de pesquisa versavam sobre: **1) A Dialética do Trabalho; 2) A América Latina por um novo modo de vida; e 3) Teoria e História dos Direitos.**

No ciclo 2018-2019, o **Projeto: “Estado social x Estado penal: reflexões sobre os direitos sociais no Brasil”**³². Trata-se de uma pesquisa sobre o controle das massas da sociedade contemporânea, remetendo à compreensão do contexto brasileiro. Nesse viés, a criminalização dessas massas associa-se às condições materiais de existência humana, à falta de oportunidades iguais para todos, às mudanças no cenário do trabalho em meio à introdução de novas formas de flexibilização e tecnologias, e à concentração de riqueza. A compreensão dessa problemática remeteu a questão prisional às expressões da acumulação do capital, mais especificamente, da crise contemporânea do capital e suas estratégias para a retomada de lucros, que deixam marcas acentuadas nos países de capitalismo periférico como o Brasil, cuja história é marcada por fortes laços de desigualdade social, não sendo a prisão uma instituição a serviço dos países pobres, mas dos pobres, em sua maioria. Evidencia-se o máximo de Estado penal, que se situa na crise do Estado social, ou seja, na crise do capital de 1970, afetando todas as instâncias da vida social. No Brasil, o Estado penal se institucionalizou com bases mais perversas de coação e controle societário; todavia, a prisão possui configurações societárias de classe, gênero e étnico-raciais. Indaga-se em que medida os direitos humanos e a justiça restaurativa foram incorporados à justiça criminal e estão contemplados no cotidiano do cárcere brasileiro.

Esse projeto integrou o ciclo 2020-2021 e encontra-se em sua terceira fase no ciclo 2021-atual; faz parte do Grupo de Estudo e Pesquisa Direito, Justiça e Sociedade (DJUSS)³³. Esse grupo de estudo e pesquisa busca contribuir com a formação acadêmica crítica e propositiva, mediante o estudo sobre os direitos, a justiça e as relações societárias, no âmbito da América Latina e, particularmente, do Brasil. A leitura de textos clássicos e contemporâneos sobre essas temáticas e outras afins permite que os in-

³² Esse projeto resultou das inquietações suscitadas durante a supervisão acadêmica de estágio no Sistema Prisional de Alagoas, no período de 2016-2017, quando verificamos a penalização dos pobres, o neoliberalismo acentuado e a derrocada de medidas de segurança social para essa população que se encontra alijada, em sua maioria, do mundo trabalho.

³³ Conferir o espelho do grupo em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/31502>.

tegrantes desse grupo conheçam os meandros dos complexos sociais e estudem os “labirintos” percorridos pelos autores com vistas ao aprofundamento do conhecimento da realidade concreta. O conhecimento sistemático e a apropriação dessas temáticas podem reavivar o compromisso para com a emancipação dos sujeitos e uma melhor compreensão da intervenção profissional no âmbito do Serviço Social no sistema de justiça.

Integram esse grupo estudantes de iniciação científica, estudantes e egressos do PPGSS/Ufal, estudantes e profissionais de Direito e Serviço Social, entre outros. O DJUSS possui três linhas de pesquisa, a saber: 1) **América Latina, Direitos Humanos e Direitos Sociais: história e contemporaneidade** – à luz dos direitos humanos e sociais, faz um estudo sistemático da realidade concreta do continente latino-americano, em suas particularidades e singularidades, sem perder de vista o movimento histórico-mundial. O modo de vida latino remetido à compreensão das dimensões econômica, social e cultural para fazer a crítica à visão eurocentrista e unidimensional dominante que criminaliza e expropria essa região; 2) **Serviço Social no sociojurídico** – essa linha de pesquisa tem como finalidade estudar o cotidiano de atuação dos assistentes sociais nos espaços sociojurídicos, a partir do entendimento de que a dimensão investigativa é intrínseca à atuação desses profissionais nas diversas instituições do sistema de justiça; 3) **Teoria do Direito: Estado Penal x Estado Social** – evidencia os caminhos e descaminhos do esforço humano pela conquista de sua liberdade e dignidade, remete às lutas históricas, aos processos sociais e às contradições que instauram desigualdades, discriminação e exclusões ao longo do desenvolvimento da humanidade. Essa linha de pesquisa consubstancia-se na crítica aos limites dos direitos positivados e formais e busca analisar a ordem societária e os complexos Estado Penal e Estado Social.

A produção científica e os elos com os direitos humanos

Os projetos de iniciação à pesquisa científica foram contemplados com o Certificado de Excelência Acadêmica da PROPEP/UFAL. No ciclo 2011-2012, o projeto “Programas de Erradicação do Trabalho Infantil: Brasil e Costa Rica” foi contemplado com três Certificados de Excelência Acadêmica, um para a orientadora e dois para as alunas, e indicado para

ser apresentado na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, durante a Jornada Nacional de Iniciação Científica – JNIC, que aconteceu em julho de 2013, na cidade de Recife/PE³⁴. Pelo segundo ano consecutivo, correspondente ao ciclo 2012/2013, o projeto “Programas de Erradicação do Trabalho Infantil: Brasil e Costa Rica foi contemplado com três Certificados de Excelência Acadêmica, sendo um para a coordenadora do projeto e dois para as alunas³⁵. No ciclo 2014-2015, o projeto “Os programas de transferência condicionada na América Latina e a questão do ‘labor’ na infância” foi contemplado com dois Certificados de Excelência Acadêmica, sendo um para a coordenadora do projeto e um para uma das alunas³⁶.

Três coletâneas de textos foram aprovadas em editais de seleção da Edufal e lançadas durante as Bienais Internacionais do Livro em Maceió/AL. A primeira coletânea, “Trabalho, Direitos e Políticas Sociais na América Latina”, publicada em 2013, continha oito capítulos que versaram sobre o trabalho infantil, a exploração do trabalho na América Latina, a saúde dos trabalhadores do campo, as lutas anti-imperialistas na América Latina e a particularidade peruana, os desafios enfrentados pelos trabalhadores desempregados argentinos, o uso de agrotóxicos e seu enfrentamento na América Latina, os programas de transferência condicionada de renda como uma forma de controle da “nova” pobreza e, por fim, a violência e a criminalização da pobreza no contexto contemporâneo latino-americano. Ao prefaciá-la, Amaral (2013, p. 14-15) diz que “Os

³⁴ Conferir a lista dos trabalhos contemplados com o Certificado de Excelência Acadêmica – ciclo 2011-2012. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2012/12/trabalhos-de-alunos-receberao-excelencia-academica/excelencia-academica.pdf/view>. Acesso em: 14 out. 2021.

³⁵ Conferir a lista dos trabalhos contemplados com o Certificado de Excelência Acadêmica – ciclo 2012-2013. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/programas/pibic/edicoes/2013-2014/excelencia-academica-e-relacao-dos-selecionados-para-66a-reuniao-anual-da-sbpc-no-acre/view>. Acesso em: 14 out. 2021.

³⁶ Conferir a lista dos trabalhos contemplados com o Certificado de Excelência Acadêmica – ciclo 2014-2015. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/programas/pibic/edicoes/2014-2015/relacao-dos-trabalhos-premiados-com-a-excelencia-academica-premio-destaque-do-cnpq-e-sbpc-retificada/view>. Acesso em: 14 out. 2021.

textos deste livro são exemplos de iniciativas para dar oportunidade à multiplicidade de vozes de estudiosos sobre a situação social, política e econômica da América Latina”. E, ainda, ressalta a mesma autora:

A ilusão de uma magnífica fábula que impõe fórmulas para os países no enfrentamento de suas problemáticas econômicas e suas relações políticas e sociais merece atenção para ser desvelada. A fábula do crescimento da riqueza falsifica os dados de realidade e naturaliza a perversidade do capitalismo, ocultando a desigualdade social que se alastra no mundo, especificamente no continente latino-americano. É por isso que a leitura de textos cuidadosos, resultantes de pesquisas sérias e comprometidas, como os que compõem este livro, traz-nos um grande alento. (AMARAL, 2013, p. 15-16).

Essa coletânea contemplou os escritos de integrantes do GEST e convidados, docentes da Ufal e de outras instituições universitárias, que suscitam candentes indagações, pois “esta obra traduz um esforço sistemático de reunir importantes elementos para explicar as novas configurações do processo de globalização da economia, a reestruturação produtiva do capital e as sucessivas perdas de direitos da classe trabalhadora, no decorrer dos séculos XX e XXI, que se processam no continente latino-americano” (TORRES, 2013, p. 17). Uma das preocupações do GEST era descortinar o continente latino-americano e possibilitar o acesso a fontes teóricas do pensamento crítico deste continente, numa época em que os estudos nas universidades brasileiras e na Ufal inclinavam-se para os fundamentos espelhados na Europa e nos Estados Unidos. Seguindo essa mesma linha, Freire (2013), enfatiza que “as perspectivas teóricas utilizadas pelos autores [da coletânea] deixam claro que, subjacente às distintas análises, está a preocupação em encontrar eixos reflexivos capazes de contribuir para o (re)conhecimento de temas importantes que se apresentam na América Latina ainda de modo (in)visível”³⁷.

A segunda coletânea, “Os programas de transferência condicionada na América Latina e o labor na infância”, publicada em 2015, representa a sistematização dos relatórios finais do PIBIC em capítulos pelas bolsistas e colaboradoras. Mais uma publicação coletiva em que através do GEST aclararam-se as condições materiais em que esses programas sociais se

³⁷ Texto contido na “orelha” direita da obra.

apoiavam e a quem eram dirigidos, notadamente, com maior alcance, para as crianças e adolescentes pobres. Essa obra contou com cinco capítulos, que dissertaram sobre os programas sociais de transferência condicionada de renda do Brasil, Equador, México, Costa Rica, Chile, Honduras e Colômbia. Na apresentação da obra, Porras (2015, p. 15) ressalta que “El trabajo infantil, el trabajo esclavo y la trata de personas solo tienen explicación en el marco del capitalismo, de su tendencia a la explotación del ser humano y a la apropiación de una riqueza que es socialmente producida”. Reitera a mesma autora que os resultados desses programas são distintos em cada país: “Por el momento, el presente libro nos brinda un panorama latino-americano sobre programas de transferencias condicionadas em sete países de la región. El tempo nos dirá cuál fue el giro histórico que cada uno tomó” (PORRAS, 2015, p. 16). Em prefácio à obra, Hirai (2015, p. 17) destaca a importância do Pibic como programa formador de novos pesquisadores desde a graduação:

Esse ato formador materializa-se quando a pesquisadora envolve seus alunos e os desafia a aprofundar o conhecimento, munindo-se de ferramentas que vão além das discussões que normalmente permeiam os espaços de formação, apropriando-se do âmbito investigativo em profundidade, imprescindível para resultados exitosos em estudos decorrentes do Programa de Iniciação Científica – Pibic, fonte originária das páginas desta obra. (HIRAI, 2015, p. 17).

Nessa obra, pode-se constatar que esses programas sociais com condicionalidades desvirtuam os direitos sociais dos filhos da classe trabalhadora desde tenra idade, colocando-os como público-alvo de políticas sociais vinculadas aos organismos multilaterais, cujo foco principal é “aliviar” as refrações da pobreza extrema, mas não conseguiram erradicar a exploração do trabalho infantil em conformidade com as legislações de cada país, porque o trabalho infantil está imbricado com o trabalho ou o desemprego das pessoas adultas, aviltadas pelas relações de produção e reprodução social no marco do capitalismo dependente.

A terceira coletânea, “O Averso da América Latina”, publicada em 2017, contém os escritos dos alunos/as da disciplina Políticas Sociais na América Latina do PPGSS/UFAL, três alunas do grupo de pesquisa. A temática da América Latina se amplia para a pós-graduação *stricto sensu*,

retratada nos 11 capítulos que compõem essa obra: tráfico humano no Brasil, a formação desigual latino-americana, as origens do subdesenvolvimento latino-americano, as implicações do desenvolvimento capitalista para a classe trabalhadora latino-americana, a superexploração do trabalho, a crise estrutural do capitalismo, as políticas sociais, os programas sociais de combate à pobreza, a questão do consumo e a proteção social para o trabalhador idoso. A obra foi apresentada nas dependências do Centro Brasileiro da Universidade de Salamanca (USal), na Espanha. Nas palavras de Herrero (2019): “Se trata de una obra que acerca al lector a una serie de reflexiones sobre América Latina, su proceso histórico, sus contradicciones y sus vastos recursos, convirtiéndolo así en un atractivo territorio para el desarrollo del capitalismo”³⁸.

Também constam publicações das pesquisas do Pibic e em eventos nacionais e internacionais que conferem visibilidade aos dilemas vividos por crianças e adolescentes explorados no trabalho infantil e a fragilidade dos programas sociais. Essas temáticas foram publicadas em anais dos seguintes eventos: V Congreso Internacional y VIII Congreso Nacional de Trabajo Social, 2010, San José, Costa Rica; XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010, Rio de Janeiro/RJ; V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís/MA; XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia – Alas, 2011, Recife/PE; Jornada Bolivariana, 2011, Florianópolis/SC; IV Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina, 2012, Recife/PE; XIII ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012; Juiz de Fora/MG; II Seminário Internacional e IV Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos, 2012, Recife/PE; 2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social, 2014, Vitória/ES; III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, 2014, Universidade Estadual de Londrina/PR; IX Seminário do Trabalho: trabalho, educação e neodesenvolvimentismo, 2014,

³⁸ Entrevista para a Rádio da Universidade de Salamanca (USal), Espanha. HERRERA, P. B. Estudios Brasileños presenta el libro “O avesso da América Latina” [18.3.2019]. Disponível em: <https://radio.usal.es/el-centro-de-estudios-brasilenos-presenta-el-libro-o-avesso-da-america-latina/>. Acesso em: 17 out. 2021.

Marília/SP; V Seminario Internacional Derechos Humanos, Violencia y Pobreza: la situación de los niños y adolescentes en América Latina hoy, 2014, Buenos Aires – Argentina; V Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais e Seminário Internacional sobre Avaliação (SEMEAP), 2014, Recife/PE; XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, 2014, Natal/RN; VIII Congreso Internacional de Trabajo Social, 2015, Havana – Cuba; I Seminário Internacional: Trabalho e Reprodução Social, 2016, Maceió/AL; II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, 2017, Londrina/PR.

Em 2019, integrantes do DJUSS participaram da organização do Encontro Internacional do projeto “Indicadores da valorização da cidadania e das políticas públicas no âmbito prisional”, que contou com expositores brasileiros e uma expositora espanhola, evento que fez parte da 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas. Nesse mesmo ano, três trabalhos foram apresentados no 22º Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (Alas), que se realizou na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Decana de América, em Lima – Peru. O evento ampliou o conhecimento das lutas sociais e de outras temáticas relevantes para o conhecimento da América Latina em suas singularidades e totalidade. As alunas do PPGSS/Ufal que integram o DJUSS expuseram estudos sobre políticas sociais e o capitalismo dependente latino-americano. A nossa participação nesse evento foi matéria jornalística divulgada no *site* da Ufal³⁹. Dois capítulos, sendo um deles de uma integrante do DJUSS, sobre direito e capitalismo e mulheres encarceradas também foram publicados⁴⁰. Ainda nesse ano, houve a publicação de um artigo, por duas alunas do PPGSS, sobre o estágio de docência em Serviço Social⁴¹. Um capítulo do livro “O

³⁹ Conferir a matéria: “Docentes da FSSO participam de congresso no Peru. Evento debateu democracia, capitalismo, violência e direitos “[10/12/2019]. Disponível: <https://ufal.br/servidor/noticias/2019/12/docentes-da-fsso-participam-de-congresso-no-peru>. Acesso em: 7 out. 2021.

⁴⁰ BARROS, A. L.; SILVA, A. T. *Direito e Sociedade: teoria e prática*. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020 [e-book];

⁴¹ Cf. Revista Serviço Social em Perspectiva, v. 4 n. 1 (2020): Estágio em serviço social: a importância do estágio para a formação qualificada. Disponível em:

Sol não nasce para todos: a prisão e os dilemas aguçados pela Covid-19” faz parte da coletânea de texto organizada por professoras do PPGSS.⁴²

Em 2020, com a pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), as reuniões do DJUSS aconteceram mediante plataformas digitais; outro meio de comunicação foi o grupo de *WhatsApp*, que facilitou a comunicação entre os integrantes, com troca de informações e indicação de eventos e leituras sobre o contexto atual. No primeiro semestre do ano, realizamos leitura e debate do livro “As veias Abertas da América Latina” de Eduardo Galeano; e no segundo semestre, do livro “Crítica do Programa de Gotha” de Marx. Em 2021, mais duas obras foram estudadas: “Os despossuídos” e a “Questão judaica”, ambas de Marx.

A pandemia reprogramou as atividades de estudo e pesquisa. Fomos conduzidos a um processo de interação inusitado, mediado pelas tecnologias digitais que proporcionaram o contato com os integrantes do DJUSS em tempo real para fins de estudos e interação acadêmica. A continuidade das atividades de pesquisa, o treino das novas ferramentas digitais, as dúvidas sobre o cotidiano e o discernimento de que estávamos vivenciando um estado de força maior, portanto alheio à nossa vontade, instrumentalizaram-nos para o enfrentamento dos novos desafios.

O DJUSS agregou, mobilizou e acolheu os integrantes, com especial atenção aos alunos da graduação, do Pibic e do PPGSS/Ufal que estavam, naquele ano, sem usufruir o direito às aulas presenciais. Foi o referido grupo um espaço de troca de conhecimento para mitigar os prejuízos na formação acadêmica, evidenciando o impacto real na formação desses alunos/as da graduação e da pós-graduação e dos demais profissionais.

(<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/issue/view/173>. Acesso em 10 set. 2021.

⁴² BARRETTO, E. S.; TORRES, M. A. S.; AMARAL, M. V. B. **Crises da sociedade contemporânea agravadas pela COVID-19: cenários e perspectivas**. Maceió: Edufal, 2020 [em edição].

Considerações finais

O alcance das atividades realizadas em um grupo de estudo e pesquisa não somente contempla quem participa sistematicamente, mas a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Esses 11 anos de estudos e pesquisas congregadas num grupo cadastrado no Diretório do CNPq evidenciam o quão significativo é recuperar a processualidade histórica recente de mais de uma década e perceber que o conhecimento produzido por esse grupo – formado por estudantes da graduação, da pós-graduação e por profissionais de Serviço Social e de áreas afins – ultrapassou os limites da localidade/regionalidade para difundir conhecimentos em outros estados e países.

É inimaginável o alcance da produção científica, das publicações e eventos acadêmicos que se somam aos tantos outros meios de produção do conhecimento e reforçam a luta por condições apazíveis para continuarem existindo na Universidade pública ante o contexto desafiante em que se encontra a pesquisa científica no Brasil.

Se indagássemos para que serve um grupo de pesquisa, diríamos, a princípio, que serve para reunir pessoas a fim de debater temáticas de interesse comum, e que os benefícios seriam a leitura, a sistematização de ideias, os debates e o estímulo ao intelecto, elevando as possibilidades de êxito acadêmico-profissional. Em nosso entender, essa dimensão utilitarista fica em segundo plano, quando verificamos que o grupo de estudo e pesquisa também representa uma mediação entre o aluno e a comunidade acadêmica, e dessa com o mundo. A interpretação de textos e a apresentação de trabalhos são formas de exercitar o intelecto e, mais que isso, representam o pertencimento e a construção dos sujeitos coletivamente. Esse sentimento de pertencimento também contempla a identificação desses sujeitos com o DJUSS – com suas temáticas recepcionadas –, na defesa incondicional do gênero humano e do conhecimento que lapida mentes e desperta para nossas possibilidades de reflexão e ação.

O brio que contempla o DJUSS, expresso na afirmação de uma Universidade pública, com liberdade de cátedra, condições de estudo e respeito ao pluralismo de ideias, reforça o zelo em prol de uma sociabilidade que se desprenda do mero utilitarismo e institucionalismo. O DJUSS soma-se às lutas cotidianas em prol de um conhecimento que indague,

critique e seja propositivo. Nesse lastro, o Serviço Social não se furta às possibilidades de desvelamento do real.

Referências

BORGES, M. V. Prefácio. In: TORRES, M. A (org.). **Trabalho, Direito e Políticas Sociais na América Latina**. Maceió: Edufal, 2013.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FREIRE, S. de M. Orelha da obra. In: TORRES, M. A (org.). **Trabalho, Direito e Políticas Sociais na América Latina**. Maceió: Edufal, 2013.

GUERRA, I. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social, Direito Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-718.

HERRERA, P. B. Estudios Brasileños presenta el libro “O avesso da América Latina” [18.3.2019]. Disponível em: <https://radio.usal.es/el-centro-de-estudios-brasilenos-presenta-el-libro-o-avesso-da-america-latina/>. Acesso em: 17 out. 2021.

HIRAI, W. G. Prefácio. In: TORRES, M. A (org.). **Os programas de transferência Condicionada na América Latina e o Labor na Infância**. Maceió: Edufal, 2015.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NETTO, J. P. Democracia e direitos humanos na América Latina: aportes necessários ao debate. In: FREIRE, S. de M. **Direitos Humanos e Questão Social na América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

PORRAS, C. M. C. Apresentação. In: TORRES, M. A (org.). **Os programas de transferência Condicionada na América latina e o labor na Infância**. Maceió: Edufal, 2015.

TORRES, M. A (org.). **O Averso da América Latina: contradições e perspectivas**. Maceió: Edufal, 2017.

_____. **Trabalho, Direito e Políticas Sociais na América Latina**. Maceió: Edufal, 2013.

Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente: Objeto, Trajetória, Temas e Publicações

Adriano Nascimento
Clarissa Maranhão Raposo
Elaine Nunes Fernandes
Fabiana Rechembach

Apresentação

A trajetória da escola dependentista

O Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente (GPEDCD), destinado a avançar nos estudos e pesquisas sobre a forma particular de constituição e reprodução do Estado, da economia e do direito no capitalismo periférico e dependente, começou suas atividades no ano de 2014, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

A iniciativa do Grupo de Pesquisa foi dos/as professores/as Adriano Nascimento, Clarissa Maranhão e Elaine Nunes Fernandes, mas está inserida num contexto mais amplo de estudos e pesquisas no campo e na tradição do que se convencionou denominar teoria marxista da dependência (TMD).

Voltemo-nos rapidamente para a trajetória dessa corrente.

Entre os anos 1960 e 1970, a TMD se constituiu como uma das mais influentes correntes do pensamento crítico latino-americano. Devido à oposição aos pensamentos hegemônicos sobre as raízes e fundamentos do desenvolvimento capitalista na região, representados, no campo nacionalista, pela Cepal, e, no campo socialista, pelos intelectuais dos partidos comunistas, foram identificados como uma escola de pensamento próprio com uma sólida e sistemática bagagem conceitual voltada para interpretar o subdesenvolvimento, ou, em seus termos, a dependência da América Latina.

Os anos 1960, com o impulso da Revolução Cubana, foram marcados por uma agudização crescente da luta de classes em nosso subcontinente. No campo político da esquerda, seja por meio dos movimentos nacionais-populares, seja por meio dos movimentos socialistas, houve uma forte e contínua contestação ao poder da burguesia imperialista, dos

latifundiários e das burguesias internas, associados ao seu projeto de exploração econômica e dominação política.

Esse intenso processo de agudização da luta de classes alcança sua máxima expressão durante o governo da Unidade Popular no Chile e culmina com o golpe de Estado de 1973. A ditadura militar chilena instalada por Pinochet dá início a uma vaga de ditaduras que se estende para outros países, completando o movimento prévio inaugurado com o golpe de Estado no Brasil em 1964. Ao final da década de 1970, o Cone Sul encontrava-se completamente tomado por regimes ditatoriais contrarrevolucionários.

No campo teórico, esse contexto sombrio concitou a intelectualidade crítica latino-americana à necessidade de explicar a dinâmica política e econômica da região. No âmbito político, era necessário investigar a instabilidade dos regimes democráticos, a natureza de classe das emergentes ditaduras militares e as estratégias que os movimentos democráticos e populares deveriam adotar para superar os regimes autoritários e criar as condições para transformações sociais. No âmbito econômico, era necessário compreender a natureza *sui generis* do capitalismo da região, a sua forma de constituição particular, suas características fundamentais, a configuração específica do bloco no poder em cada formação social e a dinâmica concreta da luta de classes.

A TMD surge como parte deste empenho hercúleo da intelectualidade crítica de nosso subcontinente. Sua origem está no Brasil, quando, na Universidade de Brasília (UnB), ainda em 1963, unem-se num esforço coletivo três jovens professores e intelectuais mineiros – Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini – e seu também jovem predecessor alemão – André Gunder Frank –, com o forte desejo de compreender e transformar a realidade do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* em nossa região.

Com o golpe militar, o grupo de Brasília se separa e se exila no México (Marini) e no Chile (Gunder Frank, Dos Santos e Bambirra), durante os anos 1960, para novamente se reunir na Universidade do Chile, durante o governo da Unidade Popular, no início dos anos 1970. Nesta universidade, desenvolveram suas investigações principalmente no Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Faculdade de Economia, até sobrevir o golpe de Estado e novamente se virem constringidos a deixar o país para um novo exílio mexicano. No país asteca, desempenharam suas atividades

acadêmicas na Universidade Autônoma do México (Unam), onde estiveram em diálogo e debate com outros importantes expoentes da intelectualidade latino-americana.

Entre esses dois momentos e esses dois exílios, são muitos e extremamente qualificados os interlocutores com quem conviveram, trabalharam e discutiram. A teoria da dependência ampliava assim seus escopos ou se punha em rico debate com outros cientistas sociais. Do Brasil, tínhamos Darcy Ribeiro, Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso; entre os chilenos e hispano-americanos, Roberto Pizarro, Alvaro Briones, Jaime Osório, Orlando Caputo, Graciela Galarce, Enzo Faletto, Pio Garcia, Tomás Vasconi, Agustín Cueva e René Zavaleta Mercado.

O apelo que a TMD possuía nos anos 1970 perde, de maneira contraditória, força nas décadas seguintes. Em que reside o paradoxo? A TMD diminui seu apelo quando justamente uma de suas principais teses se confirmava, a saber, segundo Marini, a “consequência da dependência não pode ser nada mais do que maior dependência e sua superação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvidas”⁴³. Para os dependentistas, portanto, a realidade do desenvolvimento capitalista na região contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento capitalista e confirmava a prédica de que ambos, desenvolvimento e subdesenvolvimento, eram resultados do caráter *sui generis* do evolver capitalista no subcontinente.

As teorias que marcaram o desenvolvimentismo latino-americano até então, sobretudo o estruturalismo da Cepal, eram criticadas por considerar que alterações de ordem econômicas seriam capazes de possibilitar a passagem para uma forma avançada de capitalismo. Os dependentistas chegavam assim nos anos 1980 com prestígio suficiente para demonstrar que a veloz modernização capitalista que havíamos sofrido nos anos precedentes não desmontaram nosso subdesenvolvimento e atraso estrutural.

Todavia, a força das ideias não é retirada apenas de seu rigor metodológico e de sua sistemática organização conceitual. As ideias estão estritamente ligadas ao movimento das coisas, à dinâmica das lutas de classes.

⁴³ Cf. Marini, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. In: Traspadini, Roberta & Stédile, João Pedro. Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

No caso da TMD, seu desenvolvimento esteve sempre vinculado, como aponta Cláudio Katz, ao ciclo da Revolução Cubana⁴⁴. A ascensão e o declínio do discurso dependentista foram influenciados pelo rumo da revolução e do projeto socialista na América Latina. Com efeito, o ciclo aberto pelos cubanos encerrava-se após três severos reveses: a derrota dos movimentos de guerrilha por todo o subcontinente; a dramática derrota da Unidade Popular, e, por fim, a derrota da revolução sandinista. Esses desenlaces são decisivos para o posterior avanço do neoliberalismo no continente e pelo conseqüente enfraquecimento da perspectiva dependentista.

Engolfados num ambiente nacional-desenvolvimentista nos anos 1960, os críticos radicais das teorias da modernização retornam com a anistia e a redemocratização a um país, nos anos 1980, já profundamente “impregnado por ideias ostensivamente neoliberais”⁴⁵. Nos anos 1990, no período mais duro até então do avanço da restauração conservadora e do neoliberalismo no subcontinente, a teoria marxista da dependência entra num período de hibernação.

A TMD parecia estar condenada ao esquecimento devido à pretensa caducidade de suas elaborações. Tinha-se a impressão de que conceitos como dependência, superexploração da força de trabalho, Estado de contrainsurgência, fascismo dependente, subimperialismo e classe dominante dominada teriam sido extraviados para nunca mais ser recuperados.

O avanço do neoliberalismo na região apenas é contido com o êxito eleitoral e o início do ciclo do progressismo na América Latina, nos anos 2000. Os governos progressistas, de Lula e Dilma aos Kirchners, de Morales a Correa, recuperam e reacendem o debate sobre o nacional-desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo dos governos progressistas é, porém, reconfigurado. Envolto, sobretudo nos casos brasileiro e argentino, em projetos de conciliação de classe, o agora neodesenvolvimentismo não contestava mais, como nos antigos desenvolvimentistas, o padrão de reprodução do capital na região. A especialização produtiva permaneceu quase que inalterada. Buscava-se promover programas sociais para melhorar as condições de vida, particularmente

⁴⁴ Cf. Katz, Cláudio. **A teoria da dependência: 50 anos depois**. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

⁴⁵ Cf. Wasserman, Cláudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2017.

dos situados na extrema pobreza, gerar empregos e beneficiar a classe trabalhadora assalariada e a pequena burguesia, mantendo, simultaneamente, os privilégios das frações mais poderosas do capital.

A necessidade de conciliar interesses de classes tão paradoxais e de demandas e pressões sociais tão contraditórias apontava, como advoga Jaime Osório, para um desgaste em curto e médio prazo dos projetos dos governos progressistas neodesenvolvimentistas⁴⁶.

Parte da intelectualidade crítica latino-americana entendeu como necessário recobrar o pensamento originário da escola dependentista. Por compreender como indispensáveis suas contribuições e sua bagagem conceitual de crítica da economia política do desenvolvimentismo e, por consequência, para realizar a crítica das utopias que o progressismo latino-americano começava a alimentar não apenas nas massas, como também em boa parte da intelectualidade crítica, uma retomada relevante da TMD tem sido verificada.

O resgate crítico da teoria marxista da dependência

O Brasil tem sido o epicentro dessa retomada, como adverte Rodrigo Castelo⁴⁷. Recentemente, diversos artigos, teses, livros, comunicações em seminários e congressos têm se inspirado e ancorado no legado de Bamberger, Marini e Dos Santos para analisar o atual estágio da dependência latino-americana e para, a partir daí, debater a atualidade da revolução e do socialismo no continente.

Roberta Traspadini, ainda em 2005, em parceria com João Pedro Stédile, lançou uma importante coletânea com artigos de Marini, acompanhada por uma seminal apresentação, posicionando o intelectual mineiro entre os clássicos indispensáveis do pensamento social em nosso país. A vereda aberta por Traspadini e Stédile estimulou aquele que talvez seja o

⁴⁶ Cf. Osório, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

⁴⁷ Cf. Castelo, Rodrigo. **Vânia Bamberger e a crítica positiva na história das ideologias latino-americanas**. Rio de Janeiro, 2021, mimeo.

campo mais rico de trabalhos científicos das ciências sociais brasileiras no início deste século.

Além de Traspadini e Stédile, intelectuais rigorosos/as e combativos/as como Marisa Amaral, Marina Machado Gouvea, Carlos Eduardo Martins, Mathias Luce, Nilson Araújo, Nildo Ouriques, Fernando Correa Prado, Marcelo Carcanholo, Pedro Marques, Pedro Evangelista Duarte, Carla Ferreira, Maíra Machado Bichir, Ricardo Pazello, Fábio Maldonado, Rodrigo Castelo, Tatiana Bretas, Juliana Guanais, Lúcio Verçosa, Leonardo Leite, Raphael Seabra, Alessandro da Silva, José Humberto Filho, Cristiane Sabino, entre muitos/as outros/as, contribuíram decisivamente para o resgate da TMD e, para além dessa importante tarefa, produziram trabalhos riquíssimos analisando temas como imperialismo e subimperialismo na nova fase da dependência, as particularidades do Estado e do direito no capitalismo dependente, a função da ciência e da universidade na periferia do capitalismo, e, como não poderia deixar de ser, a questão da superexploração da força do trabalho no subcontinente.

Vale dizer que tal acolhida da TMD é inédita na universidade brasileira. A ausência de um pensamento tão rico e original adensando o debate público no país foi, em parte, resultado do longo exílio de vinte anos dos autores dependentistas, que, por conta da ditadura militar e da censura midiática institucionalizada, sofreram um impacto silenciador. Outro ponto que vale ressaltar é que a retomada não se dá de maneira acrítica e talmúdica. Com base na TMD, novos temas e linhas de pesquisa vêm sendo abordados e desenvolvidos com base num resgate crítico.

Sem sermos exaustivos, é importante referenciar aqui alguns desses temas e linhas de pesquisa.

A sociologia do trabalho e a economia do trabalho têm recuperado o conceito de superexploração e o colocado à prova de vasto material empírico sobretudo nas análises sobre o impacto profundo da reestruturação produtiva e da reorganização da classe trabalhadora após as severas derrotas sofridas na era neoliberal. Neste amplo campo de pesquisa, ganham relevo vários trabalhos como os de Marcelo Carcanholo, Marisa Amaral, Carlos Eduardo Martins e Mathias Luce, que discutiram com rigor a pertinência do conceito de superexploração.

Há também a competente pesquisa de Lúcio Verçosa sobre a superexploração do trabalho na agroindústria canavieira, publicada sob o título *Os homens cangurus nos canaviais alagoanos*. Por sua vez, a questão do desemprego estrutural e da superpopulação relativa no país tem sido discutida e acompanhada com desvelo pelo economista Pedro Henrique Evangelista Duarte, ao tempo que recentes artigos de Marisa Amaral e Roberta Traspadini, sobre uberização e superexploração, publicados no site *Outras Palavras*, dão sólidas indicações de como na prática se realiza a superexploração da força de trabalho contemporaneamente em nossa região.

Na economia política, área de origem dos dependentistas, críticas rigorosas e necessárias às ideologias do desenvolvimentismo, do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo foram realizadas por Fernando Correa Prado, Fábio Maldonado, Rodrigo Castelo e Naiara Bittencourt. O imperialismo e a categoria do subimperialismo, cunhada por Marini, foram temas de algumas teses de doutorado e de mestrado; entre elas são notáveis os textos de Marisa Amaral, Marina Gouvea Machado, Leonardo Magalhães Leite, Mathias Seibel Luce e José Humberto Filho.

Ainda sobre imperialismo e dependência, dois trabalhos são de leitura obrigatória: *Imperialismo, dependência e questão agrária*, tese de doutorado de Roberta Traspadini, defendida na UFMG, e *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: O caso do Brasil entre 2000 e 2015*, tese de doutorado de Diógenes Moura Breda, apresentada na Unicamp. São textos incontornáveis que demonstram como a nova geração da teoria marxista da dependência tem enriquecido o debate público no país.

Os temas relacionados à natureza dependente e subsoberana do Estado periférico latino-americano, à democracia restrita que impera na região, assim como ao fascismo dependente e à contrainsurgência, têm sido centrais nas reflexões inspiradas pela TMD na Ciência Política. Maíra Machado Bichir, docente na Universidade de Integração da América Latina, realizou em seu doutoramento uma *pars construens* que demonstra o lugar central que o Estado ocupa na conformação e reprodução do capitalismo dependente.

Outro estudo que merece distinção é a dissertação *O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado dependente* de Maicon Cláudio da Silva. A relação entre Estado e padrão de reprodução do capital na América Latina é o ponto

forte deste brilhante texto. Sobre a questão do Estado dependente, cabe ainda pôr em relevo o ingente esforço coletivo de construção do Observatório do Estado Latinoamericano (Odela), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem à frente Leonardo Granato. É de responsabilidade de Granato e do professor colombiano Juan Camilo Arias Mejía a principal publicação na área até aqui. Trata-se da obra coletiva *La cuestión del Estado en el pensamiento social latinoamericano*, publicado no ano corrente pela editora da Universidad Autónoma Latinoamericana, da Colômbia.

Não tem escapado aos analistas políticos que se inspiram na escola dependentista o escrutínio das experiências dos governos progressistas e populares. Carla Cecília Ferreira, em *A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições do e conflitos do capitalismo dependente petrolero rentista (1989-2010)*, e Raphael Seabra, em *A via venezuelana ao socialismo*, buscaram investigar o significado e os limites do processo político no governo popular mais avançado da região. Fernando Prado e Monika Meireles, em *Teoria marxista da dependência: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos*, Marcelo Carcañolo, em *Auge e declínio dos governos progressistas na América Latina*, e Carlos Eduardo Martins, em diversos artigos publicados no Blog da Boitempo e outros sítios, são referências fundamentais para se compreender as contradições do progressismo latino-americano.

A crise e a debilidade das democracias no capitalismo dependente e a atual ofensiva neoconservadora têm trazido também à luz as potências analíticas dos conceitos de Fascismo dependente e de Estados de contrainsurgência. Raphael Seabra é autor de dois importantes artigos sobre a questão do fascismo no Brasil. Publicou recentemente “Fascismo ou ilusionismo da dominação capitalista no Brasil” e, em parceria com Thays Fidélis, “Fascismo e profissionalização da contrarrevolução no Brasil”. Na mesma trilha, no último número da revista *Argumentum*, José Whelisson Brito Santos publicou um interessante artigo com o título “Fascismo no Brasil contemporâneo e o Estado de contrainsurgência”.

A relação entre direito e dependência tem sido objeto das investigações de vários jovens e engajados intelectuais. Por todo o país, temas de direito do trabalho, previdenciário, financeiro, tributário e penal são debatidos em inúmeras teses de mestrado e doutorado. Paula Cozero defendeu

na UFPR recentemente um excelente trabalho sobre o *Capitalismo dependente e sindicalismo expropriado: relações coletivas de trabalho sob o acirramento do neoliberalismo jurídico no Brasil*. O sistema penal brasileiro foi analisado com percuciência por Carla Benítez Martins em sua tese *Distribuir e punir? Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do partido dos trabalhadores (2003-2016)*, e por Marco Alexandre Serra, em *Neofascismo dependente e sistema penal brasileiro*. Rafael Cherobin, em *Estado e direito no capitalismo dependente: da superexploração da força de trabalho à disformidade jurídico-estatal*, e Yago Renan Licarião de Souza, em *A forma jurídica no capitalismo dependente*, produziram dois excelentes textos que analisam o direito sob a luz da TMD. Mas são de Ricardo Pazello, responsável pelo monumental *Direito Insurgente: para uma crítica marxista do direito*, e Alessandro da Silva, autor de *Direito do trabalho no capitalismo dependente*, as obras que têm ocupado posição de destaque por suas contribuições decisivas para se pensar a forma jurídica na periferia do sistema capitalista.

O Serviço Social brasileiro também tem acolhido os temas ligados aos fundamentos da economia política da dependência. Na Universidade de Brasília, o caráter dependente da burguesia brasileira foi analisado por Isabela Ramos Ribeiro, em texto de doutorado orientando pelo prestigiado professor Evilásio Salvador, sob o título *Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018*. Na Universidade Federal de Santa Catarina, Beatriz Paiva realiza investigações sólidas sobre Estado dependente e políticas públicas, enquanto Cristiane Sabino redigiu um dos principais textos sobre dependência e questão racial, de título *Racismo e Luta de Classes no Brasil*, publicado pela célebre editora Hucitec. Rodrigo Castelo, autor de *O Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa da era neoliberal* e professor da Faculdade de Serviço Social da Unirio, tem se destacado como um dos mais criativos e percucientes autores da escola dependentista. Tatiana Brettas, da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de um dos livros mais vigorosos da área. Referimo-nos ao recentemente publicado *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais*. Nesta obra, Brettas, com perspicácia e profundidade analítica, coloca no centro de suas reflexões um dos aspectos estruturais da superexploração da força de trabalho: *a conver-*

são do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital. Na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, dois títulos recentes, originados de pesquisas de doutorado, foram também balizados pela economia política da dependência. Elaine Fernandes analisou o padrão de reprodução de capital de especialização produtiva em *Crise do capital, reversão neocolonial e os impactos sobre a questão agrária brasileira*, enquanto Clarissa Maranhão Raposo é autora de *A Questão Social no Brasil Contemporâneo: Precarização e Superexploração da Força de Trabalho*. Neste trabalho, o tema da questão social é apresentado, de maneira inédita, a partir das leis particulares da economia dependente. Na mesma instituição, tem sido fundamental também a interlocução com a TMD realizada por Maria Adriana Torres, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito, Justiça e Sociedade – DJUSS/CNPq, por Artur Bispo Neto, do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social, e uma especial menção merece o trabalho realizado por Ana Maria Moura e Diego Souza, que têm utilizado a categoria da superexploração para demonstrar o efeito devastador da forma típica de trabalho da periferia do sistema capitalista sobre a saúde do trabalhador.

Por fim, o debate antieurocêntrico e a reflexão anticapitalista realizados no Instituto de Estudos Latino-Americanos (Iela), da Universidade Federal de Santa Catarina, constitui um dos mais importantes capítulos da história do pensamento social crítico nas universidades brasileiras. Nildo Ouriques, Beatriz Paiva, Waldir Rampinelli, Elaine Tavares, Fernando Correa Prado, Lauro Mattei, Maicon Cláudio da Silva, entre tantos outros colaboradores do Instituto, desempenham papel fundamental não apenas no resgate crítico da TMD, mas também em aproximar os intelectuais brasileiros da fortuna crítica do pensamento social latino-americano. A organização dos seminários *Jornadas Bolivarianas*, a confecção do periódico *Rebela*, a editoria dos livros da *Coleção Pátria Grande*, a iniciativa de produção de pequenos vídeos sobre os *Pensadores da Pátria Grande*, além das diversas teses e dissertações orientadas pelos membros do IELA, são projetos fundamentais que evidenciam a importância de se atuar no sentido de construção de uma universidade engajada na responsabilidade social de se lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência.

Memória do Grupo

A trajetória do grupo, seus membros e linhas de pesquisa

A origem do Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente, como dito acima, remonta ao ano de 2014, quando nós, Adriano Nascimento, Clarissa Maranhão e Elaine Nunes, decidimos tanto nos somar aos esforços de resgate crítico da TMD como organizar, desenvolver e sistematizar nossos estudos sobre a reprodução do capital em realidades periféricas, como são a brasileira e a alagoana.

Para nós, estava evidente que os processos sociais, políticos e econômicos dos países dependentes apontavam para a necessidade de estudos e reflexões sobre as leis próprias do capitalismo dependente latino-americano. Nosso objetivo passa a ser, portanto, apreender os elementos fundamentais que caracterizam o modo *sui generis* de sua reprodução.

Para desenvolver nossas pesquisas e projetos, elegemos três linhas para as quais deveriam convergir nossas atividades. São elas:

- 1) *Estado, democracia e capitalismo dependente*. Nesta linha, o propósito é analisar a forma política dependente. Estudamos tanto o tipo particular de Estado da periferia, o Estado dependente, como os fenômenos políticos em sua manifestação típica em nosso subcontinente. Preocupamo-nos com o fenômeno do fascismo dependente, com a forma que a doutrina de contrainsurgência e a doutrina de segurança estadunidenses são aplicadas na região, com a questão da transição democrática e da democracia restrita, com a instabilidade política dos regimes, com a forma jurídica dependente, entre outros temas.
- 2) *Capitalismo Dependente, Superexploração e Questão Social*. Esta linha de pesquisa concentra estudos e práticas investigativas voltadas para a análise das modalidades de *superexploração da força de trabalho* no Brasil sob o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência, das novas formas de organização e gestão e controle do trabalho no contexto atual de precarização do trabalho e das diversas formas de expropriações dos direitos no Brasil. Além de apoiar estudos e projetos de pesquisa na área dos fundamentos da questão social, propõe-se também a produzir reflexões e supervisionar

trabalhos científicos que abordam as expressões das desigualdades sociais e as proposições políticas de enfrentamento, no contexto atual do capitalismo dependente e periférico.

- 3) *Capitalismo dependente, Questão Agrária e Movimentos Sociais*. Aqui as pesquisas buscam analisar a centralidade da questão agrária na América Latina. O objetivo é estudar a função social que a questão agrária desempenha na produção e reprodução do capitalismo dependente. Ademais, busca-se compreender as formas de resistência dos movimentos sociais camponeses e dos povos latino-americanos originários à lógica destrutiva do imperialismo e da dependência no continente.

Alguns jovens pesquisadores uniram esforços nessa empreitada. Contamos desde os primeiros encontros com a participação decisiva de Gabriel Magalhães, José Humberto Filho e Thays Fidélis. Antes mesmo da existência formal do grupo, as obras da escola dependentista já eram discutidas por nós e utilizadas em palestras, seminários e aulas.

Em seguida, ainda em 2015, outros pesquisadores iniciam seus estudos no grupo. Tivemos, a partir de então, a participação de Rafael Arley da Silva, Ana Maria Moura, Rute Pacheco, Kamila Monique, Carlos Tavares, Franqueline Terto, Wibsson Ribeiro, Lúcio Verçosa, Alice Mortimer e Antônio Ugá Neto. No início de nossos trabalhos, sentimos a necessidade de começar por uma revisão literária em que fossem debatidas algumas obras que são marcos da teoria da dependência. Entre elas, realizamos seminários internos sobre: a) *Subdesenvolvimento e Revolução, Dialética da Dependência, Reformismo e Contrarrevolução no Chile*, de Ruy Mauro Marini; b) *A estrutura da dependência, Socialismo ou Fascismo e Imperialismo e dependência*, de Theotônio dos Santos; c) *O capitalismo dependente latino-americano e Teoria de la dependencia: una anticrítica*, de Vânia Bambirra.

Mais recentemente, houve uma significativa ampliação do interesse pelos estudos da TMD e passamos a contar com a participação de outros pesquisadores não apenas de Alagoas como também de outros estados da federação, como Amanda Viana, Vilmar Pina, José Querino Neto, Zilas Nogueira, Golbery Lessa, Diego de Oliveira Souza, Sheyla Barros, Victória Cavalcante, Mariangel Sánchez, Fabiana Rechembach, Esther Oliveira,

Danilo Martuscelli, Emanuela Caciatori, Mariana Cândido, Roberto Moura, Raul Lessa e Jones Manoel.

A incorporação de novos pesquisadores ao grupo permitiu que diversificássemos também as nossas atividades. Além das pesquisas individuais que cada membro realiza para a construção de seus artigos, suas monografias, dissertações e teses, desenvolvemos inúmeras atividades coletivas, de modo que o tripé pesquisa, extensão e ensino passa a ser abarcado e executado com bastante engajamento de todos/as. A partir de 2019, com o aporte de recursos humanos, tivemos condições de realizar seminários externos, nacionais e internacionais, publicações coletivas de artigos e livros, mostras de cinema latino-americano, traduções de textos inéditos dos autores da TMD, pesquisas de iniciação científica, minicursos e disciplinas eletivas na graduação e na pós-graduação.

Algumas publicações de nossos/as pesquisadores/as em torno dos temas de pesquisas

Artigos e livros, individuais e coletivos

O grupo de pesquisa está envolvido em alguns projetos de produção de artigos e livros coletivos. Nosso objetivo é tanto produzir e publicar artigos inéditos sobre as temáticas do grupo, como recuperar alguns artigos que abordem os mesmos temas, mas não foram ainda publicados em português. Nosso primeiro projeto, publicado pela Editora da Universidade Federal de Alagoas, foi *Economia, Política e Dependência*. A obra contém tanto artigos inéditos de pesquisadores e parceiros, como também traduções inéditas de textos de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

Outros quatro projetos estão finalizados ou em estágio final de execução e devem ser publicados no próximo biênio:

- 1) O seminário internacional em homenagem à Bambirra que organizamos em 2020 será encerrado com um livro coletivo com a participação de cientistas de várias universidades do Brasil, de outros países latino-americanos e da Europa. O livro já foi

finalizado e será publicado no próximo semestre pela Expressão Popular em parceria com a Edufal.

- 2) O seminário internacional realizado em novembro de 2021 sobre Estados, regimes políticos e golpes de Estado terá também o mesmo curso. Projetamos para o próximo biênio a publicação de artigos dos pesquisadores participantes sobre os temas abordados no evento.
- 3) Estamos finalizando também duas coletâneas que resgatam o debate político dos anos 1970. A primeira, que deve ser publicado pela Editora Enunciado, mesma editora que lançou a mais nova tradução de *Fascismo e Ditadura*, de Nicos Poulantzas, recupera um número considerável de artigos sobre o tema do fascismo dependente ou neofascismo periférico. A segunda publicação traz uma série de intervenções de grandes expoentes do pensamento social latino-americano sobre Estado e dependência. Ambos os debates são fundamentais para entender os processos políticos de hoje, e permanecem sem tradução para o português.
- 4) O quarto projeto, já encerrado, é a tradução dos cursos de Ruy Mauro Marini sobre os livros II e III de *O Capital* de Marx, ministrados na Faculdade de Economia da Unam. Uma das particularidades da leitura que Marini fazia de *O Capital* era não desvincular os três volumes.

Seminários, minicursos, mostras e afins

Das tardes de debates ocorridos na Universidade, surgiram algumas das produções teóricas já mencionadas, mas também a compreensão coletiva de que as ações do grupo não deveriam ficar restritas ao âmbito da pesquisa, incluindo necessariamente o diálogo constante e profícuo com a extensão. Neste sentido, foram realizadas ao longo desses anos projetos que buscavam discutir temas relacionados à realidade latino-americana e brasileira, tendo sempre a TMD como chave analítica. Assim, entre os anos de 2018 e 2019, o grupo de pesquisa organizou o “Cine Latino”, iniciativa coordenada pela professora Elaine Fernandes e pelo mestrando

Antônio Ugá, que objetivava apresentar a América Latina através de filmes sobre os países do continente.

No mês de agosto de 2019, o grupo compôs a organização do evento realizado sobre os setenta anos do balanço de pagamentos, intitulado “IV Seminário Internacional 70 Anos do Balanço de Pagamentos”. Foi desse ano também a realização do “I Seminário Nacional Economia, Política e Dependência: Estado e Superexploração da Força de Trabalho na América Latina”, que marcou a entrada do GPEDCD nas discussões nacionais. Na oportunidade, além de valorosos componentes do grupo como palestrantes, tais como Gabriel Magalhaes, Lúcio Verçoza e José Humberto Filho, contamos também com a presença de ilustres pesquisadores da TMD em nível nacional, entre eles, Rodrigo Castelo, Mathias Luce, Marisa Amaral e Marina Gouveia.

Em 2020, organizamos nosso primeiro evento internacional: o “II Seminário Nacional” e o “I Seminário Internacional Economia, Política e Dependência: homenagem aos 80 anos de Vania Bambirra”, realizados no período de 20 a 31 de outubro de 2020. O evento se propôs a recuperar o legado de uma das maiores pensadoras latino-americanas e a demonstrar que a Teoria Marxista da Dependência segue viva, pensando a realidade, a revolução e o caminho latino-americano para o socialismo a partir das especificidades das dinâmicas do capitalismo dependente.

Em razão da pandemia, o seminário ocorreu de maneira *on-line* e foi constituído por duas conferências (de abertura e de encerramento), 14 mesas, 1.181 inscritas e inscritos no evento de maneira global e 2.586 se contabilizadas as inscrições nas conferências e mesas de modo individual, quarenta palestrantes e 15 mediadoras e mediadores.

Em 2021, realizamos nosso segundo Seminário Internacional sobre Economia, Política e Dependência. O evento contou com a participação de diversos intelectuais de renomadas universidades latino-americanas. O tema do evento foi *Estado, regimes políticos e golpes de Estado na América Latina*. Foram nove mesas a discutir temas como guerra híbrida e golpes de Estado na América Latina, a estatalidade latino-americana, neofascismo dependente, crise de hegemonia, entre outros.

Realizamos também no ano de 2021 o módulo I do curso *O marxismo na periferia do capitalismo: do marxismo clássico à teoria marxista da dependência*. O

primeiro módulo, intitulado *Os clássicos do marxismo, a periferia do capitalismo e as lutas anticoloniais*, foi focado nos autores da I e da II Internacionais. Tivemos também a participação de vários professores brasileiros e argentinos. O curso prevê ainda mais outros quatro módulos, a saber: a) o marxismo do pós-guerra; b) os marxismos africano e árabe; c) o marxismo latino-americano; d) a teoria marxista da dependência e seus críticos.

Os projetos de iniciação científica

Alguns projetos de iniciação científica foram desenvolvidos ou estão em execução também pelo grupo de pesquisa nos últimos anos. Elaine Fernandes desenvolve, com Thalita Menezes e Bruna Rocha, o projeto *A atuação da burguesia agrária brasileira no processo de transnacionalização do agronegócio*. Clarissa Maranhão com Jéssica Belo e Ana Maria Moura discutiram, em 2019 e 2020, o projeto *A Questão Social Contemporânea: Exploração e Superexploração do Trabalho*. Adriano Nascimento, com Victória Cavalcante e José Querino Neto, desenvolveram em 2019 e 2020 o projeto sobre Estado e Dependência na América Latina.

Conclusão

Guiamo-nos neste primeiro lustro de atividades pelo princípio de contribuir para a construção de uma universidade que prepara os estudantes para o desafio de superação da dependência e do subdesenvolvimento, isto é, para a construção daquilo que Darcy Ribeiro chamou de *a universidade necessária*. Em vez de centrarmos-nos em atividades que buscam torná-la mais eficiente na execução de suas funções conservadoras, buscamos engajar-nos num processo de produção científica e pedagógica que se comprometesse com uma *política autonomista*.

Na maioria das universidades de nosso subcontinente, os estudos e pesquisas desprezam o trabalho intelectual que se praticou e se pratica na América Latina. Desde uma perspectiva eurocêntrica e estadunidense, constroem-se projetos de investigação e se estabelecem práticas de ensino que desconsideram nossa fortuna crítica e não se orientam pela necessária remoção de nossa dependência econômica e cultural.

Como afirma Nildo Ouriques, o colonialismo organizou a vida universitária brasileira, e é forte, renovada e permanente a pressão para mantê-la cativa deste seu fardo histórico. Nosso desafio é, portanto, colocar nossas atividades científicas e pedagógicas na contracorrente dessa tendência, retirando a universidade de sua soberana indiferença e de sua quase total alienação em face dos dilemas de uma sociedade nacional subdesenvolvida. Lutar pela emancipação econômica, política e cultural de uma nação requer uma prática político-pedagógica que resgate a tradição crítica latino-americana e que atue para potencializar o grau de autodeterminação dos grupos subalternos.

Um espectro do feminismo ronda a Faculdade de Serviço Social da Ufal: Histórias e memórias do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo

Andréa Pacheco de Mesquita
Gildete Ferreira da Silva
Laura Juliana dos Santos Cassiano

Introdução

O texto objetiva contar a história do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo, institucionalizado no ano de 2015, tendo uma história de pesquisas, estudos e atividades extensionistas que antecede esse momento. O Grupo Frida tem em sua essência o trabalho junto aos movimentos feministas, tanto nas atividades de formação e pesquisa quanto nas atividades de rua, nas lutas que os movimentos feministas e de mulheres realizam no estado de Alagoas e nacionalmente. Hoje, o Grupo Frida participa do Conselho Municipal da Mulher e dos Grupos Temáticos de Pesquisa GTPs da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Para tanto, pretende-se, além de contar nossa história, situar teoricamente o debate de gênero que realizamos durante nossa existência enquanto grupo. Este debate é importante, visto que trabalhamos diferentes questões acerca de gênero e pensamos ser de grande contribuição desnudar as categorias às quais nos filiamos.

Mulher e Gênero: categorias em movimento e ação

O debate sobre a categoria gênero é novo, data dos anos 1980. Contudo, o debate acerca das relações entre mulheres e homens foi historicamente “naturalizado” como diferenças físicas que determinam desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais entre os sexos. Há exatos 70 anos, Simone de Beauvoir publicava “O Segundo Sexo”, causando revoltas e indignações do lado conservador da sociedade e possibilitando para as diversas mulheres o entendimento do processo de dominação, exploração e opressão do sexo masculino sobre o feminino. Em sua famosa frase “Ninguém nasce

mulher, torna-se” (1980), Beauvoir elucida os caminhos teóricos e metodológicos de análise das relações desiguais, hierárquicas e violentas às quais as mulheres são submetidas desde o nascimento. Ao dizer esta frase, ela revelava poeticamente que as mulheres não nasciam naturalmente inferiores, mas que a sociedade as transformava em escravas de seus pais, maridos, irmãos, enfim, de um sexo masculino. Estas dependências impostas às mulheres eram normas sociais e não “condições biológicas ou naturais”, essa frase desessencializa o destino das mulheres, questionando e provocando-as a buscar outros destinos para além de casar e ter filhos/as. O determinante do poder do macho, a dominação do sexo masculino sobre o feminino, os privilégios masculinos não é a condição biológica, mas uma lógica patriarcal que se perpetua na sociedade capitalista.

Simone de Beauvoir é uma precursora do feminismo e, a partir de seus estudos e pesquisas, novos livros irão abordar a questão da mulher numa perspectiva da igualdade entre os sexos. Betty Friedan em “A Mística feminina” lançaria a pergunta “é só isto?” – questionando um problema que cada dona de casa, de forma solitária, enfrentava, mas não falava. Segundo a autora:

[...] cada dona de casa lutava sozinha com ele, enquanto arrumava camas, fazia compras, escolhia tecido para forrar o sofá, comia com os filhos sanduíche de amendoim, levava os garotos para reuniões de lobinhos e fadinhas e deitava-se ao lado do marido, à noite, temendo fazer a si mesma a silenciosa pergunta: É só isto? (FRIEDAN, 1963, p. 17).

Outra pesquisadora que viria a desafiar o androcentrismo da ciência é Margareth Mead, demonstrando em seu livro, publicado em 1949, que a naturalização e essencialização das mulheres em nossa sociedade é uma construção social dos países colonizados e colonizadores. Ou seja, ela demonstra por meio de estudos antropológicos que as relações entre os sexos podem existir de outras formas, para além do modelo de dominação masculina e subordinação feminina. Em suas vivências em três tribos diferentes (Arapesh, Mundugumor e Tchambuli), situadas em uma área de 100 milhas de distância entre si, ela descobriria diferentes formas de construções sociais do ser homem e do ser mulher. Mead identifica que os

papéis de gênero se modificam: enquanto em uma tribo as mulheres realizavam as tarefas “ditas femininas” e os homens as “ditas masculinas”, na outra os papéis se invertiam e as mulheres realizavam as “tarefas conhecidas como masculinas”, enquanto os homens as “tarefas conhecidas como femininas”. Na terceira tribo não existia determinação de tarefas femininas e masculinas, ambos realizavam as tarefas que sentissem vontade e afinidade (MEAD, 1979). Com isso, ela demonstra que a socialização do modelo de sociedade é quem define as relações entre os sexos. E que estas relações (iguais ou desiguais) não são dadas *a priori* pelo sexo, mas construídas num processo de socialização, demonstrando que o sujeito não é uma unidade fixa, única, imóvel e portadora de uma essência biologicamente determinada. A pesquisa está publicada no livro “Sexo e Temperamento”, quebrando os paradigmas de um “condicionamento natural” ao demonstrar que os sujeitos (no plural) são históricos e culturais.

Somente em meados dos anos de 1970 é que o conceito de gênero foi elaborado como construção social das identidades, dando um salto teórico e integrando as agendas feministas nos debates e ações dos movimentos. O avanço da categoria gênero possibilita pensar mulheres e homens como construções históricas e também relacionais. A primeira autora a teorizar esta categoria é Gayle Rubin, no texto “Tráfico de Gênero”, publicado em 1975. Ela define o sistema sexo/gênero como “[...] o conjunto de acordo sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto de atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p.159). Para ela, o sexo é o *locus* onde se constrói o social (gênero).

É neste percurso teórico que Scott irá sistematizar e problematizar o conceito de gênero. A autora em seu célebre texto “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica” irá defender a tese de que o gênero é uma categoria social imposta sobre os corpos sexuados. Assim, afirma que a categoria gênero “[...] coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1983, p. 5). Desse modo, Scott define o conceito de gênero como sendo “[...] a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou reproduza diferenças

físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mas propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças corporais”. Por isso, afirma ainda que “[...] Não podemos ver as diferenças sexuais como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos” (SCOTT, 1983, p. 2).

Historicizar a categoria gênero é fundamental para entendermos os seus significados, o salto que essa categoria deu para os estudos sobre mulheres. Contudo, é importante explicitar que os debates são constantemente atualizados a partir das demandas da própria realidade, que se modifica e modifica também os conceitos. Os anos 2000 trouxeram um arsenal teórico-metodológico e político sobre a temática, com traduções de obras históricas e também relançamentos de autoras feministas como Ângela Davis, Bell Hooks, Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Patricia Hill Collins, Mary Wollstonecraft, Margaret Atwood, Monique Wittig, Kate Millett, Audre Lorde, Carole Pateman, Maya Angelou, Danielle Kergoat, Judith Butle, Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu e Chimamanda Ngozi Adichie. Temos ainda muitas feministas brasileiras que foram esquecidas, como Lélia Gonzalez e Carolina de Jesus, e jovens feministas que fazem o debate de gênero articulando com outros marcadores sociais, a exemplo de Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Elisabeth Souza Lobo, Luiza Bairro, Helena Hirata, Djamila Ribeiro e muitas outras que possibilitaram ampliar o debate e as lutas feministas no Brasil.

É neste caldo teórico das autoras feministas que a discussão de gênero se amplia, compreendendo que falar de mulher é falar sempre no plural – não existe uma categoria mulher como sujeito universal, mas diferentes mulheres com diversos marcadores de classe, raça, etnia, sexualidade, gênero, localidade geográfica, religião, idade, etc. Neste eterno devir de inúmeras possibilidades de se pesquisar a questão das mulheres, situada nas relações patriarcais de gênero, discutiremos a categoria patriarcado como uma das chaves teóricas para estudar e organizar as lutas dentro da sociedade capitalista, patriarcal, racista e heteronormativa.

Patriarcado: uma categoria em disputa que nosso grupo não abre mão

No campo feminista, a categoria patriarcado é bastante debatida, resultando em diferentes formas de compreendê-lo. A primeira perspectiva é a incorporação do conceito nos moldes weberianos – compreendendo a dominação como uma imposição do “senhor” todo-poderoso, um “santo” naturalizado pela tradição, detentor da lei, com regras fixas e reproduzidas de forma hereditária nas comunidades domésticas (WEBER, 1964). A segunda perspectiva de análise faz a crítica do uso dessa categoria, por concebê-lo como a-histórico e universal, e também traz de volta ao debate as estruturas fixas da natureza e o determinismo biológico já superado nos estudos sobre as mulheres. A terceira perspectiva, à qual o nosso grupo se filia, propõe historicizar e atualizar o conceito de patriarcado, porque somente articulado a outras categorias é que será possível dar conta da análise da realidade em sua totalidade, sem perder as particularidades do movimento do real. O uso da categoria patriarcado, enquanto referência ao sistema de dominação masculina e à subordinação feminina, não propõe uma volta ao essencialismo, tampouco compreende o sistema sexo/gênero a partir de uma perspectiva biologizante. Antes, como sinalizava Rubin, é outra perspectiva; é apreender que os “[...] Sistemas sexo/gênero não são emanções a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica” (1975, p. 205).

Falar do patriarcado requer traduzir de que patriarcado está se falando. Fazendo coro com Saffioti (1992), falamos de um conceito politizado e que não se restringe ao pessoal nem se identifica com o natural. Entendemos o patriarcado como uma forma de poder político que, ao longo da história, teve significados diferenciados. Ou seja, transformou-se, atualizou-se e articulou-se a partir do movimento da sociedade. É urgente e necessário, como fala Carol Pateman, fazer “[...] uma história feminista do conceito de patriarcado” (1993, p. 40). Para ela, “[...] abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (p. 40). Por isso é condição *sine qua non* colocar em debate a categoria patriarcado, compreendendo-a emergente dentro do movimento do real.

Pateman classifica três formas de patriarcado, a saber: o patriarcado tradicional, ou seja, aquele modelo de autoridade paterna como modelo de

autoridade política (no qual compara-se as relações de poder ao regime paterno); o patriarcado clássico, poder no qual os filhos nasciam submetidos aos pais e, conseqüentemente, o eram nas relações políticas. Enquanto no patriarcado tradicional o direito político era uma convenção social a partir de uma analogia, no patriarcado clássico era natural, ou seja, o poder político era paternal, se originava no poder de reprodução do pai; e o patriarcado moderno, que, na concepção da autora, “[...] é fraternal, contratual e estrutural à sociedade civil capitalista” (PATEMAN, 1993, p. 45). Esta classificação é importante não para criar modelos de análise, mas para mostrar que o patriarcado não é a-histórico nem universal. Afirmo, concordando com algumas feministas, que o capitalismo é puro patriarcado, que há uma parceria entre o modo de produção – o capitalismo e o sistema sexual – e o patriarcado.

É importante falar, em primeiro lugar, que essa ordem patriarcal de gênero não se dá da mesma forma, pois apreender uma categoria de análise não significa que ela é a única que dá conta de explicar a realidade. A sociedade está em movimento, o processo de conhecimento requer um movimento de mediações das contradições para que se compreenda a totalidade sem perder de vista as particularidades e como elas se relacionam no movimento do real.

Ao falar do patriarcado como categoria de análise da realidade, estamos falando de como esse poder do macho (SAFFIOTI, 1987) atinge, de uma forma geral, as mulheres. Contudo, não é possível ficar apenas nestas questões universais, correndo o risco de cair num erro teórico-metodológico de não historicizá-lo e, com isso, perder de vista suas singularidades, não analisando as diversas formas como ele se efetiva nas diferentes sociedades. Entender o patriarcado como um universal/fixo é reafirmar a velha tese do reducionismo biológico, como se fosse resultado exclusivo da biologia e não uma construção social e histórica que tem diferentes formas e expressões.

Compreender o patriarcado requer, antes de tudo, analisar como a mulher é acionada para o trabalho doméstico enquanto esposa e/ou filha, ou seja, nas palavras das feministas radicais, como se constitui o sistema sexual de poder. Cria-se um modo de produção doméstica que é a base da estruturação da produção industrial do sistema capitalista. Como a família,

a partir da máquina do patriarcado, produz e reproduz as condições concretas para a perpetuação do modo de produção capitalista. A exploração do trabalho doméstico das mulheres garante as condições necessárias à libertação do homem para o mercado e para o espaço público. Ou seja, a opressão de um sexo sobre o outro, no contexto das relações patriarcais de gênero, produz as circunstâncias favoráveis para a perpetuação do poder de uma classe sobre a outra. Para Saffioti, o sexo é “[...] fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (2013, p. 66).

O capitalismo tem no patriarcado uma base importante para sua manutenção. Segundo Antunes,

As relações de gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 109).

Assim, a vida social na atualidade é baseada em uma assimetria de gênero, na qual as mulheres são, em todas as sociedades, excluídas de algumas atividades econômicas e políticas, e as atividades por elas realizadas, enquanto mães e esposas, estão sempre numa escala de menor prestígio e poder. É a separação da produção e reprodução colocando a primeira em situação de privilégio masculino e a segunda como espaço de dominação, ambas importantes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A divisão sexual do trabalho não se pauta somente nas desigualdades entre os trabalhos masculino e feminino, mas também nas hierarquias relacionadas às carreiras, às qualificações e aos salários vivenciados por cada um dos sexos. O patriarcado “[...] se baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar doméstico e subordinado na ordem das coisas” (PATEMAN, 2013, p. 62). As mulheres são apropriadas enquanto esposas e donas de casa de forma individual, através do contrato sexual, do casamento; mas são também apropriadas coletivamente pelas relações de sexo, raça e a ideia de natureza. Em outras palavras, há a construção de uma ideologia naturalista, de um discurso sobre

a natureza feminina que legitima a subalternidade das mulheres, coisificando-as e naturalizando-as – consequentemente, levando-as a um destino supostamente biológico. Esta ideologia naturalista justifica o lugar das mulheres no mundo a partir da presença de um útero ou de um ovário, assim como justificou a inferioridade dos escravos a partir da cor da sua pele e de características raciais inscritas no corpo.

É necessário entender como as diferenças sexuais, raciais, sociais são transformadas em desigualdades, como a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo constrói um binarismo que qualifica e/ou desqualifica as diferenças, colocando-os em polos de oposição e/ou complementariedade: homem x mulher, rico x pobre, branco x preto. E estas construções não são pautadas na natureza ou no biológico; é claro que partem destes, mas são construídas a partir de um modo de pensar que justifica as desigualdades de classe, sexo/gênero, raça/etnia e idade como forma de manter a base da sociabilidade capitalista.

É fundamental romper com essa suposta naturalidade de sexo, vista de forma a-histórica. O binarismo que justifica a exploração/dominação/opressão de um sexo sobre o outro é criado a partir da divisão sexual do trabalho. A primeira divisão do trabalho foi feita entre homens e mulheres e condiciona estas ao espaço privado, para a procriação dos/as filhos/as, e o homem para o espaço privado, para a obtenção de alimentos. Como escreveram Marx e Engels:

[...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos: ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade (MARX; ENGELS, 1977, p. 46).

O binarismo é uma das formas de manutenção do patriarcado; coloca as mulheres numa condição de menor prestígio e poder – um lugar inferior na hierarquia social. É claro que ele não acontece da mesma maneira em todos os lugares. Diz Saffioti, “[...] presume-se que nenhum/a estudioso/a sério/a consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vive nas sociedades urbano-industriais

do ocidente” (2009, p. 6). É necessário compreender que não é somente o homem em especial (um controle pessoal), ou seja, a dominação do homem ou de um grupo de homens sobre as mulheres. Essa dominação perpassa por todas as questões estruturais da sociedade. Nesse sentido, podemos resumir que o patriarcado se expressa através da apropriação da mulher pelo homem: *pela apropriação do seu tempo* (as obrigações do trabalho doméstico – não remunerado), *da apropriação do seu corpo* (a criminalização do aborto) e/ou da obrigação sexual (o adultério só é considerado para mulheres), *da obrigação social* de cuidar das crianças, idosos, enfermos, deficientes e esposos (GUILLAUMIM, 2005, p. 23, grifos nossos).

Vale ressaltar que essas estruturas analíticas não acontecem de forma separada; elas se relacionam entre si, bem como se entrecruzam com as questões de classe, raça/etnia, geração, uma vez que a compreensão de patriarcado trabalhado aqui se pauta no conceito de simbiose capitalismo-patriarcado-racismo elaborado por Saffioti (2009). É dentro dessa perspectiva de análise que debateremos a importância das relações patriarcais de gênero para compreender a história do Serviço Social e pensar seu papel na formação e no exercício profissional.

O Debate de Gênero no Serviço Social:

Mesmo sendo um curso eminentemente feminino, o curso de Serviço Social pouco discutia as questões de gênero. Este processo de cegueira de gênero não é específico do nosso curso, é parte de todo um movimento da realidade. O debate de gênero nas ciências sociais iniciou-se nos anos de 1980, com o texto da historiadora Joan Scott denominado “Gênero uma categoria útil”. Este texto traduzido para o português impacta sobre os estudos nas diferentes áreas.

No Brasil, o surgimento do Serviço Social pautou-se nos princípios da doutrina social da Igreja católica, fazendo entender, durante muito tempo, a profissão como uma vocação que as mulheres deveriam exercer com amor, dedicação e cuidado. Papéis estes que eram designados para as mulheres pela sociedade, a qual “naturaliza” as mulheres na função de cuidadoras, seja no âmbito pessoal – em seu núcleo familiar, seja no âmbito social –, seja na sociedade. Assim, as funções postas às mulheres é a

mesma posta à profissão: docilidade, sensibilidade, serviço ao outro, abnegação. O que imprime uma imagem social da profissão que é a imagem social da mulher em nossa sociedade. Como diz Saffioti, “[...] a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora de ação, volta para o mundo da objetividade” (2000, p. 74). Com isso percebemos que as “escolhas profissionais” estão diretamente relacionadas às construções dos papéis sociais de gênero. Ou seja, o Serviço Social se constrói como uma profissão feminina, reproduzindo e sendo reproduzido pelas normas sociais de gênero. Para Hirata,

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao feminino (2002, p. 280).

Esta divisão tem rebatimento direto na diferença salarial, em que mulheres ganham 19% a menos que os homens na mesma profissão e função. Em relação ao *status* social, temos ainda a valorização dos trabalhos masculinos frente aos trabalhos femininos⁴⁸. Historicamente as mulheres tiveram sua cidadania negada, com sua existência social sendo pausada na sua função dentro da sociedade – a maternidade. A Constituição de 1988 rompeu parcialmente com esta lógica ao assegurar que todos são iguais perante a lei; uma igualdade que está muito aquém de se materializar no cotidiano das mulheres, cujos direitos são violados dia após dia.

⁴⁸ Em 1970, apenas 20% de todas as pessoas trabalhando no Brasil eram mulheres. Em 2020, essa proporção havia dobrado, com 42% de mulheres e 58% de homens. Quando considerados todos os trabalhadores, a média da remuneração das mulheres, que em 1970 era de apenas 50% do que os homens recebiam, tinha subido para 81% em 2020. Isso significa que onde os homens ganham, por exemplo, R\$ 5.000, as mulheres estão ganhando R\$ 4.050, ou 19% menos que os colegas do outro sexo. Já entre as profissões do topo (engenheiros e arquitetos, médicos e dentistas, advogados, economistas e empresários), elas ainda recebem 33% menos: em 1970, a remuneração feminina nas cinco categorias mais bem pagas era 54% da média salarial masculina, e, em 2020, essa proporção estava em 67%. É como receber R\$ 3.350 quando os homens ganham R\$ 5.000. para ver mais sobre a pesquisa acessar: <https://www.cnn-brasil.com.br/business/mulheres-ganham-19-menos-que-homens-no-topo-diferenca-e-de-mais-de-30>

Apesar desta realidade à qual as mulheres estão submetidas ser sentida pelos próprios sujeitos atuantes nesta profissão e também identificadas nas usuárias dos programas, projetos e serviços nos quais as profissionais trabalham, o encontro do Serviço Social com o gênero se dá somente nos anos 1990. O processo de renovação da profissão trouxe uma grande contribuição para a formação e o exercício profissional através da aproximação teórico-metodológica com os aportes da teoria social crítica. A entrada do marxismo no Serviço Social possibilitou a realização de análises concretas da realidade social, compreendida a partir das categorias totalidade, mediações e contradições sociais. Nesse sentido, compreendemos que a adoção da teoria marxista foi fundamental para os avanços nos debates sobre as relações de gênero, visto que “[...] as relações sociais estabelecidas entre os sexos é condição necessária para entender a totalidade social no sistema capitalista, patriarcal e racista – um sistema de dominação-exploração uno, indivisível, mutuamente determinado” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 12).

As desigualdades de gênero são estruturantes das relações sociais brasileiras. Estão na nossa formação sócio-histórica de um capitalismo periférico, eurocêntrico, patriarcal e racista erigido desde o processo de colonização do país. Ao longo dos mais de três séculos de colonização foram constituídos os fundamentos históricos que delinearão as estruturas políticas, social, econômica e cultural produzidas e reproduzidas até os dias atuais. O processo de colonização por indivíduos masculinos, brancos e europeus instituiu o que Saffioti (1987) chamou de “poder do macho”. O que ficou conhecido de “descobrimento do Brasil” foi um processo violento de dominação, exploração, expropriação da terra dos índios que aqui viviam, dos produtos brasileiros e principalmente das pessoas que viviam nas terras brasileiras e das pessoas negras traficadas para o trabalho escravo. Para Caio Prado Júnior (2004), a formação brasileira se deu pela exploração da mão de obra escrava de indígenas e pessoas negras. Dentro desta mesma perspectiva o poder econômico do Brasil concentrou-se nas mãos dos chefes de família (branco e proprietário), estruturado nos moldes do patrimonialismo-patriarcal, que implicitamente já vinha se formando desde o início da colonização (SAFFIOTI, 2013, p. 232).

Como podemos ver, dos primórdios aos dias atuais, o racismo e o patriarcado vêm sendo funcionais ao modo de produção capitalista. Concordando com Silva (2014), não houve rompimento com os fundamentos históricos do capitalismo brasileiro, mas a exploração, dominação e opressão de classe, de raça e de gênero continuaram a ser o motor do desenvolvimento do nosso país. Assim,

[...] pensar a categoria mulher requer que entendamos de um lado a dimensão material da apropriação das mulheres pelos homens enquanto categoria e de outro lado, o efeito ideológico (discurso da natureza) que se retroalimenta produzindo e reproduzindo as relações sociais de sexo baseadas na dominação, exploração e opressão das mulheres. Neste sentido, queremos reafirmar categoricamente que as relações sociais de sexo têm uma base material que segue a orientação do modo de produção capitalista, patriarcal, racista e heteronormativo. (MESQUITA; SILVA, 2020, p. 155).

A análise é imprescindível para evitar fissuras no processo de conhecimento da realidade. As relações patriarcais de gênero são parte da totalidade da vida social e “[...] na perspectiva materialista histórica, a diversidade humana é recuperada em seu componente ontológico: o humano é diverso, e essa diversidade é condição do seu ser genérico” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 14).

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é um curso cujo corpo discente e docente vem sendo historicamente composto por mulheres. Quanto ao corpo docente, são 26 professores/as efetivos, sendo 2 homens⁴⁹ e 24 mulheres. Temos ainda 12 técnicos/as, sendo 2 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Em todos os segmentos há uma predominância feminina no curso, pondo a percepção do protagonismo das mulheres na trajetória do curso de Serviço Social da UFAL, seguindo a mesma lógica do perfil nacional. Ou seja, o curso de Serviço Social, tanto na UFAL quanto nas diversas universidades brasileiras, é eminentemente feminino. Em Alagoas, o curso de Serviço Social da UFAL teve um grande protagonismo na criação e composição do Núcleo Temático da Mulher através da professora Elvira Barretto, militante do movimento feminista de Alagoas que trazia para o curso inúmeros debates

⁴⁹ Um é formado em história e o outro em direito.

acerca das lutas das mulheres. Este núcleo não era do curso de Serviço Social, era um grupo multidisciplinar que contribuía através de pesquisas, estudos, produções nas áreas de mulher, feminismo e gênero com recortes nas diversas profissões.

Apesar destes debates, apenas em 2005 é inserida na grade curricular do nosso curso a disciplina denominada “Gênero e Serviço Social”, proposta pela professora Andréa Pacheco de Mesquita em reunião do Departamento do curso de Serviço Social – um marco institucional da entrada da temática de gênero em nosso curso. O curso discutia, ainda timidamente, os temas relacionados às mulheres, embora contássemos com alguns trabalhos de conclusão de curso (TCC) abordando a temática.

O ano de 2006 é um marco da realização de pesquisa sobre a Lei Maria da Penha, aprovada em agosto de 2006, na qual objetivamos traçar um perfil da violência contra a mulher em Alagoas. Inicialmente, esta pesquisa começou junto ao grupo de extensão “Grupo de Mulheres Maria Mariá”, coordenado por algumas professoras, estudantes de diversos cursos e assistentes sociais do estado de Alagoas. Este grupo realizou cursos de extensão, projetos de pesquisa, ofereceu estágio aos/às estudantes de Serviço Social, realizou consultorias, assessorias às prefeituras, dentre outros trabalhos com grande papel no fortalecimento da luta das mulheres pela igualdade de gênero e o direito a uma vida sem violência.

O Projeto de Extensão “Escola Lilás” foi o pioneiro de nossas ações, teve início no ano de 2007 e segue em realização. O objetivo é capacitar estudantes e professores/as de Escolas Públicas sobre a discussão de Gênero e Violência contra a Mulher, bem como fortalecer a relação teoria e prática nas disciplinas Gênero e Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social do curso de Serviço Social da UFAL. Também visa contribuir para a formação de profissionais comprometidas/os com a realidade social e capacitar estudantes das disciplinas envolvidas para o trabalho com a comunidade; discutir a Violência contra a Mulher, tão presente em nossa sociedade, debater a Lei Maria da Penha (de Violência Doméstica); construir uma Cartilha para trabalhar as relações de Gênero em Escolas, fortalecer a relação ensino, pesquisa e extensão; contribuir para que a UFAL realize sua função social de produtora e disseminadora de conhecimento.

Este projeto realizou inúmeras atividades para estudantes da UFAL, escolas públicas e comunidade em geral – uma delas foi a produção de um livro com os contos de estudantes, que recontaram as clássicas histórias infantis trazendo os elementos de gênero, raça, etnia, classe, geração, etc. Foi uma experiência linda que, infelizmente, ficou apenas nos relatórios, visto que não conseguimos o apoio institucional para a publicação no ano de 2007 (primeira versão do projeto).

Os anos de 2009 e 2010 consolidam um marco para o debate de gênero na UFAL e nas escolas públicas de Alagoas com o Curso “Gênero e Diversidade na Escola”, resultado de uma iniciativa coletiva do Núcleo Temático Mulher e Cidadania e da Organização de Mulheres Maria Mariá. O curso de modalidade à distância integrava o Sistema Universidade Aberta do Brasil, oferecendo um curso de aperfeiçoamento para professores/as das escolas públicas do estado de Alagoas. A experiência enriqueceu o debate sobre gênero com inúmeros frutos, alguns dos quais colhemos ainda hoje na universidade e nos diversos municípios em que o curso aconteceu.

No ano de 2010 a pesquisa sobre o perfil da violência contra a mulher em Alagoas foi interrompida devido à aprovação da professora coordenadora no doutorado, levando-a a morar temporariamente em outro estado. Somente no ano de 2015, após seu retorno, a pesquisa sobre a violência contra a mulher em Alagoas foi retomada. Para dar uma maior dimensão à pesquisa, iniciou-se o processo de institucionalização do grupo via Pró-reitoria de Pesquisa e certificado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Assim nasceu institucionalmente o *Grupo de Pesquisa Frida Kablo: estudos de gênero, feminismos e Serviço Social*, fruto de inúmeros movimentos de pessoas contribuindo para o debate ao longo da história do curso de Serviço Social da UFAL. Como diz a escritora feminista negra Audre Lorde: “Nossos sentimentos são nossos caminhos mais genuínos para o conhecimento”.

O Grupo Frida também fez história ao criar o primeiro Comitê de Combate à Violência contra as Mulheres, o Racismo e a LGBTfobia no ano de 2017, instância que se tornou referência para outras universidades. O comitê surgiu como um projeto de extensão institucionalizado na Gestão da Reitora Valéria Correia, que transformou o projeto em patrimônio cultural da UFAL. O projeto tinha três ações principais: realizar pesquisas e projetos de extensão visando discutir as relações de gênero, a violência

contra a mulher, a homofobia e o racismo; realizar um apoio que possa receber (prestar assistência / acolhimento) e encaminhar as denúncias (juridicamente) dos diversos tipos de violência (patriarcal, machista, racista e homofóbica); encaminhar às vítimas à assistência médica e psicológica com acompanhamento especializado. Infelizmente, em 2020, com a retirada das bolsas dos/as estudantes e a falta de apoio institucional, o trabalho foi encerrado. Mas pretendemos realizar outros trabalhos nesta linha, considerando ser esta uma demanda que a universidade não supriu.

Outro momento de grande relevância na história do grupo Frida foi o I Seminário Nacional de Gênero e Serviço Social (SENAGESS), cuja temática centrou-se no “Capitalismo, Serviço Social e a heteronormatividade: debatendo as opressões de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade”. O seminário ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 2019 e contou com a participação de todas as universidades do Nordeste e participantes de outros estados. Esse evento reuniu as principais autoras feministas no debate sobre gênero e Serviço Social. Ainda em 2019, participamos da 9ª Bial do livro com uma mesa redonda sobre os 13 anos da Lei Maria da Penha e a coordenação da Batucada literária “Diversidade e Direitos Humanos”, contando com mostra de filmes, poesia e música. Foi um evento aberto ao público no qual pudemos levar as discussões do grupo para fora dos muros da universidade. Em 2020 participamos da inauguração do “Espaço de Acolhimento Trans” do Hospital Universitário da UFAL, idealizado por diversos grupos da universidade e várias organizações dos movimentos LGBTQI+ do estado de Alagoas.

É nesta direção que o Grupo de Pesquisa Frida Kahlo vem desenvolvendo suas pesquisas, estudos, debates, palestras, atividades de extensão, de pesquisa e ensino. Ao longo destes seis anos de institucionalização, bem como ainda em suas protoformas de existência, tivemos o patriarcado, o capitalismo, o racismo e a heteronorma como categorias centrais de análise da realidade. E como fruto deste processo o curso de serviço social da UFAL teve um aumento gigantesco dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), além dos projetos de intervenção de estágio, das atividades extensionistas, dos cursos, palestras, etc.

QUADRO 1 – Número de TCCs abordando a temática de gênero

Ano	1957	1988	1993	1995	2001	2002	2003	2004
Quantidade	1	3	2	1	1	1	3	2
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013	2014
Quantidade	1	2	3	5	4	2	2	3
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
Quantidade	4	7	4	7	5	7		

Fonte: Dados do Acervo Documental da FSSO

Os TCC's tiveram os temas mais diferenciados, demonstrando que o debate de gênero, mesmo de forma tímida e enviesada, apareceu pela primeira vez em 1957, no TCC que discutiu o tema “A família na recuperação da mãe solteira”. Nos anos seguintes foram poucos os trabalhos nesta temática, contudo, a partir do ano de 2015 tivemos um aumento significativo. Algo que demonstra a importância do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo (criado em 2015) e do Grupo de Pesquisa Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (criado em 2016) para ampliar o debate das relações de gênero na Faculdade de Serviço Social da UFAL.

Considerações finais

Falar sobre o Grupo de Pesquisa Frida Kahlo é falar sobre histórias e lutas que nos antecederam, é falar das pesquisas realizadas, dos projetos de extensão desenvolvidos. Mas é também falar de nosso trabalho direto com os movimentos sociais. Desde antes da institucionalização do grupo, nosso trabalho sempre esteve voltado à capacitação mútua com grupos feministas, de mulheres negras, indígenas, ciganas, trabalhadoras, também como forma de nos capacitarmos através do mergulho nas diversas realidades sociais, econômicas, culturais e políticas. Assim, o Grupo Frida Kahlo trabalhou o ensino para além das salas de aulas, trazendo os movimentos para dentro da universidade e levando as/os estudantes para os movimentos, para conhecer as lutas, realizar pesquisas, para fazer e realizar

curios, palestras, oficinas – compreendendo que o processo de aprendizagem não pode ser individualizado, ele é coletivo.

É por isso que estas considerações “finais” não passam de um novo ponto de partida para outras tantas perguntas e a busca de novos conhecimentos situados fora do terreno do androcentrismo, é claro. Este é apenas o começo de nosso grupo, pois, como disse Clarice Lispector, “Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta, continuarei a escrever”. E ainda completaria dizendo que enquanto houver capitalismo, patriarcado, racismo e heteronormatividade, continuaremos com as canetas e armas em punho na luta pela emancipação humana.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Livro I e II)

CINSNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, Frederick. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Prefácios (de 1884 e 1891), Introdução e Caps. I, II e III.

FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (org.). **El Patriarcado al Desnudo**. Três feministas materialistas: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Tradução de Áurea B. Weisenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Natureza. *In*: FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (org.). **El Patriarcado al Desnudo**. Três feministas materialistas: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

HIRATA, H. **A nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MESQUITA, Andréa Pacheco de; SILVA, Gildete Ferreira da. Capitalismo, Patriarcado e o Fenômeno Mulher Caracol: algumas inquietações acerca do processo de dominação masculina e subjugação feminina no estado de Alagoas. *In*: MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira. **Corpos em Aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade**. Curitiba: Appris, 2020.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. *In*: MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." *In*: REITER, R. (ed.). **Toward an Anthropology of Women**, New York: Monthly Review, 1975. p. 157-210.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. "Rearticulando Gênero e Classe." *In*: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. [S.L.]: FLACSO Brasil, 2009.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez. 1990. p. 5-22.
- WEBER, Max. **Economía y sociedade**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade: trajetória e resultado

Evelyn Ferreira Santana Silva
Janne Alves Rocha
Margarida Maria Silva dos Santos
Maria Betania Buarque Lins Costa

Introdução

A produção deste artigo atende a um movimento de registro das atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisa em atividade na Faculdade de Serviço Social. O artigo trata sobre um grupo em atividade, desde 2012, não vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade, aberto à participação de docentes, discentes e técnicos vinculados, ou não, à Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Além dos projetos de pesquisa, o grupo também desenvolve projetos de extensão que possibilitam a abertura de um espaço de maior aproximação e identificação de interesses registrados no ambiente externo em relação à Universidade.

Ao longo de sua história, o grupo esteve inicialmente sob a liderança da professora Margarida Santos, substituída por um período pela professora Janne Rocha, que foi substituída pela líder do período inicial, mantendo-se a mesma na liderança do grupo até o presente. A vice-liderança foi desenvolvida, inicialmente, pela professora Betania Buarque, substituída, em 2021, pela professora Sueli Nascimento por motivo da aposentadoria da primeira vice-líder.

Em sua história, além das/os atuais componentes, tiveram participação no grupo, em suas diversas linhas de pesquisa: 37 discentes; 21 técnicas/os, todos/as profissionais que acreditaram na proposta de trabalho desenvolvida. A participação docente já mobilizou 8 professoras/es, cujas contribuições foram fundamentais para a consolidação do grupo. Atualmente, o grupo é composto pelas seguintes linhas e tem a coordenação que se apresenta abaixo:

- a) Linha de pesquisa: **Estado e Gestão da Política de Assistência Social**, coordenada por Margarida Santos;
- b) Linha de pesquisa: **Fundamentos da Política de Educação e Gestão Democrática da Escola Pública**, coordenada pela professora Sueli Nascimento;
- c) Linha de pesquisa: **Processos Sociais Organizativos das Classes Populares**, coordenada pelo professor Mac Dawison Buarque Lins Costa;
- d) Linha de pesquisa: **Serviço Social e Movimentos Sociais**, coordenada pela professora Elaine Nunes.

TRAJETÓRIA

Criação do grupo

As primeiras aproximações idealizadas para a criação do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade (GRUPPPPOS) tiveram registro em 2011, com o envio do formulário ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), mas somente em 2012 confirmou-se que o referido grupo havia sido reconhecido.

No mesmo ano, mais precisamente em abril, foi lançado o edital de convocação para a inscrição de projetos para concorrer ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2012/2013). Nesse ínterim, devido à necessidade da anuência da Unidade Acadêmica, em tempo hábil, para participar do iminente processo seletivo que tinha prazo para inscrição e atendimento a algumas exigências, a então diretora da Faculdade de Serviço Social (FSSO), professora doutora Ana Ávila Mendonça, resolve aprovar, dando a certificação no âmbito da Faculdade, a criação do grupo com *Ad Referendum*. Com esse propósito, o grupo foi organizado tendo como líder e vice-líder, respectivamente, as professoras Dra. Margarida Maria Silva dos Santos e Dra. Maria Betania Buarque Lins Costa. Naquele momento, a líder do grupo já era destaque no terreno científico e acadêmico, além de possuir vasta experiência com atividades de pesquisa.

Para atender às exigências do CNPQ, a formação do Grupo teve na sua composição um grupo de alunos/as da Faculdade de Serviço Social

(FSSO) e de profissionais, — técnicos/as vinculados/as à Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES), à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e à Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG) —, e quatro professoras pesquisadoras na coordenação das seguintes linhas de pesquisa: Estado e Gestão da Política de Assistência Social, profa. Dra. Margarida Maria Silva dos Santos - líder do grupo; Fundamentos da Política de Educação e Gestão Democrática da Escola Pública, profa. Dra. Maria Betania Buarque Lins Costa - vice-líder; Processos Sociais Organizacionais das Classes Populares, profa. Dra. Janne Alves Rocha. Posteriormente, em 2016, criou-se a linha de pesquisa sobre Serviço Social e Movimentos sociais, sob a coordenação da prof.^a Dra. Elaine Nunes.

Paralelamente ao encaminhamento das providências institucionais, cuidou-se sobre a elaboração do macroprojeto do grupo, cujo objetivo geral é “Pesquisar e difundir conhecimentos nas áreas da assistência social, da educação, da organização das classes populares, dos movimentos sociais e do Serviço Social”. Definiu-se também o seguinte conjunto de objetivos específicos:

- a) Agregar docentes, discentes e profissionais interessados em estudar e produzir conhecimentos sobre as temáticas concernentes às quatro linhas do grupo;
- b) Estabelecer parcerias com organizações nacionais, estaduais e municipais para o desenvolvimento de pesquisas de interesses;
- c) Divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas através de palestras, seminários e outros eventos destinados a gestores, profissionais atuantes na política de assistência social e demais políticas públicas e alunos/as interessados nestas temáticas;
- d) Constituir, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, um *lócus* acadêmico-científico de reflexão, produção e socialização de conhecimentos sobre o Serviço Social, políticas públicas e os processos organizativos de cariz popular da sociedade brasileira;
- e) Criar um espaço de estudo, debate, discussão e investigação sobre a política de educação e gestão democrática da escola pública com

a participação de docentes, discentes e profissionais interessados/as; e

- f) Divulgar os conhecimentos sistematizados e as pesquisas realizadas, bem como seus resultados para as escolas públicas municipais e estaduais do território de Alagoas.

Ademais, o grupo estabeleceu, no âmbito das repercussões, as seguintes iniciativas:

- Criação de um espaço intersetorial de produção com o envolvimento das lideranças dos grupos e seus associados;
- Identificação e estímulo aos/as alunos/as com possibilidades de formação para pesquisa, mediante sua capacitação/qualificação como alunos/as pesquisadores/as;
- Abertura de espaços para a participação de profissionais de diferentes políticas sociais em produções científicas com ênfase na interprofissionalidade; e
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas em resposta às demandas identificadas no estado de Alagoas.

Ressalte-se que, com a aposentadoria da profa. Dra. Maria Betania Buarque Lins Costa, em novembro de 2019, a coordenação de sua linha de pesquisa, assim como a função de vice-líder do grupo foram assumidas pela profa. Dra. Sueli Nascimento. O mesmo ocorreu posteriormente com a profa. Dra. Janne Alves Rocha que, ao se aposentar, em junho de 2021, passou a coordenação de sua linha de pesquisa para o prof. Dr. Mac Dawson Buarque Lins Costa.

No decorrer deste texto, será apresentado um breve panorama das linhas de pesquisas citadas, em que é possível adentrar ao conhecimento das suas peculiaridades.

Linhas de pesquisa

Estado e Gestão da Política de Assistência Social

A definição de um espaço de pesquisa sobre a política de assistência social, em 2011, foi resultante da necessidade de assegurar continuidade aos estudos desenvolvidos pela pesquisadora-coordenadora da linha com o apoio da UFAL e do CNPq em sua qualificação nos cursos de mestrado e doutorado, durante os quais, dedicou-se ao aprofundamento do estudo dessa temática. A constatação, neste período, de um importante volume de questionamentos e interesses de profissionais atuantes na política de assistência social e as suas solicitações, no sentido de que se atribuísse à temática um maior espaço na academia, justificou a definição dessa linha de pesquisa dentro do grupo.

Objetivos da linha de pesquisa

- a) Criar um espaço, em âmbito acadêmico, na Faculdade de Serviço Social, que privilegie a discussão e a produção de conhecimentos sobre a gestão da política de assistência social em suas diferentes esferas: nacional, estadual e municipal;
- b) Agregar docentes, discentes e profissionais interessados/as em estudar e produzir conhecimentos sobre a temática;
- c) Criar e alimentar banco de dados resultantes das pesquisas realizadas pelo grupo;
- d) Estabelecer parcerias com organizações nacionais, estaduais e municipais para o desenvolvimento de pesquisas de mútuos interesses;
- e) Desenvolver trabalhos visando à publicação dos seus resultados em encontros, congressos, periódicos e livros;
- f) Divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas através de palestras, seminários e outros eventos destinados a gestores, profissionais atuantes na política de assistência social e alunos/as interessados/as nessa temática.

Atuais componentes da linha de pesquisa:

Discentes:

- Nyanne Victória Fernandes Silva

Técnicas/os:

- Social Denaide dos Santos Oliveira
- Social Elenilton Alves Pereira
- Social Isabela Larisse Souza Ferreira Gomes
- Social Luiza Rosa Lima de Santana
- Social Sheyla Alves Barros
- Social Paula Karoliny Vicente de Oliveira

Fundamentos da Política de Educação e Gestão Democrática da Escola Pública

As inovações preconizadas pela democratização da sociedade e da educação brasileira, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, apontam para um novo olhar e modo de conduzir os rumos das escolas e seus resultados de forma democrática. Por isso, registra-se a necessidade da urgente ressignificação da prática educativa para o enfrentamento dos males que atingem a escola. A proposição dessa linha de pesquisa fundamenta-se na compreensão de que seja possível que a educação e a sociedade, de uma maneira geral, possam assumir uma perspectiva transformadora da escola, envolvendo o compromisso de todos os sujeitos sociais, agentes de mudanças, ou seja, a população, os/as educadores/as e os/as gestores/as da educação. Para Gramsci (1978), esse é um dos primeiros passos na busca da transformação, visto ser essa a possibilidade de as instituições servirem aos homens, e dos homens não participarem de forma alienada, considerando que “a filosofia da práxis não pode ser concebida senão em forma polêmica, de luta perpétua” (GRAMSCI, 1978, p.145).

A proposta da linha de pesquisa “Fundamentos da Política de Educação e Gestão Democrática da Escola Pública” reforça a consonância que existe entre o compromisso ético e político dos pesquisadores com a reconstrução da sociedade, a partir da edificação de novos projetos estratégicos, cujo horizonte seja a conquista de uma sociedade emancipada.

Nesse sentido, a educação e a escola se colocam como lócus privilegiado dessas transformações. Pois, como advoga Gadotti (1984, p. 73) “[...] a escola não é a alavanca da transformação social, mas essa transformação não se fará sem ela”.

Objetivos da linha de pesquisa

- a) Criar um espaço de estudo, debate, discussão e investigação sobre a política de educação e gestão democrática da escola pública com a participação de docentes, discentes e profissionais interessados/as;
- b) Instrumentalizar, teórica e tecnicamente, os membros do grupo a partir do desenvolvimento de estudo e investigação dos objetos de seus interesses;
- c) Discutir sistematicamente sobre as questões colocadas pelo grupo, enquanto mediação para crescimento de seus membros;
- d) Debater periodicamente sobre as dificuldades encontradas no processo de pesquisa;
- e) Divulgar os conhecimentos sistematizados e as pesquisas realizadas, bem como seus resultados para as escolas públicas municipais e estaduais do território de Alagoas.

Atuais componentes da linha de pesquisa:

Discentes:

- Camila Laura Ventura dos Santos
- Carliane Maria da Silva Batista
- Daniele de Oliveira Santos
- Elisa Ferrari Gomes
- Jaqueline Laís da Silva Santos
- Luiza Kaline Alves da Silva
- Maria Rafaela Porfírio Dias

Técnicas/os:

- Profa. Dra. Maria Betania Buarque Lins Costa

Processos Sociais Organizativos das Classes Populares

A criação da linha de pesquisa “Processos Sociais Organizativos das Classes Populares” emergiu da necessidade de se preencher uma lacuna existente, no âmbito da Faculdade de Serviço Social, de um grupo de estudo voltado para pesquisa e produção de conhecimento sobre a forma de organização e luta da classe popular rural ou urbana para enfrentamento da desigualdade social e/ou do estado de vulnerabilidade presente nas precárias condições de vida a que estão submetidas cotidianamente. Temática de estudo relevante para o curso de Serviço Social, cujo projeto pedagógico explicita o compromisso com a classe trabalhadora, podendo então atuar na perspectiva de sua instrumentalização e fortalecimento na luta cotidiana por melhoria de sua qualidade de vida. Ademais, a proposta dessa linha de pesquisa articula-se organicamente às políticas públicas de assistência e educação, na medida em que constituem direito das classes populares.

Objetivos da linha de pesquisa

- a) Constituir, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, um *lôcus* acadêmico-científico de reflexão, produção e socialização de conhecimentos sobre o Serviço Social e os processos organizativos de cariz popular da sociedade brasileira;
- b) Oportunizar a discentes, docentes e profissionais interessados/as a prática da investigação e da sistematização sobre a referida temática e afins;
- c) Socializar os conhecimentos produzidos e sistematizados;
- d) Promover a integração de membros de outras unidades acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas, bem como de outras instituições externas do Brasil e do exterior na construção do conhecimento;
- e) Desenvolver estudos interdisciplinares a partir da vivência de outros cursos e programas, através das práticas de pesquisa e extensão no campo dos processos organizativos das classes populares;
- f) Estabelecer contatos e articulação com os movimentos, organizações, entidades e grupos que desenvolvam trabalhos e pesquisas de caráter popular.

Atuais componentes da linha de pesquisa:

Discentes:

- Ana Carolina Rodrigues Lima
- Dione da Silva Lima
- Geslany Evlly dos Santos
- José Leonilson Nascimento dos Santos
- Vitoria Barbosa Moura de Oliveira

Técnicas/os:

- Social Amanda Baltazar França
- Social Diogo Márcio Gonçalves dos Santos
- Social Elitânia Lins da Silva
- Social Evelyn Ferreira Santana Silva
- Profa. Dra. Janne Alves Rocha
- Profa. Dra. Milena Gomes de Medeiros
- Social Nadyne Rawane Marques Lopes Monteiro
- Social Rita de Cássia de Lima Gouvêa
- Dra. Tereza Rosa Lins Vieira
- Profa. Ma. Therezinha de Jesus Silva

Serviço Social e Movimentos Sociais

Trata-se da mais recente linha de pesquisa existente no grupo, tendo sido criada no ano de 2016. Dedicar-se ao entendimento sobre a relação possível entre o Serviço Social e os movimentos sociais, ante as sucessivas crises contemporâneas.

Desde que o sistema sociometabólico do capital entrou na sua mais profunda crise, chamada por Mészáros (2003) de crise estrutural, a humanidade tem se preocupado em encontrar saídas que apontem para uma solução definitiva e, assim, impeça que os efeitos devastadores dessa crise continuem solapando o sistema. Uma das consequências que a crise tem produzido é o ataque às políticas públicas e demais conquistas da classe trabalhadora, com destaque para o desmonte de direitos sociais.

Para o Serviço Social, essa conjuntura tem se colocado de forma mais desafiadora, uma vez que são as políticas públicas o lócus do nosso fazer profissional. Nesse sentido, o ataque crescente contra as garantias mínimas sociais impõe a necessidade de o assistente social desenvolver uma ação profissional que esteja em sintonia com os princípios do Projeto Ético da Profissão.

É preciso resistir à ofensiva do sistema, bem como fortalecer as organizações da classe trabalhadora (movimentos sociais, associações, sindicatos, coletivos, entre outros), o que parece ser o caminho mais adequado. A atuação profissional junto a esses sujeitos coletivos não é recente, mas foi precisamente durante o período da redemocratização que ela se fortaleceu e contribuiu para avançar na construção do princípio norteador do projeto ético político profissional, a saber: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”.

É com base nesse entendimento que a linha de pesquisa Serviço Social e Movimentos Sociais se propõe a estudar a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais e as estratégias de luta e organização da classe trabalhadora na contemporaneidade.

Objetivos da linha de pesquisa:

- a) Oportunizar um espaço de discussão sobre temas relacionados à conjuntura latino-americana e brasileira;
- b) Promover estudos e reflexões sobre classes sociais e Estado;
- c) Conhecer melhor os processos organizativos da classe trabalhadora e da burguesia;
- d) Realizar atividades de extensão que envolvam os movimentos sociais;
- e) Dialogar com profissionais que desenvolvam atividades profissionais junto aos movimentos e demais organizações sociais;

Atuais componentes da linha de pesquisa:

Discentes:

- Alane Ananias da Silva

- Thalita Ticiane Farias
- Iasmim Moureira Costa
- Yasmim Patrícia dos Santos Farias Cardoso de Barros
- Mirelle Patrine Araújo Santos
- Thayná da Silva Felix
- Amanda Rayane Souza Santos
- Bruna Emanuely Rocha da Silva

Técnicas/os:

- Rayane Maria Farias Santana

A experiência de seleção de alunas/os

O processo de seleção de novos/as alunos/as ocorre uma vez a cada ano. Nesse período, realiza-se um grande Seminário de Socialização de Conhecimentos sobre o Grupo para posterior inscrição dos/as graduandos/as do Serviço Social e áreas fins interessados/as, informados/as através da divulgação com a afixação de panfletos em murais da FSSO e do bloco 13. Após o encerramento do Seminário no qual se faz uma apresentação do Grupo de Pesquisa e de suas respectivas linhas, entrega-se um formulário aos/as discentes presentes, informando sobre o seguinte: o período e os critérios necessários para a inscrição, dispondo que o aluno deve estar cursando 2º, 3º ou 4º semestre do Curso de Serviço Social ou afins, nos turnos diurno e noturno; possuir em seu histórico coeficiente acumulado igual ou superior a 7,0; e, tenha disponibilidade, no mínimo, de 4 horas semanais para as atividades do Grupo de Pesquisa. Ao se considerar apto/a, o/a aluno/a realiza sua inscrição, preenchendo formulário com seus dados pessoais, contatos e assinala o interesse por uma das linhas de pesquisa

O processo seletivo segue um cronograma, contemplando as etapas relativas a uma prova escrita, entrevista e publicação do resultado. Ressalte-se que todo processo seletivo conta com a participação dos/as alunos/as veteranos/as do grupo de pesquisa.

Com a pandemia, a última seleção agendada para o período de 24 a 28 de maio de 2021 foi divulgada por meio de *card* nas redes sociais, e todo processo seletivo realizado virtualmente. Para tal, os/as interessados/as

acessavam o link disponibilizado e preenchiam o formulário de inscrição. Tivemos 03 inscritos, mas nenhum comparecimento às etapas do processo seletivo. Os/as desistentes alegaram sobrecarga de atividades pedagógicas.

Após a realização de cada processo seletivo, parte-se para o planejamento de uma oficina preliminar de aproximação e inserção dos novos membros do grupo de pesquisa, executada em dois encontros para integração e iniciação à escrita, através de resumo de texto. Com o objetivo de preparar os novos integrantes do grupo para a atitude investigativa, desenvolve-se uma capacitação, trabalhando as seguintes temáticas sobre pesquisa: conceitos e tipos de pesquisa. Já no 1º encontro, os participantes são divididos em três grupos e procede-se à distribuição das temáticas para cada grupo que deverá elaborar um texto sobre a sua temática e fazer a apresentação em um seminário expositivo e dialógico.

RESULTADOS

Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

O grupo de pesquisa compreende que, em respeito à sua natureza, deve ter como foco a formação do/a aluno/a da graduação, devendo empreender ações voltadas ao desenvolvimento do pensamento científico. Nesse sentido, os projetos de iniciação à pesquisa, incentivados pelo PIBIC são estimulados, conforme os interesses de cada linha de pesquisa e ocupam importante espaço na vida do grupo, conforme se observa a seguir:

Projetos concluídos

CICLO	ORIENTAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO	ALUNAS/ALUNOS
2013/2014	Margarida Maria Silva dos Santos	Estudo sobre o processo de territorialização da política de assistência social em Alagoas Estudo sobre o conceito de território e sua apropriação pelas políticas públicas brasileiras	Maria Fernanda L. Batista Maissa da Silva Temóteo Raíza Alexandra Azevedo Duarte Siqueira

		Estudo sobre o processo de instalação dos Centros de Referência de Assistência Social em Alagoas	
2014/2015	Margarida Maria Silva dos Santos	Estudo sobre o processo de implantação dos Centros de Referência de Assistência Social em Alagoas Estudo sobre a dinâmica da territorialização das políticas públicas do governo de Fernando Henrique Cardoso Estudo sobre a dinâmica da territorialização das políticas públicas no governo de Luiz Inácio da Silva	Suzane Brito Tomé Liriane da Silva Arinísio Nathaly Barbosa de Barros e Silva
2015/2016	Margarida Maria Silva dos Santos	Estudo sobre o Programa Territórios da Cidadania e sua efetivação no estado de Alagoas	Suzane Brito Tomé
2016/2017	Margarida Maria Silva dos Santos Maria Betania Buarque Lins Costa	Estudo sobre a distribuição territorial das entidades e organizações da assistência social em Maceió Estudo sobre a distribuição territorial das entidades e organizações da assistência social em Arapiraca Estudo do Processo de Criação e Funcionamento dos Conselhos Escolares como Mecanismo de Legitimação da Gestão Democrática das Escolas da Rede Pública Estadual em Maceió Estudo do Processo de Escolha dos Conselheiros, considerando a Representatividade de seus respectivos segmentos.	Nadynne Rawane Marques Lopes Monteiro Moana Vitória de Souza Silva Rafaella Viana da Silva Mônica da Silva Gomes
2017/2018	Margarida Maria Silva dos Santos	Estudo sobre a distribuição territorial das entidades e organizações de assistência social no município de Rio Largo	Elisvania Santos da Rocha
2018/2019	Maria Betania Buarque Lins Costa	Estudo da tipologia da participação existente na sociedade e seus rebatimentos na Gestão da Escola, principalmente nos Órgãos Colegiados de Participação da Comunidade Escolar	Luiza Kaline Alves da Silva

		Estudo da Gestão Democrática e da Participação dos segmentos da Comunidade Escolar, como princípio fundamental para a Democratização da Escola Pública	Jadson Souza dos Santos
2019/2020	Margarida Maria Silva dos Santos	Estudo sobre os conselhos de assistência social dos municípios de Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba Estudo sobre os conselhos de assistência social dos municípios de Maceió, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Coqueiro Seco e Marechal Deodoro	Nayanne Victoria Fernandes Silva Bruna Emanuely Rocha da Silva
2020/2021	Elaine Nunes	Os fundamentos teóricos do capitalismo financeiro na agricultura brasileira A relação entre o estado brasileiro e o agronegócio	Bruna Emanuely Rocha da Silva Thayná da Silva Felix

Fonte: Elaboração das autoras, 2021

Projetos em execução

Sob orientação da professora Sueli Nascimento, integrando o ciclo PIBIC/2021-2022, encontram-se em desenvolvimento os seguintes projetos:

- Requisição de competências e atribuições privativas de assistentes sociais nas demandas sociais multissetoriais apresentadas nas escolas da rede pública estadual de educação básica em Maceió-AL - Aluna: Camila Laura Ventura dos Santos
- Desafios para a gestão escolar na rede pública estadual de ensino de Alagoas no atendimento a demandas sociais multissetoriais no período da pandemia COVID-19 - Aluna: Maria Rafaela Porfirio Dias
- Experiências de inserção de assistentes sociais na rede pública de educação básica no Brasil - Aluna: Daniele de Oliveira Santos

Seminários, fóruns e similares

Ao longo da caminhada, que permeou a trajetória do Grupo, foram desenvolvidas várias atividades tendo em vista trabalhar estrategicamente determinadas temáticas e ou conteúdos, conforme o interesse e necessidade das linhas de pesquisa do grupo. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- I Fórum de debate sobre a política de assistência social, tendo como tema “O Sistema Único de Assistência Social: dinâmica e desafios atuais”, realizado nos dias 11 e 12 de novembro de 2014;
- II Fórum de debate sobre a política de assistência social, tendo como tema “A política de assistência social e as atuais agendas governamentais: perspectivas e desafios”, realizado nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016;
- Ciclo de palestras sobre a economia de Alagoas, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas – SEPLAG, realizado no dia cinco de agosto de 2016;
- III Fórum de debate sobre a Política de Assistência Social, tratando sobre a temática “Garantia de direitos e fortalecimento do SUAS” realizado nos dias 30 e 31 de maio de 2019.
- Seminário de Pesquisa para capacitação do/a aluno/a de iniciação científica.

Participação em produção científica

- Participação na Organização da Coletânea: Múltiplos olhares sobre a atenção à Pessoa Idosa/[organizadoras] Maria Betania Buarque Lins Costa; Janne Alves Rocha; Tereza Rosa Lins Vieira. Maceió: Edufal, 2019. ISBN: 978-85-5913-235-9
- Elaboração do Projeto de Pesquisa “Caracterização da População em Situação de Rua no município de Maceió”. Coordenação ROCHA, Janne Alves; COSTA, Maria Betania Buarque Lins, CARLOS, Ana Paula dos Santos. Maceió, 2018.

CONCLUSÃO

Ao se aproximar dos seus 10 anos de existência, o Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade continua atendendo às razões que justificaram a sua criação e às diferentes demandas atuais que lhe são postas, demonstrando a vitalidade necessária ao prosseguimento de suas atividades.

Indicadores como participação de técnicas/os e discentes merecem uma reflexão específica no momento em que a elaboração desse texto possibilita lançar um olhar de maior alcance sobre o grupo. No primeiro caso, ou seja, no que diz respeito à participação de técnicos/as, registra-se a adequação das atividades à dinâmica definida pela realidade dos tempos de pandemia, ou seja, apesar de não haver registro de evasão, observa-se a redução do ritmo, o espaçamento maior entre as reuniões, refletindo o momento de isolamento imposto e a realização de atividades em formato remoto. Por sua vez, a participação discente tem demonstrado maior dificuldade, o que se tornou evidente com a desistência de candidatos que recuaram em meio ao processo de seleção realizado no ano em curso.

Os sinais positivos em relação à importância e à vitalidade do grupo são expressos através da participação de discentes em projetos do PIBIC, da firme participação das/os técnicas/os e das demandas por pesquisa e atividades de extensão apresentadas ao grupo através das suas diferentes linhas de pesquisa. Esses são importantes estímulos a continuar.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

GADOTTI, M. Ação pedagógica e prática social transformadora. Educação e Sociedade, v.1, n. 4, p. 5-14, set. 1984.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2015.

PARTE II
A PESQUISA E A EXTENSÃO

História e memórias nos 21 anos do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais

Heline Caroline Eloi Moura
Maria Alcina Terto Lins
Rosa Lúcia Prêdes Trindade

Introdução

O convite para participar desta coletânea colocou-nos diante da feliz tarefa de apresentar uma síntese da história do grupo de pesquisa e extensão *Serviço Social, trabalho, profissão e políticas sociais*, de oferecer um registro histórico dos projetos e ações desenvolvidas por este coletivo. As autoras utilizaram como fontes os registros disponíveis nos arquivos digitalizados e impressos, bem como recorreram às suas memórias, do muito que foi vivido no percurso temporal de duas décadas.

O grupo está inscrito na plataforma de grupos do Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa (CNPq), é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL) e faz parte da Faculdade de Serviço Social (FSSO-UFAL), *campus* A.C. Simões, em Maceió – AL. Foi coordenado pela prof.^a Dr.^a Rosa Lúcia Prêdes Trindade, desde sua origem até abril de 2021; no mês seguinte, a liderança foi assumida pela prof.^a Dr.^a Maria Alcina Terto Lins. Desde agosto de 2000, o grupo vem desenvolvendo pesquisas sobre trabalho, profissão, mercado de trabalho do/a assistente social, questão social, políticas sociais, saúde mental e sociedade. Ao longo desse tempo, foram desenvolvidos diversos trabalhos de iniciação científica, monografias de conclusão de graduação e de especialização, dissertações de mestrado, relatórios de pesquisa, artigos, livros e trabalhos publicados em eventos. No momento, estão em andamento várias pesquisas de doutorado, a serem concluídas a partir de 2022. Eventos locais, nacionais e internacionais já foram organizados, bem como ações de extensão sobre saúde mental e sobre formação profissional de assistentes sociais. Todas essas iniciativas contaram com o apoio da estrutura administrativa da FSSO-UFAL e com

financiamentos da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do CNPq, na forma de bolsa de iniciação científica, bolsa de mestrado, bolsa de produtividade em pesquisa, bolsa de apoio técnico, auxílio à pesquisa, apoio à participação e à organização de eventos.

As origens do grupo decorrem das experiências de doutoramento de suas fundadoras – as docentes Rosa Lúcia Prêdes Trindade e Maria Virgínia Borges Amaral, ambas doutoradas em 1999 e cujas teses tinham em comum o tema trabalho⁵⁰. Além disso, o estudo sobre o Serviço Social também era uma motivação para ambas, por suas atividades docentes na graduação em Serviço Social, bem como através da participação em organizações da categoria: Rosa Prêdes foi conselheira do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Alagoas, gestão 1999-2002, e vice-diretora do regional Nordeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa – ABEPSS, gestão 2000-2001, da qual também participou Virgínia Borges, quem já havia participado da entidade em gestões nas décadas de 1980 e 1990.

Em agosto de 2000, o grupo foi estruturado como *Núcleo de pesquisa e extensão Serviço Social, trabalho e políticas sociais*, organizado em duas linhas de pesquisa: Mercado de Trabalho do Serviço Social (coordenada por Rosa Prêdes) e Trabalho e Serviço Social (coordenada por Virgínia Borges). As primeiras alunas de graduação em Serviço Social logo começaram a participar do grupo, através de processos seletivos públicos divulgados pelas professoras para compor a equipe dos primeiros projetos de pesquisa. O edital do Programa de Iniciação Científica (PIBIC-UFAL), ciclo 2000-2001, foi o primeiro impulso para a participação de graduandas, bolsistas e colaboradoras. Em 2003, o grupo compôs a proposta de criação do PPGSS da UFAL, aprovada pela CAPES e iniciado em agosto de 2004 com o curso de mestrado acadêmico em Serviço Social⁵¹. Em 2017, as

⁵⁰ “Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social”, defendida por Rosa Prêdes no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. “A (des)razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total” defendida por Virgínia Borges, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAL.

⁵¹ Registre-se que a primeira dissertação concluída em 2006 foi de uma participante da linha de pesquisa mercado de trabalho do Serviço Social: Jocelina Alves de Souza

linhas de pesquisa do grupo foram reestruturadas⁵² – linha *Mercado de trabalho do Serviço Social, profissões e trabalho*; linha *saúde mental e sociedade* (criada em 2005) –, o nome do grupo foi atualizado e a vice-liderança foi assumida por Maria Alcina Terto Lins.

Nos itens seguintes, destacamos algumas das frentes de atuação do grupo, no período de 2000 a 2021, lembrando toda a movimentação possibilitada pelo planejamento e pela execução das ações de pesquisa e de extensão, as quais se articulam ao cotidiano dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pela FSSO-UFAL. Ao longo do texto, não conseguimos nominar todas/os participantes do grupo, mas certamente tudo do que será aqui apresentado só foi possível pela dedicação de todas/os que estiveram agregadas/os nesse espaço coletivo de estudo, trabalho, convivência intensa, desafios individuais e coletivos, e, antes de tudo, de compartilhamento de afetos e de amizades duradouras.

A construção da pesquisa e da extensão sobre o mercado de trabalho do Serviço Social

Nesse item, vamos lembrar a trajetória da linha de pesquisa originária do grupo, já que, desde seu início, os projetos de pesquisa⁵³ tratavam sobre o tema mercado de trabalho do Serviço Social. A partir de 2011, essa discussão foi ampliada com o estudo sobre profissões, articulando-se trabalho e formação profissional, como será mostrado mais adiante. Um destaque fundamental é a parceria consolidada entre o grupo de pesquisa e o CRESS Alagoas, iniciada pela participação de Rosa Prêdes na gestão 1999-2002, sob a presidência de Margarida dos Santos, notadamente na comissão de orientação e fiscalização (COFI), onde atuava a assistente social e agente fiscal Rosiane Passos. Em 2000, a COFI de Alagoas já dispunha de

Coelho, com uma pesquisa sobre o Serviço Social no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

⁵² A linha Trabalho e Serviço Social foi transferida para o grupo Trabalho e Serviço Social (TRASSO), liderada pela professora Virgínia Borges.

⁵³ Na dinâmica do grupo, a cada ano, sua coordenadora mantém um projeto *guarda-chuva* que abriga diversos estudos individuais: planos de trabalho de iniciação científica, monografias de conclusão de graduação e de especialização, dissertações de mestrado e, mais recentemente, de doutorado.

relatórios de visitas de fiscalização desde o ano de 1998, o que motivou a iniciativa de sistematização desses dados e o reconhecimento da sua potencialidade para a pesquisa⁵⁴.

Os projetos de pesquisa realizados em 2000 e 2001 sobre mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas receberam as primeiras alunas do PIBIC-UFAL – bolsistas e colaboradoras. Desde o início, a metodologia de pesquisa incluiu a sistematização das informações registradas nos relatórios de visita de fiscalização e o levantamento de informações sobre as inscrições e cancelamentos de registros profissionais no CRESS. Em 2001, foi concluído o primeiro TCC da graduação, pelas alunas Patrícia Rodrigues e Rose Mary Araújo, cujo tema versava sobre *As atribuições profissionais no espaço sócio-ocupacional do Serviço Social*. Também nesse ano, o grupo publicou os primeiros resultados da pesquisa, em um capítulo da coletânea da Editora da UFAL (EDUFAL), organizada por Rosa Prêdes e Virgínia Borges, intitulada *Serviço Social, trabalho e direitos sociais*. O texto do grupo, de autoria de Rosa Prêdes e Rosiane Passos, tratava do *Espaço sócio-ocupacional do Serviço Social e as configurações do mercado de trabalho em Alagoas*. Em maio de 2002, houve a primeira divulgação dos resultados da pesquisa para a categoria, em mesa-redonda composta por Rosa Prêdes e pelas alunas Thais Karina Barbosa e Wedja Rodrigues, ambas do PIBIC, no evento comemorativo à semana do Assistente Social, ocorrida no mês de maio em Maceió. Nesse mesmo ano, os resultados foram divulgados em nível nacional, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o lançamento do primeiro livro do grupo, publicado pela EDUFAL em dezembro de 2002, com o título *Mercado de trabalho do Serviço Social: fiscalização e exercício profissional*.

Nas duas gestões do CRESS Alagoas presididas por Terezinha Falcão (2002-2005) e (2005-2008), o grupo manteve a parceria com a COFI, momento em que houve a ampliação da fiscalização do CRESS, com a contratação de três novas agentes fiscais, duas delas egressas do grupo de

⁵⁴ Naquele momento, ainda havia poucas pesquisas sobre mercado de trabalho em Serviço Social no Brasil; em Alagoas, uma pesquisa datada de 1992, realizada pelo CRESS em parceria com a UFAL (com assessoria da Prof^a Dr^a Mariluce Veras), já mostrava resultados significativos sobre o mercado de trabalho local. Também havia a demanda por consolidar a fiscalização conjunta CFESS-CRESS, organizada na Política Nacional de Fiscalização (PNF), criada em 1997 e posteriormente atualizada em 2007.

pesquisa. Nesse período, o grupo organizou o evento *Quinta à tarde com Serviço Social* (2002), ação conjunta das duas linhas de pesquisa, que proporcionou um espaço para a exposição de experiências profissionais e de pesquisas do grupo sobre diversas áreas de atuação do Serviço Social. Seguiu-se a experiência da pesquisa com o projeto *Tendências contemporâneas do mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas* (junho de 2002 a maio de 2004), financiado pela FAPEAL, e com o objetivo de traçar um perfil do mercado de trabalho da profissão e apontar suas principais tendências. Em 2004 e 2005, seguiu-se o projeto *O mercado de trabalho do Serviço Social na sociedade contemporânea: investigação da realidade de Alagoas*, também com apoio financeiro da FAPEAL, o que permitiu pesquisar as áreas de atuação e a interiorização da profissão em Alagoas (realizou-se pesquisa de campo, além do estudo documental nos dados do CRESS), com destaque para a saúde (hospitais, atenção básica, saúde mental, gestão da saúde), bem como estudos sobre a relação público x privado e sobre o mercado de trabalho em instituições do chamado terceiro setor.

No ano de 2004, a convite do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o grupo firmou convênio para realizar a pesquisa nacional: *Assistentes sociais no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional*. A equipe local foi composta por Rosa Prêdes, Virgínia Borges, Rosiane Passos, Martha Daniela Tenório de Oliveira, Thais Barbosa, Wedja Rodrigues, Vânia Bastos e Helena Carvalho, que coordenou a aplicação dos instrumentos de pesquisa de campo em todo o território nacional, além de ter realizado a sistematização dos dados e a elaboração do relatório final da pesquisa. Os resultados foram apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2004, por Rosa Prêdes, e publicados em 2005, no formato livro impresso e *e-book*, pelo CFESS, com o título *Assistentes Sociais no Brasil – elementos para o estudo do perfil profissional*.

No contexto do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quadra histórica de significativas mudanças nas políticas sociais no Brasil, foram desenvolvidas pesquisas sobre as áreas de atuação, sobre a interiorização da profissão em Alagoas e sobre os concursos públicos. Os estudos foram abrigados nos projetos *O mercado de trabalho do Serviço Social na sociedade contemporânea: investigação da realidade de Alagoas* (2004 e 2005, com apoio da FAPEAL) e *O mercado de trabalho do Serviço Social na*

sociedade contemporânea: tendências do século XXI (2005 e 2006). Em 2007, a EDUFAL publica a coletânea *Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas*, com textos de autoras egressas da graduação, da especialização, e da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado em Serviço interinstitucional (MINTER UFAL-UFPE, 2003) e do mestrado em Serviço Social (PPGSS-UFAL), sobre a realidade profissional em diversas áreas de atuação (saúde, assistência social, previdência social, sociojurídico) e sobre as particularidades das diferentes naturezas institucionais (pública, privada lucrativa e terceiro setor). Em 2007, o projeto *O mercado de trabalho do Serviço Social no contexto do Governo Lula* abarcou novas problemáticas: demandas e respostas profissionais, atribuições e competências, condições de trabalho, interiorização do Serviço Social, condições institucionais e de assalariamento no mercado de trabalho em Alagoas.

As articulações entre o grupo e o CRESS continuaram na gestão presidida por Ibelza da Silva (2008-2011), quando foi empreendido o projeto de extensão *Acompanhamento das condições éticas e técnicas do exercício profissional dos assistentes sociais de Alagoas* (2010-2011), cujo objetivo foi fortalecer as condições éticas e técnicas para a atuação dos assistentes sociais em Alagoas, através da articulação FSSO-UFAL, CRESS Alagoas e Sindicato dos Assistentes Sociais de Alagoas (SASEAL). Realizaram-se oficinas de discussão e assessoria para elaboração e/ou revisão de planos de ação de equipes de Serviço Social em sete áreas de atuação, escolhidas a partir das problemáticas identificadas pela COFI-CRESS, pelas demandas do SASEAL e pelas pesquisas recentes do grupo. Essa experiência de extensão foi apresentada e publicada nos Anais do CBAS de 2013.

Entre 2007-2008, o projeto *Equipe multiprofissional em serviços sociais: o que é de quem?* permitiu uma aproximação com o tema profissões e trabalho. Em 2008, a pesquisa sobre *O mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas no contexto de descentralização e interiorização das políticas sociais no período do Governo Lula* contemplou a demanda investigativa sobre o processo de expansão da formação profissional do Serviço Social, nas modalidades presencial e a distância, buscando-se as conexões desse processo com a expansão do mercado de trabalho profissional para o interior do Estado. Entre 2009-2010, desenvolveu-se uma parceria com o grupo de pesquisa e extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, da FSSO

e coordenado pela prof.^a Dr.^a Valéria Correia, através da pesquisa *As formas de gestão do trabalho em saúde e o processo de precarização do trabalho em saúde no setor público do estado de Alagoas*, com uma ampla pesquisa de campo nos serviços de saúde em todos os municípios do Estado de Alagoas; seus resultados foram publicados em coletânea da EDUFAL e organizada por professoras da FSSO UFAL (*Crise contemporânea e Serviço Social*).

No período 2011-2014⁵⁵, durante a gestão do CRESS presidida por Valéria Coelho/Rita Brito, o grupo desenvolveu o projeto de pesquisa *Expansão e precarização do mercado de trabalho do assistente social e da formação profissional na atualidade e as repercussões para a condição profissional do Serviço Social (2012-2016)*, quando foram ressaltadas as repercussões para o mercado de trabalho pelo incremento na quantidade de novos profissionais derivados da expansão do ensino superior, já que, a partir de 2010, egressas/os da graduação a distância começaram a ingressar no mercado de trabalho, assim como os egressos da expansão dos cursos presenciais, públicos e privados. Em 2015, uma nova coletânea do grupo é publicada pela EDUFAL: *Assistente social trabalhador/a assalariado/a: fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica*, organizada por Rosa Prêdes e Alcina Lins, com textos sobre trabalho profissional, de autoras egressas do mestrado, e um balanço do acompanhamento do mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas, de 1998 a 2010, apresentado por Rosa Prêdes.

No período 2016-2020, as gestões do CRESS Alagoas, presididas por Analice Dantas/Edmee Barros (2014-2017) e por Marciângela Gonçalves (2017-2020) proporcionaram a continuidade da parceria com o grupo. Os debates e demandas da COFI continuaram sendo parâmetros para as definições de prioridades de pesquisa e de extensão, assim como membros do grupo contribuíram na organização e nas palestras de eventos

⁵⁵ Nesse mesmo intervalo de tempo, Rosa Prêdes se afastou da COFI do CRESS e assumiu a coordenação da COFI do CFESS, na gestão Tempo de Luta e Resistência. Entre 2011 e 2012, o pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA- UFRJ) permitiu à docente um estágio de pesquisa sob a supervisão da professora Dr.^a Maria Lígia Barbosa, pesquisadora sobre profissões e sobre o ensino superior. A partir de 2014, a professora Rosa Prêdes passou a ser pesquisadora do CNPq, apoiada pela bolsa produtividade em pesquisa. Em 2015, esta docente volta a participar da COFI do CRESS Alagoas, como representante da base, permanecendo até agosto de 2020.

promovidos pelo CRESS para a categoria. O projeto *A condição profissional do Serviço Social no Brasil na atualidade e as particularidades da realidade alagoana* foi aprovado no edital universal do CNPq para o período (2016-2020) e abordou temáticas de pesquisa como: atribuições e instrumental técnico-operativo do Serviço Social nos serviços de saúde mental e nos serviços de assistência social em Alagoas; ocupações e cargos de nível médio nos serviços de assistência social e nos serviços de atenção básica em saúde e saúde mental em Alagoas, e as interfaces com as atribuições do/a assistente social. Nesse período, foi necessário considerar o contexto das políticas sociais e da profissão, decorrente da conjuntura em que se deu o afastamento da presidenta Dilma Rousseff do governo, mediante um golpe institucional, através de um processo de *impeachment*, em 2016. Com isso, as pesquisas passaram a problematizar os efeitos das mudanças empreendidas pelos governos federais de ultradireita no Brasil, com temáticas de pesquisa sobre: as relações de trabalho de assistentes sociais em Alagoas; o movimento de entrada e saída de profissionais no mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas; os concursos e seleções públicas, após a aprovação da reforma trabalhista de 2017⁵⁶.

A partir de março de 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, o grupo enfrentou o desafio de manter o distanciamento social e direcionar os contatos entre membros pelas vias de comunicação e de trabalho remotos. Em maio de 2020, as reuniões e as orientações passaram ao formato remoto, o que consistiu em um grande desafio, embora tenha permitido acontecer uma efetiva e afetiva rede de apoio, pessoal e profissional. Dessa forma, foi possível incentivar a continuidade das pesquisas de graduandas, mestranda e doutorandos, respeitando-se os limites de cada membro ao enfrentar um contexto social e econômico tão adverso, com episódios concretos de perda das condições de saúde física e mental. O grupo passou a acompanhar a divulgação das orientações do conjunto

⁵⁶ Nesse ano também se destaca a chegada ao grupo de doutorandos, a partir da inauguração desse nível de formação no PPGSS da UFAL.

CFESS-CRESS, o que passou a ser objeto dos planos de trabalho do PIBIC nos ciclos 2019-2020 e 2020-2021⁵⁷. A organização de eventos também foi realizada nesse novo contexto: o colóquio internacional e nacional sobre o trabalho do/a assistente social, previsto inicialmente para maio de 2020, de forma presencial, foi realizado em dezembro de 2020, em parceria com o CRESS; em 2021, foram realizados dois minicursos: um sobre a precarização do trabalho, ministrado pelo prof^o Dr. Albani Barros, e outro sobre o *Trabalho contemporâneo e as tecnologias de informação e de comunicação: efeitos e desafios ao trabalho profissional das assistentes sociais*, ministrado pela pós-doutoranda Prof^a Dr^a Rita Cavalcante (PPGSS-UFRJ)⁵⁸.

Para finalizar a exposição sobre a linha de pesquisa mercado de trabalho do Serviço Social, registramos o projeto de extensão: Assessoria às/aos Assistentes Sociais atuantes no SUS e no SUAS em Alagoas no contexto da pandemia do novo coronavírus – COVID-19, elaborado a partir de demandas colocadas pelo CRESS, sobre as dificuldades identificadas pelos profissionais que estavam atuando diretamente com situações decorrentes da pandemia. O grupo desenvolveu as ações entre junho de 2020 a junho de 2021, sob a coordenação da professora Alcina Lins e do professor Dr. Japson Gonçalves⁵⁹, por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A equipe formada por profissionais e estudantes promoveu orientações às/aos assistentes sociais relacionadas às requisições e às atribuições profissionais, bem como debates sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional no contexto de enfrentamento da pandemia da COVID-19.

⁵⁷ Em agosto de 2021, o grupo recebeu seis novos alunos de graduação para as experiências de iniciação científica, o que trouxe novos ânimos para a continuidade dessa história.

⁵⁸ A professora realizou estágio pós-doutoral sob a supervisão da professora Rosa Prédés e trouxe para o grupo o estudo mais aprofundado sobre a relação entre trabalho e tecnologias digitais. Essa aproximação foi bem oportuna, visto que a professora Alcina Lins, nesse mesmo momento, estava formulando projeto de pesquisa sobre o tema.

⁵⁹ Participante do grupo desde 2019 e professor do curso de Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, *campus* Arapiraca. Desde novembro de 2021, o professor está lotado na FSSO.

Articulações nacionais e internacionais – a Rede de Pesquisa sobre o Trabalho da/o Assistente Social (RETAS) e a Rede Ibero-americana de investigação em Serviço Social – e a organização de eventos

Como parte das atividades da linha de pesquisa mercado de trabalho do Serviço Social, destaca-se o protagonismo do grupo para articular uma rede de pesquisa nacional com grupos dedicados à pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais. Essa articulação em rede foi apresentada no ENPESS de 2006 e teve como antecedentes: uma experiência de mesa coordenada no ENPESS 2004⁶⁰; o protagonismo do grupo na realização da pesquisa nacional *Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil* (CFESS/UFAL), em 2004-2005; e um estudo realizado pelo grupo ao levantar as pesquisas sobre mercado de trabalho do Serviço Social do período 1990 a 2005⁶¹. A mobilização para a constituição da rede de pesquisa se iniciou na região Nordeste, quando da realização da Oficina Regional da ABEPSS em Fortaleza – CE, em junho de 2006. O grupo da UFAL buscou os grupos de pesquisa na Plataforma Lattes, identificou os trabalhos publicados, convidou os pesquisadores para comporem a rede e incentivou-os a apresentar as propostas para sua estruturação. Em setembro de 2006, foi realizado, no PPGSS da UFAL, o *Colóquio Regional Questão Social e Trabalho*, quando houve a apresentação e discussão de pesquisas sobre o trabalho de assistentes sociais de grupos oriundos de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nos anais do ENPESS 2006 (UFPE, Recife), foi publicada a proposta apresentada no evento, para a constituição da *Rede de Pesquisa O Trabalho do Assistente Social na Sociedade Contemporânea* (RETAS).

O grupo da UFAL assumiu a coordenação da rede entre 2006 e 2012, quando foram realizadas reuniões durante os eventos nacionais, bem como a organização de várias mesas de comunicação de pesquisas dos grupos vinculados: no ENPESS 2006 (Recife, UFPE), a mesa *Descentralização das políticas sociais e o mercado de trabalho do serviço social* (UERN, UEPB, UFS, UFAL);

⁶⁰ Mesa coordenada sobre Mercado de Trabalho Serviço Social reunindo Rosa Predes (UFAL), Cida Cassab (UFJF) e Rosângela Batistoni (PUC-SP), cuja articulação se iniciou na gestão da ABEPSS, encerrada em 2002.

⁶¹ Nesse levantamento, foram localizadas cerca de 30 pesquisas publicadas em Anais de Eventos, livros, artigos e não-publicadas; este levantamento foi apresentado e publicado nos anais do ENPESS 2006.

no ENPESS 2008 (São Luís do Maranhão, UFMA), a mesa *Mercado de Trabalho do Serviço Social* (UFMT, UFMA, UFAL e UCSal); no ENPESS 2010 (Rio de Janeiro, UERJ) as mesas *Precarização do Trabalho Profissional* (UFRJ, UFS, UECE, UFJF) e *Tendências atuais do Mercado de Trabalho do Assistente Social* (UFAL, UFMT, UNIT). Em 2009, a professora Rosa Prêdes (UFAL) participou do simpósio organizado pelo PPGSS da UFJF sobre o tema *A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos na Formação Profissional do Assistente Social Frente aos Novos Padrões de Proteção Social*, no qual reuniram-se pesquisadores da UFJF, UFRJ, UFAL, UFSC. Desse evento, resultou a publicação do livro *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*, pela editora da UFJF (em duas edições), publicado em nova edição pela editora Cortez em 2017.

Outra iniciativa do grupo de pesquisa foi a organização do I Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social, com o tema *Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social*, promovido no PPGSS da UFAL (cf. <http://coloquio-ss0.blogspot.com/>), realizado em maio de 2010 e com a participação de grupos de pesquisa vinculados à Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS). Nesse evento, priorizou-se a discussão sobre precarização do trabalho, com a apresentação das pesquisas dos grupos (UFAL, UEPB, UFSC, FRJ, UFMT) e com o minicurso ministrado pela prof^a Dr^a Maria da Graça Druck (Universidade Federal da Bahia-UFBA).

Como parte das conexões proporcionadas pela RETAS, o grupo da UFAL liderou um projeto integrado de pesquisa financiado pela CAPES-CNPq através do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/Casadinho, entre 2012-2016, articulando grupos do PPGSS da UFAL⁶², da PUC-SP (coordenado pela prof.^a Dr.^a Raquel Raichelis) e da UFRJ (coordenado pela prof.^a Dr.^a Yolanda Guerra). Essa pesquisa integrada teve seus resultados parciais apresentados em mesas coordenadas no ENPESS 2012 (UFJF), 2014 (UFRN) e 2018 (Ribeirão Preto). O PROCAD também permitiu continuar a organização dos colóquios pelo grupo de pesquisa, promovidos pelos PPGSS da UFAL, UFRJ e PUC-SP, em

⁶²Além do nosso, os grupos: Trabalho e Serviço Social, coordenado por Virgínia Borges; Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, coordenado pela prof^a Dr^a Valéria Correia.

sua segunda edição em 2013⁶³ e terceira em 2015⁶⁴. Em 2017, o grupo garantiu a quarta edição nacional do evento e I Colóquio Internacional sobre o trabalho do/a assistente social⁶⁵.

A internacionalização do colóquio foi consequência direta da inserção do grupo nas articulações da Rede Iberoamericana de investigação em Serviço Social (<https://iberoamericarede.wixsite.com/trabajosocial>), quando, em 2016, as professoras Rosa Prêdes e Virgínia Borges participaram⁶⁶ do Simpósio Universidade de Salamanca (Espanha). Em 2017, as professoras participam no XIII Congreso Estatal y I Iberoamericano de Trabajo Social (Mérida-Espanha), onde foi lançado um livro organizado pela rede internacional, no qual há em texto produzido com colegas dos grupos participantes do projeto PROCAD⁶⁷.

⁶³ O II Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social teve como tema *Espacios sócio-ocupacionais e tendências do mercado de trabalho do Serviço Social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil*, ocorreu nos dias 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2013, na UFAL (<http://coloquionacionalufal.blogspot.com.br/>).

⁶⁴ O III Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social ocorreu nos dias 27 a 29 de abril de 2015 na UFAL e contou com palestras do prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP); e a professora Dr.^a Maria Lígia Barbosa (UFRJ). Para favorecer o debate, os textos com os conteúdos dos trabalhos apresentados foram disponibilizados antecipadamente no blog <https://coloquio3.wordpress.com/>.

⁶⁵ Realizado nos dias 02 a 04 de outubro de 2017, como parte da programação da VIII Bienal do Livro da UFAL. O evento foi organizado por uma comissão formada por discentes de graduação (incluindo-se de iniciação científica – PIBIC-UFAL) e de pós-graduação, docentes e assistentes sociais membros dos grupos de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho, profissão e políticas sociais (coord. Rosa Prêdes) e Trabalho e Serviço Social - TRASSO (coord. Virgínia Borges), vinculados ao PPGSS-UFAL. O evento teve o apoio financeiro do CNPq e da CAPES, através dos editais de apoio à organização de evento científico, o que possibilitou viabilizar a participação de palestrantes do Uruguai, Costa Rica, Argentina e Espanha. Os registros do evento estão disponíveis: <https://www.facebook.com/coloquioas>, <https://www.seer.ufal.br/index.php/coloquiocintas>.

⁶⁶ A participação em eventos científicos tem sido apoiada com recursos financeiros da CAPES (PROAP-PPGSS), da FSSO-UFAL e da FAPEAL.

⁶⁷ TRINDADE, R. L. P.; GUERRA, Y.; RAICHELIS, Raquel ; REPETTI, G. ; YASBEK, M. C.; AMARAL, M.V.B. ; MARTINELLI, M. L. Espacios socio-ocupacionales y tendencias del Trabajo Social en contexto de la reconfiguración de las políticas sociales en Brasil. In: Yolanda Guerra; Virginia Carrara; Alcina Martins; Marinêz Xavier. (Org.). Trabajo y formación en trabajo social: avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica. 1ed. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2017, v. 1, p. 205-222.

Em 2020, já no contexto da pandemia, a sequência dos colóquios não foi interrompida e o II Colóquio Internacional e V Colóquio Nacional sobre o trabalho do/a Assistente Social foi realizado nos dias 09 a 11 de dezembro de 2020, com o tema *Desafios contemporâneos do trabalho e da formação profissional do/a assistente social*⁶⁸. O evento proporcionou profícuos debates sobre a organização profissional e acadêmica do Serviço Social, sobre os desafios vivenciados pelos colegas assistentes sociais em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais, além de reflexões pertinentes sobre as contradições na formação sócio-histórica brasileira e sobre o neoconservadorismo que repercute no nosso projeto ético-político profissional. Com o êxito de mais um colóquio sobre a profissão, o grupo favoreceu as articulações internacionais e nacionais, bem como proporcionou mais uma oportunidade de capacitação proporcional, visto que os debates estão disponíveis em plataforma de acesso livre.

A pesquisa e a extensão sobre saúde mental e sociedade

Em 2005, uma nova linha de pesquisa – Saúde Mental e Sociedade – foi criada no grupo, motivada pela iniciativa de colegas assistentes sociais⁶⁹ atuantes na saúde mental, mais especificamente na Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas (SESAU), que nos trouxeram a proposta de avaliar a implantação da rede de saúde mental em todo Estado. A proposta interessou ao grupo, visto que as pesquisas sobre mercado de trabalho do Serviço Social já denotavam o crescimento da área de saúde mental e a necessidade de estudos sobre o tema. A concretização dessa nova frente de atuação do grupo se iniciou com a aprovação do projeto sobre a avaliação da rede de

⁶⁸ Evento em formato virtual, transmitido pela plataforma Youtube no canal do CRESS/AL <https://www.youtube.com/watch?v=QuQ8BGoIsoc&t=9s>, promovido pelo PPGSS-UFAL e pelo CRESS Alagoas e apoiado pela CAPES (edital PAEP 2019, 2ª edição). Mais uma vez foi organizado pelos grupos de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, profissão e políticas sociais (coord. Rosa Prêdes) e Trabalho e Serviço Social - TRASSO (coord. Virgínia Borges), sob a coordenação executiva da professora Alcina Lins. Os anais do evento foram publicados no Repositório Institucional (on-line) da UFAL (<https://www.even3.com.br/coloquiosso2020/>).

⁶⁹ Destacamos o importante papel desempenhado por m. no incentivo para a realização desta pesquisa e na participação efetiva de Karoline Lamenha durante o processo até sua finalização.

saúde mental em Alagoas, no âmbito do edital do programa de pesquisas para o Sistema Único de Saúde (PPSUS-2004), e realizado entre 2005 e 2007⁷⁰. O estudo envolveu a Secretaria Executiva de Saúde do Estado de Alagoas (Sesau/Alagoas), através da Coordenação Estadual de Saúde Mental (Prosam), e a FSSO-UFAL (Ufal)⁷¹ e teve como objetivo acompanhar e avaliar a política de saúde mental em Alagoas, analisar a organização da rede de atenção em saúde mental, de acordo com preceitos da reforma psiquiátrica, com destaque para a responsabilidade dos municípios na efetivação dos serviços no SUS.

No percurso dessa linha de pesquisa, outros projetos coletivos e individuais⁷² mantiveram os estudos sobre saúde mental, drogas e sociedade. Em 2009 e 2010, o grupo empreendeu a investigação sobre *Concepções e intervenções com famílias na atenção em saúde mental e a garantia de proteção aos portadores de transtornos mentais*, com financiamento do edital MCT/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/DECIT n° 033/2008. Nesse momento, investigou-se uma das questões provenientes da pesquisa anterior e bastante pertinente à área do Serviço Social: a centralidade da família na atenção em saúde mental, prevista no modelo de atenção psicossocial da

⁷⁰ Nesse período, o grupo apresentou os resultados parciais e finais da pesquisa nos congressos acadêmicos da UFAL, no evento local “Quinta à tarde com o Serviço Social”, em eventos nacionais de saúde coletiva e eventos nacionais do Serviço Social (ENPESS).

⁷¹ EQUIPE PESQUISA: Vetrúcia Teixeira Costa e Karoline do Carmo Ramos Lameinha (assistentes sociais da SESAU), Thaís Karina Guedes B. de Melo (mestranda do PPGSS-UFAL) e Wedja Maria Rodrigues Alves da Silva. Graduandas em Serviço Social da UFAL: Amanda Alves da Silva, Ana Paula de Lima Medeiros, Danielle Marinho Barros da Silva, Marina do Nascimento Gonçalves, Sheila Érika Ferro Ramalho. Estas alunas participaram do PIBIC e realizaram TCCs com temáticas oriundas da pesquisa.

⁷² Temáticas gerais sobre saúde mental foram abordadas por trabalhos de conclusão de graduação e/ou planos de trabalho do PIBIC: família e saúde mental; luta antimanicomial e reforma psiquiátrica no Brasil e em Alagoas; A organização política dos usuários e familiares da política de saúde mental em Alagoas; direitos sociais e autismo; a questão das drogas na sociedade e as políticas sociais; atenção psicossocial e atuação da equipe multiprofissional em saúde mental; drogas e saúde do trabalhador; saúde mental infanto-juvenil, implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Alagoas, implementação da rede privada de acolhimento a pessoas que usam drogas em Comunidades Acolhedoras e Clínicas Involuntárias. Nas dissertações de mestrado, as temáticas foram: saúde mental e desinstitucionalização; relação público-privado na política de saúde mental no Brasil. Outras temáticas sobre saúde mental e Serviço Social serão citadas mais adiante.

Reforma Psiquiátrica. Nessa pesquisa, engajou-se a professora mestre Sandra Barros Lima, pioneira nas ações de ensino em serviços substitutivos em saúde mental na graduação em Serviço Social da UFAL.

Ainda em 2010, o grupo participou do projeto de extensão *A contribuição de estudantes e professores da Ufal na organização das etapas regionais e estadual de Alagoas da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial*, com a participação de docentes e discentes dos cursos de graduação em Serviço Social e Enfermagem da Ufal e com profissionais de outras instituições: Gerência de Saúde Mental da SESAU, Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (SMS), Conselho Estadual de Saúde de Alagoas, Conselho Municipal de Saúde de Maceió, Conselho Municipal de Saúde de Maceió e Curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). Os participantes do projeto se envolveram no processo de organização⁷³ das etapas regionais e estadual da conferência, na mobilização e participação social de diversos segmentos sociais da área de saúde mental e de outras áreas, tais como assistência social, educação e direitos humanos, o que envolveu gestores, profissionais, usuários e familiares, órgãos públicos governamentais, entidades não governamentais, instituições de ensino superior e movimentos sociais.

Outra ação de extensão foi o acompanhamento das atividades do *Grupo de Referência Serviço Social e saúde mental*, surgido em 2008, a partir do II Seminário Alagoano de CAPS do Estado de Alagoas – promovido pela Sesau/AL – que reuniu cerca de 400 profissionais de CAPS e incluiu na programação discussões sobre o papel de cada profissão na atenção psicossocial. Em parceria com o CRESS Alagoas, o grupo se envolveu em discussões e formulações de propostas acerca da contribuição de assistentes sociais para a interdisciplinaridade da saúde mental, na perspectiva do

⁷³ As professoras e profissionais assessoras técnicas participaram das comissões organizadoras que prepararam as conferências, apoiando tecnicamente o seu planejamento. Também foram palestrantes (conferencistas) e mediadoras dos grupos temáticos nas etapas regionais e na etapa estadual, além de terem organizado o caderno de textos das conferências. As profissionais e mestrandas atuaram na assessoria técnica e na comissão de relatoria das conferências regionais e estadual. Os/as estudantes de graduação também se envolveram nas atividades de organização e realização das conferências.

projeto ético-político do Serviço Social⁷⁴. Em 2011, o grupo esteve com a Escola de Enfermagem e Farmácia (Esenfar/Ufal) no apoio ao *Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde – PET Saúde Mental álcool, crack e outras drogas*⁷⁵. Nesse programa, desenvolveram-se ações em saúde nos serviços da RAPS, juntamente com outras áreas profissionais: enfermagem, farmácia, medicina, nutrição e psicologia.

Ainda é necessário destacar a participação do grupo em eventos e articulações locais com o propósito de fortalecer a luta antimanicomial, através de palestras e participação em debates, seminários, simpósios, exposições, apresentação de comunicações científicas e em eventos políticos em defesa da saúde mental. No âmbito da UFAL, o grupo da FSSO mantém articulações com o Instituto de Psicologia, a Faculdade de Medicina e, notadamente com a Escola de Enfermagem, cujo grupo de saúde mental tem sido parceiro em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para diferentes edições do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET Saúde – Saúde Mental) e projetos de extensão sobre matriciamento em saúde mental⁷⁶. Ainda na UFAL, o grupo participou ativamente do Fórum de Saúde Mental Nise da Silveira, quando profissionais de diferentes unidades acadêmicas da área de saúde e pró-reitorias (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP e Pró-Reitoria Estudantil –

⁷⁴ Os estudos sobre o Serviço Social na saúde mental estão presentes na história do grupo, através de trabalhos de graduação (PIBIC e TCC) sobre atuação de assistentes sociais nos CAPS, história da participação do Serviço Social na política de saúde mental, participação do Serviço Social na Rede de Atenção Psicossocial, atribuições e competências de assistentes sociais na RAPS, participação de assistentes sociais nas equipes multiprofissionais na rede privada e na rede pública, em serviços de saúde mental e em serviços de atenção às pessoas com problemas decorrentes ao uso de drogas; em monografias de especialização sobre Serviço Social e saúde mental; e na dissertação de mestrado de Thais Karina Barbosa sobre *Saúde mental e demandas profissionais para o Serviço Social*, concluída em 2006 no PPGSS-UFAL.

⁷⁵ Participaram, enquanto bolsistas deste programa, duas alunas da graduação em Serviço Social, uma delas, Helene Moura, autora desse texto, uma preceptora assistente social de um CAPS Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) de Maceió, todas vinculadas ao grupo.

⁷⁶ Em 2018, membros do grupo participaram da elaboração do *Guia Matriciamento em Saúde Mental para profissionais de CAPS e NASF-AB do Município de Maceió*, parceria entre UFAL e SMS de Maceió. A coordenadora desse projeto de extensão, a professora Yanna Cristina Lira, da Escola de Enfermagem da UFAL, é membro do grupo de pesquisa e doutoranda do PPGSS-UFAL desde 2020.

PROEST) desenvolveram ações e articulações em saúde mental, sob a iniciativa da gestão reitoral de Valéria Correia.

Para além da UFAL, estabelecemos contatos com a UNCISAL, especialmente com o curso de Terapia Ocupacional e com profissionais do Hospital Escola Portugal Ramalho. Outras articulações podem ser registradas: com o curso de psicologia do Centro Universitário Tiradentes (UNIT); com os conselhos regionais profissionais de Serviço Social e de Psicologia; com instâncias de gestão da política de saúde mental em Alagoas (nível estadual e municipal); com instâncias de controle social da política de saúde, como o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Municipal de Maceió; com organizações de usuários como a Associação de Usuários e Familiares da Saúde Mental de Alagoas (ASSUMA). Muitos desses encontros se devem aos eventos organizados em datas comemorativas, como o Dia Mundial da Saúde (07 de abril), o Dia da luta antimanicomial (18 de maio) e o Dia Mundial da Saúde Mental (10 de outubro).

Ao longo dessa história de 16 anos da linha saúde mental e sociedade, o grupo tem buscado contribuir com o debate e com as lutas em defesa da saúde mental, sob a perspectiva do Serviço Social⁷⁷. Esse espaço acadêmico⁷⁸ na FSSO-UFAL tem abrigado estudantes e profissionais que se alinham à defesa da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica no Brasil e em Alagoas.

Considerações finais

No texto que ora se encerra, sistematizamos a origem e a consolidação de um grupo de pesquisa e extensão formado a partir da dedicação

⁷⁷ Em 2017, o grupo lançou a coletânea que reúne resultados de pesquisas desenvolvidas no âmbito dessa linha de pesquisa, editado pela EDUFAL com o título *Saúde Mental e sociedade: reflexões a partir do Serviço Social*.

⁷⁸ O grupo organizou várias atividades sobre saúde mental e sobre a luta antimanicomial, na forma de seminários, apresentação de trabalhos, rodas de conversa, dentre outros. No contexto da pandemia, em 2021, o grupo realizou no dia 28 de maio a roda de conversa *20 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica: retrospectiva e tendências em contexto pandêmico*. O evento teve como objetivo fomentar o debate que perpassa a construção da política de saúde mental e os desafios postos na atualidade e contou com a participação de duas pesquisadoras da saúde mental vinculadas ao PPGSS-UFAL, um usuário do CAPS e uma familiar militante da saúde mental.

individual de inúmeras/os participantes, que fizeram (e fazem) uma história coletiva pautada na busca pelo conhecimento histórico e crítico sobre a sociedade e sobre a profissão de Serviço Social. Em 2021, essa travessia completou mais de duas décadas⁷⁹ e foi percorrida por muitas e muitos que estiveram (e estão) no grupo como docentes, discentes de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pós-doutoranda, profissionais egressas/os, convidados/as para bancas de conclusão e para eventos científicos. Enfim, é uma trajetória de encontros e despedidas, construção, amadurecimento, avanços e recuos, finalizações e retomadas, amizades, perdas, conquistas, surpresas, indignações e lutas, o que fez seus participantes deixarem frutos e levarem marcas dos diferentes tempos em que estiveram no grupo.

Nesse momento de rememoração, cabem muitos agradecimentos: às gestões do CRESS/AL, em especial às coordenações e aos membros da COFI e às agentes fiscais (Rosiane Passos, Taciana Padilha, Helena Carvalho e Lidiane Ferraz), pelo trabalho conjunto, por receberem os alunos no CRESS, por interagirem de diversas formas com o grupo; às gestões do SASEAL, pelas parcerias e pela defesa dos/as trabalhadores/as assistentes sociais; as/aos discentes da graduação, pela dedicação aos trabalhos de iniciação científica, pelos estudos no grupo e pelos TCC que contribuíram com os diversos projetos de pesquisa; às/aos profissionais que participaram das atividades de pesquisa e extensão, especialmente as egressas

⁷⁹ Em setembro de 2021, o aniversário do grupo foi comemorado com o evento online *História e memórias nos 21 anos do grupo de pesquisa serviço social, trabalho, profissão e políticas sociais*, transmitido pelo canal ProgradUfal no Youtube, com cinco encontros que deixaram registros históricos e memórias dessa trajetória: em 02/09, *Construção das pesquisas e repercussões na formação profissional em Serviço Social* (<https://www.youtube.com/watch?v=JCp7ZfyBXm4&t=233s>); em 10/09, *Memórias da iniciação científica em Serviço Social* (https://www.youtube.com/watch?v=-2_54Z0NCdM); em 13/09, *Articulação CRESS e UFAL na trajetória de pesquisa e extensão em Serviço Social* (<https://www.youtube.com/watch?v=4ikGOB3yTck>); em 24/09, *Articulações nacionais e internacionais: a Rede de Pesquisa sobre o trabalho da/o assistente social (RETAS) e a Rede Iberoamericana de investigação em Serviço Social* (<https://www.youtube.com/watch?v=YVLlbk1ioas>); em 04/10, *Memórias sobre pesquisa e extensão em saúde mental e sociedade* (<https://www.youtube.com/watch?v=1B7rruqmqiY>).

das especializações e do mestrado (PPGSS-UFAL) e às/aos atuais doutorandas/os, por continuarem a jornada de produção do conhecimento e formação profissional.

Reconhecemos, aqui, a importância das agências de fomento à pesquisa – CNPq, CAPES e FAPEAL – pela oferta, ainda que insuficiente, de aportes financeiros na forma de bolsas e auxílios de pesquisa. À UFAL, ao Departamento de Serviço Social (2000-2006) e à Faculdade de FSSO (desde 2006) pelo apoio das gestões, dos docentes e dos técnicos; ao PPGSS-UFAL, por abrigar o grupo em sua estrutura acadêmica; à Assessoria de Comunicação (ASCOM) pelo apoio na divulgação dos eventos e atividades; à Pró-Reitora de Graduação-PROGRAD pelo apoio nos eventos *online*. Por fim, mas não menos importante, ao CFESS, à ABEPSS e à ENESSO, pela defesa intransigente da profissão de Serviço Social, ainda mais em tempos de esgotamento das possibilidades civilizatórias do capital.

Finalizamos demarcando que, em tempos tão cruéis, agravados pela crise sanitária e societária, a força dos efetivos vínculos cultuados nesse grupo têm sido um grande diferencial que nos aproxima e mantém o grupo vivo, mesmo após quase dois anos sem encontros presenciais. Continuamos firmes no propósito de fomentar a produção do conhecimento científico numa universidade pública como a UFAL, com acuidade, fundamentação teórica e ética, habilidade técnica, compartilhamento e disseminação, para que se cumpra a função social da universidade sob a perspectiva dos interesses da classe trabalhadora.

Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais: desafios da produção de conhecimento em articulação com as lutas sociais

Maria Valéria Costa Correia
Clara Morgana Silva
Pâmela Karoline Alves
Viviane Medeiros dos Santos

Introdução

O Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais (GPOP) foi criado em 2006, sob a liderança da profa. Valéria Correia, no ano seguinte ao do seu doutoramento. Teve como vice-líderes, em períodos diferentes, as profas. Célia Porto, Margarete Pereira, Josimeire de Omena e Telma Sasso, que trouxeram contribuições substanciais aos trabalhos do grupo. Atualmente, o vice-líder é o prof. Aruã Lima.

Esse grupo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL) e é certificado pelo CNPq. Ao longo desses 16 anos de existência, tem sido conduzido por gerações de professoras(es), técnicas, estudantes, profissionais da área das políticas sociais que, apoiando-se em Marx,⁸⁰ se propõem a conhecer o mundo para transformá-lo.

Partimos da concepção marxista de que a sociedade capitalista é dividida em classes sociais e que, nas relações sociais capitalistas, a classe dominante impõe sua concepção de mundo ao conjunto da sociedade, mantendo-se hegemônica. Por isso, colocamo-nos na perspectiva de compreender a economia política, as determinações do real, da aparência à es-

⁸⁰ Baseando-se, especialmente, entre as “Teses sobre Feuerbach”, na 11ª tese: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. Esse artigo, escrito por Marx na primavera de 1845, foi publicado pela primeira vez por Engels em 1888, como apêndice à edição em livro da sua obra *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã clássica* (Stuttgart, 1888, p. 69-72).

sência, suas particularidades e historicidade, para colaborar com a construção da hegemonia das classes subalternas enquanto intelectuais orgânicos dessa classe, formando novos intelectuais. Esse é o caminho que tentamos percorrer, articulando ensino, pesquisa e extensão, tripé indissociável da universidade, na perspectiva da filosofia da práxis.

Gramsci desenvolveu uma pesquisa nos *Cadernos do cárcere* “em que apontou a capacidade teórico-crítica e transformadora do marxismo, ou seja, da filosofia da práxis, colocando como desafio: como construir uma nova hegemonia, a das classes subalternas, na institucionalidade capitalista?” (CORREIA, 2017, p. 22). Assim, “valorizou as relações de força, a luta de classes, a formação da identidade das classes subalternas” (CORREIA, 2017, p. 22). A filosofia da práxis, fundamentada na dialética entre a teoria e a prática orientada para transformar a sociedade, tem como objetivo “elaborar e difundir, em todos os estratos sociais, uma nova compreensão do mundo que deve tornar-se hegemônica” (STACONNE, 2008, p. 4). Dessa forma, as trilhas acadêmicas que entrelaçam as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo grupo de pesquisa estão voltadas para tornar o espaço universitário o *locus* da produção e socialização de conhecimento que liberta.

Este artigo visa apresentar as pesquisas, as produções acadêmicas mais relevantes, os projetos de extensão desenvolvidos e as disciplinas relacionadas diretamente às linhas de pesquisa do GPOP e ministradas pelos seus integrantes. Para o resgate histórico das atividades desse grupo foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios dos projetos desenvolvidos e, para o levantamento das publicações, uma consulta aos currículos *lattes* das(os) pesquisadoras(es) envolvidas(os). Apresentaremos esses conteúdos por linha de pesquisa, descrevendo a história do Grupo. As linhas de pesquisa são: 1. Hegemonia e lutas sociais; 2. Política de saúde e a relação entre o setor público e o privado; 3. Políticas sociais, controle social e Serviço Social 4. Estado, fundo público e políticas públicas. Como se poderá observar, as atividades desenvolvidas nessas linhas se entrecruzam.

Hegemonia e lutas sociais

Esta linha de pesquisa tem desenvolvido estudos sobre o pensamento de Gramsci, suas categorias centrais de análise da realidade, e sobre

as lutas sociais das classes subalternas na contemporaneidade para a construção de uma nova hegemonia. Esses estudos subsidiam as reflexões teóricas marxistas que embasam as demais linhas de pesquisa e a perspectiva da filosofia da práxis.

Entre as publicações nesta linha de pesquisa, destaca-se a coletânea *Gramsci em perspectiva*, organizada pelos profs. Adriano Nascimento e Josimeire de Omena Leite (2017), que conta com os artigos “Gramsci e a crítica ao determinismo econômico na relação estrutura e superestrutura”, de Valéria Correia; “Hegemonia e revolução passiva: a dialética da passivação no pensamento de Gramsci”, de Josimeire de Omena; e “Reflexões sobre o sujeito coletivo em Antonio Gramsci”, de Margarete Pereira. Na área do ensino, em 2009, a profa. Valéria Correia propôs a disciplina “As categorias centrais do pensamento de Gramsci” no PPGSS/UFAL, que passou a ministrar.

Dentro da linha de pesquisa Hegemonia e lutas sociais, o grupo de pesquisa organizou, inicialmente, um grupo de estudo sobre o pensamento de Gramsci, o qual, a partir de 2013, foi transformado no Coletivo de Estudos Gramscianos, como será descrito a seguir.

Coletivo de Estudos Gramscianos (Coletivo Gramsci)

Em 2006, o grupo de estudo sobre o pensamento de Gramsci realizou o seminário “As categorias centrais do pensamento de Gramsci”, com a presença do gramsciano Edmundo Fernandes Dias (Unicamp), autor do artigo “Hegemonia que se faz história” (DIAS, 1996), que trouxe contribuições significativas para os estudos iniciais do grupo. De 5 a 9 de maio de 2008 foi realizado o importante minicurso “Introdução à filosofia da práxis de Gramsci”, ministrado pelo prof. dr. Giuseppe Staccone (doutor em Letras pela Università Degli Studi “La Sapienza” – Roma e professor visitante na UFPE). Em 2009, foi iniciado um curso de atualização do pensamento de Gramsci, organizado em três minicursos,⁸¹ e palestras abertas aos alunos do

⁸¹ Minicursos organizados pelas profas. Valéria Correia, Telma Sasso, Margarete Pereira e Josimeire de Omena com o apoio das, até então, discentes Joseane Barbosa, Evelyn Costa, Viviane Medeiros, Izabela Moreira e Lucyana Leão. O primeiro minicurso (set. 2009), com o tema sociedade civil em Gramsci, foi ministrado pelo prof.

Curso de Graduação da UFAL às lideranças dos movimentos sociais de Alagoas, bem como aos profissionais que atuam nas políticas sociais.

Para desenvolver estudos mais sistemáticos sobre o pensamento de Gramsci, foi estruturado em 2013 o Coletivo de Estudos Gramscianos (Coletivo Gramsci), sob a coordenação da profa. dra. Margarete Pereira. Em 2014, ocorreu um estudo mais aprofundado dos *Cadernos do cárcere*, por meio do curso de atualização das categorias de Gramsci. Em 2016-2017, o grupo organizou o curso de aperfeiçoamento “Incursões ao pensamento de Antônio Gramsci: estudo de suas categorias centrais” (180 horas). Em 2020-2021, ocorreram encontros virtuais sobre o pensamento gramsciano, organizados como curso de atualização intitulado “Introdução ao pensamento de Antônio Gramsci”, sob a coordenação das profas. dras. Josimeire de Omena e Silvana Medeiros. Em julho de 2022 teve início o “Curso de atualização no pensamento de Antônio Gramsci”, que durará até 2023.

Política de saúde e a relação entre o setor público e o privado

As pesquisas desta linha analisam as formas como os interesses do capital têm se expressado na política de saúde brasileira com o apoio do Estado, principalmente por meio dos modelos privatizantes de gestão, como as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais (OSs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); da complementaridade invertida do setor privado ao público nos procedimentos ambulatoriais e hospitalares; do favorecimento e crescimento da saúde suplementar, processos que evidenciam a captura do fundo público da saúde pelo setor privado. Os rumos da política nacional de saúde têm sido analisados em sua consonância com o preconizado pelo Movimento da Reforma Sanitária nos anos 1980, pelo SUS, pelos interesses do setor

dr. Giovanni Semeraro (UFF); o segundo (maio 2010), pela profa. dra. Ivete Simionato, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o tema central “Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e sua influência no Serviço Social”; o terceiro (jun. 2010), com a profa. dra. Maria Lúcia da Silveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), teve como título “Pequeno percurso através do pensamento político de Antonio Gramsci”.

privado e pelas orientações do Banco Mundial, assim como pelas lutas sociais de resistência e enfrentamento dos interesses privados na saúde.

As pesquisas desenvolvidas nesta linha de pesquisa resultaram em 12 PIBICs, 44 TCCs, 6 dissertações de mestrado, 10 trabalhos publicados em eventos e 24 artigos,⁸² entre os quais “Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas Organizações Sociais” (BRAVO; LIMA; CORREIA, 2020), além de artigos publicados em periódicos como *Temporalis*, *Argumentum* e *Em Pauta*.

O grupo de pesquisa e extensão (GPE) publicou pela Edufal os resultados das pesquisas desta linha em três coletâneas: *Reforma sanitária e contrarreformas na saúde: interesses do capital em curso* (CORREIA; SANTOS, 2015); *Política de saúde no Brasil e o fortalecimento do setor privado: desmonte do SUS público, estatal e universal* (CORREIA, 2018); e *Determinação social da saúde e enfrentamento da covid-19: o lucro acima da vida* (CORREIA; LIMA, 2021). Em 2021, o grupo contribuiu para a organização e publicação do dossiê temático “Política de saúde e lutas sociais em tempos de pandemia da covid-19”, na revista *Humanidades & Inovação*, da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) (BRAVO *et al.*, 2021).

No âmbito do ensino, dentro desta segunda linha de pesquisa, a disciplina “Seguridade social: política de saúde” foi inserida no novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do Campus A. C. Simões. Iniciada em 2021, vem sendo ministrada pela profa. Valéria Correia.

Entre as atividades de extensão desenvolvidas pelo grupo e articuladas a essa linha de pesquisa, destacamos o projeto de extensão “Acompanhamento ao funcionamento e às mobilizações do Fórum em Defesa do SUS e contra a Privatização (FórumSUS)”, que tem vinculação direta com a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS). Destaca-se que a própria criação do FórumSUS foi resultado das atividades desse GPE, em articulação com outras entidades e movimentos sociais, e a criação da FNCPS teve participação ativa junto ao projeto Políticas Públicas de Saúde da UERJ, coordenado pela profa. dra. Maria Inês de Souza Bravo.

⁸² Para conhecer os PIBICs, TCCs, dissertações, trabalhos publicados em eventos e os artigos publicados pelo grupo de pesquisa, ver <https://docs.google.com/document/d/1rahidZsOXKu9eU:i9nYnNERjZusq2sSMo/edit>.

Acompanhamento ao funcionamento e às mobilizações do Fórum em Defesa do SUS e contra a Privatização

O projeto de extensão “Acompanhamento ao funcionamento e às mobilizações do Fórum em Defesa do SUS e contra a Privatização” foi iniciado em 2008, após a criação do fórum, a partir de um seminário promovido pelo grupo de pesquisa com o tema “A relação público e privado no Estado neoliberal: Fundações Estatais de Direito Privado”.⁸³

Esse projeto de extensão é de fluxo contínuo e segue ativo, possibilitando a contribuição qualificada de professoras(es), técnicas(os) e estudantes da área da saúde da UFAL – Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Odontologia e Medicina – na defesa do serviço público, dos direitos sociais, especialmente do direito à saúde, numa perspectiva multiprofissional e transformadora. Possibilita a formação acadêmica dos estudantes da graduação e da pós-graduação envolvidos, proporcionando a articulação entre teoria e prática. Tem como coordenadora a profa. Valéria Correia e como vice-coordenadora a profa. Lenira de Almeida.⁸⁴

Ao projeto de extensão foram vinculadas, desde 2021, atividades de ensino por meio de turmas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE I e II), um projeto de extensão de grande impacto social frente ao processo de privatização da saúde pública e ao ataque aos direitos sociais e trabalhistas, tão caros às lutas sociais. Tem como objetivo apoiar e assessorar

⁸³ O seminário teve como expositora a profa. dra. Sara Granemann (Escola de Serviço Social da UFRJ) e como debatedora Micheline Tenório, promotora de Saúde do Ministério Público Estadual (MPE), a qual participou depois de vários eventos e atividades do FórumSUS. Nesse evento foi aprovada uma Carta Aberta à população contra a transformação dos hospitais de referência do estado de Alagoas em FEDP, assinada por 66 entidades da sociedade civil organizada, articulando o fórum para iniciar as lutas sociais contra a privatização da saúde. Ressalta-se que, em 2007, o grupo de pesquisa havia realizado o seminário “A saúde no contexto de crise do capital – Desafios para a consolidação do SUS”, que havia mobilizado vários setores sociais em torno do tema.

⁸⁴ De 2016 a 2019, enquanto a profa. Valéria Correia foi reitora da UFAL, as profas. Lenira de Almeida e Telma Sasso assumiram a coordenação.

as atividades do Fórum Alagoano em Defesa do SUS (FórumSUS)⁸⁵ e colaborar com a FNCPS,⁸⁶ por meio da produção de textos, pesquisas, documentos, notas, manifestos e material para a rede social em torno da relação entre o setor público e o privado na área da saúde para subsidiar a atuação do Fórum e da Frente. O grupo de pesquisa participou e colaborou com todos os 10 seminários realizados pela FNCPS até 2022, sendo responsável pela organização e realização de dois desses, um em 2012 e o outro em 2017.⁸⁷ Também realizou dois seminários relacionados à comemoração de existência do FórumSUS, o primeiro em 2010, “Projetos hegemônicos em tempos de crise”, e o outro em 2019, “Seminário aniversário do Fórum Alagoano em defesa do SUS 10+1”.

Uma das lutas sociais do FórumSUS, nos primeiros anos de sua criação, assessoradas pelo projeto de extensão, foi pela criação de serviço de referência para cirurgias cardíacas pediátricas em recém-nascidos em Alagoas, dados os casos excessivos de óbitos, em 2008. A denúncia desses óbitos pelo FórumSUS teve grande repercussão na imprensa e na sociedade, mobilizando a opinião pública para a urgência da criação desse serviço, com o envolvimento das mães que estavam aguardando esse procedimento para seus filhos, de profissionais do Hospital Universitário Prof.

⁸⁵ Composto por trabalhadores da saúde, movimentos sociais, sindicatos, conselheiros, usuários dos serviços públicos e estudantes, defende a efetivação do SUS público e estatal, como parte de um novo projeto de sociedade em que todos tenham igualmente condições de vida digna, sem divisão de classe social, retomando os princípios da Reforma Sanitária brasileira dos anos 1980. É vinculado à FNCPS.

⁸⁶ A FNCPS, suprapartidária e anticapitalista, é composta por diversas entidades, movimentos sociais, fóruns de saúde, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários. Criada em 2010 a partir da articulação dos Fóruns de Saúde estaduais em torno da luta contra a privatização do SUS, tem como objetivo defender o SUS público, estatal, gratuito e para todos, e lutar pela Reforma Sanitária dos anos 1980 e contra a privatização da saúde.

⁸⁷ Em 2017, o GPE organizou e contribuiu para a realização do VI Seminário da FNCPS, cujo tema foi “Saúde em tempos de retrocessos e retirada de direitos”, realizado nas dependências da UFAL de 27 a 29 de outubro, com minicursos, colóquio, apresentação de trabalhos e conferências. A líder do grupo de pesquisa participou como expositora da mesa “O desmonte do SUS”, com o prof. Áquilas Mendes (Universidade de São Paulo – USP). Os anais eletrônicos do VI Seminário da FNCPS foram organizados pelo grupo de pesquisa e reúnem artigos aprovados pela comissão científica do Seminário (ver <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/anaisseminariofncps>).

Alberto Antunes (HUPAA) e da Maternidade Escola Santa Mônica que acompanhavam essa demanda.⁸⁸ O resultado dessa luta foi a instituição pela Secretaria de Estado da Saúde de um fluxo para o atendimento das crianças cardiopatas, evitando a demora que as levava a óbito. Outra importante luta social do FórumSUS de grande visibilidade foi pela ampliação da rede pública de serviços de saúde de referência estadual. O grupo de pesquisa havia identificado projetos de melhoramento e ampliação da rede pública estadual engavetados desde 2004, como os da Maternidade Escola Santa Mônica – “Reforma da UTI/UCI Neonatal” (2006/2008) e “Desapropriação de dois imóveis para sua ampliação” (2006) –, enquanto o fundo público da saúde era destinado à compra de serviços na rede filantrópica/privada. Anos depois, houve algumas reformas na maternidade, os referidos imóveis foram desapropriados e, no local, foi construído o Hospital da Mulher.⁸⁹

As lutas contra a privatização da saúde, a qual ocorre por meio de modelos privatizantes de gestão – OSCIPs, OSs, FEDPs, EBSERH, Parcerias Público-Privadas e qualquer forma de terceirização da gestão e privatização do SUS –, sempre foram prioridade na agenda do FórumSUS, desde sua criação até os dias atuais. Essas formas mascaradas de privatização do SUS não são anunciadas como tal, mas como modernização da gestão, ao mesmo tempo que repassam o fundo público, servidores públicos e equipamentos públicos para entidades de direito privado. O grupo de pesquisa tem uma vasta produção acadêmica sobre esse tema graças às pesquisas realizadas.⁹⁰ Em 2009, o projeto de extensão assessorou as lutas

⁸⁸ Destaca-se o empenho da assistente social Michelline de Oliveira, do HUPAA, e das assistentes sociais dessa Maternidade.

⁸⁹ Em 2017, o FórumSUS empreendeu uma luta, que foi vitoriosa, contra o repasse da administração desse Hospital para uma OS.

⁹⁰ O grupo de pesquisa colaborou com a elaboração do documento da FNCPS “Contra fatos não há argumentos que sustentem as OSs no país”, que subsidiou as lutas contra as OSs em todo país, inclusive no julgamento da ADI 1923/98 no Supremo Tribunal Federal (STF), ao ser citado e entregue aos ministros, em 2011.

do FórumSUS contra a lei de criação das OSs no estado, resultando na suspensão da tramitação do referido Projeto de Lei.⁹¹

De 2011 a 2013, o FórumSUS empreendeu uma contínua e sistemática luta contra a aprovação da EBSEERH no Conselho Universitário da UFAL e de sua implantação no HUPAA. O grupo de pesquisa realizou, entre outras atividades,⁹² seminários e debates sobre a autonomia universitária e a necessidade de manter o HUPAA sob a gestão pública,⁹³ trazendo especialistas nacionais no tema e envolvendo o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Sindicato dos Trabalhadores da UFAL (SINTU-FAL) e a Associação dos Docentes da UFAL (ADUFAL). Entretanto, o reitor da UFAL à época assinou o contrato com tal empresa sem consultar o Conselho Universitário. Nesse período foram publicados artigos que subsidiaram as lutas contra a EBSEERH em todo o país, dentre os quais artigos nos *Cadernos de Saúde* publicados pelo Projeto Políticas Públicas de Saúde/FSSO/UERJ, coordenado pela profa. Maria Inês Bravo.

⁹¹ Essas lutas se deram por meio de manifestações nas ruas, ato público, audiência pública na Assembleia Legislativa de Alagoas, reunião com deputados estaduais e entrega de abaixo-assinado e documento solicitando que votassem contra o Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais”, além da entrega protocolada ao governador de documento solicitando a retirada de tal Projeto de Lei; caravana popular do SUS; manifestação “O SUS no varal” no centro da cidade; ato “\$U\$to” no calçadão etc. O resultado das lutas foi a suspensão da tramitação do referido Projeto de Lei. A luta do FórumSUS contra as OSs voltou com mais força em 2014 e 2015, quando projetos das OSs tramitavam na Câmara de Vereadores de Maceió e, mais uma vez, na Assembleia Legislativa de Alagoas. Dessa vez, entretanto, não houve reversão.

⁹² Algumas das atividades são promoção rodas de conversas com as(os) trabalhadoras(es) e usuárias(os) do HUPAA e de outras unidades de saúde; elaboração e solicitação de resolução contrária à implantação da EBSEERH nesse hospital ao CES/AL, a qual foi aprovada; elaboração de documento contendo os motivos para não apoiar a contratação da EBSEERH, o qual foi entregue em ato público, com abraço ao HU, ao diretor do hospital; participação em reuniões do Conselho Diretor do HU e do Conselho Universitário posicionando-se e entregando formalmente documento contrário à contratação da EBSEERH para administrar o HUPAA.

⁹³ Produziu artigos acadêmicos e contribuiu com a elaboração do documento lançado pela FNCPS “Relatório analítico das irregularidades e dos prejuízos à sociedade, aos trabalhadores e ao erário, causados pela EBSEERH”, entregue ao ministro do STF Dias Toffoli em 25 de julho de 2014 (ver reportagem sobre essa audiência em <http://www.cressrn.org.br/noticias/ver/532>).

Durante o período da pandemia de covid-19, as atividades do projeto de extensão impactaram positivamente a sociedade, contribuindo para o enfrentamento da doença, subsidiando a elaboração de documentos, tanto em nível estadual como nacional, com esclarecimentos sobre a dimensão dos riscos da pandemia para a população e a necessidade de o governo enfrentá-la.⁹⁴ Outra ação do projeto de extensão de relevância social foi a promoção da articulação entre a direção da Unidade Docente Assistencial (UDA) Prof. Gilberto de Macedo e representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que integram o FórumSUS, para que essa unidade ampliasse sua abrangência de serviços de saúde e atendesse as 350 famílias moradoras da Ocupação Tereza de Benguela, próximo à referida Unidade. O resultado da intermediação realizada pelo grupo de pesquisa foi o acesso das famílias aos serviços de saúde da UDA em 2021.

As lutas mais recentes do FórumSUS têm sido contra a privatização da Atenção Básica de Saúde de Maceió, iniciada em fevereiro de 2022, lutas subsidiadas pelo projeto de extensão na elaboração de documentos e de materiais de propaganda contrários à privatização nas redes sociais com linguagem popular, exposições públicas e mobilizações.⁹⁵

Dentro do tema dessa linha de pesquisa, o grupo tem promovido outras atividades de extensão, como seminários, palestras e mesas redondas. Desde sua criação, seus integrantes têm realizado palestras sobre a

⁹⁴ Esse projeto contribuiu para a elaboração e divulgação do Manifesto em Defesa do SUS e para medidas urgentes de combate ao coronavírus no estado de Alagoas. Esse documento foi enviado ao governador, aos prefeitos e aos respectivos secretários de Saúde e foi subscrito por mais de 160 entidades da saúde, movimentos sociais e grupos de pesquisa (ver reportagem em <https://www.sindprev-al.org.br/2020/04/forum-alagoano-em-defesa-do-sus-pede-acoes-urgentes-no-combate-coronavirus/>).

⁹⁵ Como reuniões com o MPE, com entrega de documento solicitando suspensão do processo de contratação das OSs para gerir a Atenção Básica de Saúde de Maceió; ato na porta da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, solicitando posicionamento contrário ao do Conselho Municipal de Saúde de Maceió quanto à referida privatização; atos na porta da Prefeitura de Maceió e entrega de documento ao representante do prefeito; produção de material em linguagem acessível para redes sociais; reunião e entrega de documento aos vereadores de Maceió; solicitação de audiência pública na Câmara de Vereadores sobre o assunto; mobilização e participação nessa audiência e no debate promovido pela Secretaria apresentando argumentos contrários (ver <https://youtu.be/OMFqb0XNax8>).

privatização da saúde em todo o país. Também têm participado das Conferências nacionais, estaduais e municipais de saúde, proferindo palestras, participando dos debates, produzindo artigos, contribuindo para sua organização, elaborando moções etc. Esse engajamento demonstra que a atuação do grupo tem direta articulação com as demais linhas de pesquisa, como já afirmamos. Um exemplo foi a publicação do *Caderno de Saúde: em defesa da saúde pública, estatal e de qualidade – Subsídios para o controle social*, organizado pelas profas. Telma Sasso e Valéria Correia (2012), que descreve a história e as lutas do FórumSUS e tem vinculação direta com a linha de pesquisa que será abordada a seguir.

Políticas sociais, controle social e Serviço Social

Esta linha de pesquisa tem desenvolvido estudos sobre os mecanismos de controle social nas políticas sociais, especialmente na política de saúde, e sobre os interesses de classes que se expressam nesses espaços para dar rumo a essas políticas. Analisa o controle social a partir das concepções da relação entre Estado e sociedade civil e caracteriza a intervenção do Serviço Social nessa área e sua relação com os movimentos sociais. As pesquisas desenvolvidas resultaram em 18 TCCs, 3 dissertações, 6 trabalhos publicados em eventos, 6 artigos, dentre os quais destacamos os publicados na revista *Serviço Social e Sociedade*, como “Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19” (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021), entre outros (CORREIA, 2004, 2012; BRAVO; CORREIA, 2012); além do verbete “Controle social” no *Dicionário da educação profissional em saúde*, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (CORREIA, 2008).⁹⁶

No ensino, a disciplina “Seminário de políticas sociais setoriais” vem sendo ministrada por professoras desse grupo de pesquisa no curso de Serviço Social (Campus A. C. Simões e Arapiraca). Em 2009, foram criadas duas disciplinas, propostas pela líder desse grupo, abrangendo o conteúdo desta linha de pesquisa: uma na graduação em Serviço Social

⁹⁶ Duas publicações da líder do grupo de pesquisa precedem a criação do grupo, mas influenciaram a definição das linhas de pesquisa: *Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento* (CORREIA, 2000) e *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde* (CORREIA, 2005).

(“Gestão, financiamento e controle social das políticas sociais”), e outra no PPGSS (“Controle social sobre as políticas públicas e Serviço Social”). Na extensão, dois projetos de forte impacto social foram desenvolvidos dentro do tema desta linha, os quais serão apresentados a seguir.

Acompanhamento à criação, mobilização e ao funcionamento do Fórum Alagoano de Conselhos de Direitos (Facond), 2008-2011

A efetivação do controle social sobre as políticas públicas, apesar da sua legalidade, tem sido um desafio na realidade alagoana de difícil acesso às informações sobre o que é público, pouca transparência na alocação dos recursos e limitada tradição de participação social na deliberação dessas políticas. Diante disso, o GPE desenvolveu, de 2008 a 2011, junto com o Núcleo Temático de Assistência Social (NUTAS/UFAL), o Instituto Sílvio Vianna, o MPE de Alagoas e a Controladoria Geral da União (CGU), o projeto de extensão “Acompanhamento à criação, mobilização e funcionamento ao funcionamento do Fórum Alagoano de Conselhos de Direitos (Facond)”,⁹⁷ com o objetivo de contribuir com o controle social para a efetivação de políticas públicas de qualidade nos municípios alagoanos. O Facond foi criado em 25 de maio de 2008, com a colaboração do grupo de pesquisa, e constituiu-se em um espaço político democrático de articulação e luta pela garantia dos direitos sociais e pela qualidade, democratização, transparência e ampliação do acesso às políticas sociais.

Com o desenvolvimento desse projeto, o grupo de pesquisa proporcionou: uma maior articulação entre os conselheiros dos 102 municípios de Alagoas; a interlocução entre os Conselhos de Direito das diversas políticas sociais (Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social, Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, Conselho de Educação e Conselho de Alimentação Escolar, entre outros); e a formação de conselheiros, por meio de palestras, seminários, encontros e discussões.

O resultado desse projeto de extensão foi o fortalecimento do controle social sobre as políticas públicas pela articulação entre os Conselhos

⁹⁷ Projeto coordenado pela profa. Valéria Correia, com a participação ativa de estudantes e das assistentes sociais do NUTAS/UFAL, Elen Nogueira e Lúcia Santos, do coordenador do Instituto Sílvio Vianna, Pedro Guido, de representação do MPE/Alagoas e da CGU.

Participativos da área social; a contribuição para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes envolvidos no projeto mediante estudos sobre a legislação social e pesquisa bibliográfica sobre políticas sociais, controle social e direitos sociais; realização de pesquisa sobre o perfil dos conselheiros; publicações e apresentação de trabalhos no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (artigo “A importância do controle social: mecanismos para a sua efetivação”), no Congresso Acadêmico da UFAL (artigo “Análise da pesquisa com os conselheiros municipais da região do Baixo Litoral Sul/São Francisco”) e no Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (artigo “O controle social das classes subalternas e os mecanismos para sua efetivação”).

O GPE assessorou e participou dos encontros municipais e regionais de formação dos referidos conselhos e de plenárias estaduais envolvendo mais de 700 conselheiros. Promoveu o I e II Facond e o I Encontro Estadual dos Conselhos de Direitos, em que houve eleição da coordenação regional e geral do Facond, envolvendo conselheiros dos 102 municípios alagoanos.

A ausência de apoio por parte das prefeituras municipais para garantir a participação dos conselheiros nas reuniões e atividades desse Fórum, como transporte e alimentação, foi a maior dificuldade para dar continuidade às ações do Facond, resultando no seu esvaziamento. Diante disso, para dar continuidade ao processo formativo de fortalecimento do controle social nos municípios, o grupo de pesquisa propôs e desenvolveu, em 2012, o projeto de extensão “Empoderamento dos usuários e trabalhadores do SUS em Alagoas para o controle social e o direito à saúde”, conforme apresentado a seguir.

Empoderamento dos usuários e trabalhadores do SUS em Alagoas para o controle social e o direito à saúde

Este projeto teve como objetivo contribuir para a formação crítica dos usuários e trabalhadores da saúde e representantes dos movimentos sociais, com vistas à efetivação do controle social e dos direitos sociais em Alagoas. Elaborado e submetido à avaliação em 2008, foi aprovado em

2009 e executado em 2012.⁹⁸ Inseriu-se no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde de Alagoas, por estar de acordo com os seguintes princípios norteadores: controle e participação social, empoderamento dos usuários, efetivação do direito à saúde, integralidade e intersetorialidade. Foi desenvolvido mediante a promoção de eventos (oficinas, encontros e seminários) de formação para conselheiros de Saúde, Educação, Criança e Adolescente e Assistência Social, sobretudo no segmento de usuários e trabalhadores e de movimentos sociais. Foram realizadas 10 Oficinas Regionais de Formação para as Lutas Sociais e Controle Social, segundo a divisão das Regiões de Saúde de Alagoas, envolvendo os Conselhos Municipais (Saúde, Assistência, Criança e Adolescente, Educação) e os movimentos sociais dos municípios alagoanos, com o apoio de docentes e estudantes dos 3 *campi* da UFAL.

Cabe destacar que, em quase todas as oficinas, os participantes – representantes dos conselhos de políticas sociais e de movimentos sociais de vários municípios alagoanos –, ao caracterizarem seu cotidiano de dificuldades para a participação social, ressaltaram o “cala-boca” e o “cabeleto”, expressões que revelam tentativas de silenciamento devido ao ambiente autoritário e opressivo de muitos municípios alagoanos, representando o que Gramsci denominou “hegemonia couraçada de coerção”. Mas vale destacar que, em todas as oficinas, foram reveladas iniciativas de organização da população em torno de questões imediatas que a atingem, além de outras que apontam para uma posição de crítica e protesto contra as condições de opressão e subalternidade existentes. Nesse contexto, tendo como horizonte a hegemonia das classes subalternas, permanece a assertiva de Gramsci (2000): “a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si” (p. 45-46).

Após as oficinas, foi realizado o Encontro Estadual para Conselheiros e Movimentos Sociais da área da saúde e das demais políticas sociais, envolvendo os municípios alagoanos das 10 Regiões de Saúde do estado, em que foi socializada e discutida uma agenda de lutas para a efetivação

⁹⁸ Projeto coordenado pela profa. Valéria Correia, com o apoio administrativo da assistente social Flávia Melro. Os participantes do projeto foram professores da UFAL, algumas assistentes sociais e estudantes do GPE.

dos direitos sociais. Como resultado das atividades de extensão desse projeto, foi elaborado o *Caderno lutas sociais e controle social em Alagoas*,⁹⁹ com um mapeamento dos movimentos sociais no estado por região de saúde, elaborado com base em informações de educadores que atuam com movimentos sociais, docentes e participantes das oficinas.

O encerramento do projeto deu-se com a realização de um evento de lançamento desse *Caderno* e do Projeto Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais (POLUS). O evento contou com palestra da prof. dra. Lúcia Maria Wanderley Neves (UFPE, UFF e Fiocruz), com o tema “Os ataques aos nossos direitos continuam. Como fortalecer nossas lutas?”. A criação do projeto de extensão POLUS foi a forma encontrada para dar continuidade ao processo de articulação dos conselhos e movimentos sociais iniciado com as oficinas realizadas no projeto de extensão do Empoderamento. O POLUS foi vinculado à próxima linha de pesquisa em razão da ênfase dada ao tema do fundo público e da dívida pública, como será descrito a seguir.

Estado, fundo público e políticas públicas

Esta linha de pesquisa tem estudado: as concepções marxistas de Estado e a correlação de forças entre as classes para a construção de hegemonia; os determinantes econômicos e políticos das políticas públicas brasileiras; as tendências de aplicação do fundo público na reprodução do capital e do trabalho; e a relação do pagamento da dívida pública brasileira com o subfinanciamento das políticas sociais e com a financeirização do capital.

As pesquisas desenvolvidas resultaram em 4 PIBICs, 6 TCCs, 3 dissertações, 4 trabalhos publicados em eventos e 17 artigos, entre os quais se destacam os do prof. José Menezes. A esta linha de pesquisa esteve vinculado o POLUS, criado em 2012, para responder às demandas surgidas nas oficinas Lutas Sociais e Controle Social em Alagoas, realizadas pelo projeto de extensão “Empoderamento dos usuários e trabalhadores do SUS em Alagoas para o controle social e o direito à saúde”, como já mencionado.

⁹⁹ Organizado, em 2012, por Valéria Correia, Quitéria Silva e Silvana Medeiros, com a colaboração de Clara Silva e Viviane Medeiros (ver <https://drive.google.com/drive/folders/1Rl62IAxrtZB2TWSJjwiT0Bt0T3ZQ6y8w>).

Projeto Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais (POLUS)

O POLUS constituiu-se num espaço interdisciplinar com capacidade de aglutinar pesquisadores e manter um vínculo orgânico com os movimentos sociais e setores engajados para fortalecer as lutas sociais em Alagoas, a fim de desenvolver pesquisa, documentação, informação, análise crítica e debate sobre políticas públicas e lutas sociais, destacando os processos concretos do Estado brasileiro e as especificidades de Alagoas, no âmbito das relações nacionais e internacionais, em especial no contexto do Nordeste. O foco tem sido a investigação da alocação do fundo público para a reprodução do trabalho ou do capital.

Sob a coordenação do prof. dr. José Menezes, o POLUS articulou-se a Auditoria Cidadã da Dívida Pública e criou o Núcleo Alagoano da Auditoria da Dívida Pública, que vem investigando a dívida pública de Alagoas a partir da sua origem. Desde então, o POLUS tem realizado eventos locais, regionais, nacionais e internacionais sobre a dívida pública e lutado por sua auditoria. Em 2015, esse Observatório passou a integrar uma rede internacional de pesquisa¹⁰⁰ que reúne representantes da Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai.

Em 2021, o prof. José Menezes se desvinculou do GPE Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, levando as atividades do POLUS para seu recém-criado Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas da UFAL. No entanto, esses grupos mantêm articulação permanente, um exemplo da qual foi a realização da *live* conjunta “Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil – Lançamento em Alagoas”, em 30 de setembro de 2022, com a participação de Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, e dos profs. José Menezes e Valéria Correia.

¹⁰⁰ Trata-se da Rede Internacional de Cátedras, Instituições e Personalidades sobre o Estudo da Dívida Pública, um instrumento cooperativo de força entre países para erradicar a dominação e a atuação predatória em escala global da dívida pública (externa e interna) (ver <https://www.facebook.com/Observat%C3%B3rio-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-e-Lutas-Sociais-POLUS-816496341786587/>).

Considerações finais

A linha de pesquisa “Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, Informação e Comunicação em Saúde e Saúde do Trabalhador” foi extinta, recentemente, por falta de pesquisadores que dessem sequência às pesquisas nessa área. Teve como objetivo estudar as formas de gestão do trabalho em saúde e suas implicações na precarização da força de trabalho. No período de 2007 a 2009, foi desenvolvida pelo GPE a pesquisa “As formas de gestão do trabalho em saúde e o processo de precarização da força de trabalho em saúde no estado de Alagoas”, financiada pelo CNPq, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais, coordenado pela profa. Rosa Predes. O objetivo dessa pesquisa foi caracterizar a gestão do trabalho em saúde nos municípios alagoanos, traçando um perfil das formas de precarização/desprecarização do trabalho no setor público de saúde. Teve uma grande abrangência, envolvendo os 102 municípios alagoanos e 60 pesquisadores na elaboração e execução da pesquisa – profissionais da rede pública de serviços de saúde, estudantes e profissionais dos dois grupos de pesquisa –, sob a coordenação da profa. Valéria Correia e vice-coordenação da profa. Rosa Predes, e resultou no *Relatório técnico final da pesquisa* (CORREIA; TRINDADE, 2010, p. 1-98), e na publicação do artigo “A precarização do trabalho na saúde pública em Alagoas” (LINS *et al.*, 2013), além de 7 PIBICs, 2 TCCs e 2 publicações de trabalhos em congressos nacionais.

Por fim, cabe destacar que o GPE Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais tornou-se referência para as atividades relacionadas à política de saúde na FSSO, como a construção do Projeto do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PROSAÚDE) da UFAL, em 2008;¹⁰¹ do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde),¹⁰² iniciado em 2009, e do Projeto Integração Ensino do Serviço

¹⁰¹ De 2008 a 2010, o PROSAÚDE foi coordenado pela profa. Valéria Correia. Em 2010, foram realizadas várias palestras, tendo como expositoras as profas. dras. Regina Célia Míoto e Vera M. Ribeiro Nogueira, da UFSC, e Maria Inês Bravo, da UERJ.

¹⁰² A profa. Telma Sasso coordenou o PROSAÚDE 2, contribuiu com a construção do PROPETAÚDE 3 e participou da sua coordenação.

Social/Serviços de Saúde Pública na Formação Profissional do Assistente Social no curso de Serviço Social do Campus Maceió, tendo como responsáveis as profas. Valéria Correia e Telma Sasso. Também houve demanda do PPGSS para a construção da “Proposta do Serviço Social à integração do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde no HUPAA/UFAL, para uma Abordagem Integral do Processo Saúde-Doença”, cuja elaboração, em 2008, teve como responsáveis as profas. Valéria Correia e Rosa Predes, com a assistente social Maria Inêz Santos, do HUPAA. Posteriormente, as profas. Margarete Pereira e Telma Sasso coordenaram por muitos anos o Serviço Social na Residência Multiprofissional/HUPAA/UFAL. A líder do grupo foi orientadora de mestrado de várias assistentes sociais que à época pertenciam ao quadro do HUPAA.¹⁰³

Outra participação importante do grupo de pesquisa foi no “Projeto integrado de pesquisa PROCAD/CASADINHO: espaços sócio-ocupacionais e tendências do mercado de trabalho do Serviço Social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil”, proposta de cooperação e intercâmbio acadêmico entre o PPGSS/UFAL e os PPGSS da UFRJ e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), de 2012 a 2016. O mais recente evento realizado pelo GPE, em agosto de 2022, foi o I Colóquio Políticas Sociais no Contexto do Neoliberalismo Brasileiro, coordenado pelo prof. Aruã Lima, com a participação de pesquisadoras de outros PPGs.

No momento histórico que atravessamos, de fortalecimento da extrema direita e do neofascismo no Brasil, reafirmamos a disposição do GPE em continuar realizando o ensino, a pesquisa e a extensão na UFAL na perspectiva da filosofia da práxis,¹⁰⁴ pois não somos indiferentes: “A indiferença é o peso morto da história [...] é a matéria inerte em que os entusiasmos mais esplêndidos frequentemente se afogam [...] A indiferença age potentemente na história. Age passivamente, mas age. É a fatalidade. [...] Sou partidário, vivo, já sinto pulsar nas consciências viris da

¹⁰³ Assistentes sociais: Angélica Crispim, Eunice Alves, Rita Carneiro e Valéria Coelho.

¹⁰⁴ Gramsci (2000) nos lembra que “o elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo)” (p. 45-46).

causa que escolhi a cidade futura que essa causa está construindo” (GRAMSCI, 2020, p. 31).

Referências

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109, mar. 2012.

BRAVO, M. I. S.; LIMA, J. B.; CORREIA, M. V. C. Privatização e mercantilização da saúde e crise no Rio de Janeiro: o desmonte realizado pelas Organizações Sociais. *In*: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (orgs.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020.

BRAVO, M. I. S. *et al.* (orgs.). Política de saúde e lutas sociais em tempos de pandemia da covid-19. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8 n. 35, fev. 2021.

CORREIA, M. V. C. A relação Estado/sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, n. 77, p. 148-176, mar. 2004.

CORREIA, M. V. C. Controle social. *In*: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CORREIA, M. V. C. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CORREIA, M. V. C. Gramsci e a crítica ao determinismo econômico na relação entre estrutura e superestrutura. *In*: NASCIMENTO, A.; LEITE, J. de O. (orgs.). **Gramsci em perspectiva**. Maceió: Edufal, 2017.

CORREIA, M. V. C. (org.). **Política de saúde no Brasil e o fortalecimento do setor privado: desmonte do SUS público, estatal e universal**. Maceió: Edufal: Imprensa Oficial, 2018.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CORREIA, M. V. C. Sociedade civil e controle social: desafios para o Serviço Social. *In*: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de (orgs.). **Serviço social, movimentos sociais e conselhos**: desafios atuais. São Paulo: Cortez, 2012b. p. 293-306.

CORREIA, M. V. C.; LIMA, A. S. **Determinação social da saúde e enfrentamento da covid-19**: o lucro acima da vida. Maceió: Edufal, 2021.

CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. dos (orgs.). **Reforma sanitária e contrarreforma da saúde**: interesses do capital em curso. Maceió: Edufal, 2015. (1ª reimpressão 2017)

CORREIA, M. V. C.; SASSO, T. C. **Caderno de Saúde**: em defesa da saúde pública, estatal e de qualidade – Subsídios para o controle social. 2012.

CORREIA, M. V. C.; TRINDADE, R. L. P. (orgs.). **Relatório técnico final da pesquisa “As formas de gestão do trabalho em saúde e o processo de precarização do trabalho em saúde no setor público do estado de Alagoas”**. Alagoas, UFAL, 2010.

DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIAS, E. F. *et al.* Hegemonia que se faz história. *In*: DIAS, E. F. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v. 3)

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico Daniela Mussi e Alvaro Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020.

LEITE, J. de O.; NASCIMENTO, A. **Gramsci em perspectiva**. Maceió: Edufal, 2017.

LINS, M. A. T. *et al.* A precarização do trabalho na saúde pública em Alagoas. *In*: COSTA, G.; SOUZA, R. **O social em perspectiva**. Maceió: Edufal, 2013.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19. **Serviço Social e Sociedade**, n. 140, jan./abr. 2021.

STACCONE, G. **Introdução à filosofia da práxis de Gramsci**. Mimeo. Texto para o minicurso “Introdução à filosofia da práxis de Gramsci”.

Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, 5-9 maio 2008, Faculdade de Serviço Social, UFAL.

O Serviço Social nas trilhas do Direito Humano à alimentação adequada: Trajetória e perspectivas do Grupo de Extensão e Pesquisa Serviço Social Segurança Alimentar e Nutricional – GEPSSAN na Universidade Federal de Alagoas

Wanda Griep Hirai
Thayná da Silva Felix
Luanna Caetano de Azevedo Silva
Paula Karoliny Vicente de Oliveira
Raquel de Melo Silva
Sílvia Pereira Silva Bomfim
Alan Cardoso Marques dos Santos

Introdução

Neste momento em que o mundo vive a maior crise sanitária do século, sendo uma de suas consequências o aumento da fome em inúmeros continentes, o Grupo de Extensão e Pesquisa Serviço Social Segurança Alimentar e Nutricional – GEPSSAN, ao escrever sobre sua trajetória, objetiva apresentar como os estudos e as atividades desenvolvidas ao longo de quase uma década têm contribuído na formação de seus membros no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, tripé basilar que acolhe o estudante quando chega à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Nas universidades existem os projetos de pesquisa, ensino e extensão, fundamentais para a formação acadêmica, pois oferecem ao estudante uma formação diferenciada, dando a oportunidade de produção científica, tornando tais projetos fontes de conhecimento sobre determinados assuntos (MOTTA e ANDRADE, 2009). A valorização da participação de discentes desde a graduação em grupos de pesquisa é de vital importância, dado ser esse um espaço de aquisição e compartilhamento de saberes para além da sala e que farão toda a diferença em sua formação acadêmico-profissional, articulando o conhecimento da academia ao cotidiano de sua prática profissional.

A partir dessas reflexões iniciais, apresentaremos as particularidades da nossa caminhada como docentes e discentes que buscam incessantemente a

socialização de saberes profundamente conectados com a sobrevivência humana, cuja condição primeira é ter acesso e garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA. Este, por sua vez, ancora a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em cujos pressupostos, diretrizes e marco legal circulam as condições de operacionalização de ações concretas de luta contra a fome num Brasil que saiu do Mapa da Fome em 2014, mas que registra neste momento 19 milhões de pessoas que experenciam cotidianamente algum nível de Insegurança Alimentar (IA).

DIÁLOGOS ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: o surgimento do GEPSSAN

A criação de um Grupo de Pesquisa resulta do amadurecimento teórico, do acúmulo de experiências e da necessidade permanente de deciframento e busca de respostas para problemas que emergem da vida social, acadêmica e pessoal. Faremos então uma breve retrospectiva sobre o surgimento do Grupo de Extensão e Pesquisa, Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

Registros da nossa história

No Brasil, o Direito Humano à Alimentação adequada por muitos anos permaneceu implícito em alguns dispositivos constitucionais, porém só foi inserido na Constituição Federal de 1988, no capítulo dos Direitos Sociais, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, em fevereiro de 2010. Desde então o direito à alimentação adequada vem sendo regulamentado e subsidiado por leis, tendo como base a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) de 2006, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.272/2010.

Ao tornar-se a alimentação um direito social, inserido no rol dos demais direitos já assegurados em seu marco legal na Constituição Federal – CF/1988, as experiências com o tema que estavam se consolidando desde a nossa chegada à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 2009 foram adquirindo forma. Neste mesmo ano, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – Seades procurava reati-

var o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que fora criado pela Lei nº 6.145, de 13 de janeiro de 2000, mas que perdera seu efetivo funcionamento. Com a eleição do novo Consea/AL e as recentes mudanças na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, a gestão precisava qualificar os conselheiros recém-empossados para que estes pudessem atender às inúmeras demandas de SAN em curso. Para isso, buscaram-se pessoas especializadas na temática junto à Ufal.

Tendo nossa tese, intitulada “Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de (in)sustentabilidades produzidas”, tratado do assunto, em 2010 recebemos um convite para elaborar uma Proposta de Qualificação de Conselheiros. Após a aprovação da proposta, iniciamos um conjunto de atividades com duração de um ano, ao final do qual, com ampla e efetiva participação dos Conselheiros representando diferentes organizações da sociedade civil e do poder público, mapeamos as necessidades e desafios para a elaboração de Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado¹⁰⁵.

Nos anos subsequentes, desenvolvemos Projetos de Extensão cujas atividades estavam direcionadas ao estímulo da criação de Conselhos Municipais de SAN. Participamos da elaboração de Conferências Estaduais e demais atividades voltadas ao tema. Estavam formadas as bases para a criação do Grupo de Extensão e Pesquisa. O registro no Diretório CNPq foi realizado em 22/09/2014, com a denominação de Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão de Políticas Públicas e Segurança Alimentar e Nutricional – GEPPSAN, mas devido à necessidade de demarcar os estudos com base na perspectiva do Serviço Social, em dezembro do mesmo ano o grupo passou a ser denominado Grupo de Extensão e Pesquisa, Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional – GEPPSAN.

As linhas de pesquisa são: 1) Questão Agrícola e Agrária, Agricultura Familiar e Agroecologia; 2) Serviço Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas. Possui atualmente quatro professores pesquisadores, dois técnicos e dez alunos. Seguindo as orientações do I Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional, realizado em 2012, o GEPSSAN desde a sua criação referenda a necessidade de uma

¹⁰⁵ O Plano Estadual de SAN/AL permanece em construção.

abordagem interdisciplinar, bem como a necessidade de promover o diálogo entre o conhecimento, a ação e a política. Trataremos das especificidades na sequência do texto.

O Serviço Social e sua conexão com a SAN

Consideramos a universidade como lócus de excelência para a difusão dos saberes e experiências, a começar pela introdução de práticas conizentes com os pressupostos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O GEPSSAN surge com o intuito de promover o diálogo de suas temáticas com o Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FSSO), que objetiva formar um profissional que analise, decifre e atue sobre as múltiplas expressões da *questão social*.

O Serviço Social tem na *questão social* as bases para a sua intervenção profissional. Para Hirai (2011), a fome é uma das mais graves expressões da denominada *questão social*, tornando crucial que os assistentes sociais que interferem cotidianamente nas relações sociais, atendendo historicamente às demandas geradas pelo não acesso ao alimento de grupos humanos privados dessas necessidades básicas, reafirmem seu compromisso e se envolvam nos debates acerca da fome.

No Brasil, a questão social só se coloca como uma questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (Behring e Boschetti, 2011). A criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominantes.

Para Leão e Recine (2011), as políticas públicas constituem o meio pelo qual o Estado, representado por suas instituições públicas, se organiza para atender às necessidades da população. Os autores observam que só será possível viver num país justo e democrático com a realização de todos os direitos humanos, a partir de políticas públicas fortalecidas, bem planejadas e adequadamente geridas.

A Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental etc. As políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos

cidadãos de um Estado. Visando à realização de direitos, especificamente do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, é que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é implementada.

A Política Pública de SAN é o desfecho de uma série de acontecimentos e articulações sociais que teve início há anos, forjada a partir de uma agenda social que cresceu, rompeu barreiras, mobilizou a sociedade civil e sensibilizou o governo. Este, por sua vez, encontrou as condições necessárias para incorporar a proposta na agenda do seu plano de governo, resultando na formulação¹⁰⁶ de uma política pública de segurança alimentar e nutricional e na criação de um sistema (Sisan), de uma política nacional (PNSAN) e do plano de SAN (Plansan).

Quadro 1 – Processo de construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANOS 90	2003	2004	2006	2010
Mobilização da sociedade civil para o combate à fome e à miséria e em defesa da vida	Decisão política de incorporação da proposta na agenda prioritária do governo (Fome Zero)	A II Conferência de SAN em Olinda (PE) apresenta a proposta de elaboração de uma política pública de SAN	A Losan é aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e cria um sistema público com vistas a garantir o DHAA	A Losan é regulamentada por decreto que estabelece a Política Nacional de SAN e o Plano Nacional de SAN

Fonte: ABRANDH, 2013.

A PNSAN tem por objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional – SAN de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

¹⁰⁶ Lei nº 11.346/2006 (LEI ORGÂNICA DE SAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Para Oliveira (2019), é por meio da Política de SAN, articulada a programas e outras políticas públicas, que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o DHAA. A Segurança Alimentar e Nutricional refere-se à forma como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas efetivas, assegura o Direito Humano à Alimentação Adequada a todos os cidadãos.

A interdisciplinaridade do GEPSSAN: conexões com a Nutrição e a Agroecologia

A integralização de saberes científicos é exequível quando a interdisciplinaridade acadêmica se realiza por meio da união de pesquisas laborais, projetos extensionistas ou não, que possuam objetivos globais resolutivos. O grupo de pesquisa e extensão GEPSSAN, prospectando a soberania alimentar e nutricional, a sustentabilidade e a interdisciplinaridade, viabiliza a conexão entre áreas de conhecimentos dos cursos de bacharelado em Agroecologia, Nutrição e Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Em uma configuração colaborativa, o bacharelado em Agroecologia inseriu-se no grupo para contribuir com o conceito científico/tecnológico e fomentar a aplicabilidade das práticas sustentáveis no âmbito urbano/rural.

A evolução dos processos produtivos alimentares tem elevado os prejuízos ambientais e sociais. O resultante da dinamização dessas produções não é o progresso sustentável ambiental ou alimentar adequado esperado, que possa contemplar as exigências reais da sociedade. A potencialização da produção de alimentos requerida pelo mercado nacional/ internacional, para suprir demandas econômicas e de minimização da “fome”, recorre às tecnologias dependentes dos produtos agroquímicos que aceleram esses processos, porém os alimentos obtidos dessa produção carregam os resíduos químicos responsáveis pelos déficits atuais da saúde humana e pelo desequilíbrio de todo o processo natural ecológico do meio ambiente.

A contaminação direta pela ingestão de alimentos com resíduos tem sido recorrente no Brasil, o mesmo ocorrendo com a contaminação ambiental. Incidentes com a produção e o uso de agrotóxicos têm sido comuns em todo o país. Segundo Altieri (2012), diante dessas tendências globais, os conceitos de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na agroecologia ganharam muita atenção nas duas últimas décadas,

na aplicação da ciência agroecológica moderna alimentada por sistemas de conhecimento indígena e liderada por milhares de agricultores e por organizações não governamentais. Algumas instituições governamentais e acadêmicas demonstram que podem melhorar a segurança alimentar conservando os recursos naturais.

Em convergência com a ciência agroecológica e a nutrição, a agroecologia nos seus sistemas produtivos sustentáveis, com práticas de bio-manejos e sem uso de agroquímicos, respeita os processos da natureza que minimizam os impactos em toda a sinergia dos ecossistemas, obtendo-se dessa produção alimentos saudáveis e com uma adequada qualidade nutricional. A agroecologia também beneficia a agricultura familiar mediante a valorização da mão de obra familiar, bem como incentiva a soberania alimentar por fazer uso de sementes originárias em muitos de seus cultivos, auxiliando na sustentabilidade dos pequenos produtores.

A inter-relação de áreas distintas do conhecimento proporciona aos discentes e membros participantes o melhor desenvolvimento e a elaboração de diagnósticos concretos para a aplicação na academia e nas ações externas. Na interação dos trabalhos realizados, os membros docente/discentes do curso de Agroecologia no grupo GEPSSAN contribuem ao enfatizar a importância de preservação do meio ambiente e a produção dos alimentos em solos vivos e ricos em composição orgânica, a exemplo das oficinas e minicursos ofertados.

A agroecologia é atualmente uma opção revolucionária para a inovação dos processos de produção de alimentos e sustentabilidade. Durante as atividades realizadas, o conhecimento foi viabilizado interdisciplinarmente na aplicação de oficinas com as técnicas preservacionistas de plantio, produção de arranjos florais e tinturas naturais (incentivando a economia sustentável), adequando-as à vivência urbana dos acadêmicos. A experiência prática adquirida desencadeou-se com a execução dos objetivos do projeto Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas – ProCCAExt, sendo um de seus objetivos a produção/manutenção da biodiversidade do entorno do prédio do Serviço Social.

A Agroecologia e a Nutrição também se fizeram presentes nas reuniões intersetoriais da Universidade Federal de Alagoas com representantes da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas. A produção científica

decorrente dos estudos e práticas extensionistas foi compartilhada em eventos científicos e em publicações em anais e revistas com temáticas interdisciplinares da Agroecologia, da Nutrição e do Serviço Social.

A nutrição possui um papel de extrema importância para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto que por meio da realização de diagnósticos situacionais da população pode analisar as prevalências de Insegurança Alimentar e Nutricional, servindo de fomento para a elaboração de políticas, programas e ações voltados à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), como previsto pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Nesse contexto, a atuação do nutricionista torna-se mais ampla, porquanto engloba os aspectos sociais, econômicos e políticos, além dos aspectos culturais de cada região, assegurando a realização da Soberania Alimentar.

Segundo Santomé (1998), a interdisciplinaridade não se caracteriza apenas como uma “proposta teórica ou necessidade teórica”, mas como uma ação prática que se aperfeiçoa à medida que são realizadas experiências de trabalho em equipe.

Diante disso, a Nutrição se inseriu no GEPSSAN com o objetivo de contribuir com a discussão voltada para a alimentação adequada e a promoção de SAN, além dos debates voltados para as políticas públicas. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se: oficinas voltadas a práticas sustentáveis de plantio e aos efeitos deletérios dos agrotóxicos no organismo; participação da pesquisa PPSUS voltada para SAN em famílias residentes em assentamentos rurais; participação e elaboração de atividades de promoção do DHAA no âmbito universitário; apresentação de temáticas voltadas para SAN, políticas públicas e o Direito Humano à Alimentação Adequada para turmas do Serviço Social; acolhimento aos novos alunos da Universidade e apresentação das atividades desenvolvidas pelo GEPS-SAN; participação ativa nas reuniões semanais, a fim de contribuir na discussão e adquirir novos conhecimentos relacionados às outras áreas de conhecimento. Destaca-se também a importante participação nos projetos extensionistas do Curso de Nutrição, tais como: Colhendo Bons Frutos e Cultivando Lazer e Saúde na Horta.

A interdisciplinaridade permite o diálogo entre diferentes áreas, no intuito de ampliar a visão da SAN e a tomada de um posicionamento mais crítico. Caracteriza-se como uma alternativa metodológica para superar o ensino fragmentado, sendo capaz de promover a leitura da realidade e, conseqüentemente, uma formação mais ampla dos discentes.

Desafios e perspectivas: as atividades desenvolvidas pelo GEPSSAN

A discussão acerca da Segurança Alimentar e Nutricional nos cursos de Serviço Social foi e continua sendo escassa, apesar de nos últimos anos as problemáticas ligadas ao acesso do direito à alimentação terem gerado uma mobilização dos pesquisadores da área sobre a questão central focada na sobrevivência humana, cuja condição precípua é a alimentação. Por se tratar de uma questão transversal a diversos conteúdos e disciplinas, deve ser pautada pela graduação, para que possa gerar a produção de conhecimentos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, a partir da nossa área de formação, tornando-se um exercício estimulador para o GEPSSAN.

Desde a sua criação em 2014, o grupo aos poucos se tornou uma referência na área que se debruça sobre o tema. O GEPSSAN tem o espaço universitário como local constituído para a interlocução dos saberes, produzindo ações que contribuem para o desenvolvimento da sociedade alagoana e que interferem de forma categórica na comunidade interna e externa, difundindo através de suas ações a necessidade de concretizar uma alimentação nutritiva e segura para todos, compreendendo a insegurança alimentar e nutricional como uma consequência do sistema capitalista.

Cabe destacar a articulação do grupo com os Movimentos Sociais do Campo e com o Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/AL. A construção desses vínculos tem sido fundamental para relacionar a perspectiva teórica e prática e para viabilizar mudanças palpáveis na sociedade, através da defesa dos direitos sociais, sobretudo o DHAA.

As ações pensadas, elaboradas a partir do grupo e através de ações conjuntas foram sintetizadas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Atividades desenvolvidas pelo GEPSSAN

PROJETOS		ANO	OBJETIVO
Assessoria ao Conselho Estadual de SAN/AL	Capacitação dos membros do Consea/AL como fomento à implantação do Sisan	2011 a 2012	Reativar o Consea/AL, introduzindo conceitos, diretrizes e pressupostos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)	Programas de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada: uma interlocução com o serviço social	2012 a 2022	Estudar a PNSAN e os programas voltados ao atendimento da população em situação de insegurança alimentar e nutricional, que articulam gastos públicos com a alimentação e a produção local de alimentos, bem como a produção teórica sobre essa temática, oriunda de pesquisas desenvolvidas pelos assistentes sociais.
Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas – ProCCA-Ext	Segurança Alimentar e Nutricional no Espaço Universitário: garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada (Implantação da CI/Ufal)	2018 a 2019	Realizar atividades de ensino e pesquisa direcionadas à promoção DHAA em âmbito universitário e promover a discussão a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional.
Programa de Pesquisa para o SUS – PPSUS Financiamento Fapeal)	Saúde Ambiental e Biossegurança em Comunidades Rurais nas Mesorregiões do Estado de Alagoas	2016 a 2019	Realizar estudos referentes à Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de assentamentos rurais do Estado de Alagoas, relacionando as formas de uso e ocupação do solo e variáveis ambientais com a insegurança alimentar nas diferentes mesorregiões alagoanas, por meio de múltiplas metodologias que possam ser aplicadas ao SUS.
Participação em Projetos de Extensão da Nutrição	Produzindo Bons Frutos e Cultivando Saúde; Praticando Lazer na Horta	2017 a 2019	Colaboração nos projetos interdisciplinares da Fanut que têm como objetivo a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o acesso a alimentos produzidos em base agroecológica.
Assessoria técnica à Reitoria da Ufal	Fecoep	2018 a 2019	Construção de um Projeto visando à liberação de recursos do Fecoep, com o objetivo de implantar o Centro de Referência Socioambiental no <i>Campus</i> A.C. Simões.

Atividades complementares ¹⁰⁷	Dia mundial da alimentação e Fórum alagoano de combate aos impactos dos agrotóxicos	//	Refletir sobre práticas alimentares saudáveis e suscitar a conscientização sobre os malefícios ocasionados devido à utilização dos agrotóxicos Manter atualizados os dados referentes ao uso de agrotóxicos na produção agrícola alagoana.
	GEPSSAN em tela	//	Promover um espaço de discussão de temáticas relacionadas a SAN a partir de documentários dentro da FSSO/Ufal.
	Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária – Jura	//	A finalidade de discutir a importância da reforma agrária popular no espaço universitário a partir da Faculdade de Serviço Social – Ufal.
	Disciplina eletiva Segurança Alimentar e Nutricional e interface com a saúde (elaborada em conjunto com a Fanut)	//	Refletir sobre a alimentação e a relação entre a PNSAN e a profissão de Serviço Social. Entender a importância da produção de alimentos de qualidade para a promoção de saúde, dentro das legislações e instituições responsáveis.
	Curso Introdução à Segurança Alimentar e Nutricional	2020	Apresentar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, suas diretrizes, a estruturação do seu marco legal, seus pressupostos, programas e ações.

Fonte: GEPSSAN, 2021

Como pode ser observado nos registros do Quadro 2, as ações descritas denotam a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento que movimentam a sociedade alagoana em torno da importância do DHAA.

Vontade política, Pesquisa e Extensão: colocando comida saudável na mesa dos estudantes dos Restaurantes Universitários da Ufal

No momento em que escrevemos este trabalho e mirando Quadro 2, não podemos deixar de acrescentar aqui um breve relato da Ação Extensionista, resultado da Pesquisa sobre SAN acumulada ao longo dos anos e que

¹⁰⁷ Por se tratar de atividades complementares não possuem datas definidas sendo desenvolvidas de acordo com as demandas do grupo, podendo variar de periodicidade.

resultou em uma ação de impacto, naquilo que norteia e sustenta o GEPS-SAN, dando concretude ao se propõe. Dada a sua amplitude e importância para a comunidade universitária que utiliza os Restaurantes Universitários – RUs durante o tempo que permanece em suas atividades acadêmicas e laborais, apresentamos um breve registro daquilo que consideramos ter sido uma das maiores realizações desde o surgimento do Grupo.

No escopo do Programa de Aquisição de Alimentos está a possibilidade de aquisição de itens alimentícios pelas Instituições Federais de Ensino. Em observância a esse item, a Universidade Federal de Alagoas incluiu em 2018 os alimentos da Agricultura Familiar no abastecimento de seus restaurantes. A partir da Compra Institucional – CI¹⁰⁸, a UFAL destinou mais de 1 milhão de reais para a primeira Chamada Pública, fortalecendo a economia local e a cultura alimentar regional e privilegiando a compra de alimentos saudáveis por meio dos agricultores familiares e da reforma agrária. Depois de quatro anos em que a Proposta foi apresentada com detalhamentos à reitoria da gestão Eurico Lôbo, que a relegou ao descaso, em 2018 a Universidade Federal de Alagoas, agora tendo no cargo a reitora Valéria Correia, com clara determinação e vontade política, aderiu ao PAA/CI. A ação foi proposta pelo Projeto Extensionista “Segurança Alimentar e Nutricional no Espaço Universitário: Garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada” (PROCC EXT). Este grupo de caráter interdisciplinar vinculado ao curso de Serviço Social e coordenado pelo Grupo de Extensão e Pesquisa “Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional (GEPSSAN)” subsidiou a Gestão da Universidade Federal de Alagoas para a consolidação da CI.

O processo de adoção do PAA, modalidade CI, ocorreu de forma intersetorial no espaço de organização do processo. Após intenso trabalho realizado pela Comissão Especial instalada pela reitora Valéria Correia com a assessoria do GEPSSAN, numa ação conjunta dos setores da Pró-Reitoria de Gestão Institucional (Proginst), Pró-Reitoria Estudantil (Pro-

¹⁰⁸ Uma modalidade do programa denominada Compra Institucional – CI consiste na compra realizada pelas Universidades Federais, que assumem um perfil decisivo ao dispor de alimentos da agricultura familiar para as suas comunidades acadêmicas na sustentabilidade.

est) e da Secretaria Municipal de Educação (Semed), realizaram-se as últimas sessões com os agricultores familiares e cooperativados. Procedeu-se à análise geral de conformidade das propostas, sendo a seguir divulgadas as instituições vencedoras e a corporificação da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra Institucional. A assinatura de contratos realizou-se em sessão oficial, em 7 de dezembro de 2018, no Salão Nobre da Reitoria, estando presentes todos os segmentos representativos do processo de consolidação da CI.

Dando continuidade à CI/Ufal, em 2019 foi realizada a Segunda Chamada Pública, com investimento de R\$ 1.342.054,63. Através de estudo comparativo, constatou-se aumento nos investimentos, participação de cooperativas e variedade de alimentos fornecidos, fato que comprova a instalação de um círculo virtuoso no que tange à ampliação de mercados institucionais, credibilidade no processo de aquisição dos alimentos produzidos localmente e dentro dos princípios norteadores do DHAA, e principalmente a possibilidade do consumo de alimentos saudáveis que chegam diariamente à mesa dos restaurantes.

Entretanto, com o advento da pandemia da Covid, as aulas presenciais, em atendimento às orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS, foram suspensas e, com elas, o fornecimento dos alimentos previstos na Segunda Chamada Pública. Cabe, desse modo, especial atenção para que não se perca aquilo que resultou de anos de trabalho, insistência e persistência, considerando que se vive num país em que os direitos sociais são aviltados, e onde a fome ronda o cotidiano de 19 milhões de pessoas, número que sobe para 50 bilhões, se consideradas as formas de insegurança alimentar grave e moderada.

O ataque bolsonarista a todos os Programas relacionados à promoção da saúde alimentar da população resulta no seu aniquilamento, através do “desfinanciamento” (grifos nossos) do conjunto estruturante de ações voltadas ao atendimento da SAN. Nesse momento em que se projeta o gradual retorno às aulas presenciais, talvez muitos dos estudantes façam parte do contingente populacional que vive em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo por isso de fundamental importância que se mantenha a CI, da qual provém grande parte dos alimentos servidos nos RU(s) da UFAL.

Os Projetos de Pesquisa e outras atividades: das alegrias e dores

O Programa de pesquisa para o SUS – PPSUS, intitulado “Saúde Ambiental e Biossegurança em Comunidades Rurais nas Mesorregiões do Estado de Alagoas”, foi executado através do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa – Fapeal, por meio da ordenação do GEPSSAN, representando a Faculdade de Serviço Social – FSSO, a Faculdade de Nutrição – Fanut e o Curso de Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas do Centro de Ciências Agrárias – Ceca. Materializou assim a oportunidade da pesquisa científica, incluindo a coleta de dados no campo, para os alunos dos referidos cursos.

Realizado no Estado de Alagoas, o projeto teve como base de pesquisa seis assentamentos, divididos e selecionados nas três mesorregiões: Zona da Mata, Agreste e Sertão. Durante os dois anos de pesquisa, foram coletados dados socioeconômicos, alimentares e antropométricos, posteriormente digitados, tabulados e devolvidos à comunidade. Os resultados da pesquisa estão sendo divulgados em eventos nacionais e internacionais e em revistas científicas.

Ainda na trilha dos trabalhos de pesquisa, há o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Pibic, que desde 2012 tem produzido material sobre os estudos desenvolvidos no grupo, fundamentais para o levantamento das problemáticas sociais em torno da SAN no Brasil, e principalmente em Alagoas. Para tal, ocorrem reuniões semanais do grupo, nas quais são discutidos textos previamente definidos, a fim de provocar a reflexão e o diálogo sobre os objetos de pesquisa.

Abre-se aqui um espaço para o registro de uma das nossas maiores dores na caminhada do GEPSSAN, durante toda a sua trajetória. Trata-se do falecimento repentino e imprevisível, em dezembro de 2020, de um dos mais aguerridos e entusiasmados pesquisadores, o Prof. Dr. Rafael Navas, que desde 2016 vinha participando ativamente de inúmeras atividades empreendidas pelo grupo. Na condição de vice-líder do Grupo, marcava sua presença no ensino, na pesquisa e na extensão. A luta pela agroecologia e pela reforma agrária marcou sua presença no grupo e na Ufal. Seus ensinamentos, sonhos e esperanças nos acompanharão onde estivermos. Em sua homenagem seguiremos plantando sementes de luta

por melhores condições e acesso a alimentos adequados, com qualidade e em quantidade suficiente para todos.

Nos encaminhamentos finais, ainda olhando para o Quadro 2, o GEPSSAN desenvolveu e participou de ações pontuais dentro e fora do espaço universitário. Através de oficinas e seminários, incentivou o consumo de alimentos orgânicos; participou do “Banqueteço”, movimento realizado no Centro de Maceió em defesa da permanência do Consea nacional; fez-se presente nas Calouradas, por muitos semestres letivos, a convite da Coordenação de Curso e do Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo; participou da organização e do desenvolvimento das Jornadas Universitárias da Reforma Agrária – JURA(s); marcou presença no Conselho Estadual de SAN e nos demais espaços de reflexão, construção e execução de atividades na luta e na defesa do DHAA.

Considerações finais

Num mundo em que a ciência se pauta por modelos fragmentados que separam o sujeito do objeto, escrever sobre a criação e a trajetória de um grupo de pesquisa não foi tarefa fácil.

Falar dos feitos, das realizações, da cientificidade necessária para o protocolo acadêmico foi o percurso mais tranquilo. Mas nas entrelinhas do texto, não pudemos deixar de falar daquilo que faz parte da vida cotidiana dos pesquisadores: sentimentos, impressões e ausências. Olhar para quase uma década de trabalho trouxe consigo momentos densos de vida, em que a luta e o desejo coletivo de marcar presença na formação de profissionais críticos, comprometidos e esperançosos em diferentes áreas do conhecimento fizeram-se presentes. Nesse sentido, o texto construído a muitas mãos, mentes e corações, procurou situar, para além de conceitos, diretrizes e marcos legais de políticas públicas, o significado das ações so-nhadas e executadas coletivamente.

O GEPSSAN é a concretude que abriga, em seu interior, espaços destinados à discussão de algo que é inerente à nossa sobrevivência no planeta: a alimentação. Alimento é vida, saúde e vitalidade. Alimento é condição para pensar, andar e produzir. Alimento é cultura e construção de identidade. Dis-

cutir sobre seu lugar no mundo, suas formas de produção, o acesso e a distribuição, e sobre todas as contradições impostas pelo capitalismo – que exerce o controle e gera a fome –, tem sido nosso objetivo até aqui.

Referências

ABRANDH. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2013.

_____. Alimentação adequada e saudável: direito de todos. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF, Relatório Final, 2011.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista Nera, n. 16, p. 22-32, 2012.

BOSCHETTI, I; BEHRING, E. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

HIRAI, W. Segurança Alimentar: em tempos de (in)sustentabilidades produzidas. Jundiá, Paco editorial, 2011.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G. TOLONI, M. A. Nutrição em saúde pública. São Paulo: Rubio, 2011, p. 417-488.

MOITA, M. G. S. C. e ANDRADE, F. C. B. Ensino-Pesquisa-Extensão: a indissociabilidade na pós-graduação. Rev. Bra. Ed. 14941, 2009.

OLIVEIRA, P. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: A modalidade de compra com doação simultânea em Alagoas. Maceió (AL). 2019.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, A. S. Alimentos orgânicos: desafios dos consumidores. Governador Mangabeira- BA. 2021.

Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos - Diverge

Elvira Simões Barretto

Introdução

Diante da importante iniciativa da Faculdade de Serviço Social/FSSO e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social /PPGSS/UFAL para a organização da Coletânea sobre a história dos Grupos de Pesquisa e de Extensão e dos Núcleos Temáticos da FSSO, o Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos/DIVERGE/CNPq/FSSO busca, na oportunidade, compartilhar o trilhar de algumas iniciativas acadêmico-científicas voltadas para a promoção e consolidação de uma cultura que valorize a diversidade étnico-racial, a equidade de gênero, a diversidade sexual visando à superação de opressões racistas, de gênero e de classe social.

Compreende-se que a condição de docente, em particular do ensino superior, requer formação continuada e sistemática atualização, em que o lugar de docente se entrecruza e dialoga com o lugar de discente: professor/a da graduação que ao mesmo tempo é (ou já foi) aluno/a da pós-graduação (mestrado ou doutorado); também pesquisador/a, que coordena projetos de extensão e de pesquisa, que escreve artigos, ministra palestras, organiza eventos, entre outras atividades, além de liderar um Grupo de Pesquisa (CNPq).

Desde o lugar de autoria do presente texto, com a licença da palavra, há que destacar a particularidade de um/a professor/a pesquisador/a, assistente social, cujo perfil de formação profissional requer os seguintes atributos:

[...] profissional que analise, decifre e atue sobre as múltiplas expressões da questão social, planeje, implemente e avalie políticas, planos, programas e projetos sociais; Profissional generalista, com competências teórica, metodológica e política, referenciado no conhecimento

das Ciências Sociais e da teoria social de Marx, com capacidade de análise crítica e propositiva nos diversos espaços sócio-institucionais [...] ¹⁰⁹ (<https://fssoufal.br/graduacao/servico-social>).

O presente perfil da profissão e área de conhecimento vinculados ao pensamento crítico vem de uma trajetória histórica que logrou reverter o sentido de ser profissional atrelado às demandas do capital desde sua Gênese¹¹⁰, ao assumir um projeto profissional “vinculado a um projeto social radicalmente democrático” (BRASIL, 2011, p.21).

Com o aprofundamento no pensamento crítico, materializa-se um projeto profissional que reconhece o ser social como sujeito capaz de liberdade e o *trabalho* como sua categoria fundante. Tal acepção expressa a perspectiva de sociedade que vislumbra o descortinar da possibilidade objetivo-concreta de superação da sociedade capitalista e abre vetores para apreensão das raízes da reprodução das desigualdades sociais e opressões de classe, gênero e etnicorracial.

A demonstração de tal perspectiva é explicitada no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993, desde seus princípios norteadores, dos quais salientam-se os princípios: I - reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II- defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; VI- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII- garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII- opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração

¹⁰⁹ Site da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas: <https://fssoufal.br/graduacao/servico-social>

¹¹⁰ Nos anos 30, a Institucionalização e legitimação do serviço social enquanto profissão advém de mobilizações do Estado, do empresariado, com o apoio da Igreja Católica, tendo em vista o enfrentamento e a regulação da questão social, que começa a se aprofundar e adquirir expressão política. (YAZBEC,2009)

de classe, etnia e gênero; XI- exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL,2011)

Nessas condições objetiva-se delinear-se, no contexto da Faculdade de Serviço Social¹¹¹ da Universidade Federal de Alagoas, o Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos/DIVERGE/CNPq/FSSO como um desdobramento da formação profissional como assistente social e como pesquisadora integrante do Núcleo Temático Mulher e Cidadania/NTMC/UFAL¹¹², locus privilegiado de formação continuada no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, cuja temática versa, desde 1989, sobre a mulher e relações de gênero na perspectiva feminista.

Nos anos 80 não existia Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) vinculado ao CNPq, os Núcleos de pesquisa e extensão, no Brasil, não estavam interligados em Redes e/ou Plataformas Virtuais. Entretanto, o NTMC¹¹³, desde a sua fundação, vincula-se a Redes de Pesquisa Feminista, entre as quais registram-se: a Rede de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y el Caribe (REPEM), a Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (REDFEM), a Rede Feminista Ne e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a mulher e Relações de Gênero (REDOR). Nesse sentido, a perspectiva de atuação em *Rede* passou a nortear os planos, programas e projetos do NTMC e desdobra-se e consolida-se com a criação do Grupo DIVERGE/CNPq, parte integrante do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹¹¹ O nascedouro da Faculdade de Serviço Social da UFAL foi a Escola de Serviço Social Padre Anchieta, fundada em 1957.

¹¹² Ver o capítulo que trata do NTMC/UFAL, nesta coletânea. A líder do DIVERGE e autora do presente texto foi coordenadora do NTMC entre os anos de 1992 a 2002.

¹¹³ Fundado pela Profa. Dra. Nadia Regina Loureiro de Barros Lima e contava com a Profa. Ms. Maria Aparecida Batista na equipe de fundação no final dos anos 80.

DIVERGE

Desde a sua inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), o DIVERGE/FSSO/CNPq traz consigo os fundamentos do pensamento crítico que norteiam o serviço social, do feminismo, da ciência da comunicação e do direito internacional. Esse acervo de conhecimento e experiências convergiram com os pré-requisitos para a aprovação do referido Grupo de Pesquisa no DGP, tais como:

[...] um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente: Cujo fundamento organizador são a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico; Em que há envolvimento profissional e permanente com atividades de pesquisa; No qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos. Cada grupo de pesquisa deve, portanto, organizar-se em torno de uma liderança (eventualmente duas), e estar "abrigado" em uma instituição previamente autorizada pelo CNPq. (BRASIL, 2019, p.1)

Como dito anteriormente, desde o século passado as sementes de criação do DIVERGE/FSSO/CNPq foram plantadas a partir da formação profissional e de experiências de estudos e pesquisas feministas vinculadas ao NTMC.

Para que a história do DIVERGE/FSSO/CNPq seja fidelizada pelo movimento do real e contextualizada com base em evidências, é importante registrar a experiência de pesquisa feminista, quando da realização do mestrado na área de serviço social (PPGSS/UFPE/UFAL), período de 1996 a 1999; tal como no período de 2002 a 2008, quando da experiência de pesquisa doutoral na área de jornalismo e ciência da comunicação (UAB/Barcelona/Espanha) e, ao culminar em 2017 a 2018, a pesquisa pós-doutoral na área de Direito Internacional (USAL/Salamanca/Espanha)¹¹⁴.

A finalização da pesquisa doutoral, no ano de 2008, foi o marco de nascimento do DIVERGE/FSSO/CNPq. A tese trouxe um debate sobre a cultura da violência em teledramas a partir das normatizações de gênero e sexualidade. Desde a finalização da tese já havia a ideia da organização

¹¹⁴ Sexualidade e gravidez entre adolescentes: busca ou desordem (1999).

de um Grupo de Pesquisa no DPG, entretanto, o feito inaugural ocorre com o início do Curso de aperfeiçoamento/extensão *Gênero e Diversidade na Escola (GDE)*, em resposta ao Edital SECAD/UAB/MEC- 2008.

No processo de elaboração do projeto do Curso GDE (2008), para concorrer ao referido Edital, ocorre a aprovação do Grupo de Pesquisa Gênero Diversidade e Direitos Humanos/DIVERGE no DGP, que cresce e consolida-se ao longo dos anos das 3 edições do GDE.

É de indiscutível importância o significado do GDE como curso de formação continuada de professores em gênero, diversidade e direitos humanos, eixo temático muito recente na educação básica, apesar dos índices de evasão escolar por homofobia, preconceito racial e religioso¹¹⁵, precarização econômica,¹¹⁶ desigualdade de gênero.¹¹⁷

O DIVERGE/FSSO/CNPq reconheceu imediatamente o significado do GDE do ponto de vista de conquista de direitos, entre outros aspectos, por ser fruto das lutas sociais dos movimentos Feminista, LGB-TQI+ e Afrobrasileiro.

O GDE foi o resultado de uma convergência de esforços em âmbito federal, a partir da união de distintos Ministérios: a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação a Distância (SEED), no Governo Lula Inácio da Silva, cujo Ministro da Educação era Fernando Haddad.

Em Alagoas, o GDE realiza-se entre 2009 e 2010, vinculado ao DIVERGE/FSSO/CNPq e ao NTMC, com a proposta de capacitação e formação de educadores e educadoras da rede pública do ensino básico e demais profissionais que atuam no âmbito socioeducativo e político, no

¹¹⁵ Pessoas negras e/ou de religião de matriz africana discriminadas e/ou em situação de bullying por causa do comportamento de profissionais da escola e/ou colegas.

¹¹⁶ Alunos/as que precisam parar de estudar para trabalhar.

¹¹⁷ Exemplo de expressões de desigualdades de gênero que mesclam com condição de classe: meninas que engravidam e não têm creches para seus filhos/as; meninas que muitas vezes são abusadas por pais, padrastos, professores/as, colegas e entram em processos de sofrimento psíquico; meninas que não tem motivação para estudar diante da violência doméstica que vivem suas mães, entre tantas.

sentido de promover e consolidar uma cultura de valorização da diversidade etnicorracial, da equidade de gênero, da diversidade sexual visando à superação de qualquer forma de discriminação social e de desrespeito aos direitos humanos. O curso visou, também, à promoção da inclusão digital – aprendizado de novas tecnologias – por meio de conteúdos teórico-críticos em torno das culturas discriminatórias de gênero, etnicorracial e de orientação sexual no país. Em última instância, compreendeu-se e posicionou-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requeriam (e requerem até hoje) o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que negros e negras, índios e índias, mulheres e homossexuais, dentre outros grupos discriminados, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável.

Em 2010, o GDE/DIVERGE/NTMC realizou 82 eventos, correspondentes aos projetos de intervenção dos/as professores/as e alunos/as, em 82 Unidades de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual e Municipal, englobando 52 Oficinas, 10 palestras, 20 cursos.

Após a primeira etapa do GDE, o DIVERGE/FSSO/CNPq, junto com o NTMC/ICHCA, coordenou a segunda Edição do GDE – aperfeiçoamento/extensão, entre 2011 e 2013¹¹⁸, e a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), entre 2014-2016¹¹⁹.

Duas publicações demarcaram esses momentos, os lançamentos de duas obras nas bienais de 2011 e 2015, respectivamente. São elas as coletâneas *GDE I 2009 -2010: múltiplos olhares de uma perspectiva alagoana*¹²⁰ e *Gênero e Diversidade Na Escola: desvendando opressões*.¹²¹

¹¹⁸ Ver: <http://gdeufal.blogspot.com/2010/>. Acesso: 15 de setembro de 2021.

¹¹⁹ Ver: <https://ufal.br/ufal/noticias/2014/11/curso-sobre-genero-e-diversidade-na-escola-tem-aula-inaugural-neste-sabado>. Acesso: 15 de setembro de 2021.

¹²⁰ PINTO, Anamélia de Campos; BARRETTO, Elvira Simões Barretto. *GDE I 2009 -2010: múltiplos olhares de uma perspectiva alagoana*. Maceió, EDUFAL, 2011.

¹²¹ BARRETTO, Elvira Simões; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista. *Gênero e Diversidade na Escola: desvendando opressões*. Maceió, EDUFAL, 2015.

Nesse ínterim, o eixo temático gênero, diversidade e direitos humanos, sob a influência do DIVERGE/FSSO/CNPq e do Grupo de Pesquisa Frida Khalo/FSSO/CNPq, passa a contribuir com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social¹²², por meio das disciplinas: *Educação em Direitos Humanos; Gênero, Diversidade, Poder e Família; Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social*,¹²³ (2019, p. 150-152); ainda na graduação acrescentem-se as orientações de TCC, no período de 2008 a 2021, com a seguinte estimativa: 31 Trabalhos de Conclusão de Curso; 16 pesquisas de iniciação científica; 26 Trabalhos de Conclusão de aperfeiçoamento/especialização.

Ainda no âmbito da graduação, por meio de sua líder, o DIVERGE/FSSO/CNPq participou da organização de alguns eventos acadêmicos, tais como: o IV Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Graduação em Serviço Social e a Jornada Acadêmica da Faculdade de Serviço Social: gênero e diversidade.¹²⁴

Seguindo a perspectiva de atuação em Rede, o DIVERGE/FSSO/CNPq vincula-se à Rede Enredando com a história (<https://www.facebook.com/enredandoconlahistoriablog/>) e à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (<http://www.18redor.ufrpe.br>); possui o blog Diverge & Converge: Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (<https://divergeconverge.blogspot.com.es/>)

No que concerne às linhas de pesquisa, o Grupo em pauta possui as seguintes linhas: Direito Público dos Direitos Humanos e Gênero; Gênero e Direitos Humanos; Gênero, Juventude e violência; Gênero, Mulher e Ciência; conta com 12 pesquisadores/as de instituições nacionais e 1 pesquisadora de instituição internacional.¹²⁵; 2 estudantes de mestrado; 12 estudantes de graduação; uma técnica.

¹²² Ver: <https://fssoufal.br/graduacao/servico-social/documentos/projeto-pedagogico>. Acesso em: 10 de setembro 2021.

¹²³ Ver: <https://fssoufal.br/graduacao/servico-social/documentos/projeto-pedagogico>. Acesso em: 10 de setembro 2021.

¹²⁴ Ver: <https://ufal.br/ufal/noticias/2011/10/sexualidade-violencia-e-outros-temas-em-debate-no-congresso-academico>. Acesso em: 18 de setembro 2021

¹²⁵ Ver: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/202659>. Acesso em: 18 de setembro 2021

No período de 2017 a 2021 algumas realizações acadêmicas merecem registro. Em 2017, o ingresso da líder do DIVERGE/FSSO/CNPq no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/FSSO/UFAL, para ministrar a disciplina Gênero e Direitos Humanos, após sua instância pós-doutoral em Direito Comparado, na Universidade de Salamanca.

A primeira turma da mencionada disciplina PPGSS/FSSO/UFAL contou com 13 alunos/as matriculados/as; destes/as, uma aluna especial, vinculada ao DIVERGE/FSSO/CNPq, ingressa no Doutorado na Universidade de Salamanca, contando com a coorientação da líder do DIVERGE/FSSO/CNPq.

Em 2020, vinculados à linha de pesquisa *Direitos, Movimentos Sociais, Relações de Exploração Agrária, Urbana e de opressão*/PPGSS/FSSO/UFAL¹²⁶, o DIVERGE/FSSO/CNPq conta com o ingresso de dois mestrandos do PPGSS/FSSO/UFAL, orientandos da líder do grupo.

Em termos da participação do DIVERGE/FSSO/CNPq em organização de eventos nacionais e internacionais destacam-se: Encontro Internacional do Projeto Indicadores da Valorização da Cidadania e das Políticas Públicas no Âmbito Prisional: A Dignidade Humana como horizonte do apenamento, realizado na 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas, no ano de 2019.¹²⁷; em 2018, o Seminário Internacional de Historia de los Derechos Humanos¹²⁸; o Seminário Internacional sobre Mujeres, Artes Plásticas, Literatura y Derechos Humanos¹²⁹, o XXI Congreso Internacional de Historia de los Derechos Humanos de la Universidad de

¹²⁶ Ver: <https://fsso.ufal.br/pos-graduacao/servico-social/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 18 de setembro 2021

¹²⁷ Ver: <https://ufal.br/ufal/noticias/2019/11/bienal-debate-cidadania-e-politicas-publicas-no-ambito-prisional>. Acesso em: 19 de setembro 2021

¹²⁸ Ver: <https://diarium.usal.es/enredandoconlahistoria/2018/01/26/seminario-internacional-de-historia-de-los-derechos-humanos-usal-29-y-30-de-enero-de-2018/>. Acesso: 19 de setembro 2021.

¹²⁹ Ver: <https://seminariomujeresartesliteraturaderechos.wordpress.com/>. Acesso :19 de setembro de 2021.

Salamanca¹³⁰ e I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade¹³¹.

No período de 2008 a 2021 foram realizadas as seguintes pesquisas, por ordem cronológica crescente: *Identidades de gênero de jovens do sexo masculino, em Maceió: um estudo sobre a cultura da violência*, participando 5 alunos/as do curso de graduação em Serviço Social e integrantes do DIVERGE/FSSO/CNPq; *Alagoas em rede: sistema informatizado para o fortalecimento das políticas de proteção à mulher, à criança, ao/à adolescente e ao/à jovem*, com a participação de 8 profissionais da área de ciências humanas, 4 destes integrantes do DIVERGE/FSSO/CNPq; *Questões de Gênero e Diversidade na Telessérie Malhação*, contando com 5 alunos/as do curso de graduação em Serviço Social e integrantes do DIVERGE/FSSO/CNPq; *Aborto e Direitos Humanos: um estudo em perspectiva comparada entre Brasil e Espanha*, em parceria com duas pesquisadoras da Universidade de Salamanca, uma delas integrante do DIVERGE/FSSO/CNPq.¹³²

Com fins de contribuição em políticas de fomento ao enfrentamento das opressões de gênero, sexualidade e etnicorraciais, o GP participa desde 2009 do Comitê Ad Hoc Pró-Equidade de Gênero¹³³, que foi um Programa instituído no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos¹³⁴. O seu objetivo era difundir novas perspectivas de gestão de pessoas e ressignificação da cultura organizacional, no sentido do enfrentamento de discriminação e desigualdade de gênero e raça praticada no ambiente de trabalho, ao promover meios que assegurem a igualdade de gênero e raça nas relações formais de

¹³⁰ Ver: <https://www.pautajudicial.com.br/media/uploads/2018/07/16/programa-1.pdf>. Acesso: 19 de setembro de 2021.

¹³¹ Ver: <https://ufal.br/ufal/noticias/2018/9/i-congresso-internacional-do-direito-publico-dos-direitos-humanos-e-politicas-de-igualdade-ja-e-considerado-um-sucesso>. Acesso: 19 de setembro de 2021.

¹³² Ver: <http://lattes.cnpq.br/8938462538963163>. Acesso: 23 de setembro 2021

¹³³ <http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Reuniao-avalia-acoes-para-promocao-de-Genero-e-Raca-na-empresa-2233.html>. Acesso: 10 de setembro de 2021.

¹³⁴ Hoje, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O DIVERGE/FSSO/CNPq está afastado temporariamente do Comitê, por divergências de perspectivas de atuação.

trabalho e na ocupação de cargos de direção. O Programa era coordenado pela SPM em parceria com a SEPPIR, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho – OIT.

No contexto da pandemia, realizaram-se algumas atividades acadêmicas por meio virtual, das quais destacam-se:

- A live *Agosto Lilás na Pandemia: gênero, violência e serviço social*, em dois momentos, nos dias 24/08/2020 e no dia 28/08/2020, em parceria PPGSS/FSSO/DIVERGE, contando com conferencistas pesquisadoras da Faculdade de Serviço Social AC. Simões e da Unidade Palmeira dos Índios/UFAL, da Universidade Maurício de Nassau/UNI-NASSAU, da Universidade Estadual do Rio grande do Norte /UERN, da Universidad Nacional de LaPlata/UNLP, doutorandas do PPGSS/UFAL e profissionais de serviço social inseridas na política de proteção às mulheres em Alagoas.¹³⁵

- A live *Café com Diversidade: machismo estrutural e empoderamento feminino*, a convite do Grupo de pesquisa "Saúde e comunidade: buscando a integralidade do cuidado" da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas e da Universidade Estadual das Ciências da Saúde de Alagoas/UNCISAL.

- A reunião inter-universitária nacional e internacional "Indicadores de cidadania e de políticas públicas no âmbito penal". Rede de instituições que confluíram esforços para a execução de objetivos comuns na temática deste projeto, cujos núcleos são: o grupo de pesquisa/CNPq-UNIFACS "Políticas e Epistemes da Cidadania"; Universidad de Salamanca e o Instituto Universitário de Lisboa–ISCTE-IUL, de Lisboa, e UFAL Convidada Internacional integrante do GP Diverge.

Mais recentemente, o DIVERGE/FSSO/CNPq e o DJUSS/FSSO/CNPq¹³⁶, ambos vinculados ao PPGSS/UFAL, integram-se ao Projeto Matriz: *Impacto epidemiológico da Covid-19 no Sistema Prisional na Cidade de Salvador*,¹³⁷ com perspectiva de ampliação do espectro e a possibilidade de uma análise comparativa.

¹³⁵ Ver: <https://fsso.ufal.br/pos-graduacao/servico-social/institucional/eventos>. Acesso: 10 de setembro de 2021.

¹³⁶ Tem como Líder a Profa. Dra. Maria Adriana Torres.

¹³⁷ Coordenador Geral: José Menezes/UNIFACS/UNISBA, líder do GPPEC /UNIFACS/CNPq

Com base na matriz, assume-se o Projeto *O Impacto epidemiológico da Covid-19 no Sistema Prisional na Cidade de Maceió*, com a coordenação geral sob a responsabilidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Salvador (UNIFACS), e conta com as colaborações do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE- IUL), do Observatório Europeu das Prisões e da Faculdade de Geografia y Historia da Universidad de Salamanca. O projeto tem por objetivo delinear o perfil do impacto da pandemia da Covid-19 nos serviços de atenção à saúde no sistema prisional de Maceió, considerando os procedimentos adotados em sistemas prisionais para períodos de epidemia, entre outros aspectos.

Considerações finais

Como visto, os estudos, as pesquisas e as ações de extensão que agregam o DIVERGE/FSSO/CNPq trazem consigo contribuições importantes para o enfrentamento das opressões de gênero, classe, sexualidade e etnicorracial, nos âmbitos do ensino-graduação e pós-graduação; da pesquisa e da extensão. É fato que as atividades acadêmicas do DIVERGE/FSSO/CNPq vêm gerando impactos sociais importantes ao multiplicarem seus conhecimentos e disseminar iniciativas¹³⁸ na perspectiva de superação da sociedade capitalista-patriarcal e androcêntrica

Em suma, compreende-se que o capitalismo moderno, oriundo das sociedades ocidentais de origem judaico-cristã e patriarcal, traz consigo uma lógica de exploração econômica e social que se sustenta nas opressões de classe, de gênero, etnicorracial, entre outras. Nesse sentido, o enfrentamento dessas opressões contribui, sobremaneira, para a emergência de outro tipo de sociabilidade. Perspectiva essa que vem a fortalecer o Projeto Ético-Político do Serviço Social e norteia o DIVERGE/FSSO/CNPq.

¹³⁸ Ver: @gpdiverge (instagram) e <https://www.facebook.com/divergeufal> . Consulta: 19 de setembro 2021.

Referências

- BARRETTTO, Elvira Simões; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista. *Gênero e Diversidade na Escola: desvendando opressões*. Maceió, EDUFAL, 2015.
- BRASIL. DGP- Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil, 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/como-os-dados-sao-obtidos>.] Acesso em:16 de fevereiro de 2021.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2021.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília, p. 1-22, 1999.
- PINTO, Anamelea de Campos; BARRETTTO, Elvira Simões Barretto. *GDE I 2009 -2010: múltiplos olhares de uma perspectiva alagoana*. Maceió, EDUFAL, 2011.
- YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009.

PET Conexões de Saberes Serviço Social: Espaço de formação profissional, lutas e afetos

Andréa Pacheco de Mesquita
Josimeire de Omena Leite
Juan Douglas Silva de Sá

Resumo

Este artigo trata da trajetória histórica do grupo Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Serviço Social (PET-SSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Resulta de uma pesquisa teórica, por meio de revisão bibliográfica, relatos descritivos que resgatam a história do Programa de Educação Tutorial e sua relevância, em nível nacional, na Educação Superior Pública, seguidos da exposição de experiências do PET-SSO. Conclui que, em seus 11 anos de existência, o referido grupo PET vem contribuindo com o processo de formação profissional crítica de graduandas/os em Serviço Social, efetivando a proposta do programa, na modalidade Conexões de Saberes, no tocante ao estímulo à ampla formação, à autonomia pedagógica, ao melhor contato com a comunidade acadêmica e externa, além da perspectiva cidadã, a partir da prática da indissociabilidade da tríade universitária.

Introdução

A Universidade pode ser compreendida como um complexo de análise, discussão, produção de conhecimento e respostas aos fenômenos, necessidades e demais questões socialmente postas. Nesse percurso, o desenvolvimento da formação sócio-histórica brasileira (e mundial) amplia a complexidade de sua função na estrutura social, desafiando constantemente a construção das ciências e suas tecnologias e demandando ações, projetos e programas, no âmbito da graduação, como dispositivos complementares à relação ensino-aprendizagem de sala de aula. Iniciativas por vezes desenvolvidas para englobar segmentos sociais específicos do ensino superior público, atendendo demandas científicas e/ou socioeconômicas.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, encontram-se diversas iniciativas de fomento à produção de conhecimento (direta ou indireta) e ampliação/consolidação dos conhecimentos adquiridos nas atividades elementares dos cursos de graduação (orientadas por seus respectivos projetos pedagógicos), como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa Idiomas Sem Fronteiras (ISF). Entre eles figura ainda o Programa de Educação Tutorial (PET), datado do final dos anos 1970.

O presente artigo objetiva evidenciar a relevância do PET no Ensino Superior, especificamente a partir da abordagem da trajetória do PET Conexões de Saberes Serviço Social da UFAL, bem como do registro de novos elementos históricos provenientes das vivências do grupo. Realiza uma breve caracterização da história de formação do programa, a nível nacional, seguida pelo resgate do processo de instauração do PET na Faculdade de Serviço Social (FSSO) da UFAL e, por último, da apresentação de seus principais feitos, conquistas e desafios recentes, em interlocução com as discussões contemporâneas da categoria profissional do Serviço Social.

Do treinamento à educação tutorial: qual a função designada ao PET no ensino público superior?

Petrilli-Filho e Martins (2001), ao abordarem o “profissional do novo milênio”, evidenciam que as transformações do modo de produção capitalista para o século XXI, impulsionadas pela globalização, reivindicam determinadas capacidades modernas para o entrosamento dos profissionais no mercado de trabalho, como adaptabilidade, criatividade e flexibilidade. Para eles, essas requisições fundamentaram a criação do Programa Especial de Treinamento (PET), em 1979, pelo Professor Cláudio de Moura Castro – diretor geral da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC),

na conjuntura supramencionada –, com base em suas experiências de docência na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e *honors programs*¹³⁹ das universidades americanas.

O Programa Especial de Treinamento materializou-se nas IES brasileiras a partir da instituição de grupos tutoriais entre bolsistas discentes de graduação “com potencial” e um/a docente tutor/a, com titulação mínima de doutoramento, almejando proporcionar formação ampla que preenchesse lacunas dispostas nas experiências do ensino superior, além de impulsionar a participação em atividades aliadas às futuras práticas. Através do incentivo à participação na elaboração e execução de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, aliadas à integração com discentes da pós-graduação, buscou-se formar profissionais “coerentes” com as necessidades do mercado de trabalho. Acreditava-se ainda que a experiência da “orientação tutorial” seria disseminada por meio dos/as integrantes dos grupos PET e, conseqüentemente, impactaria positivamente os cursos de graduação e pós-graduação das respectivas unidades acadêmicas (PETRILLI-FILHO e MARTINS, 2001; BRASIL, 2001).

De forma geral, o PET constituiria um instrumento de fomento à “[...] aprendizagem ativa dos seus membros, por meio de vivência, reflexões e discussões, em clima de informalidade e cooperação” (BRASIL, 2002, p. 5), considerando que,

O método tutorial permite o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico entre os bolsistas, em contraste com o ensino centrado principalmente na memorização passiva de fatos e informações, e oportuniza aos estudantes a se tornarem cada vez mais independentes em relação à administração de suas necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2002, p. 5).

O passar das décadas e das gestões governamentais, em consonância com o fortalecimento e o aperfeiçoamento das ações, foram moldando o programa, que passou por reformulações legais e metodológicas consideráveis, a saber: transição da condução do programa da CAPES para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SES/MEC),

¹³⁹ Tratam-se de programas americanos que buscam “auxiliar os estudantes a desenvolverem métodos de pensamento e conhecimento intelectual através da pesquisa” (CASSIANI, RICCI E SOUZA, 1998, p. 64).

em 1999; descentralização de processos de gestão, possibilitando às IES maior autonomia; incentivo à integração entre discentes dos programas de graduação e pós-graduação, bem como ao trabalho inter e transdisciplinar; possibilidade de inclusão de estudantes dos cursos de licenciatura e recém-ingressos no ensino superior (CASSIANI, RICCI E SOUZA, 1998, p. 64). Entre outros aspectos, seguiu assim até a emergência da proposta da educação tutorial orientada pelos princípios da horizontalidade e da indissociabilidade da tríade universitária, a partir da promulgação da Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, seguida pela regulamentação das Portarias MEC nº 976/2010 e 343/2013 (BRASIL, 2013).

Além da nova roupagem metodológica, a partir de 2004, o PET também reafirmou o propósito de proporcionar o desenvolvimento de uma formação dotada de responsabilidade social na finalidade de participação no programa, indo além da formação qualificada apenas para o mercado de trabalho, com “[...] sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais” (BRASIL, 2006, p. 4)¹⁴⁰. Em meio às adaptações realizadas também esteve a sua renomeação, passando a ser denominado de Programa de Educação Tutorial (e mantendo a mesma sigla). Dessa maneira, espera-se que as ações do programa possam, a médio e longo prazos,

[...] fomentar, nas diversas áreas do conhecimento, a formação de profissionais de nível superior, dotados de elevados padrões científicos, técnicos, éticos e com responsabilidade social. Espera-se formar profissionais que sejam capazes de uma atuação no sentido da transformação da realidade nacional, em especial como docentes e pesquisadores pós-graduados em áreas profissionais (BRASIL, 2006, p. 5).

Em conformidade com o Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial (MOB/PET), observa-se que é designada ao PET a função de ser um “palco” de construção dos novos caminhos pedagógicos para o ensino superior, orientado pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em um movimento de alinhamento às potencialidades interventivas das demandas nacionais. Com a proposta de “modernização do ensino superior” brasileiro – que, não por acaso, busca

¹⁴⁰ Também é possível apreender uma preocupação com a “especialização precoce” no ensino superior, a ser driblada com a “multiplicidade de experiências” possíveis no âmbito do PET (BRASIL, 2006, p. 6).

responder às necessidades formativas dos/as profissionais do século XXI, apontados/as por Petrilli-Filho e Martins (2001) –, o MEC almeja utilizar as ações de educação tutorial para potencializar a qualidade dos cursos de graduação e fortalecer a responsabilidade social da academia.

Para alcançar as metas mencionadas, são estabelecidas direções metodológicas de formação discente integral, na qual devem ser possibilitadas aos/às estudantes: a participação no processo completo de construção de atividades (planejamento, execução e avaliação) guiadas pela indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-extensão; uma maior proximidade com os processos no âmbito da unidade acadêmica, estimulando um maior diálogo entre discentes de graduação, da pós-graduação (quando houver) e docentes; a participação em ações interventivas na realidade social de inserção da IES, como fomento à criticidade e, conseqüentemente, à responsabilidade discente com as requisições do seu contexto societário.

Em vista disso, é disposto no MOB/PET que o cotidiano de um grupo PET deve ser concebido por ações coletivas (diversificadas e de caráter amplo), interdisciplinares e socialmente referenciadas, que possibilitem elementos suficientes para “[...] aprender fazendo e refletindo sobre” (BRASIL, 2006, p. 8). Nelas, deve haver ampla interação entre discentes de diferentes níveis de formação, as demais pessoas que formam a comunidade acadêmica da IES e a comunidade externa. E devem ser empregados recursos e procedimentos que facilitem a apreensão dos métodos e técnicas específicos da especialidade profissional, favorecendo a construção de “[...] uma formação acadêmica de excelente nível, [...] orientada pela cidadania e pela função social da educação superior” (BRASIL, 2006, p. 8).

O PET Conexões de Saberes Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas: conquistando um espaço, concebendo uma identidade e alcançando voos

O princípio das atividades do PET na UFAL processou-se próximo ao aniversário de uma década da inauguração do programa. No ano de promulgação da Constituição Federal de 1988 – popularmente conhecida como a "Constituição Cidadã", marco fulcral dos movimentos pela redemocratização do país, após 20 anos do regime ditatorial –, foi fundado,

pela Professora Doutora Maria Denilda Moura, da Faculdade de Letras (FALE), o pioneiro grupo PET alagoano: PET Letras UFAL¹⁴¹.

O Edital MEC nº 09/2010 - PET também possibilitou a criação de grupos que constituiriam uma nova modalidade no programa, mediante uma proposta metodológica que unia o projeto usual do PET com o Programa Conexões de Saberes, voltado às práticas extensionistas que buscavam estimular nos discentes do ensino superior a inserção na intervenção em territórios de procedência, fortalecendo as relações e a troca de saberes entre as IES e as comunidades populares. O processo seletivo oportunizou a abertura de 352 grupos distribuídos pelo país, exercendo influência na melhoria dos cursos de graduação, na diminuição da evasão escolar e nas desigualdades que marcam o perfil de significativa parcela da comunidade discente (SANTOS, 2017, p. 20)¹⁴².

A partir da proposta aprovada, o PET Conexões de Saberes Serviço Social é fundado como PET Curso, por tratar-se de um grupo vinculado a um curso específico, situado nas Ciências Sociais Aplicadas, devendo ser composto por discentes oriundos de comunidades populares urbanas, narra Santos (2017). Reconheceu-se, desde o princípio, que estava sendo realizada a abertura de um espaço abundante de potenciais de troca entre a UFAL e os bairros populares da capital alagoana (MEC, 2010, p. 2 *apud* SANTOS, 2017, p. 21).

Os direcionamentos preliminares também voltam as intervenções do grupo aos territórios possuidores de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades da Proteção Social Básica (PSB) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), considerando que esses equipamentos socioassistenciais são implementados em áreas com população em situação de risco e vulnerabilidade social (SANTOS, 2017). Nesse caso, ao realizar ações em

¹⁴¹ PET Letras UFAL. Apresentação. Disponível em: <https://www.petletrasufal.com/about>. Acesso em: 15 out. 2021.

¹⁴² A organização da UFAL para concorrer ao edital deu-se a partir de duas etapas seletivas: uma interna e, posteriormente, a nacional. A Faculdade de Serviço Social da UFAL adquiriu a possibilidade de abertura do PET Conexões de Saberes Serviço Social (PET SSO) mediante as supramencionadas seleções, com a aprovação do projeto submetido pela Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Silva dos Santos, primeira tutora do grupo. Em 2010, a UFAL somou sete novos grupos em sua estrutura, totalizando doze equipes de educação tutorial (SANTOS, 2017).

parceria com as unidades, o PET-SSO estaria atingindo os territórios de seus/suas integrantes e efetivando a proposta “conexista”.

A primeira geração do grupo constituiu-se em dezembro de 2010, em um processo seletivo voltado para discentes matriculados/as no segundo ou terceiro período da graduação em Serviço Social e que tivessem unidades do CRAS em seus bairros de origem¹⁴³. Considerando a finalidade dos grupos Conexões de Saberes, critérios socioeconômicos também foram observados (renda familiar, escolaridade dos pais, etc.), além das fases seletivas básicas: avaliação do histórico, entrevista e prova escrita (SANTOS, 2017).

Um novo universo deveria ser desbravado. Inicialmente, conforme Santos (2017, p. 22), foram realizadas atividades básicas, tais como a ocupação de um espaço físico (do antigo Projeto Conexões de Saberes), a apresentação da formação inicial à FSSO, criação de redes sociais, mapeamento e nivelamento de experiências do Conexões de Saberes na UFAL e de conhecimentos necessários para futuras ações, sobretudo no âmbito da pesquisa.

A partir das diretrizes legais e metodológicas do PET e dos conhecimentos relevantes à formação em Serviço Social, o grupo definiu o objetivo geral que delimitaria e nortearia as ações de materialização da tríade universitária de forma indissociável: “*Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a efetivação da política de assistência social no município de Maceió*” (SANTOS, 2017, p. 22, grifo nosso).

Entre os anos 2010 e 2016, o PET Serviço Social participou de todas as edições anuais dos eventos nacionais e regionais do Programa; definiu suas primeiras parcerias e iniciou a realização de seminários, minicursos, pesquisas, visitas técnicas; participou de conferências de assistência social; além de estabelecer os modelos iniciais de gestão interna. Essas e outras vivências estão ricamente registradas no material bibliográfico organizado por Santos (2017), com auxílio dos/as petianos/as que compuseram o grupo no referido período, evidenciando a grandeza do processo de aprofundamento de conhecimentos sobre a assistência social e a transformação desses em ações de integração entre a tríade universitária.

¹⁴³ No período citado, todas as unidades de CRAS eram localizadas na parte alta da cidade, nos seguintes bairros: “Prado, Vergel do Lago, Bebedouro, Pitanguinha, Jacintinho, Santos Dumont, Cidade Universitária e Benedito Bentes” (SANTOS, 2017, p. 21).

A consolidação da educação tutorial na FSSO: vivências teórico-metodológicas, técnicas, políticas e afetivas na prática da indissociabilidade da tríade universitária

O fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão

A caracterização da trajetória do Grupo PET Conexões de Saberes Serviço Social, no período de maio de 2016 a maio de 2019, evidencia que as atividades desenvolvidas pelas/os petianas/os, sob a tutoria da Prof.^a Dr.^a Josimeire de Omena Leite, alinham-se com a proposta de fomento à formação crítica e atuante, sendo marcadas pelo desenvolvimento de ações no âmbito do ensino e pela continuidade da rica experiência de extensão e pesquisa que o grupo ia adquirindo.

No âmbito do ensino, destaca-se a continuidade das edições da Semana do/a Graduando/a em Serviço Social (SEGRASSO), evento anual desenvolvido no âmbito da graduação e alinhado à comemoração do dia do/a assistente social, cuja relevância está em sintonizar os/as discentes do curso com o debate desenvolvido no seio da categoria profissional¹⁴⁴. Sinteticamente, vê-se que a IV SEGRASSO, realizada em 2016 com o tema central “*80 anos de Serviço Social no Brasil*”, possibilitou o debate de temáticas como a LGBTfobia e a exploração sexual de crianças e adolescentes. No ano seguinte, a V edição foi intitulada “*Serviço Social em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais*”, suscitando discussões sobre a questão agrária, a criminalização/repressão estatal das lutas sociais e a criminalização da categoria gênero no âmbito da educação.

A VI SEGRASSO trouxe exposições guiadas pelo tema *Violência e Estado Penal: resistir é preciso*, em 2018, a partir de debates sobre a intensificação da repressão estatal em virtude da crise do capital, o feminicídio e o racismo no Brasil. A VII edição, de 2019, foi nomeada “*Violência e racismo na atualidade: conservadorismo e violência, Mercado de trabalho e feminismo negro*”, sua execução demarcou a transição para a próxima tutoria.

Vale lembrar, ainda, as *Rodas de Conversa* enquanto relevantes espaços de discussão de temas éticos e sociopolíticos, junto às/aos discentes

¹⁴⁴ Em melhor especificação, do conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CRESS) e os respectivos Conselhos Regionais (CRESS).

da graduação. Com a ativa participação dos/as integrantes do PET Serviço Social, foram criados ambientes em torno das seguintes temáticas: “*Análise do Discurso Político dos governos FHC-Lula*” (2016), “*Epidemiologia e Prevenção do Suicídio*” (2017), “*Privatização da Saúde*” (2018) e “*Reflexões sobre as pessoas com deficiência nas universidades*” (2018). Nas duas últimas, discutiu-se respectivamente a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS) e o repasse do fundo público ao setor privado; e a questão da acessibilidade, mobilidade no *campus* e destinação de vagas na UFAL por meio de uma nova modalidade de cotas: para pessoas com deficiência.

A elaboração e execução dos *Minicursos* também contribuíram para a formação dos/as petianos/as e demais estudantes da graduação. Em 2017, o PET SSO promoveu, juntamente com o Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo e o Observatório de Política de Assistência Estudantil, o minicurso “*Política Nacional de Assistência Estudantil*”, ministrado pela tutora em exercício. Além deste, ocorreu o minicurso “*Questões de Método nas Ciências Sociais: introdução às tendências no capitalismo*”, estruturado em três módulos que abordaram a teoria social de Marx, o positivismo, os aspectos centrais do materialismo histórico dialético, entre outros componentes. No ano seguinte, executou-se o minicurso “*Noções Introdutórias ao Universo da Assistência Social*”, abordando a legislação, o financiamento e o controle social da referida política, tal como interface entre as proteções sociais básica e especial no trabalho com as famílias no Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Destaca-se, também, a realização dos seminários temáticos: “*A atual conjuntura econômica, política e social brasileira*” (2017), seguido por dois grupos de discussão que abordaram os impactos da PEC 55 na Saúde e na assistência estudantil; “*Gênero e Nome Social*” (2017), com expositores do Coletivo da Diversidade Quilombo Púrpura (Luciano Amorim) e do Grupo Transhow (Bárbara Nagma); e “*A atuação da/o Assistente Social no Sociojurídico: desafios contemporâneos*”, que possibilitou a discussão sobre a relação do Serviço Social e o controle penal, a medida socioeducativa e a prática do estágio obrigatório.

Em consonância com a proposta do PET, de possibilitar uma formação ampla e atrelada à melhor qualificação como pessoa humana e membro da sociedade (BRASIL, 2006), ganham forma e expressão os seguintes *Projetos de Extensão* desenvolvidos pelo PET Serviço Social: “*Educação étnico-racial na infância: Desconstruindo padrões*”, em 2016, executado no CRAS Pitanguiha,

junto a um grupo de crianças de 6 a 12 anos, usuárias dos serviços socioassistenciais. Nos anos seguintes, houve continuidade das intervenções através dos projetos “*Educação étnico-racial e movimento negro: desconstruindo padrões*” (2017) e “*Educação étnico-racial: literatura infantil afro-brasileira*” (2018), desenvolvidos no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV-CAIC/UFAL), voltados às crianças usuárias de 6 a 9 anos.

As mencionadas ações extensionistas focaram na *Educação das Relações Étnico-Raciais*, utilizando-se de oficinas temáticas, música, dança circular, artes plásticas e leituras da literatura afrobrasileira, proporcionando aos/às petianos/as e às crianças a vivência de situações didáticas que os/as levaram a apreender a problemática do racismo e da discriminação racial no Brasil e em Alagoas. Vale ressaltar que, para executar a ação de extensão, os/as petianos/as foram capacitados/as, através de estudos teórico-práticos, por pesquisadores/as do Grupo de Pesquisa Currículo, Profissão Docente e Subjetividades, do Centro de Educação (CEDU) da UFAL.

O projeto de extensão intitulado “*PET Multiplicado*” também materializa-se enquanto feito relevante do PET SSO, proporcionando a articulação da Universidade com a comunidade dos bairros Vergel, Benedito Bentes I e Cidade Universitária, por meio da atuação dos/as petianos/as como agentes multiplicadores/as da doação de sangue e medula óssea. A capacitação do grupo PET ocorreu através de um minicurso em parceria com o Serviço Social do Hemocentro de Alagoas (HEMOAL), possibilitando o desenvolvimento de ações educativas junto aos/às estudantes de Ensino Médio da Rede Estadual de Alagoas, que demonstraram a importância da doação voluntária de sangue e medula óssea, desmistificando mitos e dirimindo as dúvidas acerca da temática.

Assim, envolvendo o HEMOAL, gestores, coordenação pedagógica e grêmios estudantis, as/os petianas/os desenvolveram a ação de extensão nas seguintes escolas estaduais: Alfredo Gaspar de Mendonça (2016), Dr. Edson dos Santos Bernardes (2017), Dom Otávio Barbosa Aguiar (2018) e Escola Jornalista Lafayette Belo (2018). O projeto constituiu-se em um importante instrumento para a promoção da doação voluntária de sangue e medula óssea, viabilizando a coleta externa e a realização de cadastros nas referidas escolas, totalizando a captação de 60 doadores de sangue e, em média, 250 cadastros no Registro Nacional de Doadores

Voluntários de Medula Óssea (REDOME). Além de oportunizar a obtenção e o aprofundamento de conhecimentos acerca da *Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados* e da atuação do Serviço Social na sua operacionalização, também foi subsídio para elaboração/publicação de relatos de experiência das ações de multiplicação¹⁴⁵.

Vê-se que o compromisso com a consolidação da política de diversidade nas IES, através da cooperação e do fortalecimento das ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero, está entre os objetivos do PET (BRASIL, 2013). A adoção das políticas afirmativas, na modalidade da reserva de vagas para ingresso nas universidades públicas, através das cotas sociais e raciais, constitui-se como um importante instrumento de acesso ao direito social de educação, através da democratização do acesso de jovens de baixa renda, negros, indígenas e/ou pessoas com deficiência à educação superior.

Percebe-se, portanto, que as chamadas *cotas sociais*, além de serem um meio de inclusão, atuam na promoção de igualdade de oportunidades, principalmente em um contexto histórico-social onde a Lei de Cotas, o Sistema Integrado de Seleção Unificada (SISU) e a progressiva mudança do perfil do/a discente que ingressa nas universidades federais trazem novos desafios para a assistência estudantil que busca ampliar as condições de permanência na educação pública federal. Em virtude dos elementos postos, observa-se a relevância da execução da pesquisa *Cotas sociais e permanência no campus A.C. Simões - UFAL*, cujo objetivo foi analisar qual o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas condições de permanência dos/as discentes cotistas no campus A.C Simões, contemplados/as no edital 02.2015 – PROEST/UFAL (LEITE, 2018).

A experiência de possibilidade de participação em todos os processos de um projeto de pesquisa evidencia grandes oportunidades de apreensão de

¹⁴⁵ Entre os produtos socializados, estão: a Oficina “PET Multiplica - Desmistificando a Doação de Sangue e Medula Óssea” (2016), no Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia (CAIITE); e relatos de experiência apresentados/publicados em eventos como IV ENEPET - Piauí (2017), III Jornada Nordeste de Serviço Social - Recife/PE (2017), II Congresso de Serviço Social do IMIP e da VII Jornada de Serviço Social do IMIP - Recife / PE (2017), 70º Reunião da SBPC (2018), I Congresso Regional de Serviço Social das FIP - Patos/PB (2018), ENEPET e ENAPET (2019), além de publicação na Revista Eletrônica Extensão em Debate/UFAL.

conhecimento teórico-metodológico viabilizadas, passo a passo, pela tutora. Houve a aproximação à técnica *análise de conteúdo em pesquisas qualitativas* e o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, sob tutoria, para produção de textos sobre os seguintes conceitos: neoliberalismo, hegemonia, relação Estado x sociedade civil, avaliação de programas e políticas sociais, educação superior, ações afirmativas e assistência estudantil. A técnica de coleta de dados seria a entrevista semiestruturada, a partir de um formulário elaborado coletivamente pelo grupo, a ser aplicado com os/as estudantes de vários cursos de graduação da UFAL, oriundos/as da rede pública de educação básica, ingressantes via política de cotas, no *campus* A. C. Simões¹⁴⁶.

O debruçar nos estudos de Lima (2019, p. 35) revela que “[...] o compromisso com a formação profissional envolve as atividades de ensino, o incentivo às pesquisas, as áreas de responsabilidade social que lhe é intrínseca”. Nessa direção, as ações desenvolvidas pelo PET Conexões de Saberes Serviço Social, no período de 2016 a 2019, revelam a importância desse programa no processo formativo dos/as graduandos/as, uma vez que as ações transitaram pelas quatro grandes áreas de concentração existentes na FSSO, a saber: *Políticas Públicas; Direitos Sociais; Movimentos Sociais e Serviço Social* (PPC, 2019). Assim, é possível observar com especificidade que as ações do grupo no âmbito da tríade universitária orbitaram as subáreas: *educação, direitos humanos, gênero, diversidade, feminismo; cultura, raça e etnia; sistema sociojurídico e cidadania; questão agrária e urbana e lutas sociais*, fortalecendo a dimensão ético-política da formação profissional, explicitada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFAL.

Fortalecer a dimensão política da formação profissional em tempos de conservadorismo

Na tutoria da Prof.^a Dr.^a Andréa Pacheco de Mesquita, iniciada em 2019, observa-se a continuidade das atividades “clássicas” e a realização de ações que buscaram potencializar o exercício da dimensão política

¹⁴⁶ Enfatiza-se que os/as petianos/as acompanharam todo o processo de submissão/emenda/aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética da UFAL e passaram por uma capacitação para realização das entrevistas, à luz da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

da profissão. Segundo Netto (1996, p. 88), “[...] as rápidas e intensas transformações societárias constituem solo privilegiado para o processamento das alterações profissionais”. Assim, foram desenvolvidas atividades com a finalidade de discutir como essas adaptações estruturais rebatem na vida da classe trabalhadora, a partir da construção da identidade do grupo e da abordagem dos desafios postos individual e coletivamente aos/às integrantes que, a partir da sua condição de classe, gênero, raça/etnia, geração e localização geográfica – bem como de seus envolvimento em movimentos de classe e identitários (estudantil, sindical, de mulheres, feministas, de negros/as, LGBTQIA+, entre outros) –, estabelecem pautas conjuntas.

Nos últimos anos, afirma Abreu (2002, p. 190), há uma “[...] redefinição da função pedagógica do[a] assistente social, em face dos interesses de classes em confronto” (2002, p. 190), que pode ser utilizada para caminhos conservadores, seguindo o projeto capitalista, ou emancipatórios, nos quais se alinha o Projeto Ético-político do Serviço Social. O PET SSO compromete-se historicamente com o desenvolvimento de formação (e futuro exercício) profissional aliados às lutas das classes expropriadas, visando uma sociedade emancipada que supere os limites da democracia burguesa. Pressupõe, portanto, o resgate da relação da profissão com os movimentos sociais como estratégia de politização da população submetida ao controle dominante exercido através das políticas sociais e, conseqüentemente, de rompimento com a relação de tutela entre ela e o Estado brasileiro (Idem).

Diante de tais concepções, as/os integrantes do PET-SSO desenvolveram estudos, debates e pesquisas visando “[...] um avanço teórico-político substantivo em relação ao processo de *participação* como elemento estratégico na politização dos sujeitos, problemas e respostas institucionais [...]” (Idem, p. 216, grifo nosso), que resultaram na participação orgânica em movimentos coletivos, numa dimensão dialógica do conhecimento, trazendo demandas, levando propostas e produzindo coletivamente um conhecimento socialmente referenciado.

Destarte, de forma dialogada e participativa, também se decidiu fortalecer a “rede” de conhecimento, pesquisa e extensão buscando uma relação

mais orgânica com os demais grupos da FSSO¹⁴⁷. A princípio, diante dos diálogos iniciais da nova tutoria sobre a importância da organização estudantil, houve uma aproximação sistemática com o Centro Acadêmico Rosa Luxemburgo (CARL/FSSO/UFAL). Esta relação se deu a partir da compreensão (imprescindível) de que todo/a petiano/a é parte orgânica, direta ou indireta, do C.A. e da Executiva Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Nessa perspectiva, o grupo assumiu em seu fazer cotidiano a dimensão ético-política profissional partindo do princípio da “não-neutralidade”, ou seja, que esta deve perpassar desde os micros aos macro poderes. Assim, posicionar-se é um ato ético e político, que deve permear desde a formação até o exercício profissional, de enfrentamento ao discurso dominante do Estado capitalista, patriarcal, racista e heteronormativo.

Assim, para fortalecer a luta dos/as estudantes e nossa concepção de formação profissional, o PET-SSO assumiu uma representação discente no Colegiado de Graduação, ampliando a participação ativa nas reuniões e o envolvimento nas respectivas demandas e diálogos com o C.A. e a ENESSO. Posteriormente, o grupo também assumiu uma cadeira na representação do Conselho da FSSO, construindo ainda mais discussões e decisões da referida unidade. Além dos espaços institucionais, os/as integrantes também se vincularam a diferentes movimentos, como os atos públicos pela Educação, realizados na capital alagoana no ano de 2019. No âmbito do Serviço Social, o ano de 2020 demarcou a participação massiva dos/as petianos/as na 5ª Edição do projeto ABEPSS Itinerante - Região Nordeste, a partir do curso “*Ética e Direitos Humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo*”, que visava capacitar e organizar a categoria profissional para o fortalecimento do nosso Projeto Ético-Político.

Outro momento de grande relevância foi participação do PET-SSO na 9º Bienal Internacional do Livro de Alagoas, em 2019, objetivando a organização e participação social, realizando a oficina “*Conhecendo os Direitos Humanos*” para discutir os Direitos Humanos e suas violações na contemporaneidade, através de metodologias lúdicas (jogo da memória, linha

¹⁴⁷ Muitos/as integrantes compõem (ou compuseram) grupos de estudo e pesquisa da FSSO, a saber: Estado, Direito e Capitalismo Dependente; Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais; Direito, Justiça e Sociedade; Frida Kahlo; e Gênero, Diversidade e Direitos Humanos.

do tempo e contação de histórias), voltadas para o público infanto-juvenil de 7 a 12 anos, estudantes da rede pública de ensino¹⁴⁸.

Em 2020, um desafio universal se pôs para o desenvolvimento das ações do ensino superior: a pandemia da Covid-19. A letalidade da contaminação e, conseqüentemente, a necessidade do isolamento social impôs a utilização das ferramentas virtuais para a continuidade das ações educacionais. Nesse cenário, assim como todos os grupos da UFAL, o PET-SSO uniu as ferramentas *Whatsapp*, *Google Meet*, *Discord*, *Gmail*, *Instagram*, *Whatsapp* e *Canva* para formar um aparato que possibilitasse o acontecimento das reuniões ordinárias e extraordinárias, tal como as demais atividades previstas no planejamento. Entre as novas especificidades, destaca-se, por exemplo, a realização da primeira SEGRASSO virtual, a VIII edição, que discutiu os desafios postos ao serviço social pela conjuntura; do *Minicurso de Metodologia Científica* (2020 e 2021) e do *Curso sobre a PNAS e o Trabalho do/a Assistente Social* (2020 e 2021).

Através das adversidades, criou-se o projeto *Conecta PET*, no perfil do *Instagram* do grupo, que possibilitou a produção de conteúdo (*posts* audiovisuais, *lives*, etc) acerca de temáticas pertinentes na conjuntura, como: defesa do SUS, Serviço Social e população em situação de rua, saúde no sistema carcerário, isolamento social na periferia, entre outras. Salienta-se a realização da semana de comemoração virtual dos 10 anos do PET Serviço Social, também na mencionada rede social, bem como rodas de conversa sobre relacionamento abusivo (2020), proteção social das mulheres (2020) e o ambulatório trans e a equidade no SUS (2021), através de salas do *Google Meet*.

No início de 2020 tivemos uma seleção de novos/as petinos/as, num processo atravessado pela pandemia de Covid-19, que estabeleceu o

¹⁴⁸ O grupo também compôs as atividades: “*Conhecendo o Programa de Educação Tutorial e seus voos para a pesquisa, o ensino e a extensão*”, desenvolvida pelo Mobiliza PET UFAL#, em que estudantes da rede pública, com idade entre 15 e 19 anos, puderam conhecer atividades desenvolvidas pelos 12 PET da UFAL através de um jogo da memória com os símbolos dos grupos e posterior debate; e a ação “*Marcadores Literários*”, desenvolvida em conjunto com os grupos PET Letras e Economia da UFAL, na qual ocorreu uma roda de conversa baseadas nos livros *Gabriela Cravo e Canela*, *Vidas Secas* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, também voltada para o mesmo público-alvo da atividade anterior. No diálogo desenvolvido, buscou-se discutir a importância das obras na cultura brasileira e os aspectos econômicos, políticos e sociais narrados por ela, evidenciando o possível exercício da interdisciplinaridade nas ações do PET.

confinamento social. Para além deste fato negativo, tivemos um grande avanço no processo de seleção. Assim, fomos o primeiro grupo PET da UFAL a realizar uma seleção com vagas destinadas às cotas raciais. Foi uma rica e extraordinária experiência, levando-nos a conhecer o processo de heteroidentificação e aprofundar ainda mais as leituras sobre racismos. Houve a aprovação de 5 novos membros. No interior desta gama de novas experiências, houve outra necessidade de realização virtual de processo seletivo de discentes no ano de 2021, no qual foram aprovados/as 5 novos petianos. Este novo processo seletivo aderiu pela primeira vez às cotas para pessoas com deficiência, visando tornar o PET um espaço cada vez mais democrático e plural. Assim, além da continuidade das cotas raciais, iniciamos o debate sobre a acessibilidade, uma questão nova e desafiadora, demandada em diversas reuniões do colegiado por professores/as e estudantes que lutam por condições de ensino de qualidade para todos/as.

A pandemia fortalece diferentes vivências entre todos os grupos PET da UFAL (e do país), que mantiveram suas ações e, em solidariedade e união, auxiliam uns aos outros na “adaptação” para o modelo de ensino remoto. Um reflexo da evidente garra dos/as discentes e tutores/as são as realizações das edições dos encontros nacionais e regionais, que ocorreram, apesar dos desafios postos, efetivamente nos dois anos em que pesa o enfrentamento à pandemia.

Considerações finais

O PET configura-se no ensino superior como uma ferramenta de potencial revolucionário, em tempos nos quais os movimentos da sociedade capitalista, e seus respectivos impactos socioeconômicos e políticos, intensificam a dimensão controladora da educação. Através dele, estudantes podem obter uma formação ampla, socialmente referenciada, dotada de liberdade e criticidade pedagógica, estruturando uma perspectiva cidadã inconformada e transformadora.

De acordo com dados do Ministério da Educação, a atual estrutura nacional do PET é formada por 842 grupos, distribuídos em 121 Instituições

de Ensino Superior¹⁴⁹, contando com 12.332 discentes e 897 docentes vinculados¹⁵⁰. O último processo seletivo para criação de novos grupos, via MEC, ocorreu em 2012, somando 48 novas equipes tutoriais ao universo existente¹⁵¹. São dados que, após a apreensão da proposta efetiva do programa, demonstram, sem delongas, o seu impacto e a importância da abertura de novos grupos, bem como da coerência da aplicação de maiores investimentos.

Abordar a história do PET Conexões de Saberes Serviço Social é trazer à tona o compromisso político-pedagógico da FSSO/UFAL com uma formação profissional sintonizada com as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). É notório que, em seus 11 anos de existência, o grupo potencializou a formação de dezenas de assistentes sociais e futuros/as profissionais, transformando trajetórias na academia e na atuação profissional, cujo relato completo de ações não caberia no corpo deste artigo. Continuamos no propósito de incentivar as futuras formações do grupo a dar continuidade aos registros. Como canta Pedro Luís e Paredo: “[...] Vem já antes que anoiteça, tecer noites e páginas”.

Referências

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.

Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.79, set. 2004. p. ??-??.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria n.º 343, de 24 de abril de 2013**. Altera dispositivos da Portaria MEC no 976, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa de Educação Tutorial - PET, 2013. Disponível em: http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_343_2013.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

¹⁴⁹ Ministério da Educação. Apresentação - PET. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/pet>. Acesso em: 13 out. 2021.

¹⁵⁰ Ministério da Educação. Programa de Educação Tutorial. Atualizado em: Agosto/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/pet>. Acesso em: 12 out. 2021.

¹⁵¹ Ministério da Educação. Editais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/editais>. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial (MOB-PET)**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Manual de Orientações Básicas do Programa Especial de Treinamento (MOB-PET)**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PETmanual.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Manual do Programa Especial de Treinamento - PET**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pet01.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

CASSIANI, Silvia Helena de Bortoli; RICCI, Waleska Zafred; SOUZA, Carla Regina de. A experiência do programa especial de treinamento na educação de estudantes de graduação em enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 63-69, janeiro, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/hwptqf7FBjrTnz-myZ74Vccx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Maceió: UFAL/PROGRAD/CONSUNI/FSSO, 2019. Disponível em: <https://fssoufal.br/graduacao/servico-social/documentos/projeto-pedagogico>. Acesso em: 23 out. 2021.

LEITE, Josimeire de Omena. **Projeto de Pesquisa – Cotas sociais e permanência no campus A.C. Simões - UFAL**. Maceió: PET Conexões de Saberes Serviço Social, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Extensão Universitária no Currículo de Graduação em Serviço Social. **Revista “Extensão em Debate”** - Revista da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, num. esp., v. 6, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/9312>. Acesso em: 25 out. 2021.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

PETRILLI-FILHO, José Fernando; MARTINS, Danielle Cristine. O programa especial de treinamento na formação do profissional de enfermagem do novo milênio: relato de experiência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, n. 9, v. 4, jul. 2001. p. 91-93. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/Q3wtpzpD-PVj6npLWYwNYJvn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, Margarida Maria Silva dos. (org.). **PET Serviço Social: 5 anos de história**. Maceió: Edufal, 2017.

Serviço Social e PRO/PETSaúde: experiências extensionistas e formação no ciclo 2010-2012

Telma Cristiane Sasso de Lima

O PRO/PETSaúde fez parte das políticas indutoras dos Ministérios da Saúde e da Educação afeitas à formação em prol de um perfil profissional crítico, socialmente referenciado para prevenção e atenção à saúde. O convênio piloto com a UFAL/Maceió foi firmado em 2007 PROSAUDE I e PETSaude da Família em 2009. Em 2012 contava com sete cursos de graduação que compuseram *grupos tutoriais multidisciplinares* na Atenção Básica do SUS situadas no VII Distrito Sanitário de Maceió/AL. O planejamento participativo marcou o processo de corresponsabilidade docente-profissional na formação interdisciplinar em serviço com estudantes de graduação. Apresenta-se aqui a experiência do grupo tutorial de Serviço Social no PETSaúde e de sua relação com o convênio PROSAÚDE II, avaliando a experiência extensionista vivida, entaves e descontinuidades.

Introdução

Desde os anos 2000, a Estratégia Saúde da Família (ESF) orienta a organização dos serviços de atenção primária em ações preventivas, promocionais, de recuperação, reabilitação e cuidados paliativos centradas na integralidade, na unidade familiar e no contexto socioeconômico, cultural e epidemiológico dos territórios. A Atenção Básica do SUS comporta ações ordenadas que funcionam como “porta de entrada”: local de referência da população usuária para acessar aos cuidados primários à sua saúde. Os critérios definidos pelas equipes locais de saúde estruturam dinâmicas e serviços para atender certa área político-administrativa conforme o preconizado para o SUS (BRASIL, 2006).

O Programa de Educação Tutorial (PET) do, então, Ministério da Educação e Cultura (MEC) inspirou a proposição do PETSaúde através da Portaria Interministerial nº 1802/2008 em parceria com as Secretarias de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e de Atenção à

Saúde (SAS) do Ministério da Saúde (MS) e com a Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC (BRASIL, 2011).

A educação em serviço/cenários de práticas foi a diretriz que vinculou o PETSaúde ao Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PROSAÚDE) implantado nacionalmente desde 2005. A partir de 2010, o PRO/PETSaúde foi articulado de modo a se estruturar nas IES como políticas indutoras de fato que, através da metodologia de aproximação, articulação e integração ensino-serviço no SUS, geraria mudanças na formação teórico-prática dos profissionais de saúde. Tratou-se de aportes diretos de investimentos financeiros nas IES para, em médio e longo prazos, institucionalizar e articular propostas político-pedagógicas críticas e interdisciplinares entre os cursos de graduação da área de saúde. O perfil de egressos esperado: formar trabalhadores com capacidade crítico-interventiva, resolutiva, comprometidos com o SUS e às necessidades locais/regionais das populações. Até 2011 havia 03 modalidades: PETSaúde Mental, PETVigilância em Saúde e PETSaúde da Família (BRASIL, 2011).

A modalidade PETSaúde da Família ocupou-se em promover espaços de vivências na graduação, para que através da extensão os estudantes desenvolvessem exercício profissional qualificado na Atenção Básica em atenção ao Programa “MAIS SAÚDE direito de todos” (2008/2011). A conexão com o PROSAUDE preconizava a revisão ou articulação de componentes curriculares dos Cursos da área de saúde para que efetivassem uma formação profissional interdisciplinar com ênfase na saúde pública, fortalecendo especialmente ações com inserção planejada de estudantes nas ESF (BRASIL, 2011).

Na UFAL/Maceió, o PETSaúde foi melhor articulado ao convênio PROSAÚDE II que estabelecia parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (SMSM) que, através da Coordenação de Atenção Básica, deu suporte na inserção de estudantes na ESF nas UBS do VII Distrito Sanitário. Desde o início a ênfase pedagógica requeria o estímulo à habilidades no trabalho em equipes interdisciplinares atentas à integralidade na atenção e na cadeia de cuidados progressivos à saúde (DI GIOVANNI, 2009).

A UFAL/Maceió firmou o primeiro projeto-convênio com o MS foi no edital PETSaúde da Família de 2009, com a adesão de 05 cursos da área da Saúde (Enfermagem, Medicina, Psicologia, Odontologia e Farmácia). Em

2010, houve reprogramação das atividades e a aprovação de novo projeto-convênio com a incorporação de mais 02 cursos (Serviço Social e Nutrição)¹⁵². Nessas premissas, organizou-se a execução do PRO/PETSaúde no ciclo 2010-2012 através da unificação do planejamento participativo por todos os tutores acadêmicos dos cursos de graduação envolvidos que reuniram preceptores dos serviços/UBS e estudantes de graduação para delimitar e articular as ações e o cronograma comum de trabalho. O produto desse processo consistiu no Plano de Ação Interdisciplinar: síntese das metas, responsabilidades e prazos de execução em cada cenário de práticas/UBS, garantindo agenda comum de eventos e de estudos às equipes envolvidas.

Foram organizados *grupos tutoriais multidisciplinares* cujas ações implicavam: a) a supervisão de preceptores de campo e de professores-tutores; b) o envolvimento em outros cenários de práticas no território atendido: escolas, associações comunitárias, domicílios etc; c) o compromisso com o acolhimento das necessidades concretas de saúde da população em seu território, articulando conhecimentos específicos de cada área/profissão em prol de ações integrais; d) a formação ética e autônoma em prol de ações crítico-propositivas, exercitando a participação em todo processo coletivo de trabalho. A *multidisciplinaridade* rompeu com a tutoria/preceptoria apenas à grupos disciplinares, mas não anulou a disciplinaridade, nem desconsiderou as particularidades de cada curso porque as reconheceu como catalisadores ético-políticos para a intervenção técnica nas comunidades/territórios.

Houve diversificados esforços para não hierarquizar as relações, principalmente entre saberes científicos e populares, dialogando com distintas perspectivas teórico-práticas de modo a pactuar: cuidado, liberdade de cátedra e responsabilidades técnico-científicas diante de entraves culturais/tradição/senso comum. O diálogo crítico permitiu apreender os conflitos e crises, considerando o dissenso como catarse de mudança ao permitir reconhecer iniciativas nas dinâmicas de divergência e contradições

¹⁵² Cada curso era responsável por 01 grupo tutorial, através do qual ocorria a cooperação multiprofissional de diferentes áreas do conhecimento na execução do projeto-convênio proposto. Cada grupo era composto por 01 professor-tutor, 06 profissionais da rede básica-preceptores, 12 estudantes de graduação bolsistas e até 18 estudantes não bolsistas.

para alargar os limites espaciais das ações específicas em prol de maneiras socioorientadas de trabalho (CAMPOS, 2003).

O Serviço Social participou do ciclo 2010-2012 com 01 grupo tutorial, alocando anualmente 30 monitores/estudantes de graduação em 06 das 22 UBS do VII Distrito Sanitário. Nas próximas seções, descreve-se a dinâmica de execução e as particularidades implicadas nos *grupos tutoriais multidisciplinares* PETSaúde nas UBS onde a equipe de Serviço Social esteve presente (monitoras, preceptoras e tutora) para, então, na sequência avaliar o processo e os limites vividos para o reordenamento na formação profissional na área da saúde.

Ações extensionistas, Serviço Social e grupos tutoriais multidisciplinares PETSaúde

Na área da saúde, as ações de assistentes sociais orientam-se pelo Projeto de Reforma Sanitária, coadunando esforços pela garantia dos Direitos, sua ampliação e efetivação com vistas a formas sempre expansivas de sociabilidades dignas e igualitárias. Dentre outros, a legitimidade do exercício profissional de assistentes sociais na área da Saúde está documentada e regulada na Resolução 383/99 e nos Parâmetros para a Atuação de Assistente Sociais na Saúde (CFESS, 2009).

O trabalho em equipes multiprofissionais na saúde pública brasileira pressupõe uma formação e uma intervenção profissional dedicada a estruturação do SUS e calcada na atenção à população com base na determinação social das suas necessidades, dos Direitos que também inclui o direito ao acesso à informação, à ciência e à reflexão crítica. Trata-se de construir ações simultâneas que promovam, previnam e cuidem da saúde individual, familiar e coletiva. Ter por horizonte a interdisciplinaridade, significa dedicar-se a construir caminhos para efetivar a articulação/cooperação e a responsabilidade técnica entre políticas, serviços e profissionais que concretizam a intersectorialidade em todos seus aspectos ao responder às demandas dos usuários.

Estabelecer dinâmicas de estudos e trabalho através de grupos tutoriais multidisciplinares no cotidiano dos serviços na Atenção Básica do SUS foi uma experimentação factível que concretizou, momentaneamente, as diretrizes preconizadas nos programas PRO/PETSaúde. Momentos repletos de árduos esforços por um novo processo coletivo de

formação e de trabalho na e pela saúde pública. Do ponto de vista do Serviço Social, as ações profissionais em equipes interdisciplinares ainda precisam ser melhor compreendidas, para:

[...] desmistificar a ideia de que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais. São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

As demandas singulares marcam o exercício profissional de assistentes sociais na Atenção Básica, pois são inúmeras as ações de atenção direta a usuários e famílias na viabilização do acesso aos serviços de saúde, aos benefícios sociais, aos grupos de promoção e prevenção etc. (MIOTO; NOGUEIRA, 2009). No entanto, muitas demandas coletivas também demandam a expertise das equipes de Serviço Social, sobretudo quando são postos em pauta a defesa de Direitos constituídos e a organização coletiva de reivindicação para resolução de problemas de saúde latentes (demandas reprimidas que ainda não estão postas nos serviços).

Logo, no PRO/PETSaúde, as ações específicas da equipe de Serviço Social¹⁵³ foram qualificadas através da explicitação dos marcos referenciais teórico-práticos, fundamentando a intervenção prestada às demandas singulares (promoção à saúde do adolescente, salas de esperas, abordagens grupais, visitas domiciliares, estudos de casos, observação ao atendimento individual etc.), e a implicada na articulação das demandas coletivas (mobilização comunitária, articulação e assessoria ao conselho gestor etc.) (ANDRADE, 2011; COSTA, 2011; OLIVEIRA, 2011; RAMOS, 2011; SANTANA, 2011).

A prática cidadã local de controle social deu suporte ao trabalho da equipe de Serviço Social no grupo tutorial multiprofissional, principalmente no assessoramento da inscrição de pautas comuns de reivindicação

¹⁵³ Tratam-se das experiências vividas pela equipe de Serviço Social ao integrar 06 grupos tutoriais multidisciplinares nas UBS: São Vicente de Paula Pinheiro; São José/Canaã; José Maria de Vasconcelos Neto; Graciliano Ramos; Village Campestre I; e Denisson Menezes.

em setores organizados da sociedade civil maceioense e alagoana que ocorreu de duas maneiras: a) pela mobilização comunitária das demandas/necessidades de saúde; e b) pela participação ativa dos usuários que acompanharam ativamente as decisões tomadas pelo Conselho Municipal de Saúde. Destaca-se que todas as assistentes sociais-preceptoras eram assessoras técnicas nos conselhos locais e constantemente realizam cursos de formação para lideranças (COSTA, 2011; LIMA et al, 2010; PONTES et al, 2010; SANTOS et al, 2010).

Os frutos do trabalho técnico da equipe de Serviço Social ficou visível, em 2011, com o aumento da representação ativa de usuários das 06 UBS nas Conferências distritais, municipal e estadual de saúde, bem como no seu protagonismo para organizar e participar de assembleias públicas nas comunidades para debater o processo de privatização do SUS, quando os conselheiros gestores locais se informaram das pautas do Fórum Alagoano de Defesa do SUS (FORUMSUS) e da Frente Nacional contra a privatização.

A seguir analisam-se as ações executadas, os conhecimentos adquiridos e as dificuldades vividas pela equipe de Serviço Social nos serviços de saúde e nos territórios atendidos.

Análise da experiência extensionista da equipe de Serviço Social no PRO/PETSaúde: o fomento às ações de controle social na saúde

Ao considerar o trabalho em equipe e as especificidades profissionais, as vivências de cooperação técnica através do PRO/PETSaúde evidenciaram a formação qualificada das assistentes sociais quando inseridas no trabalho multidisciplinar. Nesse sentido, a equipe de Serviço Social encaminhou propostas de trabalho embasadas na apreensão crítica da realidade, problematizando a função social das instituições e dos serviços, de modo a construir caminhos para materialização dos Direitos para atender às demandas sociais concretas da população mesmo diante das contradições da cultura política local.

O controle social foi elegido como prioridade no Plano de Ação, dada a necessidade de fortalecer a participação popular no enfrentamento dos problemas coletivos de saúde que abundam no município. O desenvolvimento desse processo participativo ocorreu no assessoramento dos Conselhos Gestores Locais de Saúde (CGS) porque se constituem em “[...]”

segmento representativo [que] fiscaliza e controla as ações do poder público e participam da gestão da política de saúde em nível local, [...] assumem um papel político relevante, tornando os conselheiros possíveis sujeitos ativos da política de saúde brasileira” (CORREIA, 2005, p. 11).

A experiência das assistentes sociais em contornar a intermitência participativa formal dos usuários no CGL das UBS alertou as demais profissões nos grupos tutoriais multidisciplinares PETSaúde, no sentido de que o trabalho de mobilização e de assessoria ao controle social requer atividades contínuas e sistemáticas em momentos distintos: desde a sensibilização para a composição de chapa para a formação dos CGL até cursos/palestras de capacitação e de sensibilização em torno do exercício da gestão participativa.

A equipe de Serviço Social coordenou as oficinas socioeducativas sobre “Participação e o Controle Social na Saúde” que foram fundamentais para adensar novos conhecimentos e aprofundar os debates com os conselheiros gestores e demais usuários acerca da Política de saúde e suas bases legais que respaldam o controle social. Ao longo das ações de assessoria técnica às reuniões dos CGL houve suporte na organização das pautas e estudos sobre a participação cidadã, auxílio ao mapeamento dos problemas vividos no território e na reivindicação pública por sua resolução através da ampliação das estruturas dos serviços de Atenção Básica.

Metodologicamente, o assessoramento ao CGL e as oficinas socioeducativas foram os meios pelos quais foi possível mobilizar, sensibilizar e estimular a participação popular, desde a abordagem individual de usuários nas dinâmicas em “sala de espera”, socializando informações e estimulando o engajamento nas pautas coletivas capazes de dar visibilidade às necessidades de saúde individuais e comunitárias nos diferentes espaços político-organizativos da sociedade civil. Importante assinalar que a experiência no PRO/PETSaúde permitiu às equipes uma visão realista e crítica do trabalho na política de saúde ao apreender os limites presentes nas formas concretas de efetivação da legislação vigente.

Portanto, a contribuição central do Serviço Social nos grupos tutoriais multiprofissionais nas UBS consistiu na abordagem e na articulação das demandas singulares às coletivas que através de metodologias participativas mediou a inscrição organizada dessas demandas em diferentes ins-

tâncias da sociedade civil dedicadas à mobilização comunitária das demandas/necessidades de saúde e à participação ativa dos usuários na Política Municipal de Saúde, visando fomentar tensionamentos políticos numa perspectiva crítica de transformação das situações vividas.

Para as estudantes/monitoras envolvidas no PRO/PETSAúde as experiências adquiridas foram diversificadas: desenvolvimento de habilidades práticas para abordagens grupal e coletiva; exercício da interdisciplinaridade e da intersetorialidade; protagonismo e iniciativa na resolução de problemas identificados; compromisso ético-político cotidiano com a integralidade na atenção e na qualidade dos serviços prestados etc.. Estudantes, professores e profissionais esforçaram-se em agir com coerência no processo coletivo de trabalho.

Aportes à avaliação da experiência PRO/PETSAúde – ciclo 2010-2012

Na análise dos processos de implementação PRO/PETSAúde foram mapeadas as abordagens construídas tanto em sua qualidade material e técnica de planos e projetos de ação quanto em sua capacidade de mudança/aprendizado nas estruturas político-administrativas e de exercício profissional, pois “uma das importantes funções da avaliação é favorecer o aprendizado individual e coletivo” porque pode ser “um excelente instrumento de transformação e inovação [...], permitindo uma visão crítica da norma estabelecida”, ultrapassando as concepções reducionistas que não partilha poder decisório (CONSTANDRIOPOULOS, 2006, p.710).

Avaliar uma experiência concreta implica considerar sua dinâmica processual porque os desafios e ganhos podem incidir de maneira ampla nos “arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas” (FREY, 2006, p. 221). Na subseção a seguir, analisam-se: a) o conteúdo do programa e do plano de ação, comparando resultados alcançados e objetivos preconizados; b) as ações em seu processo e implementação, tentando caracterizar no processo coletivo de trabalho “as causas de eventuais ‘déficits de implementação’” (FREY, 2006, p. 228).

Dificuldades para institucionalizar os programas PRO/PETSaúde na UFAL

Trata-se de compreender o PROSAUDE como **programa que se pretendia institucional**, ou seja: após o período de indução e de aporte financeiro MS/MEC para estruturar a implantação, passaria às IES que o manteria em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde, comprometendo-se com aprendizados ativos e de gestão colegiada em todas as etapas de decisões/definições das prioridades. Na UFAL-Maceió, esse processo de institucionalização do PROSAUDE tornaria permanente a cooperação interinstitucional, no sentido de empenhar esforços, pactuar responsabilidades técnicas, articulação e ajustes sistemáticos entre a estrutura formal/burocrático-institucional, às dinâmicas processuais didático-pedagógicas e a prestação de serviços extensionistas à comunidade.

Desse modo, a implementação do PROSAUDE pressupunha que a IES empreendesse consistente **articulação administrativa** interna entre os setores envolvidos, para que cada instância administrativa que compõe a UFAL-Maceió – das pró-reitorias às direções e coordenações nas unidades acadêmicas – organizassem, racional e estrategicamente, seus fluxos de trabalho e de diálogo para mudar as diretrizes pedagógicas nos cursos de graduação e nas atividades de extensão neles pressupostas de modo a promover a gestão social dos recursos (financeiro, estrutura-física, pessoal etc.) para fazer uso real da verba disponibilizada, repartindo ganhos no coletivo.

No entanto, as diretrizes do PROSAUDE I e II restringiram-se a execução do trabalho direto de docentes credenciados como coordenadores responsáveis pela execução do programa. Essa personalização não permitiu às unidades acadêmicas debates coletivos e compreensão das diretrizes preconizadas para o reordenamento da formação nos cursos da área da saúde. Além disso, a falta de retaguarda coletiva para os coordenadores reduziu a capacidade de enfrentamento aos problemas de acesso aos recursos, pois muitas decisões demandavam suporte institucional físico, administrativo, financeiro e vontade política que deveria ser requerido e garantido também pelo coletivo da unidade acadêmica porque extrapolava à capacidade técnica dos docentes diretamente envolvidos na execução. Ou seja, as decisões tomadas tecnicamente, por melhores que fossem, não garantiam a agilização e o efetivo acesso aos recursos previstos que dependiam de empenhos financeiros em pregões

e licitações ágeis nos setores de gerência institucional¹⁵⁴ e de secretarias das unidades em trâmites desconhecidos e distantes do cotidiano do docente-coordenador PROSAUDE.

A dificuldade de acesso real ao orçamento previsto aos materiais permanentes e de consumo que estruturariam também os espaços físicos das unidades acadêmicas promoveu o desgaste na confiança entre pares porque toda a mobilização realizada pelos docentes-coordenadores, para a aprovação dos programas nos colegiados de graduação, criou expectativas que foram frustradas interna e externamente quando da implantação dos grupos PETSaúde nas UBS. A exígua contrapartida financeira acesada e a compra de materiais obsoletos (disquetes, grafite para lapiseira etc.) erodiram a legitimidade do PRO/PETSaude nas unidades acadêmicas cujo coletivo passou a questionar a competência dos docentes-coordenadores. Aspecto que também evidenciou a pouca capacidade de diálogo interno entre pares acerca das rotinas burocráticas e da pouca vontade política local para institucionalizar os programas.

Do ponto de vista das equipes gestoras da UFAL-Maceió, os entraves na execução orçamentária ocorreram devido a ineficiência dos coordenadores-docentes em cumprir os prazos burocráticos e em ajustar as descrições dos itens de compra nas tabelas orçamentárias. Porém, houve imensos esforços registrados em atas de reuniões, quase sempre exigidas pelos docentes-coordenadores, nas quais tentava-se compreender e absorver as rotinas burocráticas repassadas pelos setores administrativos e gerenciais dedicados ao empenho dos materiais permanentes e de consumo. Na maioria das vezes, as exigências/condicionalidades burocráticas ao acesso dos recursos extrapolaram as competências docentes, considerando que a IES possui quadro técnico para esse tipo de tarefa porque dominam com agilidade os trâmites das descrições de rubricas. Importante registrar que a cada reunião, os gestores mudavam os protocolos e, na

¹⁵⁴ Na UFAL-Maceió, o principal gargalo foram as dificuldades no setor de empenhos e compras devido ao uso de sistemas de gestão pouco resolutivos, a presença de poucos servidores de carreira disponíveis e com aptidão para garantir um fluxo de informação para efetivar o acesso aos recursos financeiros adquiridos em convênios de pesquisa e/ou extensão.

análise dos docentes-coordenadores, as dúvidas e a fragmentação demonstravam baixa institucionalização das regras e dos fluxos de informações sem protocolos claros para gerir esse tipo de convênio.

Os desencontros na execução orçamentária em todas suas etapas, procedimentos e trâmites sobrecarregou o trabalho interno dos coordenadores-docentes PRO/PETSaude, retirando-os das tarefas necessárias para estruturar as mudanças pedagógicas para o ensino interdisciplinar na saúde. Essas dificuldades demonstram a erosão gradual das características que preconizavam o PROSAUDE como política institucional: conhecida, gerida, executada e legitimada pela tríade MS – UFAL/Pró-reitoria de graduação/Unidades Acadêmicas – Secretarias de Saúde do município e do estado. Isso desmobilizou os docentes-coordenadores diretos porque pouco podiam fazer diante da falta de articulação entre: 1) as ações administrativas referente à modalidade de extensão contida no programa que deveria ser gerenciadas conjuntamente com a Pró-reitoria de extensão; 2) as ações pedagógicas relacionadas às competências da Pró-reitoria de graduação; 3) e as ações de acesso financeiro cujos trâmites burocráticos deveriam ter sido empenhados por técnicos do Departamento de Compras e Finanças/Pró-reitoria de gestão institucional. A cooperação clara dessas instâncias com protocolos de gestão poderia distribuir melhor as competências e funções conforme as especificidades logísticas. Operacionalmente, as eternas reprogramações de atividades e cronogramas que tentavam contornar os entraves, sobrecarregou os docentes-coordenadores.

Portanto, avalia-se que, desde o primeiro convênio firmado em 2007, a experiência institucional da UFAL-Maceió no PROSAUDE não foi capaz de gerar mudanças curriculares consistentes. Outro fator que ajudou a restringir a proposta original às atividades imediatas executadas emergencialmente quase que isoladamente pelos cursos, sobretudo a partir de 2010 quando houve maior urgência no desembolso dos recursos financeiros devido a iminência de sua recaptura pelo Fundo Nacional de Saúde devido ao término do ano fiscal e da não execução orçamentária prevista.

Não houve ampliação na **estrutura física** das unidades acadêmicas: sala de estudos, laboratórios, acesso à internet; e nem na UFAL-Maceió de: auditórios equipados, acervos bibliográficos atualizados etc. A **gestão colegiada** e a **participação social** no acompanhamento do orçamento

dos programas foram secundarizadas com esvaziamento do comitê local. A **articulação política interinstitucional** permaneceu fragmentada, agravada pela rotatividade dos gestores municipais.

Por fim, nas unidades acadêmicas, o PROSAUDE tornou-se um mero projeto de professores com interesse na área da saúde e, com isso, não alcançou sua principal meta: promover a efetiva integração entre os currículos dos cursos de graduação da saúde. A **interdisciplinaridade** restringiu-se às atividades multidisciplinares pontuais diante de impedimentos técnicos no sistema de matrícula que não permite disciplinas compartilhadas entre cursos distintos; e do baixo impacto na revisão curricular pois apenas três cursos envolvidos modificaram os currículos, mas o fizeram motivados por outras demandas.

Conseqüentemente, a **produção acadêmica** ficou diretamente vinculada aos interesses de estudantes e professores envolvidos e focaram quase exclusivamente nas experiências PETSaude. Logo, o impacto acadêmico na formação dos estudantes restringiu-se àqueles que participaram das atividades extensionistas nos grupos tutoriais multidisciplinares nas UBS. Ainda assim, observou-se que o PETSaúde teve maior capilaridade porque sua execução dependia apenas da capacidade técnica e metodológica dos docentes e profissionais-preceptores de campo que permitiu aos estudantes a experimentação do tripé ensino, pesquisa e extensão pela participação na dinâmica comunitária e pelo desafio em articular cotidianamente uma rede incipiente de proteção social correlata à Atenção Básica. Apenas nos cenários de práticas/UBS, o processo de ensino pelo trabalho foi incorporado como diretriz fundante das ações e, de modo geral, impactou diretamente as UBS.

Academicamente, os grupos tutoriais multidisciplinares do PETSaúde foram ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem, promovendo indiretamente autocríticas internas quanto às limitações curriculares à medida que ocorria o relato em sala de aula de novas experiências teórico-prática. Em longo prazo, poderiam ter contribuído para uma presença mais marcante da universidade nas comunidades circunvizinhas, especialmente porque a execução dos projetos de intervenção pelos grupos tutoriais respeitou as particularidades territoriais.

Metodologicamente, o planejamento, o monitoramento e a documentação foram estimulados em prol: da sistematização de ações e atividades; do subsídio ao uso e à elaboração de instrumentos técnico-operativos auxiliares; do melhorando no mapeamento das situações e dos problemas de saúde da população; do reforço à lógica participativa na organização de: pautas de trabalho e de reivindicações por novos compromissos com a saúde pública.

A **gestão social** foi exercitada por ações calcadas no compartilhamento horizontal de metodologias participativas entre diferentes sujeitos, envolvidos na construção de novos arranjos institucionais menos competitivos e mais colaborativos através da partilha de decisões e responsabilidades técnicas entre profissionais e usuários racionais que juntos deliberaram a partir da sua realidade e de suas necessidades, ultrapassando modelos tradicionais, tecnocráticos rígidos e estáticos. O **planejamento participativo** auxiliou no exercício da cidadania deliberativa nas decisões da *res-pública* que, ao requerer a presença ativa de todos os envolvidos na proposta, inclusive os usuários dos serviços, ocupou-se de ensinar a gestão social que não se interessa em técnicas competitivas para eliminação “do outro” através da exclusão pelo cálculo dos erros dos mais fracos (TENÓRIO, 2007 – registro verbal)¹⁵⁵.

Nesse sentido, a execução do Plano de Ação Interdisciplinar no PETSaúde não fixou modelos e, tampouco, se prendeu em proposições abstratas ou formalistas/burocráticas porque esteve preocupado com o processo crítico de ação e de apreensão da dinâmica desigual das relações sociais e sanitárias com foco na demanda da população usuária. A sistematização de novos conhecimentos desdobrou-se do diálogo crítico e do exercício da unidade teoria-prática, academia-serviço, pois a interdisciplinaridade exige o desenvolvimento de competências que também dependem das relações estabelecidas no ambiente de trabalho e da constituição de projetos coletivos que lhes dão sustentação (SCHERER; PIRES, 2009).

A riqueza da experiência extensionista foi, sem dúvidas, a priorização do trabalho multidisciplinar que reuniu os estudantes de diferentes áreas em

¹⁵⁵ Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Fernando Tenório (FGV) sobre Gestão Social nas políticas públicas realizada em 2007 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE/Recife.

grupos propulsores da interação Aluno/Preceptor/Tutor e da aproximação Aluno/Usuário. Os avanços obtidos puderam ser visualizados pelo monitoramento constante das ações planejadas X executadas, sempre reforçando a importância e a necessidade de sensibilizar a comunidade para participar nos Grupos educativos e no CGL. A proximidade cotidiana com os usuários, sensibilizando-os para a participação política e para a mobilização coletiva adensou diferentes ações públicas através do FÓRUMSUS de Maceió.

Nos cenários de práticas/UBS, o impacto foi maior e motivado pela qualificação das equipes profissionais da rede de atenção básica, em sua maioria, profissionais com formação de pós-graduação (especializações, residências, mestrado e doutorado). A dinâmica de planejamento participativo e de documentação sistemática também gerou mudanças na gestão e na administração interna das UBS, melhorando a eficiência das ações de promoção e educação em saúde, incluindo os usuários e a cooperação de todas as profissões que se dedicaram a melhorar os processos decisórios e os sistemas e canais de informações em prol do controle social.

Ainda assim, os ganhos político-institucionais não foram duradouros devido a “institucionalidade de baixa densidade” típica de espaços/dinâmicas/relações de poder que requerem muitos acordos políticos para manter a governabilidade, mas que sempre tende a ser alterada conforme a correlação de forças empregadas pelos grupos em cada etapa do ciclo de implementação. Conforme destaca Constandriopoulos (2006, p. 710), os “atores que ocupam diferentes posições não conseguem chegar a um consenso quanto à pertinência dos resultados produzidos pela avaliação”, no sentido de “criar condições para um julgamento avaliativo verdadeiramente crítico, com a implementação de estratégias que favoreçam a formação e o aprendizado, o debate, a reflexão e a abertura de novas frentes de intervenção”. Ou seja, mesmo que tenham sido construídas boas propostas interventivas, obtendo-se experiências consistentes e gerando base de informações úteis à tomada de decisão, os resultados da avaliação “não se traduzem automaticamente em uma decisão” (FREY, 2006).

A baixa capacidade de institucionalização dos programas não ocorreu pela falta de credibilidade, fundamentação teórica e pertinência das avaliações realizadas, mas devido a cultura política e de gestão institucional cristalizada em velhas rotinas.

Conclusão

A análise empreendida reforça a importância das dimensões institucional ('polity') e processual ('politics') na compreensão de entraves como os aqui descritos que impediram a articulação e a institucionalização do PRO/PETSAUDE. As disparidades apontadas revelaram que a gestão institucional dos recursos PROSAUDE não materializou os suportes necessários para sua continuidade, isolando as experiências extensionistas exitosas do PETSAUDE que poderiam ter potencializado as mudanças político-pedagógicas pretendidas para a formação de graduação na área da saúde ao consolidar rede sólida para a dinâmica ensino-serviço.

Mesmo preconizados o *monitoramento e a avaliação de processos*, a resolutividade das reprogramações e os dados produzidos não favoreceram a continuidade dos programas na UFAL-Maceió, fragilizando os projetos de extensão que tenderam a ser encerrados após o término do convênio com o MS/MEC. As maiores frustrações com descontinuidade foram registradas pelos docentes-coordenadores e pelos profissionais das UBS que aliadas à falta de insumos mínimos aprofundou as negligências com a formação e a atenção às demandas locais pela saúde pública de qualidade. Conforme ressalta Constandriopoulos (2006, p. 709):

[...] para que a avaliação desempenhe um papel nas decisões que estruturam o sistema de saúde não é suficiente que um ator esteja pessoalmente convencido da importância dos resultados obtidos; é necessário que um grande número de atores esteja convencido disto. Sem uma mobilização desta ordem, a avaliação não será verdadeiramente veículo de mudanças.

Ainda assim, no período de vigência, as contribuições deixadas para a comunidade através de ações multiprofissionais nos grupos tutoriais PETSAUDE nas UBS foram: experiências concretas por um novo processo de ensino que considere o trabalho em serviço com compromisso, qualidade, tempo e interesse na extensão universitária; o exercício de articulação entre conhecimentos específicos e multidisciplinares, promovendo planejamento, execução e avaliação participativos/gestão social e unidade teoria/prática - ação/reflexão.

A avaliação específica das ações realizadas pela equipe de Serviço Social nas UBS envolve e refere-se às ações socioeducativas em seu duplo sentido: a) destinadas às demandas singulares: ao socializar informações e fomentar ações acolhedoras das demandas dos usuários em sua integralidade; b) e as destinadas à organização e mobilização comunitária no assessoramento da coletivização das demandas através da politização na sociedade civil organizada e da formação cidadã de diferentes sujeitos políticos. O planejamento participativo organizou as diretrizes de trabalho, produzindo dados de perfil dos usuários em cada território e a definição de atividades específicas. As pautas envolveram temas sobre: a organização e funcionamento dos serviços de saúde como direito universal e o dever do Estado na sua garantia legal e financeira; o indivíduo, o grupo e a família como partícipes no cuidado, reconhecendo que a família também é um espaço que necessita de cuidados etc.

O mote interventivo das assistentes sociais ocupou-se em gerar processos reflexivos ao promover esse trânsito embasado as informações que aprofundaram os debates nos espaços de abordagem coletiva (assembleias, fóruns, conselhos, conferências etc) onde os sujeitos/usuários se encontram para construir objetivos socialmente amplos, desenvolvendo identidade coletiva e de classe (LIMA, MIOTO 2011). Nesse sentido, os CGL podem ser lócus privilegiado de discussão das reivindicações de pautas de proteção à saúde, construindo caminhos de controle social pelo quais a população usuária do SUS seja capaz de tensionamentos pela reversão de decisões hierarquizadas, burocratizadas e fragmentadoras do direito à saúde. Tratam-se de organizar práticas cotidianas que estimulam à gestão social/participativa, apostando na capacidade política de diferentes sujeitos na defesa de seus direitos.

Referências

ANDRADE, L.C. Relatório Final Atividades Serviço Social no PETSaúde UBS Graciliano Ramos. Maceió: UFAL/FSSO, nov.2011 (mimeo).

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica, Série A. Normas e Manuais Técnicos. Série Pactos pela Saúde. Brasília, 2006. v. 4.

_____. PROSAÚDE. Disponível em: <http://prosaude.gov.br/php>.

Acesso 11 fev. 2011.

CAMPOS, G.W.S. Saúde Paidéia. São Paulo: Hucitec, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 209/94 e nº 293/94. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.

_____. Resolução CFESS nº 383, de 29 de março de 1999. Caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Brasília: CFESS, 1999.

_____. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília: CFESS, 2009.

CONSTANDRIOPOULOS, A. P. Avaliando a institucionalização da avaliação. *Ciência e Saúde Coletiva*, nº 11, 2006, pp. 705-711.

CORREIA, M. V. C.. Desafios para o Controle Social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

COSTA, A.L.N. da. Relatório Final Atividades Serviço Social no PETSaúde UBS Village Campestre I. Maceió: UFAL/FSSO, nov. 2011 (mimeo).

COSTA, F.B. Relatório Final Atividades Serviço Social no PETSaúde UBS São Vicente de Paula Pinheiro. Maceió: UFAL/FSSO, nov. 2011 (mimeo).

DI GIOVANNI, G. Estruturas Elementares das Políticas Públicas. Cadernos nº 82. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

FREY, Claus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas. no 21, jun/2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

LIMA, K.M.C. de et al. O serviço social no PETSaúde da família: a experiência na UBS Graciliano Ramos/Maceió-AL. ANAIS CONGRESSO ACADÊMICO UFAL, 7. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 105-115.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T.. Ações socioeducativas e Serviço Social. Revista Temporalis v.21. Brasília: ABEPSS, 2011, p.211 – 237.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R.. Serviço Social e Saúde – desafios intelectuais e operativos. Revista Ser Social, v. 11, nº 25. Brasília: UnB, 2009, p. 221-243.

OLIVEIRA, I. Relatório Final Atividades Serviço Social no PETSaúde UBS São José/Canaã. Maceió: UFAL/FSSO, nov.2011 (mimeo).

PONTES, W. da S. et al. O serviço social no PETSaúde da família na UBS Village Campestre I: multidisciplinariedade e controle social. Anais CONGRESSO ACADÊMICO UFAL, 7. Maceió: EDUFAL, 2010, p.109-120.

RAMOS, P.F.A. Relatório Final Atividades Serviço Social no PETSaúde UBS Denisson Menezes. Maceió: UFAL/FSSO, nov.2011 (mimeo).

SANTANA, A.T.B. Relatório Final Atividades Serviço Social no PETSaúde UBS São Jorge. Maceió: UFAL/FSSO, nov.2011 (mimeo).

SANTOS, K.J.N. dos et al. O serviço social na Unidade de Saúde São José/Canaã: relato da experiência no PETSaúde da família. ANAIS CONGRESSO ACADÊMICO UFAL, 7. Maceió: EDUFAL, 2010, p.131-141.

SCHERER, M.D.A.; PIRES, D. A interdisciplinaridade prescrita para o trabalho da equipe de saúde da família, na percepção dos profissionais de saúde. Revista Tempus, 3. Brasília: Actas de Saúde Coletiva, 2009, p.30-42.

Parte III

Os Núcleos Temáticos

E assim, se passaram 32 anos!

Núcleo Temático Mulher e Cidadania: Gênero na UFAL desde o século passado

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima
Maria Aparecida Batista de Oliveira
Elvira Simões Barretto

Introdução

Em seu Poema *O Tempo*, Mário Quintana afirma que *A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa. Quando se vê...* Pois foi de Mário Quintana, em seu Poema *O Tempo*, de quem nos lembramos, ao nos dar conta de que já se passaram 32 anos desde a criação do Núcleo Temático Mulher e Cidadania/NTMC da UFAL. *Quando se vê...!* Realmente, o tempo não para e, nesse momento de resgate, estamos numa viagem retrospectiva lembrando como tudo começou. Iremos, neste artigo, nos deter na história do NTMC/UFAL, seus Projetos, realizações e perspectivas.

A título de introdução cabe registrar que, desde a sua criação, o Núcleo Temático Mulher & Cidadania (NTMC) da UFAL bordou sua história inspirado no desejo de uma sociedade desprovida de opressões, em especial às mulheres. Assim sendo, ações sociais concretas no entrelaçar do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, diferentemente da tendência do movimento feminista dos países de capitalismo desenvolvido, cuja teorização feminista provém da militância feminista de movimentos sociais e adentra a academia, no caso do NTMC, com suas bases acadêmico-científicas, tomam uma direção inversa: sai dos muros da Universidade, promove ações para organização das mulheres das comunidades, atua junto à sociedade civil organizada e contribui efetivamente para o fortalecimento dos movimentos sociais das mulheres em Alagoas.

Nessa direção, o NTMC/UFAL, em seu percurso, tem marcado presença também em Órgãos Públicos direcionados para a Defesa dos Direitos da Mulher, tendo sua atuação reconhecida por eles. Entre estes Órgãos, mencionamos o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher/CEDIM que, desde sua criação, na década de 1980, contou com a

presença da representação da Mulher Acadêmica/ NTMC, UFAL; o Conselho da Condição Feminina; a Delegacia da Mulher; a Secretaria de Estado da Mulher, além de instituições privadas, pastoral da criança, polícia civil, movimentos sociais, comunidades quilombolas, participação em entrevistas na imprensa. Outrossim, cabe registrar as Comendas concedidas às três Coordenadoras do NTMC/UFAL pelos relevantes serviços prestados no campo da Educação, na Defesa dos Direitos das Mulheres e Bem-estar da coletividade: Comenda Nise Magalhães da Silveira¹⁵⁶ CEDIM/Governo do Estado; Comenda Deputada Selma Bandeira/Decreto Legislativo nº 183/97¹⁵⁷. É nesse contexto que o NTMC traz consigo a interdisciplinaridade, com maior ênfase nas Ciências Sociais e Humanas, em especial, Filosofia, Sociologia e Serviço Social.

Como tudo começou? Histórico e objetivos propostos

O NTMC/UFAL foi criado em junho de 1989 com a proposta de vir a ser um espaço de produção e socialização do conhecimento sobre a condição da mulher/do feminino, enquanto gênero discriminado. Na época, estava vinculado à Coordenadoria dos Núcleos Temáticos (CNT), sendo constituído por membros da comunidade acadêmica, da sociedade civil e política e funcionando por meio de Grupos de Trabalho, de acordo com áreas temáticas. Seus objetivos básicos consistiam em:

¹⁵⁶ Ver: <https://www.alagoasnet.com.br/v3/governo-homenageia-mulheres-com-a-comenda-nise-da-silveira/> (Consulta em : 08/09/21)

<http://edivaldojunior.com.br/2014/03/28/secretaria-da-mulher-participa-da-entrega-da-comenda-nise-da-silveira/>; (Consulta em : 08/09/21)

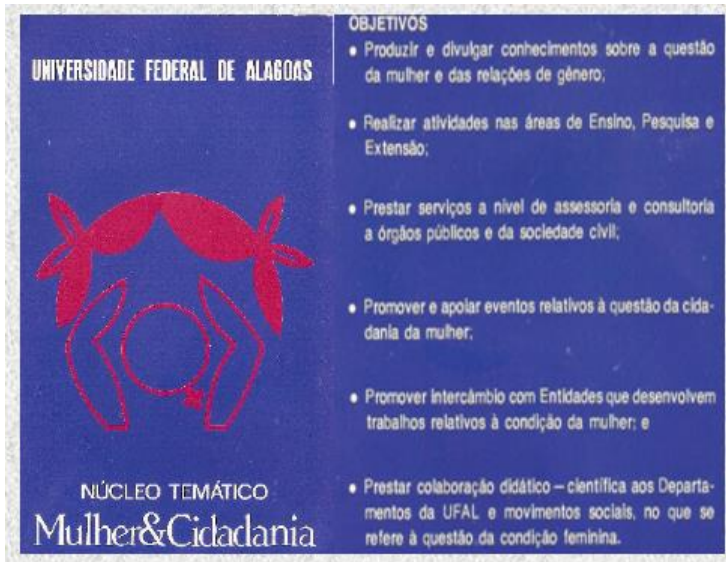
<https://www.alagoas24horas.com.br/837478/mulheres-sao-homenageadas-como-a-comenda-nise-da-silveira-pelo-governo-de-alagoas/> (Consulta em : 08/09/21)

¹⁵⁷ Ver: <https://ufal.br/servidor/noticias/2020/7/professora-cida-recebe-homenagem-no-dia-da-mulher-negra-latino-americanas-e-caribenha> (Consulta em : 08/09/21)

<https://www.alagoas24horas.com.br/459330/camara-entrega-comenda-selma-bandeira-a-31-personalidades/> (Consulta em : 08/09/21)

<http://primeiraedicao.com.br/noticia/2013/03/22/camara-entrega-comenda-selma-bandeira-a-36-personalidades> (Consulta em : 08/09/21)

Figura 1



Desde sua criação, o NTMC/UFAL vem se pautando por esses objetivos conforme veremos no decorrer da exposição sobre os projetos realizados, participação em Encontros Nacionais e Internacionais, Publicações, entre outras atuações.¹⁵⁸

Logo nos seus primeiros passos, destacamos a realização de dois Eventos que funcionaram como alavancas básicas para o deslanchar do NTMC. Um primeiro, a Oficina de Educação Popular para os Direitos da Mulher (UNICEF/CNDM/UFAL), direcionado para as comunidades do Campus Vicinal da UFAL, quando foram realizados, entre outros, Curso

¹⁵⁸ Ver alguns registros, em :<https://docplayer.com.br/59651839-Discurso-e-construcao-da-identidade-social-da-lupica-nadia-regina-loureiro-de-barros-lima-1.html>; <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/sbpc/2003/textos/NadiaRBLima.htm>; <https://www.dicyt.com/noticia/mas-como-tantas> ; <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29972>;<http://labcom.ubi.pt/livro/73>; <https://doity.com.br/congresso-internacional-ddhh-e-politicas-de-igualdade>; <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2087/651>; <https://www.ces.uc.pt/lab2004/programa/sessao9.html>; ; <https://www.pautajudicial.com.br/media/uploads/2018/07/16/programa-1.pdf>; <http://acale.al.org.br/patronos-e-academicos/>;<http://congresoddhh2g.blogspot.com/p/organizacion.html>

de Práticas Educativas sobre Saúde da Mulher, Curso Capacitação de Liderança para Mulher Popular.

1989

Figura 2




<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO PROGRAMA MULHER E CIDADANIA</p> <p>Grupo de Trabalho MULHER E EDUCAÇÃO POPULAR</p> <p>Seminário MULHER E EDUCAÇÃO POPULAR Um Delimitamento Teórico</p> <p>Local: Espaço Cultural Mini-Auditório Pr. Sinibeu/Centro</p> <p>Data: 17, 18 e 19 Julho 1989 Das 8 às 12 e 14 às 18</p> <p>Convênio UNICEF/FUNDEPES Maceió / Al.</p>	<p>PROGRAMAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundamentação Teórica da Pesquisa-Ação - Pressupostos Teórico-metodológicos da Educação Popular - Mulher e Educação Popular: Um Delimitamento Teórico. <p>EXPOSITORES</p> <p>Prof. João Francisco de Sousa. UFPE / CEAL</p> <p>Profa. Beatriz Canabrava Rede Mulher / S.P.</p> <p>COORDENAÇÃO</p> <p>Profa. Nadia Regina Loureiro de Barros Lima. CSO/UFAL</p> <p>Equipe Técnica:</p> <p>Profa. Ma. Aparecida Batista de Oliveira FIH/UFAL</p> <p>Profa. Gláucia Ferreira dos Santos FIH/UFAL</p> <p>Ass. Soc. Tracy Mary Viana Firman de Araújo Sec. Educação / Al</p>	
--	--	--

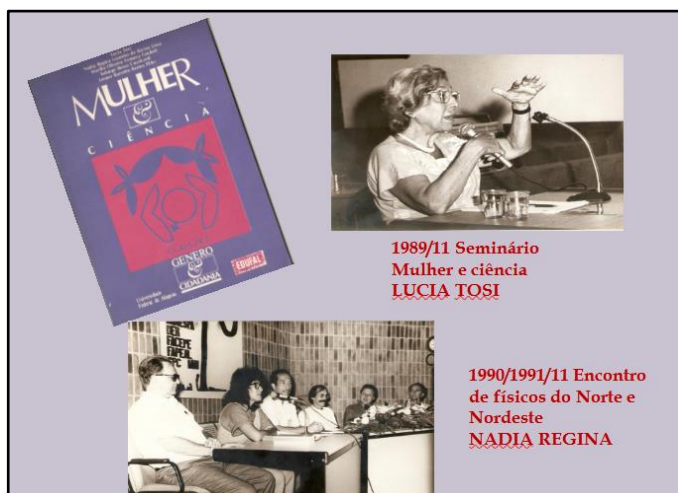
Figura 3

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</p> <p>COORDENADORIA DE NÚCLEOS TEMÁTICOS NÚCLEO TEMÁTICO MULHER E CIDADANIA</p> <p>OFICINA DE EDUCAÇÃO POPULAR</p> <p>DIREITOS da MULHER</p> <p>Seminário de Maceió / Al Sede do Conselho de Cristandade 22, 23 e 24 de novembro de 1989</p> <p>Realização: REDE MULHER/SP Convênio: UNICEF/FUNDEPES Apoio: UFAL / PROEX</p>	<p>GRUPOS DE MULHERES</p> <p>VILA BREJAL</p> <p>ASS. DE MORADORES DO NOVO MUNDO</p> <p>FAVELA FIVES LILLE</p> <p>VILA SÃO FRANCISCO</p> <p>ASS. DE MORADORES DO CAPESTRE II</p> <p>UNIZO DAS MULHERES SERTANEJAS</p> <p>ASS. DE MORADORES DO ALTO DO CÉU</p> <p>ALTEIA MASSA/COCAL. (Mulher Indix)</p> <p>ASS. DE MORADORES DO CLIMA BON TI</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</p> <p>NÚCLEO TEMÁTICO MULHER e CIDADANIA</p> <p>Campus A.C. Simões</p> <p>BR 191 Norte N1 14 CEP: 57.000 Fone: (082) 241.61.41 Ramal. 2067</p>	 
--	--	--

A interdisciplinaridade, a interinstitucionalidade, a indissociação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão sempre foram princípios norteadores das ações do NTMC. Não por acaso o Núcleo tem amplo espectro na sua composição no âmbito da docência e discência, ao abranger as distintas áreas: Sociologia, Filosofia, Serviço Social, Comunicação, Psicologia, Enfermagem, Literatura, Psicanálise, Saúde, Física, entre outras. Esse panorama reporta às repercussões das distintas iniciativas acadêmicas, artísticas e culturais que marcam a história do NTMC.

O segundo Evento presente nos primeiros passos do NTMC/UFAL foi o Simpósio Mulher e Ciência, contando com a participação de Docentes do NTMC, dos Departamentos de Física e Química da UFAL e a presença da Professora Lucia Tosi/UFMG e Université Pierre et Marie Curie¹⁵⁹. O conteúdo desse Simpósio resultou no 1º número da Coleção Gênero e Cidadania: *Mulher e Ciência*.

Figura 4



Após esse momento inicial, em sequência à proposta traçada de objetivos e metas, o NTMC/UFAL deu continuidade à sua caminhada, conforme abordaremos a seguir, destacando suas realizações.

A partir do lançamento da obra *Mulher e Ciência*, funda-se a *Coleção Gênero e Cidadania* e prossegue-se com as publicações *Mulher e Saúde* (1992), *Mulher e Meio Ambiente* (1994), *Mulher e Subjetividade* (1997), *O Feminino na Psicanálise* (2001). Na Coleção *MARESA*¹⁶⁰, publicam-se os Volumes: I – *O Corpo do Desejo: mulheres e imagem corporal no espaço urbano de Maceió*¹⁶¹; II

¹⁵⁹ Ver: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>

¹⁶⁰ Coordenado pela Profa.. Dra. Izabel de Fátima de Oliveira Brandão.

¹⁶¹ Organizado por Maria de Fátima Machado de Albuquerque (UFAL)

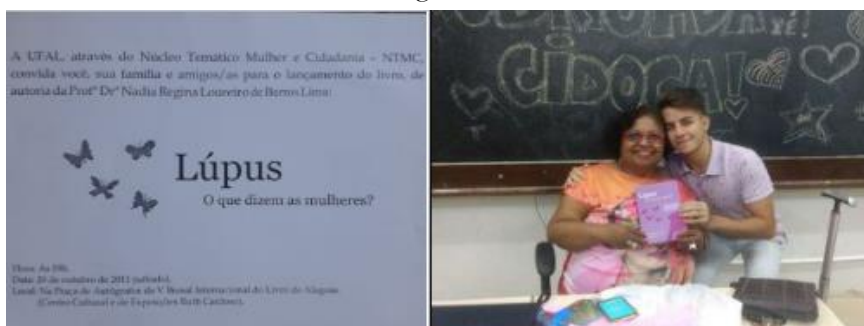
– *Retratos à margem: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950)*¹⁶²;
III – *A Cientista e sua Identidade de Gênero* (2003).¹⁶³

Nas diversas Bienais Internacionais do Livro de Alagoas (UFAL) foram lançadas as seguintes obras:

2011

*Lúpus O que dizem as mulheres?*¹⁶⁴

Figura 4



¹⁶² Organizado por Izabel Brandão (UFAL) e Ivya Alves (UFBA)

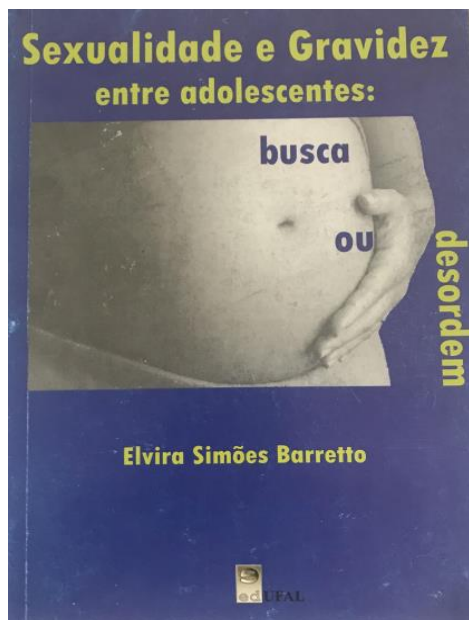
¹⁶³ Organizado por Nadia Regina Loureiro de Barros Lima (UFAL), Laura S. D. Arrazola (UFRPE)

¹⁶⁴ LIMA, Nadia Regina L. de Barros. *Lúpus O que dizem as mulheres?*. Maceió: EDUFAL, 2011.

Foto: Profa. Maria Aparecida Batista de Oliveira com seu aluno do curso de enfermagem, na ocasião do encerramento da disciplina *Ciências Humanas aplicas a saúde*.

Sexualidade e Gravidez entre adolescentes: busca ou desordem

Figura 5



2013

*Quando as meninas não contam: gênero e ensino da Matemática*¹⁶⁵

Figura 6



¹⁶⁵ LIMA, Nadia Regina L. de Barros. Quando as meninas não contam: gênero e ensino da Matemática. Maceió: EDUFAL, 2013.

2011 e 2015

Coletâneas “GDE I 2009 -2010: múltiplos olhares de uma perspectiva alagoana” e “Gênero e Diversidade na Escola: desvendando opressões”.

Figura 7



Merece um retrospecto o marco que representou para o feminismo brasileiro, no ano de 1992, nascedouro dos debates sobre as relações de Gênero, a participação do NTMC na histórica fundação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e relações de Gênero (REDOR), cuja plataforma principal versa sobre a produção do conhecimento científico na perspectiva feminista. Nesse contexto, o NTMC se integra à pesquisa da REDOR: *Radiografia da Presença da Mulher nas Universidades Norte/Nordeste*, financiada pela Fundação FORD, gerando a produção e lançamento do livro *Um mundo dividido: o gênero nas universidades do norte e nordeste*, no ano de 1997.

Em sequência, sob a lógica da linha do tempo, cabe o registro de reconhecimento do NTMC no âmbito do movimento feminista acadêmico, quando coordena a realização do 6º Encontro da REDOR, na Universidade Federal de Alagoas.

Figura 8



Cabe destacar a criação do “Grupo de Estudos PSICANÁLISE E GÊNERO” (2002), a pesquisa “Gênero, Psicossomática, Psicanálise” (2003) e a criação do Grupo de Apoio às Pessoas com Lúpus/GAPLÚPUS (2002).

O GAPLÚPUS iniciou suas atividades em 2002, a partir de estudos em torno da temática “Gênero, Psicossomática e Psicanálise”, bem como de uma Pesquisa de Doutorado¹⁶⁶ sobre a construção da identidade de gênero com mulheres portadoras de Lúpus; essas mulheres entrevistadas vieram a constituir o GAPLÚPUS, e entre as atividades realizadas destacamos, entre outras, reuniões mensais, comemoração do 10 de Maio – Dia mundial do Lúpus, com apoio da PROEX/UFAL, InfoLúpus/ Boletim Informativo Trimestral.

¹⁶⁶ Coordenado pela fundadora do NTMC Profa. Dra. Nadia Regina Loureiro de Barros Lima.

Figura 9



A temática é convertida em tese doutoral em Psicologia Social: “Lúpus em mulheres e a construção discursiva da doença: a feminilidade e o adoecer feminino como uma inscrição dos afetos no corpo”¹⁶⁷, apresentada à Universidade do Minho, Portugal (2009).

O NTMC, no exercício quotidiano de sua práxis, continua com a firmeza de seus ideais desde a sua gênese; vai tecendo caminhos, bordando e costurando sentidos, objetivando contribuir para a construção de possibilidades de um efetivo combate à violência e à opressão de gênero, raça, etnia e as diversidades sexual e religiosa. É como propala a poeta Conceição Evaristo em seu poema *A noite não adormece nos olhos das mulheres*, “pois do nosso sangue-mulher/de nosso líquido lembradiço/em cada gota que jorra/um fio invisível e tônico/pacientemente cose a rede/de nossa milenar resistência”. É esse olhar de luta e fortaleza que nos move a perspectivar, tricotando as possibilidades de implementação de uma nova sociedade alagoana pautada nos paradigmas da igualdade de gênero, étnico-racial, da solidariedade, do cuidado com todas, todos e todes e na justiça social.

¹⁶⁷ Ver: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9532/1/Tese.pdf>
<https://ufal.br/ufal/noticias/2013/10/livro-sobre-reducao-de-mulheres-nas-ciencias-exatas-e-lancado-na-6a-bienal>

É nesse esperar que o NTMC continua com seu trabalho, focando na temática da violência em seus diversos âmbitos: doméstica, social, institucional racial, na saúde, na educação, em direitos humanos.

O NTMC, no ano de 2003, institui o Prêmio Professora Helionia Ceres¹⁶⁸, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher e dos 15 anos do NTMC. Foram agraciadas com troféu a médica e militante feminista Dra. Terezinha Ramires e a Juíza Dra. Nirvana Coelho de Mello, outorga concedida face aos relevantes trabalhos por elas desenvolvidos em prol da dignidade do Ser Menina e Mulher em situação de violência; o evento contou também com a palestra “Bioética – repercussões afetivas da violência”, ministrada pela antropóloga Profa. Dra. Débora Diniz (UNB). Em segunda edição do referido prêmio, o NTMC/ UFAL homenageou mulheres alagoanas e uma pernambucana, sendo elas: Maria das Dores Oliveira, cognominada de índia pernambucana Maria Pankararu; a educadora, ex-vereadora e militante feminista Jarede Viana; a pesquisadora Profa. Dra. Débora Diniz; a enfermeira e militante feminista Maria José Lima; a primeira secretária da mulher de Alagoas, a Psicóloga Vanda Menezes; a primeira presidenta da União da Mulher de Alagoas (UMA), Profa. Ivanilda Verçosa, conforme figura 10.

Figura 10



¹⁶⁸ Literata e feminista, destacando-se por seu trabalho tanto na literatura como nas questões da mulher, de ordem teórica e prática.

Figura 11¹⁶⁹



Outro momento histórico de *emoção lilás* e compromisso com uma educação universitária inclusiva deu-se com a participação do NTMC na Comissão Especial de formulação de Programas para Políticas Afirmativas para afrodescendentes no Ensino Superior.¹⁷⁰ O Conselho Universitário, naquela manhã histórica, aprova os trabalhos realizados pela comissão especial, conforme o que versa nos ditames legais da RESOLUÇÃO Nº 33/2003-CONSUNI, de 06 de novembro de 2003, cuja diretriz é “propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra no ensino superior”. Dentre os Planos de Metas do Programa, está contida no item 10 a defesa do NTMC na Comissão e na reunião do Consuni¹⁷¹ (Figura 11), em que, entre seus critérios, pautou-se “60% (sessenta por cento) dos 20% (vinte por cento) para as mulheres negras”.

A justificativa política, pedagógica e cidadã dada para essa reivindicação baseou-se na explicitação da tripla discriminação e violência de que padecem as mulheres negras: de gênero, raça e classe. A elas a sociedade

¹⁶⁹ Foto de Reunião para instituição da Política de Cotas na UFAL. Crédito: ASCOM/UFAL.

¹⁷⁰ Sob a Coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros- NEAB/UFAL, de acordo com a Resolução de Nº 14/203 – CONSUNI de 02 de junho de 2003. O documento foi elaborado tendo à frente o Prof. Dr Moisés de Melo Santana, contando com a participação ativa da Coordenadora do NTMC Profª. Ms. Maria Aparecida Batista de Oliveira. Apreciado na reunião do Conselho Universitário, debatida a importância da Universidade Federal de Alagoas, por estar situada e datada no “palco da liberdade” – Quilombo dos Palmares, sob a liderança de Zumbi, Aquilune e Dandara.

¹⁷¹ Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas.

destina dois lugares, o de empregada doméstica e de objeto sexual, em face de um acentuado contingente feminino negro não estar na universidade.¹⁷² Continuando suas ações, o NTMC integra-se ao Programa *AfroAtitude* e Saúde da População Negra¹⁷³. É um novo olhar, é o reconhecimento da discriminação do povo negro aos bens de serviço, e também dos postulados contidos na “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial”, da qual o Brasil é signatário. Em sequência, realiza-se o mapeamento da percepção da violência em jovens do ensino fundamental em escola pública de Maceió/Alagoas; estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/AIDS em comunidades remanescentes de quilombos, em Alagoas; Flor de Mandacaru: Racismo e violência: compartilhando experiência e encantando saberes; Mulher e violência em Alagoas: o real se desvelando, como uma questão de saúde pública e de cidadania.¹⁷⁴ Além do que, o NTMC esteve presente nas comissões de organização das Conferências estaduais da mulher, como conferencistas e na organização de texto base na terceira Conferência Estadual de políticas para as mulheres A realidade alagoana e o movimento de mulheres conquistas e desafios. (verificar com as autoras do texto)

Em 2017, O NTMC e a Coordenação do Curso de História do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes – ICHCA, inseridos no debate e construção do *Julho das Pretas* – em conjunto com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste/ Alagoas, o Instituto Feminista Jarede Viana, a Organização Anajô, Inaê, Afrocaeté, CEDIM, CONEPIR, FAPEAL, ADUFAL, Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – promovem coletivamente atividades em Comemoração ao dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, criado

¹⁷² Considera-se a violência vivenciada pelas mulheres negras desde a data de sua chegada ao Brasil e ainda hoje em pleno século XXI. Notadamente a historiografia aponta que elas estão sujeitas à extrema pobreza, ao analfabetismo, à miséria, ao assédio sexual e moral, ao abandono por seus companheiros, passando então a serem chefe de suas famílias; ainda estão expostas ao adocencimento psíquico diante do sofrimento de presenciarem o assassinato de seus filhos.

¹⁷³ Coordenado pelo professor Jorge Luís Riscado, com orientação de bolsistas oriundos/as do sistema de cotas, esse momento foi de grande importância para o Programa, com a diretriz de acolher e integrar alunos/as cotistas na academia e na pesquisa.

¹⁷⁴ Ver nas referências.

em 1992, no I Encontro de Mulheres Afro-Latino Americana e Afro – Caribenhas. Participaram também do Dia Nacional de Tereza Benguela e da Mulher Negra, estabelecido pela Lei 1214, criada pela Presidenta Dilma Rousseff, objetivando o reconhecimento da luta histórica de resistência da Mulher Negra, a todas as formas de opressão, discriminação, violência de gênero, raça, classe, diversidade sexual e religiosa a que estão submetidas no contexto de sua história.

Registre-se ainda o Evento realizado no Instituto de Ciência Humanas Comunicação e Artes – ICHCA, com o temário *Ativismo de Lélia Gonzalez: um percurso do feminismo negro*. O Evento foi constituído das seguintes atividades: 1– Exposição da mostra “Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história”, na Fundação Banco do Brasil, cedida por Vanda Menezes. Trata-se de um registro de sua vida, sua obra como ativista e feminista negra, e de todo um percurso existencial de luta em prol de estudos teóricos e da práxis do feminismo negro e da igualdade racial; 2 – Mesa redonda com o tema “Ativismo de Lélia Gonzalez: percurso do feminismo negro, ontem e hoje”, com as palestrantes Psicóloga Vanda Menezes, Química, professora do IFAL, Dra. Fátima Viana, militante do Movimento Negro, e a Cientista Social, professora do CESMAC, mestra e doutoranda em Sociologia Regina Trindade Lopes. O encerramento deu-se com a boniteza artística do show, expressando a magia e beleza da musicalidade negra da Cantora Mel Nascimento, bacharela em música pela Universidade Federal de Alagoas, conforme registro abaixo.

Figura 12



No percurso de formação, estudos e pesquisas voltados para as opressões na vida em sociedade, o NTMC, juntamente com o Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero Diversidade e Direitos Humanos (DIVERGE), abraça o projeto de formação de profissionais da educação básica e promove as 1ª e 2ª edições do Curso de Aperfeiçoamento, e a primeira edição do Curso de especialização *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE)¹⁷⁵, nos anos 2009, 2012 e 2014 respectivamente, por meio do qual foram certificadas/os um total de 220 profissionais da educação básica, em sua grande maioria do Estado de Alagoas.

No âmbito da educação continuada, o GDE propunha-se a promover e consolidar uma cultura de valorização da equidade de gênero, da diversidade étnico-racial e sexual, visando à superação de qualquer forma de discriminação social e de desrespeito aos direitos humanos. O GDE é uma conquista histórica de distintos movimentos sociais: Feminista, LGBTQIA+, Afrobrasileiro, que se materializa no ano de 2008, a partir da iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), em articulação com o British Council¹⁷⁶, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED-MEC), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), além das secretarias de educação, as coordenadorias da mulher e os movimentos sociais dos estados e dos municípios participantes (MEC, 2009).

No decorrer do curso foi cumprido o objetivo de aliar seu conteúdo – questões étnico-racial, de gênero e diversidade sexual – com a familiarização ao uso das ferramentas tecnológicas e a intervenção dos/as profissionais no cotidiano da escola. Na época, constituiu-se um verdadeiro “movimento gênero e diversidade na escola”, pois se tornou uma causa coletiva (ver:<http://gdeufal.blogspot.com/>). Nesse sentido, em 2010 foram realizados 82 eventos, correspondentes aos projetos de intervenção

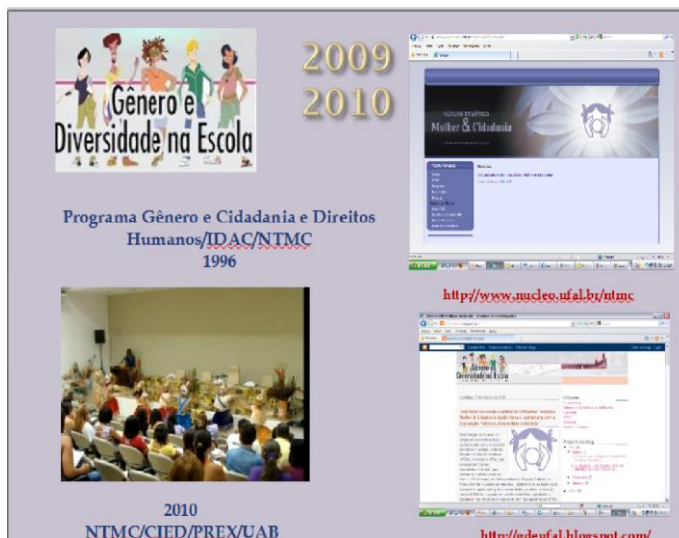
¹⁷⁵ Coordenado pela Profa. Dra. Elvira Simões Barretto. Ver: <https://ufal.br/ufal/noticias/2009/10/professores-serao-capacitados-sobre-genero-e-diversidade-na-escola>.

¹⁷⁶ Organização internacional do Reino Unido para assuntos de Educação e Cultura, voltada para o fortalecimento e compartilhamento de experiências de políticas educacionais entre os países.

dos/as professores/as-alunos/as, em 82 Unidades de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual e Municipal, englobando 52 Oficinas, 10 palestras e 20 cursos.

A experiência do curso *Gênero e Diversidade na Escola em Alagoas* conduziu e deu suporte à organização da mesa redonda “Gênero, Diversidade e Direitos Humanos: opressões em foco”, no congresso acadêmico da UFAL em 2010, com a presença de 400 pessoas, em média.

Figura 13



Seguindo o seu percurso de ativismo acadêmico-social, o NTMC, junto aos/às profissionais egressos/as dos cursos supracitados, contribuiu para a reflexão crítica, debate e mobilização para a inclusão da temática de gênero, diversidade e direitos humanos no Plano Nacional de Educação e nos Planos de Educação Estadual e Municipais de Alagoas¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Ver: <https://www.correiodosmunicipios-al.com.br/2015/12/seminario-sobre-o-pee-debate-igualdade-de-genero-e-diversidade-sexual/>; <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2015/12/01/seminario-sobre-o-plano-estadual-de-educacao-debate-igualdade-de-genero-e-diversidade-sexual>; <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2015/06/22/histeria-com-ideologia-de-genero-pisoteia-metas-contr-analfabetismo-campeao-de-al>; <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2015/06/15/instituicoes-apresentam-denuncia-no-mpf-contr-boatos-sobre-ideologia-de-genero>

Considerações finais

E nessa caminhada, *Quando se vê...* já se passaram 32 anos!

Conforme retratado até aqui, há sinais de que as sementes plantadas estão florescendo, frutificando! Dentre os frutos, destacamos, neste ano de 2021, a Defesa da Dissertação sobre "A contribuição das mulheres para a Física Moderna: uma proposta de material de apoio para docentes do ensino básico", no Departamento de Física, UFAL.¹⁷⁸ Nessa mesma temática sobre as mulheres nas Ciências, há 32 anos, o NTMC estava realizando o seu Simpósio inaugural de nascimento – Mulher e Ciência (NTMC, Departamentos de Física e Química da UFAL), tendo como convidada a Professora Lucia Tosi/ UFMG e Université Pierre et Marie Curie.

Além dos frutos advindos das realizações desenvolvidas, um fruto precioso também foi nossa aprendizagem em que, parafraseando Cora Coralina, à medida que transferimos nosso saber, muito aprendemos com o que ensinamos.

Nessa visão retrospectiva, portanto, o resgate histórico desde a criação e desenvolvimento do NTMC/ UFAL e suas realizações nos dão, sim, a sensação de dever cumprido, o que nos fortalece para continuar a caminhada com perspectivas futuras, construindo o caminho conjuntamente. E, à medida que caminhamos, vamos estabelecendo projetos e o modo de realizá-los. Entre eles destacamos a perspectiva de constituir grupos de estudos sobre a questão de Gênero, de acordo com a necessidade de apoio a estudantes e profissionais que se interessem por essa temática, bem como dar assessoria aos grupos já existentes e/ou em projeto de constituição e realização de eventos e debates do tipo projeção de filmes sobre a temática Gênero seguida de discussão; prevê-se, ainda, a realização do XXIº REDOR em Maceió, de acordo com a decisão estabelecida no último Encontro/XX REDOR, na UFBA, Salvador/ BA, em 2018.

Como diz Antonio Machado, "Caminante, no hay camino, se hace camino al andar" (MACHADO, 2012). Assim, vamos caminhando e construindo o caminho na caminhada e, de acordo com o que já caminhamos e o modo de nosso caminhar, fechamos essa etapa de três décadas com a

¹⁷⁸ Maria Cristinne Pereira Seixas. Orientador: Professor Doutor Jenner Barretto Bastos Filho. Data da Defesa: 26 de agosto de 2021.

certeza de que, entre os frutos advindos das realizações desenvolvidas, o mais precioso foi o muito que aprendemos ensinando, à medida que transferíamos o nosso saber. E, nesse sentido, concluímos nosso resgate dos 32 anos com as palavras de Cora Coralina quando diz:

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria de Fátima M. *O Corpo do Desejo: mulheres e imagem corporal no espaço urbano de Maceió*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2002. v. 1.

BARRETTO, Elvira Simões. *Sexualidade e gravidez entre adolescentes: busca ou desordem?*. Maceió, EDUFAL, 2011.

BARRETTO, Elvira Simões; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista. *Gênero e Diversidade na Escola: desvendando opressões*. Maceió, EDUFAL, 2015.

CORA, Coralina. Exaltação de Aninha, O Professor, in: *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. São Paulo, Ed. Global Gaia, 2007, 9ª Ed.

BRANDÃO, Izabel. O GT A Mulher na Literatura: conexões interdisciplinares. In: STEVENS, Cristina (org.). *Mulher e Literatura - 25 anos. Raízes e rumos*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2010.

GONZÁLEZ, Lélia. Homenagem a Lélia Gonzales: Lélia fala de Lélia. *Estudos Feministas* n.2, pp. 383-386. Florianópolis, 1994.

LIMA, Nadia Regina L. de Barros. *Quando as meninas não contam: gênero e ensino da Matemática*. Maceió: EDUFAL, 2013.

LIMA, Nadia Regina L. de Barros. *Lúpus O que dizem as mulheres?*. Maceió: EDUFAL, 2011.

MACHADO, Antonio. *Campos de Castilla*, Castilla, Editorial Literanda, 2012.

PINTO, Anamelea de Campos; BARRETTO, Elvira Simões Barretto. *GDE I 2009 -2010: múltiplos olhares de uma perspectiva alagoana*. Maceió,

EDUFAL, 2011.

QUINTANA, M. *Os melhores poemas de Mario Quintana*. 4. ed. Seleção de Fausto Cunha. São Paulo, Global, 1988.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista, BRITO, Angela Benedita Bahía, SILVA, Rosilene Florêncio. *Flor de Mandacaru: Racismo e violência compartilhando experiência e encantando saberes*. In: RISCADO, Jorge Luís Souza, FERNANDES, Saulo Luders. Orgs, *Raça, racismo institucional, ensino e práticas na saúde: ensaios, reflexões, e ações para implementação da PNSIPN*. Maceió, EDUFAL 2017.

RISCADO Jorge Luís Souza, MALTA, Isabelle Tenorio, França, Maria do Socorro, Santos, Diná Ferreira. *Mulher e violência em Alagoas: o real se desvelando, como uma questão de saúde pública e de cidadania*. In: Orgs. RISCADO, Jorge Luís Souza. OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro. *Relações étnico – raciais, diversidade de gênero, PNSIPN: competências culturais no contexto do ensino e nas práticas de saúde*. Maceió. EDUFAL 2018.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista,, BRITO, Angela Benedita Bahía, A trajetória do racismo e a violência sofrida pela Mulher negra: Uma questão de saúde pública. In: RISCADO, Jorge Luís de Souza, Oliveira Maria Aparecida Batista. Orgs. *Quilombolas guerreiros alagoanos. Aids, Prevenção e Vulnerabilidades*. Maceió. EDUFAL 2011.

Núcleo Temático da Criança e Adolescente: Três décadas de lutas, resistências e desafios ante a desproteção social de crianças, adolescentes e jovens

Márcia Iara Costa da Silva
Mariluce de Macedo Veras
Laryssa Danielly Silva Fernandes
Anna Emanuely Oliveira Laurindo
Ana Izabelle Lourenço de Souza
Jenifer Bezerra da Silva

Introdução

O Núcleo Temático da Criança e do Adolescente (NTCA/Ufal) pode ser considerado um divisor de águas na história da infância alagoana. Ao longo das décadas, tem se destacado como um espaço de produção de conhecimento e de articulação entre a Universidade e a Sociedade. Sua ação visa assessorar programas e ações dos órgãos gestores da política de proteção social, bem como dar visibilidade a toda forma de desumanidades, violências, opressões e desproteção social enfrentadas por crianças, adolescentes e jovens de Alagoas. Violências materializadas no abandono social e institucional e que diariamente tornam-se estatísticas dos órgãos oficiais.

Como instrumento de produção de conhecimento, e acima de tudo como um mecanismo de denúncia, luta e resistência, o NTCA/Ufal resiste e continua a desenvolver estudos, pesquisa e extensão com o propósito de desnaturalizar e dar visibilidade às violências e opressões enfrentadas por esse segmento populacional. Também visa formar profissionais críticos, reflexivos e focados nas demandas que se colocam no cotidiano.

O relato objetiva pincelar em largos traços a história do Núcleo Temático da Criança e do Adolescente da Faculdade de Serviço Social e apresentar as tendências da pesquisa e da extensão ao longo dos seus 33 anos de existência.

O presente relato foi estruturado em três momentos. A primeira seção retrata o grupo desde a sua emergência, a partir do olhar de seus idealizadores, num momento crucial para a história da infância no Estado de Alagoas. Toda essa trajetória de luta referendou a existência do grupo na sociedade, bem como sua importância social pavimentou o caminho

traçado por novas gerações de pesquisadores: um reflexo disso são as produções teóricas no âmbito da graduação e pós-graduação. Esse item finaliza com um breve histórico de sua idealizadora.

A segunda retrata a retomada do NTCA/Ufal em 2014, quando o quadro docente é renovado e surge uma nova geração de pesquisadores dispostos a dar continuidade à luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Em decorrência das demandas que se apresentam no âmbito da infância, renascem com força as atividades de pesquisa e extensão. Finaliza retratando de forma breve o contexto atual. Vale ressaltar que os estudos e atividades desenvolvidas pelo NTCA se caracterizam como instrumentos de denúncia e servem de apoio às estratégias de fortalecimento da rede de atendimento à criança e ao adolescente de Maceió e do Estado. Para, além disso, é um espaço fundamental para o processo de formação profissional.

NTCA: história de lutas, resistência e produção de conhecimentos

O núcleo temático da criança e do adolescente – NTCA/Ufal, ao longo de três décadas vem reafirmando sua importância e sua contribuição para o desvendamento da problemática da infância e da adolescência. A sua criação, no final da década de 1980, marca o início de sua trajetória não só de lutas, debates e resistências, mas, sobretudo, a busca de conhecimentos sobre as condições de vida, de desproteção e violência de um segmento da população invisível ao sistema de promoção e garantia de direitos.

Esse quadro insiste em permanecer apesar do desmonte e das formas estáveis de punição e coerção que estavam em vigor entre 1927 e 1990, quando então se registra uma mudança de concepção, introduzindo o paradigma de proteção integral fundado nos direitos individuais coletivos econômicos e em direitos sociais estabelecidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. Apesar da implantação da doutrina de proteção integral instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o quadro delineado no tempo presente teima em persistir, exigindo o acompanhamento e a análise sistemática de indicadores que configuram um quadro de “desproteção e violência como forma de desumanidades”.

São 33 anos de um percurso marcado por um protagonismo em face dos avanços e retrocessos que pontuaram a processualidade histórica

da proteção social em Alagoas. Sem dúvida, ter-se-á de buscar novos caminhos na realidade que se descortina. Essa fase pós-pandêmica exigirá um sinal de alerta permanente diante do escancaramento da desigualdade que atinge, sobretudo, populações vulneráveis, a exemplo do segmento infantojuvenil pertencente à camada pauperizada do país ora mergulhado em crises: sanitária, alimentar, ambiental, de emprego e renda, de educação, além do retorno à luta por princípios democráticos.

O NTCA, em sua trajetória, vai além dos muros da academia, buscando desde seus passos iniciais a inter-relação Ufal/Sociedade e congregando esforços no sentido de estudo e pesquisa, projetos, consultoria e assessoria à política da infância e adolescência, visando não só à produção de conhecimento sobre temas específicos, mas à criação de um espaço que propicie respostas às demandas sociais. Desde seu início, essa preocupação estava presente nas discussões e debates em torno de uma realidade marcada pelo descaso às necessidades humanas concretas de crianças e adolescentes, pessoas em processo de desenvolvimento sem acesso às mínimas condições de vida.

Ao rever a trajetória do NTCA/Ufal é importante destacar que seu surgimento se deu em um período histórico de transição não só na área da infância e juventude, quando se apontavam mudanças da legislação e da política de atendimento, na direção de um novo formato de proteção social. As transformações em curso atingiam não apenas esse segmento populacional, mas todas as esferas da sociedade: política, econômica, social e cultural, marcado pela efervescência política dos movimentos sociais que questionavam o regime autocrático burguês e pelo processo de redemocratização da sociedade.

Malta (2005), em sua tese de doutorado, analisa com riqueza de detalhes, fatos, acontecimentos, lutas empreendidas, discussões e debates sobre o velho e o novo paradigma que “se insinuava”. Destaca que no final da década de 80 do século XX, é fato consumado a falência do modelo de proteção social até então vigente, operacionalizado pela Política Nacional do Bem-estar Social (PNBEM), sob a direção da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

As incidências históricas que expressavam a inconsistência do sistema de proteção social foram acompanhadas também por processos de debates travados pela sociedade e pelo poder público (...). No Brasil dos anos 80, em meio à agudização da crise política do sistema de atenção, foram intensificados esses debates, congregando nos diversos Estados amplos segmentos da sociedade civil e política e incidindo novamente na necessidade de mudanças na esfera da legislação e da política de atendimento (MALTA, 2005, p. 16).

Ao fazer referência a esse momento histórico, Fausto (2019) assevera que os anos 80 transcorreram sob o duplo signo da instabilidade econômica e da democratização. Se foram anos de avanço democrático, foram também de hiperinflação, aumento da pobreza, de desigualdade e crise de governabilidade¹⁷⁹. Dois processos marcaram a segunda metade dos anos 80: a sucessão de planos heterodoxos de estabilização monetária e o processo constituinte que resultou na promulgação de uma nova Lei Maior, a Constituição de 88, a “Constituinte Cidadã”, que enfatizava direitos individuais e sociais.

O NTCA estrutura-se como:

Resultado da articulação de docentes da Ufal com profissionais de instituições governamentais de atendimento à criança e ao adolescente que apresentaram como demanda prioritária à Universidade a necessidade de produção de conhecimentos sobre a realidade de crianças e jovens em Alagoas, na perspectiva de possibilitar, a esses organismos, fundamentos para a definição de propostas de ação e políticas de proteção social. Constituiu-se como grupo multidisciplinar e interinstitucional, composto por professores e alunos da Ufal e profissionais das entidades que atuam na área da infância. (MALTA, s.d.)¹⁸⁰.

Vinculado de início à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, passa depois a ser órgão suplementar da Universidade, “ligado diretamente ao gabinete da Reitoria” (MALTA, 2008, p. 290). Atualmente é órgão operativo de apoio acadêmico da Faculdade de Serviço Social, conforme os artigos 6º e 35 do Regimento Interno desta unidade acadêmica, que tratam dos órgãos que compõem a estrutura da faculdade, bem como das suas competências. A busca de conhecimento sobre as condições de vida de

¹⁷⁹ Esse cenário não parece diferente do que se descortina nos dias atuais.

¹⁸⁰ Documento elaborado por Malta e disponibilizado no acervo do NTCA.

crianças e adolescentes demarcou a história da constituição do núcleo, como destaca Malta:

Atividade de pesquisa se constituiu em linha básica em toda sua trajetória, sendo a pesquisa visualizada como uma possibilidade de contribuir para transcender os limites históricos da proteção social. Ou seja, de privilegiar as necessidades como horizonte de possíveis respostas do poder estatal e da sociedade diante da violência e da desproteção como forma de desumanidades. (MALTA, 2005, p. 28).

Nessa perspectiva, tem-se como primeiro projeto de investigação “A caracterização do menor na cidade de Maceió”, cujos resultados foram apresentados em sessão na Câmara de Vereadores em 1990. A partir daí sucederam outras pesquisas de igual natureza, realizadas a cada dois anos. Os Levantamentos Quantitativos de Crianças e Adolescentes nas Ruas de Maceió expressavam duas realidades: a de crianças e adolescentes nas ruas da capital alagoana e a de adolescentes inseridos nas Unidades de Internamento (UI).

Destaca-se aqui o significado/importância da socialização dos resultados das pesquisas realizadas pelo Núcleo para as entidades e instituições envolvidas com a área da infância e juventude, incluindo a mídia local. A realidade evidenciada através dos dados obtidos¹⁸¹ abre os debates sobre a grave situação encontrada. Amplia-se, então, um espaço para se conhecer a realidade abrangendo a sociedade, o poder público e organismos responsáveis pela gestão da política da infância e adolescência. Nesse período, a trajetória do NTCA é marcada por formas “contínuas e deliberadas”, nas quais são apontados elementos e questões da realidade de crianças e adolescentes em situação de desproteção social e violências. Assim, o Núcleo vai se constituindo em instância de referência nessa área temática.¹⁸²

Nessa dinâmica da realidade, um leque de temas vinculados à problemática da infância e juventude surge, demandando estudos e pesquisas

¹⁸¹ Anos de 1994, 1996, 1999, 2004, 2005 e 2006.

¹⁸² Mais uma vez, reforça-se a importância do retorno à tese de Malta, onde estão elencadas, com análises pertinentes, às organizações governamentais e não governamentais e as principais atividades desenvolvidas, frentes de trabalho e lutas empreendidas, articulações interinstitucionais, contribuições nas discussões e debates, projetos em parceria com instituições (ver projeto Rua), participação em comitês, fóruns, assessorias, conselhos, além de nominar pessoas que foram importantes nesta trajetória. Infelizmente o espaço não permite citar todos (as).

e exigindo um maior acompanhamento e análise a fim de compreender as situações concretas de seres humanos social e institucionalmente desprotegidos¹⁸³. Até 2014 o núcleo prosseguiu suas atividades de pesquisa, cujos resultados estão publicados em coletâneas e anais de eventos da categoria.

Claudia Viana Melo Malta: registros de uma história

Ao escrever sobre a trajetória do NTCA/Ufal, é imprescindível registrar, e jamais esquecer, a presença incansável e inquestionável da professora Claudia Viana de Melo Malta. Seu nome é indissociável do Núcleo que viu nascer e crescer e ao qual dedicou parte importante de sua vida, acompanhando *pari passu* os movimentos de avanços e retrocessos na luta pela garantia de direitos infantojuvenis contraditoriamente ao ordenamento legal instituído. “Aceitei o desafio de iniciar o estudo na área da criança e do adolescente,” afirma Claudia em sua tese de doutorado. Desafio que foi renovado ao longo dos anos.

Assumiu a Coordenação do Núcleo com dedicação, firmeza e compromisso, defendendo, sempre, a busca de conhecimento e “tendo a realidade como interlocutora”, mostrando a possibilidade de caminhos, de respostas e de alternativas de lutas. Com sua capacidade de articulação profissional e institucional, construiu a interlocução Universidade/Sociedade, qualificando a contribuição do Núcleo através, sobretudo, da produção de conhecimentos. Lutou até o final de seus dias pela vida, pela garantia dos direitos da infância e adolescência, pelo conhecimento e troca de saberes, pela necessidade permanente de análise crítica da realidade de (des) proteção social de crianças e adolescentes. Hoje, seu nome permanece na memória de profissionais e alunos que tiveram a honra de compartilhar esses momentos.

Claudia plantou sementes, e estas floresceram. Seu legado jamais será esquecido, pois foi ela quem teceu os fios dessa história. Os caminhos

¹⁸³ Temas como trabalho infantil (urbano e rural), violência em suas diversas manifestações, adoção, medidas socioeducativas, redução da maioridade penal, criminalização e violência letal, juventude negra, tráfico de crianças, utilização de substâncias psicoativas, saúde mental, resultando inclusive em dissertações de mestrado e doutorado.

traçados pelo núcleo foram pavimentados por seus estudos, que ainda referenciam atividades de pesquisa e extensão, tanto no contexto da academia como na sociedade.

A Persistência da Desproteção Social Praticada contra a Infância. Novos caminhos para o enfrentamento de velhos problemas¹⁸⁴

Num contexto de aumento da pobreza e das desigualdades sociais, que desencadeia as diversas formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, desenvolver projetos de pesquisa e extensão torna-se fundamental. Especialmente quando as diversas violações de direitos sofridas por este segmento populacional constituem um atentado aos direitos humanos. Tais processos vão de encontro ao que está previsto nas normativas internacionais, especialmente na Declaração dos Direitos Humanos (1948) e na Convenção Internacional dos Direitos Humanos (1989). Como também contradiz o que está posto nas normativas nacionais, a exemplo da Carta Constitucional de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, assim como outras legislações que foram adensadas ao longo dos anos¹⁸⁵.

Analisar a violência implica remeter tal questão “[...] ao quadro das graves consequências sociais demarcadas pela pobreza e desigualdades, pelos indicadores expressivos de desemprego estrutural e pela precarização das condições de trabalho presentes na atualidade brasileira” (MALTA, 2003, p. 1). Trata-se, na realidade, de uma violência estrutural que se manifesta tanto nos processos de subordinação como de dominação de uma classe por outra, bem como na concentração desigual de renda. Tal situação está relacionada ao conjunto das mudanças econômicas, políticas e sociais que se processam de forma intensificada a partir dos anos 1990, tomando dimensões alarmantes nos dias atuais. O agravamento de tal processo pode ser percebido no aumento do desemprego, nas diversas formas

¹⁸⁴ A partir deste período, a Profa. Dra. Márcia Iara Costa da Silva passa a integrar o Núcleo na condição de vice-líder. Com a aposentadoria da Profa. Dra. Mariluce Veras, passa então a conduzir os trabalhos.

¹⁸⁵ O texto original vem sofrendo constantes alterações. Até 2020, pelo menos trinta leis foram alteradas ou suprimidas. Emendas constitucionais e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) também alteraram os seus dispositivos.

de precarização do trabalho e de novas formas de relação de trabalho, assim como nas mudanças empreendidas no sistema de proteção social (SILVA, 2016 apud MALTA, 2003).

A partir dessas considerações, verifica-se que a violência pode se expressar nas desigualdades sociais, na concentração de renda e na negação de direitos positivados, como, por exemplo, o direito à vida, à educação, à saúde, à cultura e ao lazer. É possível compreender que todo ato de violência caracteriza-se em violações, que apresentam determinações articuladas às relações sociais, econômicas, institucionais e familiares. Situações que possuem singularidades, especificidades e que “[...] remetem ao interior dos processos sociais onde essas violações materializam-se em ações e/ou omissões, as quais podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (KOLLER, 2000, p. 33 apud MALTA, 2003, p. 3).

As diversas violações a que são submetidas crianças e adolescentes e jovens são determinadas por relações sociais estabelecidas historicamente. A violência como um fenômeno que se estende ao conjunto das classes sociais assume “[...] diversos contornos e especificidades em face aos distintos atos violentos, apesar de ter visibilidade maior entre as classes pauperizadas e em condições de miserabilidade” (MALTA, 2003, p. 3).

Alagoas não fica imune a este cenário de desproteção. Entre as situações de violência que se apresentam em meados da segunda dezena dos anos 2000, merecem destaque o trabalho infantil e a violência sexual expressa no abuso e na exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, além das mais diversas formas de opressão e privação¹⁸⁶ que atingem crianças, adolescentes e famílias na sua totalidade.

A emergência e a persistência deste cenário contribuíram imensamente para a retomada das atividades do Núcleo Temático da Criança e do Adolescente através de ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão. A necessidade de articular a Universidade e a Sociedade foi um fator decisivo para esse processo, especialmente através de sua crescente participação nos Fóruns e Conselhos de Direitos, e de seu constante diálogo com

¹⁸⁶ Violência letal da juventude negra, privações de acesso à creche, à educação, à internet, à insegurança alimentar, à habitação e saneamento, à convivência familiar e comunitária, à saúde mental, um rol de desproteção que não se limita ao nosso estado, mas que atinge todo país, com especificidade próprias de cada região.

a rede de atendimento à infância. Assim, a partir de 2014, dá-se o reinício das atividades do NTCA, momento em que o quadro docente é renovado e surge uma nova geração de pesquisadores dispostos a dar continuidade à luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Luta que inicialmente foi empreendida por sua precursora, Claudia Malta, e posteriormente por Mariluce Veras¹⁸⁷.

Entre 2014 e 2015, o Núcleo Temático da Criança e do Adolescente articula-se ao Grupo de Pesquisa Redes, Questões Geracionais e Políticas Públicas (GPRQGPP)¹⁸⁸. Em conjunto, executam com êxito um projeto de pesquisa e extensão na área de prevenção ao trabalho infantil¹⁸⁹. Este, além de ter contribuído para o desenvolvimento de ações intersetoriais, despertou nos sujeitos envolvidos (crianças, adolescentes, famílias e trabalhadores dos serviços de assistência social) uma nova compreensão e posicionamento acerca da temática. O Projeto trouxe dados qualitativos que explicitaram a realidade de trabalho informal de crianças moradoras do entorno da Universidade. Os resultados¹⁹⁰ foram apresentados no II Encontro Intersetorial Estadual das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, promovido pela Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FETIPAT/AL). A sistematização da ação gerou artigos e relatos de

¹⁸⁷ A Professora Dra. Mariluce Veras é parte constitutiva e constituinte da história do Núcleo. Desde 1992 esteve ao lado de Claudia Malta, conduzindo os trabalhos mesmo no período de seu afastamento para o doutorado. Posteriormente, assumiu a vice-direção da Faculdade de Serviço Social entre 2006 e 2014. Sempre buscou dar continuidade às atividades do Núcleo, quando das ausências da professora Cláudia, motivadas por sua frágil saúde nos últimos anos.

¹⁸⁸ O GPRQGPP (criado em 2014) é participante do Núcleo Temático da Criança e do Adolescente e surge para fortalecer as ações do NTCA, sempre atuando conjuntamente.

¹⁸⁹ Estratégias de Trabalho Infantil através da Educação, Cultura e Arte, em parceria com o CRAS Cidade Sorriso, situado no entorno da Universidade. A ação foi resultado da articulação entre ensino e extensão e surge no período em que ministramos a disciplina Processo de Trabalho.

¹⁹⁰ A ação de pesquisa e extensão deu visibilidade à questão do trabalho infantil informal urbano. Esse tema passa a ser uma preocupação constante das organizações governamentais e não governamentais que atuam no enfrentamento da temática.

experiências que continuamente passaram a ser apresentados e publicados em anais de eventos da categoria.

Em 2016, já na perspectiva de curricularização da extensão, a Pró-reitoria de Extensão (Proex) lançou o edital para o Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (ProCCaExt). De acordo com o referido edital, os projetos aprovados deveriam “fortalecer a formação acadêmico-cultural, científica e tecnológica dos profissionais formados na Ufal”. Foi nesse momento histórico que o NTCA articulado ao GRQGPP participou da ampla concorrência, conseguindo aprovar em primeiro lugar o projeto intitulado “Ações Estratégicas para o Fortalecimento da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescente”¹⁹¹. O referido projeto tomou como norte ações de enfrentamento ao trabalho infantil e violência sexual, expressas no abuso e na exploração comercial. Também enfatizou o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos, especialmente os eixos da promoção, defesa e controle.

As ações desenvolvidas resultaram em publicações de trabalhos em anais de eventos da categoria, mini cursos em nível local e regional, além de inspirar monografias e projetos de iniciação científica. As atividades também contribuíram com a participação do NTCA e do GPRQGPP nas Conferências Municipais tanto no nível de organização como de execução e relatoria. É importante destacar que os discentes integrantes do coletivo foram os facilitadores das conferências que aconteceram em seis municípios alagoanos¹⁹². Entre os resultados obtidos através das ações de extensão, é possível citar a realização de oficina de formação, palestras, mini cursos¹⁹³, roda de conversas e instalações (SBPC Jovem). Devido ao seu

¹⁹¹ Os projetos foram idealizados, coordenados e executados pela professora Dra. Márcia Iara Costa da Silva e contaram com a ampla e fundamental participação discente.

¹⁹² Maceió (2), Junqueiro, Teotônio Vilela, São José da Tapera, Limoeiro de Anadia, Carneiros.

¹⁹³ Em 2016, realizamos diversas atividades. No âmbito da Ufal, merecem destaque os seguintes mini cursos: Como identificar e encaminhar casos de abuso e exploração sexual e trabalho infantil: a proteção social à criança e ao adolescente (ofertado durante o Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia – Caiite). Não menos importante foi o mini curso sobre trabalho infantil, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco em 2016. Em 2017, o mini curso “Trabalho Infantil e Proteção Integral” foi realizado no III Seminário Internacional do Observatório dos

êxito, o projeto foi apresentado à Câmara Municipal de Maceió e socializado com toda a rede de atendimento. As atividades desenvolvidas até 2019 contribuíram de forma decisiva para aproximar a universidade da sociedade, além de fortalecer o processo de formação profissional. Porém, a realidade é dinâmica e novos desafios se colocavam.

A crise sanitária que assolou o Brasil e o mundo desde finais de 2019 trouxe efeitos deletérios sobre toda a população, especialmente as faixas subalternizadas que vivem em territórios considerados “vulneráveis”. A necessidade do isolamento social mostrou o lado perverso da sociabilidade capitalista, além de ter feito transparecer a ampla situação de desproteção social em que vive a população brasileira. Essa ausência de proteção se expressa na precarização dos serviços de saúde, assistência social, educação, habitação, saneamento e alimentação, contribuindo para o aumento exponencial das desigualdades sociais, territoriais, de gênero, etnia e raça, bem como de todas as formas de violência, inclusive a letal. Neste cenário ganhou destaque nas mídias e fóruns de debates o aumento exponencial dos casos de violência sexual. Já em 2019, o Relatório Disque Direitos Humanos disque 100 registrava 159.063 denúncias de violência sexual no Brasil. fato que tomou novas proporções em 2020¹⁹⁴.

Mais uma vez, a realidade impôs uma atuação efetiva do NTCA e do GPRQGPP. Assim, em 2020, já na modalidade *online*, foi realizado o minicurso intitulado “Descortinando Silêncios: o abuso e à exploração sexual praticado contra crianças e adolescentes”, em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE) de Rio Largo, na pessoa do então promotor Cláudio Malta. Participaram do evento: profissionais, estudantes e outros sujeitos interessados pela temática¹⁹⁵.

Movimentos Sociais na América Latina na Universidade Federal de Pernambuco – *Campus* Caruaru. Também merece especial destaque nossa participação no SBPC/Jovem com a instalação “O Silêncio que Grita”. Essa atividade ganhou destaque e notoriedade e marcou a presença das ciências humanas nesta modalidade de evento científico. Em 2019, realizamos na Bial do Livro Alagoas o mini curso sobre abuso e exploração sexual.

¹⁹⁴ Sobe para 20.771 registros de denúncias.

¹⁹⁵ Também foi realizada uma formação sobre abuso e exploração sexual para o CRAS de Bauru (SP), bem como a socialização do projeto de extensão Estratégias de Fortalecimento da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes. Participamos, ainda, de uma *live* do Centro Integrado Escola Empresa (CIEE).

Atualmente, o Núcleo ¹⁹⁶ está desenvolvendo um projeto de extensão intitulado “Educação contra Violências e Opressões nos Serviços Direcionados a Crianças e Adolescentes”. O Projeto objetiva despertar nos profissionais e estudantes a necessidade de compreender, e intervir de forma qualificada, nas diversas formas de violência e opressão sofridas por crianças, adolescentes e famílias, tendo como referência os demarcadores de raça, gênero e território¹⁹⁷. O Projeto surgiu a partir das demandas que se colocam no contexto atual, momento caracterizado “pela violência física e simbólica contra jovens pobres e negros, como uma repressão aberta ao diferente, revelando ao mundo os preconceitos até então mistificados” (SCHLESENER, 2018, p. 12).

Ressalta-se que as ações desenvolvidas nas atividades de extensão, somadas aos estudos teóricos realizados pelo Núcleo e pelo GPRQGPP, apresentaram novos desafios no campo da produção de conhecimentos. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD (2012) já revelava que 19,6% dos jovens brasileiros nem estudavam, nem trabalhavam, e provavelmente estavam inseridos em atividades informais, precárias e ou subalternas. O desemprego juvenil já se caracterizava como um fenômeno relacionado às mudanças estruturais do capital, com reflexos significativos na precarização do trabalho e no aumento da informalidade (SILVA, 2014). Os segmentos mais afetados por esta realidade eram os jovens brasileiros oriundos das famílias pertencentes à classe trabalhadora. A partir desse momento emerge a necessidade de pesquisas sobre as juventudes e sua relação com o mundo do trabalho¹⁹⁸. Ganharam destaque nesse período as políticas de transferência de renda direcionadas às juventudes, a questão do desemprego, a precarização do trabalho, a saúde do jovem tra-

¹⁹⁶ Ação articulada ao Grupo de Pesquisa Redes, Questões Geracionais e Políticas Públicas.

¹⁹⁷ A ação foi realizada em parceria com instituições governamentais. A primeira extensão do NTCA e do GPRQGPP, apresentada na modalidade ACE (Ação Curricular de Extensão), constituiu um grande desafio.

¹⁹⁸ Tais pesquisas foram desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pelo GPRQGPP (2014/2017).

ballhador e a situação da mulher jovem no mundo do trabalho. As pesquisas já revelavam que os marcadores de raça, cor, classe e território eram fundamentais para o aprofundamento do debate.

A partir de 2017, após algumas exigências burocráticas, o plano de trabalho foi alterado. A conjuntura apresentava novos desafios para a Universidade. Dados do Relatório Mundial sobre o Trabalho Infantil (2015), elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelavam que 168 milhões de crianças estavam desenvolvendo atividades laborais no mundo. No Brasil, a realidade não era muito diversa. De acordo com a pesquisa do IBGE/PNAD, havia, em 2016, 2,5 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos em situação de trabalho infantil. Apesar do empenho do governo na busca da erradicação deste tipo de prática, o alcance ainda se mostra limitado. Os dados oficiais, ao quantificarem a situação, não conseguem abarcar todos os segmentos atingidos, como, por exemplo, o tráfico de drogas e de seres humanos, a exploração sexual e as diferentes formas de violência que ocorrem nas instituições da sociedade.

No município de Macció, a realidade não é diversa, o que exige a realização de pesquisas que contribuam para mostrar a real extensão do problema (SILVA, 2018). Diante do exposto, tornou-se necessário desenvolver pesquisas que analisassem o trabalho infantil com recortes para questões fundamentais, a exemplo da análise da Aprendizagem Profissional, um dos instrumentos de promoção do Trabalho Decente; das transformações societárias e dos impactos na vida de crianças e adolescentes trabalhadoras; e da Exploração Sexual Comercial, uma das piores formas de trabalho infantil¹⁹⁹.

Em 2018, os estudos avançaram e as temáticas pesquisadas buscaram analisar a expansão da Exploração Sexual Comercial, através do uso das novas tecnologias de comunicação; os desafios postos à efetivação da Lei da Aprendizagem e do Trabalho Decente, no âmbito do Sinase; e o trabalho infantil doméstico como uma das expressões da questão social na cena contemporânea. Trata-se de velhas questões que persistem, resistem e assumem novas roupagens.

As discussões do NTCA e do GPRQGPP resultaram no projeto de pesquisa “Crianças em Perigo: o Trabalho Infantil no Mercado Público de

¹⁹⁹ Essas pesquisas estão devidamente articuladas com as demandas apresentadas no âmbito da extensão.

Maceió”. Este projeto de pesquisa surgiu a partir de uma demanda colocada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), através da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 19ª Região – Maceió, por ocasião da implantação do Programa MPT na Escola: de mãos dadas contra o trabalho infantil. A pesquisa foi financiada com recursos do Ministério do Trabalho e se deu em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – Fapeal.

Realizada entre 2018 e 2019, a pesquisa objetivou mostrar um retrato do trabalho infantil informal nas feiras livres e no mercado público de município de Maceió. O lócus de pesquisa foram as feiras livres e os mercados públicos, registrados como tais na Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária (Semtabes). Para atender às necessidades do Ministério Público do Trabalho (através do projeto MPT nas escolas), foram inseridas no processo investigativo vinte escolas municipais, dez delas situadas no entorno deste comércio. Foi dada ênfase a escolas que ofertam o Ensino Fundamental I e II e a Educação de Jovens e Adultos e Idosos – EJAII.

Os sujeitos da pesquisa foram crianças, adolescentes, professores e famílias, além dos atores que compõem a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente. No âmbito da defesa, os Conselhos Tutelares (CT); no do Controle Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); já no âmbito da promoção, participaram do processo a Assistência Social, através dos técnicos de referência do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), bem como um técnico de referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Os resultados foram apresentados com êxito na reunião do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), e foram formalmente entregues ao Ministério Público do Trabalho e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – Fapeal²⁰⁰.

²⁰⁰ A reunião extraordinária ocorreu na cidade de Maceió, no prédio da OAB (2019), sob a coordenação de Isa de Oliveira, estudiosa da temática e secretária executiva do FNPETI, além de procuradores do Trabalho e representantes de fóruns estaduais de todo o Brasil. A partir da pesquisa foram apresentados e publicados trabalhos no âmbito nacional e internacional. Merece destaque artigo publicado no *site* do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, e publicação no ICCA 2020 4th International Conference on Childhood and Adolescence, realizada em Lisboa, em janeiro de 2020.

As produções desenvolvidas no âmbito da extensão e da pesquisa resultaram em Trabalhos de Conclusão de Curso, mas também inspiraram alguns egressos a persistir na caminhada em prol da infância no âmbito da Pós-Graduação. Em 2019, foi publicada a coletânea intitulada “O Grito do Silêncio: infância, juventude e políticas públicas na cena contemporânea”, fruto de anos de trabalho. A realidade nos desafia a persistir e continuar a produzir/socializar conhecimentos que possam contribuir efetivamente para o processo de formação profissional, bem como para as políticas direcionadas à infância e juventude. Outro grande feito foi a criação da disciplina eletiva Infâncias, Juventudes e Desigualdades Raciais, ministrada durante o Período Letivo Excepcional (PLE), um grande avanço, pois já aborda a questão da raça no âmbito da formação profissional.

O Espraimento do Neoconservadorismo e os Reflexos na Infância e Juventude

A conjuntura hodierna evidencia o espraimento do neoconservadorismo com uma intensa ofensiva à vida humana e aos direitos socialmente conquistados. Segundo Pereira (2013), a ideologia neoconservadora constitui-se essencialmente pela ascensão da extrema direita ou direita reacionária e se alia ao neoliberalismo, formando o que conhecemos por Nova Direita (*New Right*), tornando-se hegemônica em âmbito global e fazendo-se presente em diversos governos no mundo. Nesse contexto, acentua-se o individualismo, o mito do empreendedorismo, há uma naturalização das expressões da Questão Social, como algo imutável e histórico, a acentuação da uberização do trabalho, do trabalho informal e intermitente, e a superexploração do trabalho através do combo neoliberal: terceirização, flexibilização e privatização, compreendendo esse cenário como as metamorfoses no mundo do trabalho, segundo Ricardo Antunes (2020). A ofensiva neoconservadora encara as expressões da Questão Social de forma cética e técnica; a proteção social pública e estatal se configura como focalizada, temporária, mínima, assistencialista e fragmentada, seguindo uma lógica de transferência monetária baseada na meritocracia por meio do trabalho. Segundo Pereira (2013), considera-se o *workfare* (bem-estar em troca de trabalho) como um modelo ideal.

Somam-se a esse contexto as consequências da pandemia do vírus Sars-Cov2, uma crise sanitária que desestruturou milhares de famílias com as perdas, com o desemprego estrutural, com a fome e tantas outras implicações societárias. A miserabilidade da classe trabalhadora escancarou a imensa desigualdade social existente, pois, para essa classe, não foi possível obedecer aos critérios de *lockdown* estabelecidos (tardiamente) pelo governo, por não existir a possibilidade de parar de trabalhar. A classe trabalhadora precisa lidar com trabalhos análogos à escravidão para conseguir o mínimo para a sobrevivência da sua família, numa constante exposição ao vírus em um contexto de superlotação dos hospitais públicos, e ainda precisa enfrentar o sucateamento das políticas sociais, resultante dos cortes de financiamento e do congelamento de recursos, das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, numa perspectiva de mercantilização da vida. Essa crise sanitária sem precedentes coloca dados importantes para refletir e analisar.

Segundo os dados divulgados pela CNN, 19 milhões de brasileiros vivem em situação de fome e 116 milhões em situação de insegurança alimentar, realidade de extrema pobreza potencializada pela pandemia. São 14,4 milhões de desempregados no Brasil no segundo trimestre de 2021 e 5,6 milhões de desalentados, segundo os dados do IBGE. Esses números revelam o impacto conjuntural da pandemia. Os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2020, revelam que 160 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos foram vítimas de trabalho infantil no mundo. Há ainda análises da OIT que sugerem que mais de 8,9 milhões de crianças e adolescentes poderão estar em trabalho infantil até 2022. Os dados do panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes, publicado em 2021 pela Unicef, mostram que entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de zero a 19 anos foram mortos de forma brutal no Brasil. Além disso, 180 mil sofreram violência sexual. Destaca-se que 80% das vítimas são meninas. Somam-se a esses dados “34.918 mortes violentas intencionais (MVI) de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade entre 2016 e 2020; e 179.277 crimes de estupro e estupro de vulnerável de vítimas da mesma faixa etária entre 2017 e 2020” (UNICEF, 2021, p. 10).

Esses dados mostram o impacto da pandemia devido à crescente pobreza e desigualdade social no Brasil. As consequências da pandemia, da mercantilização da vida e da ascensão de governos neoconservadores

reverberam diretamente no cotidiano da classe trabalhadora. Potencializam-se: (1) as violências de gênero e de raça; (2) os números de trabalho e violência sexual infanto-juvenil; (3) os altos índices de desemprego com a ascensão da informalidade; (4) a fome e a insegurança alimentar; e a (5) desregulamentação de direitos, num imenso retrocesso.

Vive-se uma pandemia de classe, com um recorte de gênero e de raça, segundo Antunes (2020). “Dada a divisão sociossexual e racial do trabalho em sua nova morfologia, as mulheres trabalhadoras brancas sofrem mais que os homens brancos [...] enquanto as mulheres negras são ainda mais penalizadas que as brancas [...]” (ANTUNES, 2020, p. 14). A pandemia escancarou a intensificação da discriminação de classe, gênero e raça, com o aumento do desemprego e de pessoas desalentadas e as inúmeras consequências dessa conjuntura. Essa onda de regressões sociais na conjuntura neoconservadora e de pandemia da Covid-19, com a intensificação da desproteção social, acarreta a permanência do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Torna-se urgente e de suma importância aprofundar as pesquisas e debates no NTCA e no GPRQGPP.

A inserção das pesquisas nesse contexto hodierno está na contramão dos ditames neoliberais e neoconservadores, de forma que não naturaliza as múltiplas expressões da Questão Social. Nesse sentido, na universidade, os Núcleos Temáticos e os grupos de pesquisas possibilitam complementar o arcabouço de conhecimentos teóricos e práticos para a formação em Serviço Social, além de ampliar a visão crítica sobre as áreas de pesquisa e os profissionais contribuem para a produção do conhecimento científico, baseado na perspectiva histórico-crítica, a fim de desenvolver resultados para a sociedade.

Considerações finais

Esta comunicação visou socializar as experiências do Núcleo Temático da Criança e do Adolescente ao longo dos seus 33 anos de existência. O relato tentou mostrar momentos de sua história, sempre marcada por lutas, resistências e desafios.

“Em tempos de individualismo, e em especial de distanciamento social em razão da pandemia da Covid-19, é privilégio e conforto reavivar o sentido de pertença” (OLIVEIRA, 2021, p. 11). O Núcleo se faz presente em todos

os espaços da sociedade alagoana, seja na academia, seja na sua relação com os atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

O período pós-pandêmico exigirá um sinal de alerta permanente diante do avanço da desigualdade que atinge, de modo especial, crianças, adolescentes jovens e famílias pertencentes a camadas subalternizadas. Habitantes de um país mergulhado em crises sanitária, alimentar, ambiental, de emprego e renda e educação. Achemo-nos diante do retorno à luta por princípios democráticos conquistados em tempos recentes. Tudo isso remete à necessidade de estarmos atentos aos movimentos e às armadilhas que se apresentam no cotidiano.

Toda a trajetória do Núcleo é marcada pela inter-relação Ufal/sociedade, congregando esforços no sentido de estudo e pesquisas que assessorem a política da infância e adolescência do estado de Alagoas. Produzir pesquisas e conhecimentos se configura na atualidade como “um ato político e de resistência”²⁰¹.

Ancorada nos estudos de Fávero, Oliveira. (2021, p. 12) afirma que as pesquisas no campo da infância e juventude “não colocam em risco as apreensões do movimento societário”, pois condensam determinações histórico-sociais mais amplas. Estudos na área da infância e juventude requerem reflexões que contemplem a relação entre Estado e sociedade. Torna-se fundamental nas análises a compreensão do contexto social, político e econômico, bem como das políticas sociais e das relações de classe, gênero, raça e geração, aspectos transversais e necessários a todos (as) que se debruçam sobre o tema.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

CNN. 19 milhões de brasileiros vivem com fome. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/>>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

²⁰¹ Afirmação de Oliveira (2021).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego no Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

MALTA, Cláudia V. M. **A invisibilidade de Crianças e Adolescentes: o Averso da regulação social do Estado e os caminhos da resistência.** Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Tese de Doutorado. 2005.

MALTA, Cláudia V. M.; VERAS, Mariluce M.; VASCONCELOS, E. R. **Condições de Risco ou abandono institucional e social?** In: Curso de Serviço Social. 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana. Gilmaisa M. C; Reivan M. S. (orgs.). Maceió: Edufal: 2008.

MALTA, Cláudia V. M.; VERAS, Mariluce M. **A década de 90:** Desproteção social e violência contra crianças e adolescentes. In: Serviço Social: Temas e Debates. Rosa Predes; Reivan Marinho da S. C. Virginia Borges A. Jane Alves Rocha (orgs.). Edufal, 2002.

MALTA, Cláudia Viana Melo Malta; VERAS, Mariluce de Macedo. **Desproteção Social na década de 90:** persistência do atraso. Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, Minas Gerais, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho Infantil. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>>. Acesso em 18 de novembro de 2021. Dados atualizados em agosto de 2021.

OLIVEIRA, Rita C. S. Prefácio. In: FAVERO, Eunice. T. (Org.). **Infâncias, Juventudes. Proteção de direitos e violações.** São Paulo. Educ, 2021.172 p. (Série serviço social). Livro lançado em comemoração aos 50 anos do Serviço Social da PUC-SP e tem a Série serviço social coordenada por Ademir Alves da Silva e Raquel Raichelis.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo:** Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Tese de doutorado. Brasília, 2013.

SILVA, Márcia Iara Costa da. **Projeto de Estratégias de Fortalecimento**

da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes. Projeto de Extensão da Faculdade de Serviço Social. Registrado no siga.a.Ufal em 2016.

SILVA, Márcia Iara Costa da. **O Trabalho Infantil em Debate:** uma análise da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2017-2018 (FSS)/Ufal).

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>>. Ebook. Acesso em 18 de novembro de 2021.

SCHLESENER. Anita Helena. **Prefácio.** In: DEL ROIO. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

Núcleo Temático de Assistência Social - NUTAS: Trajetória e contribuição à política de assistência social em Alagoas

Janne Alves Rocha
Maria Betania Buarque Lins Costa
Maria Lúcia dos Santos Moreira da Silva

Introdução

Este artigo faz uma breve retrospectiva sobre o Núcleo Temático de Assistência Social (NUTAS), tendo em vista o resgate de sua trajetória, cuja história teve início após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com o processo de implantação/implementação da Política de Assistência Social.

Com o intuito de construção de um texto que recupere todo o “vívido” pelo NUTAS, buscamos inicialmente rever sua gênese que foi edificada em um cenário que envolveu o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), tendo como *locus* inicial a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFAL), sob a gestão da professora Dra. Margarida Maria Silva dos Santos, durante o período de 1996 a 2000.

Com o término dessa gestão, a equipe do NUTAS que era formada, em sua maioria, por assistentes sociais — professores e técnicos — foi transferida para a Faculdade de Serviço Social (FSSO) que destinou um espaço físico para tal finalidade. Não obstante essa mudança, as ações e atividades do NUTAS continuaram com a mesma intensidade, tanto no campo da gestão estadual quanto municipais da política de assistência social, tendo em vista o cumprimento do estabelecido pela LOAS e demais legislações pertinentes.

Ao longo deste trabalho, é possível ver que as ações do NUTAS foram consonantes com os fundamentos e princípios de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública e, portanto, alicerçadas pelo tripé da indissociabilidade entre Ensino/Pesquisa/Extensão. Sob essa base, o NUTAS realizou ações de ensino, de pesquisa e de extensão, sempre em vista

o desenvolvimento dos discentes da FSSO e de cursos afins, dos profissionais vinculados ao trabalho no campo das políticas públicas, com ênfase na Assistência Social e das populações e organizações comunitárias que requisitassem sua colaboração. Tais ações estão nucleadas, como veremos, a seguir, nos seguintes campos: do Ensino; da Pesquisa; da Extensão; da Gestão Administrativa; e da Produção e Sistematização de Conhecimento.

NUTAS: gênese e desafios frente à política pública de assistência social em Alagoas

Ao olhar o percurso histórico do Estado brasileiro, observa-se que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela participação de expressivas forças políticas em luta pelo processo de redemocratização do país, pela busca da conquista da cidadania e da ampliação dos direitos sociais. No seio destas inovações, a assistência social, ao lado de outras políticas, ganhou visibilidade como direito assegurado na Constituição Federal (CF) de 1988, sendo elevada ao patamar de política pública, constitutiva do tripé da seguridade social.

Nessa direção, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 — ocorrida durante o governo de Itamar Franco que governou o Brasil, após o *impeachment* de Fernando Collor, desde o dia 29 de dezembro de 1992 a 1º de janeiro de 1995, regulamentou a normatização constitucional, através da criação da LOAS, tornando-a a referência legal básica para a efetivação da política de assistência social (SPOSATI, 2004).

Ressalte-se que a LOAS foi fruto de mobilizações, organizações e negociações de entidades assistenciais e representação dos diversos segmentos da sociedade civil, envolvidos direta e/ou indiretamente com a prestação de serviços socioassistenciais e contou com a contribuição significativa das entidades representativas da categoria dos assistentes sociais e de alguns de seus pesquisadores (NETTO, 1996).

Na efervescência da materialidade dada à Assistência Social, o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS) recorreu às Universidades Públicas, para que estas contribuíssem com a sua implantação/implementação enquanto Política Pública de direito do cidadão e dever do

Estado Brasileiro. Para dar cabo a essa finalidade foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Nesse contexto, cabia às Universidades Federais cumprirem as funções de monitorar, assessorar e capacitar os gestores, técnicos e conselheiros da Política de Assistência Social, entre outras.

Vale ressaltar que, naquela ocasião, apenas três ou quatro universidades aderiram à solicitação. Evidentemente, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) foi uma dessas universidades que aderiu a esse acordo, principalmente por apresentar um cenário favorável, por razões tais como: contar com o apoio político do Fórum Estadual da Assistência Social que foi o primeiro a apontar a necessidade de criação de uma instância de acompanhamento da implantação da Política de Assistência Social em Alagoas; apoio do movimento organizativo dos assistentes sociais que contava com a coordenação do CRESS e SASEAL e, sobretudo, com a colaboração e o compromisso da Pró-Reitora de Extensão (PROEX nov. 1995/fev. 2000), que era a Assistente Social e Professora Margarida Maria Silva dos Santos — docente do então Departamento de Serviço Social, hoje Faculdade de Serviço Social (FSSO) —, que tinha sob sua coordenação uma equipe técnica de trabalho formada por professores e técnicos, entre estes cinco assistentes sociais, que eram responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto de Interiorização da UFAL e outras ações.

Naquele período histórico, a fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA²⁰²) havia sido extinta, através da Medida Provisória nº 813, art. 19, inciso I, de 1º de janeiro de 1995, publicada no primeiro dia de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso — sucessor de Itamar Franco. Com a extinção da Fundação Legião Brasileira de Assistência através da Medida Provisória 813, de 10 de janeiro de 1995, foi criado o escritório da Secretaria de Assistência Social (SAS) nos Estados. Em 1998, os

²⁰²A LBA foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado, pela então primeira-dama Darcy Vargas, em 28 de agosto de 1942, para ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. A sua legitimidade como sociedade civil foi dada, no mês seguinte, pela Portaria nº 6.013, de 1º de outubro de 1942, do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que autorizou a sua organização definitiva e o seu funcionamento, cuja instalação ocorreu no dia 02 de outubro de 1942.

Escritórios foram extintos e o Governo Federal determinou que os funcionários da LBA fossem redistribuídos para Órgãos Federais tais como: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Delegacia do Trabalho, Ministério da Agricultura e Universidades Federais. Em Alagoas, oito (8) deles foram lotados nas Universidade Federal de Alagoas, sendo dois (2) no Espaço Cultural e seis (6) na Pró-Reitora de Extensão (PROEX). Ressalte-se que o envolvimento da equipe do Projeto de Interiorização da UFAL da PROEX nas ações empreendidas no campo da assistência social pela LBA serviu como motivação para que a PROEX abrisse espaço e absorvesse 4 (quatro) assistentes sociais e duas (2) pedagogas, uma (1) professora de educação física e uma (1) técnico-administrativa do quadro da LBA que, com a experiência profissional obtida na instituição de origem, deram significativa contribuição para a consolidação do NUTAS e da política de assistência social, em Alagoas. Em suma, todo o contexto local e nacional foi favorável à criação do NUTAS.

Desse modo, ancorado pelo protocolo de intenções entre o CRUB e o MPAS, foi consolidada a criação do Núcleo Temático da Assistência Social (NUTAS), no final de 1996. A partir dessa data, foi elaborada a proposta de sua criação e do Regimento Interno que passou a regulamentar as suas funções e atividades. A estrutura organizacional do Núcleo Temático de Assistência Social previsto no art. 5º desse Regimento interno foi constituída por: Coordenadoria composta por titular e vice; Conselho Deliberativo; Comitê de Articulação; Setor de Documentação e Comunicação; Secretaria; e Grupos de Trabalho.

A submissão desse regimento à aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), processo no. 10438/96-71, ocorreu no dia 10 de março de 1997. A proposta foi aprovada por unanimidade, porém com a recomendação de que o Núcleo se vinculasse à Pró-Reitoria de Extensão, e, não, ao Gabinete do Reitor, conforme os outros núcleos já existentes.

Com esse aval de legalidade, o NUTAS começou oficialmente a funcionar em um contexto marcado por um cenário conjuntural de um Estado permeado pela potencialização da questão social que se expressava de um lado pelo crescimento da classe empobrecida sob uma lógica de naturalização da pobreza; do outro, por um desenvolvimento econômico díspare, marcado pela concentração de propriedade, renda e poder. Alie-

se a isso, a cultura coronelista e assistencialista arraigada na funcionalidade histórica do Estado, em que os benefícios assistenciais eram tidos como moeda de troca por votos em período eleitoral dada a cooptação das massas empobrecidas.

Ressalte-se que, na ocasião da legitimidade dada à assistência social como política pública, algumas exigências foram postas para que o Estado e municípios acessassem seus benefícios. A exemplo de outros estados brasileiros, Alagoas, até então, não havia se mobilizado oficialmente para estabelecer a assistência social como política de Seguridade Social, “direito do cidadão e dever do Estado” (BRASIL, 1993). Faltava a este e aos municípios alagoanos o cumprimento das exigências fundamentais para iniciar esse processo com a criação de uma secretaria, elaboração de um plano de assistência social, a contratação de um corpo técnico profissional com preparação e, posteriormente, a criação de um fundo próprio para a assistência social, visando responder ao desafio posto pela ascensão ao patamar de política pública alcançado pela assistência social.

Diante disso, o NUTAS iniciou uma intervenção mais incisiva em relação à gestão estadual e as municipais, tendo em vista o cumprimento do estabelecido na LOAS; começando pela orientação de criação das secretarias com a instrumentalização do corpo técnico necessário ao seu funcionamento e efetivação dos planos locais da política de assistência social, respeitando-se as particularidades de cada região.

Nessa direção, visando subsidiar o conhecimento da realidade social, econômica e política, e em parceria com os municípios, o NUTAS desenvolveu sua primeira pesquisa que versou sobre mapeamento e qualificação da exclusão social no Estado de Alagoas; e, de forma articulada com outros aliados, começou a reivindicar, junto aos municípios, a contratação de assistentes sociais para a composição do corpo técnico das respectivas secretarias. Fato esse que contribuiu, de modo significativo, para a ampliação do mercado de trabalho dos profissionais de Serviço Social em Alagoas.

Com essa primeira pesquisa, foi possível apreender os indicadores sociais perversos da condição de vida da população empobrecida e alardear uma miséria já naturalizada no estado de Alagoas. Esse momento não foi pacífico, mas permeado por conflitos e contradições. Entretanto, paralelamente ao processo de desenvolvimento da pesquisa, o NUTAS foi

realizando, sistematicamente, a capacitação dos gestores, técnicos e conselheiros municipais. Tais capacitações passaram a ser contínuas a cada nova eleição de gestores e conselheiros ou nova composição de equipe técnica nas secretarias.

Passados dois anos da criação do NUTAS, todos os 102 municípios já haviam cumprido as exigências para a sua habilitação de gestão e implementação da assistência social através da organização das Secretarias, elaboração de planos municipais e criação de Conselhos e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Ao longo de sua trajetória, o NUTAS continuou assumindo a luta e o protagonismo para que a Política Pública de Assistência Social se efetivasse, porque os seus membros, enquanto técnicos e docentes Assistentes Sociais, entendiam esta política como mediação fundamental para favorecer à concretização do projeto ético-político da profissão, ou seja, efetivando o real compromisso com a população empobrecida.

Assim, o Núcleo Temático de Assistência Social (NUTAS), enquanto grupo interdisciplinar e interdepartamental prosseguiu seu trabalho — até a suspensão de suas atividades em 2015 com a aposentadoria da assistente social Maria Lúcia Moreira dos Santos, última profissional a ele vinculado —, buscando realizar ações pautadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constituindo-se, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), um espaço de socialização do saber, investigação da realidade e de produção de conhecimentos, concernente à questão da assistência social, entendida como política pública, conforme preconiza os parâmetros da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da Lei de Regulamentação da profissão do assistente social (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993).

Ressalte-se que a composição do NUTAS em execução de suas atividades sempre contou com duas professoras na condição de coordenadora, Professora Therezinha Falcão Freire e vice coordenadora Profa Janne Alves Rocha. Ao longo de sua trajetória de trabalho, participaram do NUTAS dois (02) Assistentes Sociais, uma (01) Recreacionista, um (01) Agente Administrativo — que é professora de Educação Física e realizava todo trabalho de esportes com as crianças dos Conjuntos já mencionados —, Cinco (05) Professores — três (03) Doutores, um (01) Mestre e um (01) Especialista —, e dez (10) alunos bolsistas de Extensão, sendo nove (09) com bolsa vinculada a Pró Reitoria Estudantil (PROEST) e um (01)

à Pro Reitoria de Extensão (PROEXT) e diversos outros estagiários de Serviço Social e Psicologia em sistema rotativo.

Como já dito, ao longo do seu percurso histórico, o NUTAS desenvolveu suas ações embasadas no tripé da indissociabilidade entre Ensino/Pesquisa/Extensão — ora com suporte técnico administrativo da PROEX, ora da FSSO —, conforme o período de suas vinculações, desenvolvendo ações nos referidos campos de produção e sistematização de conhecimentos, como também àquelas referente ao âmbito administrativo que lhe foram atribuídas pela gestão. Para uma melhor exposição, as ações desenvolvidas pelo NUTAS serão nucleadas nos campos mencionados:

Campo do Ensino

No campo do ensino, foram desenvolvidas ações de aprendizagem e formação acadêmico-científica. Nesse plano, os docentes vinculados ao NUTAS, juntamente aos profissionais de Serviço Social envolvidos, realizaram atividades, respectivamente, de supervisão acadêmica e de campo aos/as discentes de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, na área da Política de Assistência Social, em 09 (nove) CRAS de Maceió; na Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) (conforme solicitação da superintendente e/ou Coordenação da Proteção Social Básica (PSB); além de outros campos da assistência, qual seja, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e as entidades filantrópicas ou Organizações Não Governamentais (ONG's), a exemplo da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (ADEFAL) e da Associação Pestalozzi de Maceió.

Ainda nesse campo, foram desenvolvidas capacitações prestadas e diversas assessorias, junto aos profissionais de Serviço Social e de áreas afins e as instituições de assistência social e/ou outras políticas públicas. Nesses termos, o NUTAS realizou assessoramento para as equipes de profissionais e/ou representantes de entidades nas seguintes instituições e órgãos colegiados:

- Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), hoje SEADES, para elaboração da Política Estadual de Assistência Social – 2000 a 2004;

- Conselho Municipal de Assistência Social de Maceió para o efetivo desempenho de suas funções de acompanhamento, avaliação e fiscalização da gestão dos recursos da assistência social e para outras providências e iniciativas;
- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)²⁰³ e dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) dos municípios alagoanos, inclusive os da capital, para elaboração e desenvolvimento de propostas de trabalho social;
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (COEGEMAS), com a finalidade de instrumentalizá-lo, à luz da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para o exercício de sua função de fortalecimento da Política de Assistência Social nos municípios, tendo em vista a consolidação de um sistema descentralizado e participativo;
- Secretarias municipais de Assistência Social dos 102 municípios que realizaram a Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão Social do Estado de Alagoas entre 1997-1999;
- Secretarias Municipais de Assistência Social para normatização da Prestação dos Benefícios Eventuais;
- Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió para elaboração da Cartilha sobre a Política de Assistência Social.
- Conselhos Municipais e ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) de Alagoas;
- Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Assistência Social (FECOMAS) a fim de instrumentalizá-los para a eleição das entidades representativas da sociedade civil organizada que comporiam o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Comissão Intergestora Bipartite (CIB) para que fosse efetivada a articulação e interlocução dos gestores municipais e estadual da Po-

²⁰³ À época, Maceió contava com nove CRAS — Dênisson Menezes; Bebedouro; Pitanguinha; Cidade Sorriso; Terezinha Normande; Dom Adelmo; Sônia Sampaio; Santos Dumont; e Cacilda Sampaio.

lítica de Assistência Social, enquanto instância de negociação e pactuação na operacionalização da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

- Fórum Alagoano dos Profissionais da Política de Assistência Social (FAPPAS) no processo inicial de sua implementação para o debate sobre os desafios da organização política dos trabalhadores do Estado atuantes no contexto da Política de Assistência Social;

- Associação dos Moradores do Conjunto Dênisson Menezes, e, em parceria com a MSW Consultores Sociais, Associação do Conjunto Gama Lins, do Lucila Toledo, do Santa Helena e do Village II, na perspectiva de fortalecimento de seus papéis;

- Associação dos Pequenos Empreendedores que comercializavam com calendário definido, alimentos de produção gastronômica local e/ou de cultivo de agricultura familiar na UFAL, quer seja em barracas montadas em pontos estratégicos como na proximidade da Biblioteca, Banco, Correio e conveniências, quer sejam aqueles vendidos na feira livre instalada no pátio ao lado da Reitoria e na praçinha em frente ao Centro de Educação (CEDU).

- Associação dos diversos Pequenos Empreendedores do Bairro Tabuleiro dos Martins para construir coletivamente alternativas de organização na perspectiva de redução de despesas e da viabilidade de lucros;

- Fórum Alagoano dos Conselhos de Direitos (FACOND) como participante da Equipe de Assessoria Técnica;

- Empresa MSW Consultores Sociais, de desenvolvimento e fomento à execução de propostas sociais, no tocante à realização dos seguintes trabalhos e curso:

- Trabalho Técnico-Social do Vale do Reginaldo, via Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES);

- Formação/capacitação de técnicos, conselheiros, gestores e entidades socioassistenciais, tendo em vista o desenvolvimento de suas capacidades para responder as demandas;

- Curso de Aperfeiçoamento do Trabalho Social da Política de Assistência Social;

- Trabalho Técnico-Social junto às famílias do atual Conjunto Dênisson Menezes, desde outubro de 1999, iniciado quando a sua população ainda habitava a “Cidade de Lona”. Ressalte-se que, com base na elaboração pelo NUTAS do referido Projeto Técnico-Social junto à Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento, Maceió foi habilitada a receber recursos do Programa HABITAR/BID para a construção do Conjunto Dênisson Menezes.

Diferentemente de outros assentamentos, que vão se constituindo em conjunto a partir de pequenas aglomerações de pessoas que não possuem moradia, o Conjunto Dênisson Menezes foi planejado com a participação do Estado e do município. Isso ocorreu quando um grupo de famílias, liderado pela União de Movimentos de Moradia em Alagoas (UMM/AL), ocupou, de forma ilegal, um terreno da Petrobrás, localizado próximo à BR 104 e à Polícia Rodoviária Federal, que ficava nas vizinhanças do Hospital Universitário e do Campus A. C. Simões/UFAL. O deslocamento da conhecida Cidade de Lona, onde residiam 360 pessoas, foi feito pela Prefeitura Municipal de Maceió por meio da Secretaria de Assistência Social (SEMAS) que, com a assessoria técnica do NUTAS, empreendeu ações socioeducativas e de pesquisa, sendo, naquele contexto, considerado um modelo de boa prática e um projeto piloto para futuras construções de moradia popular na cidade.

Ademais, como iniciativa do NUTAS, foi implantado o Curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gerontologia Social, que já formou três (3) turmas (2005/2007- 2011/2013 - 2018/2019) de Especialistas na ciência do envelhecimento, aptos para o exercício de práticas voltadas à garantia dos direitos da pessoa idosa.

Registre-se, ainda que, por conta da solicitação do NUTAS em concordância com a Coordenação do Curso de Educação Física, foi aprovada a criação da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), através da Portaria Normativa Nº - 2012, que tinha como alunos inscritos um total de 66 pessoas idosas com participação nas atividades de: natação, hidroginástica, computação, além de participação como ouvintes nas palestras mensais sobre o tema do envelhecimento.

Campo da Pesquisa

Nesse campo, foram implementadas ações de pesquisa para conhecimento da realidade *in lócus* com a finalidade de subsidiar planejamentos e propostas de trabalho para sua transformação. Entre estas, destacamos as seguintes:

- Pesquisa de Caracterização das Demandas para a Política de Assistência Social do Estado de Alagoas – 1997/1999 – com recursos humanos, financeiros e materiais de cada município participante;
- Pesquisa de Diagnóstico Socioeconômico, Político-Cultural do Conjunto Dênisson Menezes – 2001;
- Avaliação de Impacto do Trabalho Social desenvolvido no Conjunto Dênisson Menezes – 2006;
- Pesquisa de Mapeamento e Qualificação da Exclusão/Inclusão Social nos Territórios de Abrangência dos CRAS de Maceió – 2009-2011;
- Pesquisa de Avaliação de Impacto do Trabalho Social no Conjunto Denisson Menezes com a participação de Acadêmicas de Serviço Social da UFAL – 2010;
- Pesquisa de Mapeamento das localidades e contagem da população que dorme nas ruas na cidade de Maceió, sob a coordenação da professora Maria Betania Buarque Lins Costa e da assistente social Maria Lucia Santos Moreira, em 21 de novembro de 2013. Na época, a citada pesquisa contabilizou, durante uma noite, em diversos bairros da capital, 197 pessoas nessa situação.

Campo da Extensão

No campo da Extensão, na perspectiva de fortalecimento da população e de suas entidades representativas, foram realizadas atividades, em diversos campos, junto aos moradores do Conjunto Dênisson Menezes e desenvolvidas ações de sensibilização, mobilização, organização e acompanhamento técnico-social de assessoramento a Associação dos Moradores daquela comunidade, aliada a um processo de politização e formação

de novas lideranças. Estas ações foram sendo executadas a partir da implementação/coordenação de novos projetos e da realização de cursos de capacitação e formação, a saber:

- Projeto Vizinhança, vinculado ao Programa Conexões de Saberes;
- Projeto de Inclusão Digital, entre 2007 e 2010, para 40 jovens, com periodicidade semanal;
- Curso de Preparação para o Supletivo, envolvendo 15 alunos;
- Projeto de Esporte para 150 crianças de 07 a 16 anos, com atividades de natação na piscina da UFAL, durante dois anos;
- Projeto de Qualificação Profissional para 417 pessoas, contribuindo para inserção no mercado de trabalho;
- Curso de Flauta doce para crianças e adolescentes na área de incentivo cultural;
- Organização do Centro da Juventude do Bairro Cidade Universitária;
- Trabalho Técnico Social (1997-1998) do Programa de Desenvolvimento Comunitário – PRODEC/CAIXA desenvolvido em 17 Conjuntos Habitacionais (13 na capital e 4 no interior do Estado, sendo 2 em Penedo e 2 em Arapiraca), moradias construídas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pela Caixa Econômica Federal. Os Recursos para o Trabalho Social foram administrados pela Fundação Universitária de Desenvolvimento, Extensão e Pesquisa (Fundepes/UFAL);
- Cursos para Gestores Municipais da Política de Assistência Social (planejamento e execução);
- Curso de Aperfeiçoamento do Trabalho Social na Política de Assistência Social para profissionais de nível superior, 03 turmas, com um total de 240 profissionais;
- Curso sobre Redes Socioassistenciais de periodicidade anual;
- Curso para Conselheiros Municipais e Estadual sobre “Controle Social na Política de Assistência Social”;
- Curso para qualificação de profissionais das Secretarias de Assistência Social dos municípios alagoanos;

- Curso de Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, desde 1999, com o resultado da pesquisa de mapeamento da exclusão;
- Curso de Capacitação das Equipes das Secretarias Municipais e Estadual para Implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), entre 2004-2010;
- Curso de Capacitação para Coordenadores Municipais para realização de pesquisas para diagnósticos locais, 2009 e 2010;
- Elaboração e execução do Projeto social “Centro da Juventude de Maceió”, que oportunizou crianças e jovens do conjunto Dênisson Menezes a volta a educação permanente e a vivência de atividades físico-esportivas fora do ambiente escolar, na perspectiva de utilização do esporte para o seu desenvolvimento pessoal, efetivo exercício da cidadania e preparação dos jovens para inserção no mundo do trabalho;
- Curso de Informática para os jovens e idosos da Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI), em 2013.

Campo da Gestão Administrativa

No campo da gestão administrativa, o NUTAS assumiu representatividades nas seguintes instâncias colegiadas:

- Banco Cidadão;
- Equipe Gestora da Economia Solidária;
- Comissão Estadual do Plano Familiar e Comunitária da Criança e Adolescente;
- Coordenação do Fórum Alagoano dos Conselhos de Direitos (FA-COND);
- Coordenação do Programa Conexões de Saberes e Projeto Vizinhança;
- Coordenação Estadual do Fórum da Criança e do Adolescente;
- Comissão Organizadora das Conferências de Maceió e do Estado;
- Vice-Coordenação da Universidade Aberta da Terceira Idade.

Some-se a isso a implantação de mecanismos de luta política, a exemplo da Criação do Fórum Estadual dos Profissionais da Política de Assistência Social e da Criação de Núcleos Regionais para sustentação e maior aglutinação e fortalecimento do FÓRUM, no sentido de fortalecimento da luta da assistência social enquanto política pública.

Produção e Sistematização de Conhecimento

O NUTAS, ao longo de sua existência, contribuiu com a produção acadêmico-científico a partir da sistematização de conhecimentos, cujas elaborações eram organizadas em textos e apresentados, por meio de publicações, em periódicos, seminários, congressos, entre outros meios de divulgação. Os documentos de registro das práticas desenvolvidas pelo NUTAS foram consolidados nos produtos relacionados a seguir:

- Manual de Orientação para Elaboração de Planos, Programas e Projetos Sociais;
- Textos e Artigos Didáticos para consulta e estudo sobre a política de assistência e assuntos afins;
- Artigo publicado na II Jornada Internacional de Políticas Públicas – Maranhão: Assistência Social e Pobreza em Alagoas: o protagonismo do NUTAS/UFAL;
- Documento para Implantação de Indicadores de Avaliação do Impacto da Política de Assistência Social;
- Documento para Implantação de Indicadores Técnico-Operativos da Atuação dos Profissionais da Política de Assistência Social;
- Proposta do Trabalho Técnico-Social do Projeto de Urbanização Integrada de Favelas do Vale do Reginaldo - Maceió/Alagoas (PAC), referentes ao abastecimento de água e esgoto para Maceió;
- Carta de Princípios do Fórum Estadual dos Profissionais da Política de Assistência Social – FAPPAS;
- Elaboração do Termo de Referência de Contratação de Empresa para Execução dos Projetos Técnicos Sociais dos Programas de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH): Morar Melhor e Apoio a Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários;

- Termo de Referência de Contratação de Empresa para Execução do Projeto Técnico Social do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais;
- Relatório de Avaliação de Impacto do Trabalho Social no Conjunto Dênisson Menezes;
- Participação junto a MSW (Empresa de Projetos Sociais) na Elaboração do Volume Social do Projeto de Urbanização do Parque dos Coqueiros - Coqueiro Seco/Alagoas;
- Projeto de Urbanização do Conjunto Dênisson Menezes – Maceió/Alagoas;
- Volume Social do Projeto de Urbanização do Loteamento Mundaú (Nova Esperança) – Satuba/Alagoas;
- Projeto de Urbanização do Parque dos Canoés – Santa Luzia do Norte/Alagoas;
- Projeto de Urbanização do Conjunto Selma Bandeira – Benedito Bentes – Maceió/Alagoas;
- Projeto de Urbanização Integrada de Favelas do Vale do Reginaldo – Maceió/Alagoas;
- Projeto de Urbanização da Vila dos Pescadores – Maceió/Alagoas;
- Projeto de Construção do Conjunto Habitacional Olavo Calheiros Novais II –Murici/Alagoas;
- Projeto de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Rio Largo – Alagoas;
- Projeto de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios – Alagoas;
- Projeto de Implantação e Ampliação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário da Bacia da Adutora do Pratagy - Região do Benedito Bentes e Tabuleiro do Martins –Maceió/Alagoas;
- Projeto de Implantação e Ampliação de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário da Bacia da Pajuçara – Maceió / Alagoas;
- Projeto de Reforço e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Zona Baixa II e Zona Média III de Maceió/Alagoas;
- Projeto de Implantação dos Anéis de Distribuição de Água da Orla Marítima de Maceió/Alagoas;

- Projeto de Esgotamento Sanitário da Orla Marítima de Maceió/Alagoas; e
- Projeto de Esgotamento do Sistema da Orla Lagunar/Região Baixa de Maceió/Alagoas.

Conclusão

Face ao exposto, é oportuno dizer que não há dúvida quanto ao papel social que o NUTAS desenvolveu ao longo de mais de duas décadas, no sentido de difundir conhecimentos, instrumentalizar e assessorar o Estado, os municípios, comunidades, organizações e instituições profissionais para atuarem conforme os ditames da legislação vigente que regulam os serviços e benefícios da política de assistência social, mas sobretudo pelos próprios ditames da realidade social desigual e perversa vigente no estado de Alagoas.

Decerto, nesse processo de implantação e implementação da política pública de assistência social, a equipe do NUTAS lidou com o desafio de enfrentamento da herança cultural que permeia as relações sociais em Alagoas de um estado coronelista e de uma elite política conservadora e concentradora do poder político e econômico, em que seus representantes políticos, através dos laços de família, historicamente dominantes, apropriavam-se dos recursos da assistência social para fins eleitoreiros. Alinhava-se ao predomínio dessa prática a falta de reconhecimento da assistência social como política pública e de direito destinada para quem dela necessitasse. Outro desafio que persiste é a descontinuidade presente nas ações do poder público, sobretudo no que se refere à gestão da política de assistência social, devido às constantes mudanças de secretário de assistência no âmbito estadual.

Como se vê, o caminho foi e continua sendo desafiador, mas é necessário prosseguir com uma proposta de consolidação da política de assistência social em Alagoas. Nesse propósito, nenhuma instituição está mais apta para esta tarefa, por seu notório saber, do que a UFAL, via Faculdade de Serviço Social (FSSO), através do retorno das atividades do Núcleo Temático da Assistência Social (NUTAS), pela sua capacidade técnico-científica nesta área, devido à vinculação orgânica do Serviço Social com a política de assistência social desde sua origem como profissão.

Referências

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília, Novembro 2005.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1996. n° 50, ano XVII, p. 87-132.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

DADOS SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Adriano Nascimento Silva

Graduação em Direito. Mestre em Serviço Social. Doutor em Ciência Política. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social/FSSO-Ufal e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente, vinculado à FSSO e ao PPGSS-Ufal.

E-mail: adriano.silva@fssoufal.br.

Alan Cardoso Marques dos Santos

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: alancardosomarques@gmail.com.

Ana Izabelle Lourenço de Souza

Assistente Social.

Andréa Pacheco de Mesquita

Assistente Social. Mestre em Educação Brasileira - UFCE. Doutora em Estudos Interdisciplinares em Mulher, Gênero e Feminismo - UFBA. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social FSSO-Ufal e Professora permanente do PPGSS-Ufal. E-mail: Líder do Grupo de Pesquisa “Frida Kahlo: estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social”, vinculado ao PPGSS-Ufal. E-mail: andrea.pacheco@fssoufal.br.

Anna Emanuely Oliveira Laurindo

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Especialista em Serviço Social e Políticas Públicas.

Clara Morgana Silva

Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda pelo PPGSS-Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, vinculado à FSSO/ Ufal e ao PPGSS/Ufal. Membro do Fórum Alagoano em Defesa do SUS.

Clarissa Tenório Maranhão Raposo

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social. FSSO/Ufal. e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS/Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente, vinculado ao PPGSS-Ufal.. E-mail: clarissa.raposo@fso.ufal.br.

Edlene Pimentel Santos

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora voluntária da Faculdade de Serviço Social. FSSO/Ufal e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS/Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social -GPSRS, vinculado ao PPGSS/Ufal. E-mails: edlene@uol.com.br, edlene.pimentel@fso.ufal.br.

Edivânia Francisca de Melo

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social - FSSO/Ufal. E-mail: edivania.melo@fso.ufal.br.

Elaine Nunes Silva Fernandes

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Profa. Adjunta da Faculdade de Serviço Social - FSSO/ Ufal. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente, vinculado ao PPGSS-Ufal, vinculado ao PPGSS-Ufal. E-mail: elaine.silva@fso.ufal.br.

Elvira Simões Barretto

Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutora em Jornalismo e Ciência da Comunicação. Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca - USAL, Espanha. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social - FSSO/UFAL e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS/UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa Diverge, vinculado ao PPGSS/UFAL. E-mail: elvira.barretto@fso.ufal.

Evelyn Ferreira Santana Silva

Assistente social, Especialista em gestão social: políticas públicas e rede de defesa de direitos. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade, vinculado a FSSO-Ufal.

E-mail: evelynnp35@gmail.com.

Fabiana Rechembach

Graduada em Direito, Servidora Técnico-Administrativa da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), membro do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente, vinculado ao PPGSS/ Ufal.

Franqueline Terto dos Santos

Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais. Doutora em Serviço Social.

E-mail: franqueline.social@gmail.com.

Gildete Ferreira da Silva

Assistente Social. Especialista em Gestão de Políticas e Projetos Sociais. Membro dos Grupos de Pesquisa Frida Kahlo: estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social; do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais e do Fórum Alagoano em Defesa do SUS, ambos vinculados à FSSO/ Ufal e ao PPGSS/ Ufal.

E-mail:gilfs7@academico.ufs.br.

Gilmaisa Macedo da Costa

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora aposentada da FSSO/Ufal e do PPGSS-Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social - GPSRS, vinculado à FSSO/ Ufal e ao PPGSS-Ufal. E-mail: gilmaisa@uol.com.br.

Heline Caroline Eloi Moura

Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ PPGSS-UFAL. Professora substituta da FSSO-Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais, vinculado à FSSO/ Ufal e ao PPGSS/Ufal. E-mail: helinemouraeloi@gmail.com.

Janne Alves Rocha

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social - FSSO/Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade, vinculado a FSSO/Ufal. E-mail: janne@fssoufal.br.

Jediane Freitas da Silva

Assistente Social, Especialista em EDH. Assistente Social do Ministério Público Estadual de Alagoas. Fundadora do GEPSOJUR, grupo vinculado à FSSO/ Ufal. E-mail: jediane Freitas@yahoo.com.br

Jenifer Bezerra da Silva

Assistente Social, Especialista em Gerontologia Social e em Saúde da Família pela Universidade Federal de Alagoas.

José Nascimento de França

Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutor em Letras e Linguística. Professor Associado Aposentado da Faculdade de Serviço Social FSSO-Ufal e do PPGSS-Ufal. Foi líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Movimentos Sociais, vinculado a FSSO e ao PPGSS-UFAL. E-mail: jnf05@hotmail.com.

Josimeire de Omena Leite

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social - FSSO/ Ufal. Tutora egressa do PET Conexões de Saberes Serviço Social-Ufal.

E-mail: josimeire.leite@fssoufal.br.

Juan Douglas Silva de Sá

Assistente Social, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo de Direito, Justiça e Sociedade - DJUSS, vinculado à FSSO e ao PPGSS-Ufal. Bolsista Egresso do PET Conexões de Saberes Serviço Social-Ufal.

E-mail: juandouglasdesa@hotmail.com

Laryssa Danielly Silva Fernandes

Assistente Social. Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília - UNB.

Laura Juliana dos Santos Cassiano

Assistente Social. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa “Frida Kahlo: estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social”, vinculado a FSSO e ao PPGSS-UFAL. E-mail:laura.cassiano@fssoufal.br.

Luanna Caetano de Azevedo Silva

Graduanda em Nutrição/ FANUT-Ufal. E-mail: luannacaetano6@gmail.com.

Manuella Aragão Pinheiro

Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutoranda em Serviço Social pela UFPE. Assistente social na Faculdade de Serviço Social -FSSO/ Ufal. Membro do GTP - Trabalho, Questão Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS. E-mail: manuella.pinheiro@fssoufal.br.

Mara Rejane Alves Nunes Ribeiro

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Estágio Pós-doutoral pela Universidade de Sorbone Paris/França. Professora Associada Aposentada da FSSO/Ufal. Fundadora do GEPSOJUR, grupo vinculado à FSSO/ Ufal. E-mail: mararejaneribeiro@hotmail.com

Márcia Iara Costa da Silva

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social FSSO/ Ufal. Foi líder do Núcleo Temático da Criança e do Adolescente, atualmente líder do Grupo de Pesquisa Redes, Questões Geracionais e Políticas Públicas, vinculado à FSSO. E-mail:marcia.silva@fssoufal.br.

Margarida Maria Silva dos Santos

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social FSSO-Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade, vinculado à FSSO-Ufal. E-mail: margarida@fso.ufal.br.

Maria Adriana da Silva Torres

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca -USAL, Espanha. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social -FSSO/ Ufal e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social -PPGSS/ Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa Direito, Justiça e Sociedade -DJUSS, vinculado à FSSO e ao PPGSS-Ufal. E-mail: atorres@fso.ufal.br.

Maria Alcina Terto Lins

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social-FSSO/Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais, vinculado à FSSO e ao PPGSS-Ufal. E-mail: maria.lins@fso.ufal.br.

Maria Aparecida Batista de Oliveira

Graduada em História. Mestre em História Social pelo PPGH/Ufal. Professora do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação, Filosofia e Artes/ ICHCA-Ufal. Coordenadora do Núcleo Temático Mulher e Cidadania -NTMC/Ufal. E-mail:cydoacoliveira@gmail.com.

Maria Betania Buarque Lins Costa

Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Doutora em Educação pela Universidad Autónoma de Barcelona - UAB/Espanha. Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social - FSSO/Ufal. E-mail: betaniabuarque@hotmail.com.

Maria Cristina Soares Paniago

Graduada em Economia. Mestre e Doutora em Serviço Social. Pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica -PUC/SP. Professora Titular

Voluntária da Faculdade de Serviço Social - FSSO/Ufal e Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social PPGSS-Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa, vinculado ao PPGSS-Ufal. E-mail: maria.paniago@fssoufal.br.

Maria Lúcia dos Santos Moreira da Silva

Assistente Social. Especialista em Gerontologia Social pela Faculdade de Serviço Social(FSSO/UFAL). Técnica – aposentada - do Núcleo Temático da Assistência Social (NUTAS/FSSO/UFAL). Membro da diretoria da Associação Nacional de Gerontologia do Estado de Alagoas – ANGAL – Seção Estadual da Associação Nacional de Gerontologia – ANG Brasil. E-mail: asluciasantos@bol.com.br.

Maria Valéria Costa Correia

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social.. Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social pelo PPGSS-UERJ. Professora Associada IV da Faculdade de Serviço Social-FSSO/Ufal e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/ Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, vinculado à FSSO/ Ufal e ao PPGSS/ Ufal. Membro do Fórum Alagoano em Defesa do SUS.

E-mail: correia.mariavaleria@gmail.com,

Maria Virgínia Borges Amaral

Assistente Social. Mestre e Doutora em Linguística/ Ufal. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social -FSSO/ Ufal e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social – PPGSS/ Ufal e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística e Literatura – PPGLL/ Ufal. Líder dos Grupos de Pesquisa sobre Trabalho e Serviço Social - TRASSO, vinculado à FSSO e ao PPGSS-Ufal e do Grupo de Pesquisa - GrAD , vinculado ao PPGLL/ Ufal.

E-mail: maria.virginia@fssoufal.br.

Mariluce de Macedo Veras

Assistente Social. Mestre em Extensão Rural/ Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Serviço Social. Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social FSSO/ Ufal. Foi vice-coordenadora do Núcleo Temático Criança e Adolescente - NTCA-FSSO/ Ufal.

Marli de Araújo Santos

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social.. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social - Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Campus Arapiraca/ Ufal. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas-NEABI no Campus Arapiraca/ Ufal.

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima

Assistente Social. Doutora em Psicologia Social na Universidade do Minho - Braga/ Portugal. Doutora em Linguística-Ufal. Professora Aposentada do Curso de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais -ICS/Ufal. E-mail: nadiarlb1@gmail.com.

Pamela Karoline Alves

Assistente Social. Mestre em Serviço Social.. Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS-Ufal.. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, vinculado à FSSO/ Ufal e ao PPGSS/ Ufal. Membro do Fórum Alagoano em Defesa do SUS.

Paula Karoliny Vicente de Oliveira

Assistente Social, Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social/PPGSS-Ufal. Integrante do Grupo de Extensão, Pesquisa, Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional - GEPSSAN e do Grupo de Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade, ambos vinculados à FSSO/Ufal.. E-mail: paula_karoliny.v@hotmail.com.

Raquel de Melo Silva

Graduada em Agroecologia pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: raqueldemelo81@gmail.com.

Reivan Marinho de Souza

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Estágio Pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS/ UFRJ. Professora Associada IV da FSSO-Ufal e Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/ Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social - GPSRS, vinculado à FSSO/Ufal e ao PPGSS-Ufal. Membro do GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS. E-mail: reivan.souza@fssso.ufal.br

Rosa Lúcia Prêdes Trindade

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Estágio Pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/ UFRJ. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social/FSSO e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-PPGSS/ Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais, vinculado à FSSO e ao PPGSS/ Ufal. E-mail: rosa.trindade@fssso.ufal.br.

Sergio Lessa

Graduado em Filosofia. Mestre em Filosofia. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP. Estágio Pós-doutoral em Serviço Social pela PUC-SP. Professor Titular Aposentado pelo ICHCA-Ufal, Professor Voluntário da FSSO-Ufal e Professor colaborador do PPGSS-Ufal, vice líder do Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa, vinculado ao PPGSS-Ufal. E-mail: lessa.sergio@yandex.com.

Sílvia Pereira Silva Bomfim

Graduada em Serviço Social. Membro do Grupo de Extensão e Pesquisa Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional/ GEPSSAN, vinculado à FSSO/ Ufal. E-mail: silviapereirabomfim@gmail.com.

Tatiana Boia Magalhães

Assistente Social. Graduada em Direito. Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Macció. Membro

do Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos Sociojurídicos/ GEPSOJUR, vinculado à FSSO/ Ufal.

Telma Cristiane Sasso de Lima

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social -FSSO/ Ufal. Coordenadora de Extensão da Unidade Acadêmica desde 2017. Foi coordenadora adjunta do projeto PRO/PETSaúde III ciclo 2012-2014, tutora do PETSaúde da Família 2010-2012. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Movimentos e Controle Social, vinculado à FSSO e ao PPGSS/ Ufal. E-mail: telma.lima@fssoufal.br.

Thayná da Silva Felix

Assistente Social. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social -PPGSS/ Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional/GEPSSAN e do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente, o primeiro grupo é vinculado à FSSO, o segundo é vinculado à FSSO e ao PPGSS. E-mail: thayfx@gmail.com.

Viviane Medeiros dos Santos

Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutora em Serviço Social pelo PPGSS-Ufal. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, vinculado à FSSO/ Ufal e ao PPGSS/ Ufal. Membro do Fórum Alagoano em Defesa do SUS. E-mail: vivianemedeiros.al@gmail.com.

Wanda Griep Hirai

Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social. Estágio Pós-doutoral na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/FAEM, PPG Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social/FSSO -Ufal. Líder do Grupo de Extensão e Pesquisa Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional/ GEPSSAN, vinculado à FSSO/ Ufal. E-mail: wanda.hirai@fssoufal.br.

EDITORA
phillos.
ACADEMY
www.phillosacademy.com